



RELATÓRIO DE  
**ATIVIDADES E  
CONTAS**

---

**ANO 2022**



# ÍNDICE



<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	<b>4</b>
<b>MENSAGEM DO BASTONÁRIO</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>8</b>
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>10</b>
ELEIÇÕES PARA O TRIÊNIO 2022/2024	11
<b>FARMACÊUTICOS EM NÚMEROS</b>	<b>18</b>
<b>DIREÇÃO NACIONAL</b>	<b>24</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL	25
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	26
RELATÓRIO DE CONTAS	52
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59
PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL	82
<b>SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO</b>	<b>84</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	85
MENSAGEM DA DIREÇÃO	86
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	87
RELATÓRIO DE CONTAS	95
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	98
<b>SECÇÃO REGIONAL DO NORTE</b>	<b>99</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	100
MENSAGEM DO PRESIDENTE	101
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	102
RELATÓRIO DE CONTAS	112
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	117
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	132
<b>SECÇÃO REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS</b>	<b>133</b>
CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA REGIONAL	134
MENSAGEM DA DIREÇÃO	135
SUMÁRIO EXECUTIVO	137
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	140
RELATÓRIO DE CONTAS	157
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	165
PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL	191
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS</b>	<b>192</b>
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	197
PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL	221
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	223

# LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACSS</b>   Administração Central do Sistema de Saúde	<b>FIP</b>   Federação Internacional de Farmácia
<b>ADIFA</b>   Associação de Distribuidores Farmacêuticos	<b>FoRCOP</b>   Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais
<b>AFPLP</b>   Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa	<b>FoRNOP</b>   Fórum Regional do Norte das Ordens Profissionais
<b>ANF</b>   Associação Nacional das Farmácias	<b>GESCAT</b>   Grupo de Estudos de Cancro e Trombose
<b>APEF</b>   Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia	<b>GPDF</b>   Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica
<b>APFH</b>   Associação Portuguesa de Farmácia Hospitalar	<b>GPFM</b>   Grupo Profissional de Farmácia Militar
<b>APHP</b>   Associação Portuguesa de Hospitalização Privada	<b>GS</b>   Geração Saudável
<b>APJF</b>   Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos	<b>HP</b>   <i>Health Parliament</i>
<b>ARS</b>   Administração Regional de Saúde	<b>IES</b>   Instituição de Ensino Superior
<b>BOOF</b>   Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos	<b>INEM</b>   Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>CCEACGH-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e Genética Humana da Ordem dos Farmacêuticos	<b>INSA</b>   Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge
<b>CCEAR-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares da Ordem dos Farmacêuticos	<b>LM</b>   Laboratório Nacional do Medicamentos
<b>CCEFC-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária da Ordem dos Farmacêuticos	<b>MICF</b>   Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas
<b>CCEFH-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar da Ordem dos Farmacêuticos	<b>MNSRM-EF</b>   Medicamento Não Sujeito a Receita Médica - Exclusivo Farmácia
<b>CCEIF-OF</b>   Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos	<b>OF</b>   Ordem dos Farmacêuticos
<b>CDPC</b>   Ciclo de Desenvolvimento Profissional Contínuo	<b>OMS</b>   Organização Mundial da Saúde
<b>CDP</b>   Crédito de Desenvolvimento Profissional	<b>PCR</b>   Paragem Cardiorrespiratória
<b>CEDIME</b>   Centro de Informação do Medicamento	<b>PGEU</b>   Grupo Farmacêutico da União Europeia
<b>CHUC</b>   Centro Hospitalar Universitário de Coimbra	<b>PIRF</b>   Programa de Integração ao Recém-Farmacêutico
<b>CHUP</b>   Centro Hospitalar Universitário do Porto	<b>RA</b>   Região Autónoma
<b>CIM</b>   Centro de Informação do Medicamento da Ordem dos Farmacêuticos	<b>ROF</b>   Revista da Ordem dos Farmacêuticos
<b>CJF</b>   Conselho de Jovens Farmacêuticos	<b>SBV</b>   Suporte Básico de Vida
<b>CNECV</b>   Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	<b>SNF</b>   Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
<b>CNOP</b>   Conselho Nacional das Ordens Profissionais	<b>SNS</b>   Serviço Nacional de Saúde
<b>CPLP</b>   Comunidade de Países de Língua Portuguesa	<b>SPFCS</b>   Sociedade Portuguesa de Farmacêuticos para os Cuidados de Saúde
<b>CQA</b>   Conselho de Qualificação e Admissão	<b>SPMS</b>   Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
<b>DAE</b>   Desfibrilhação Automática Externa	<b>SRC-OF</b>   Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos
<b>DGERT</b>   Direção Geral do Emprego e das Regulações de Trabalho	<b>SRN-OF</b>   Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos
<b>DGS</b>   Direção Geral da Saúde	<b>SRSRA-OF</b>   Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos
<b>DN</b>   Direção Nacional	
<b>ERPI</b>   Estrutura Residencial para Idosos	
<b>ERS</b>   Entidade Reguladora da Saúde	



# MENSAGEM DO BASTONÁRIO



O ano de 2022 foi o nosso primeiro ano de mandato nos órgãos sociais da OF. Logo na tomada de posse sublinhámos a difícil conjuntura externa que iríamos enfrentar. Vislumbrava-se um alívio das restrições impostas durante dois anos pela pandemia de COVID-19, mas nasceu a incerteza de uma nova guerra nas fronteiras europeias. Um conflito que alterou equilíbrios e que colocou em causa alguns dos mais importantes pilares das sociedades modernas. Tal como acontecera durante os períodos mais difíceis da pandemia, o setor farmacêutico nacional mostrou também a sua capacidade de resposta a uma crise humanitária internacional, colaborando com as autoridades no envio de doações, na angariação de apoios, no acolhimento de refugiados, muito particularmente de farmacêuticos ucranianos refugiados, apoiando a sua integração profissional.

Infelizmente a guerra que se tem prolongado, tem muitas outras consequências e impactos, e todos estamos a vivê-las. Os portugueses, os cidadãos europeus e o mundo, em geral. Na crise energética, na escassez de matérias-primas e recursos, no aumento da inflação. Todos estes factos têm repercussão, direta ou indireta, na vida de milhões de pessoas. O setor da Saúde não escapa a esta conjuntura, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de produtos e consumíveis, com preços inflacionados e dificuldades logísticas, distribuição. Assim se justifica, em parte, o crescimento do número de medicamentos em rutura nas farmácias portuguesas. Uma nova realidade com que os cidadãos e doentes se habituaram a viver e a gerir. Neste contexto, não posso deixar de dar nota sobre o esforço de milhares de farmacêuticos distribuídos por todo o país para encontrar alternativas terapêuticas para os seus utentes. É o seu esforço diário e o seu compromisso ético-profissional que tem impedido interrupções e assegurado a continuidade das terapêuticas.

Com o agravamento dos problemas de abastecimento de alguns medicamentos no mercado nacional, a OF veio também a terreno alertar para um regime que mostrava pouco adequado de formação de preços dos medicamentos em vigor no nosso país, que coloca em causa a sustentabilidade e a viabilidade económica para comercialização de medicamentos de custo mais baixo, designadamente dos medicamentos genéricos.

Foi sob esta conjuntura que enfrentamos os primeiros meses de mandato, prosseguindo as prioridades elencadas para o mandato, defendendo o desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos e o acesso às plataformas de dados em saúde, bem como a comunicação mais ágil com médicos prescritores e com os diferentes níveis de prestação de cuidados. Estes têm sido os pilares da nossa atuação enquanto representantes dos farmacêuticos. Com satisfação, registámos a intenção do Governo iniciar dois novos serviços farmacêuticos com claras vantagens para os utentes, a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade e a renovação da terapêutica a doentes crónicos, ambas previstas no Orçamento de Estado para 2023. Antecipando este momento, os Conselhos dos Colégios de Especialidade e Farmácia Comunitária e de Farmácia Hospitalar iniciaram um trabalho de redação de uma nova norma profissional



para definir critério e condições para a prestação destes serviços. Do mesmo modo, iniciamos também um trabalho de colaboração com os representantes dos médicos para definir protocolos de intervenção e de renovação da terapêutica crónica, que esperamos poder ter um novo impulso com a tomada de posse dos novos dirigentes da Ordem dos Médicos.

Enfim, somos permanentemente confrontados com outros desafios igualmente relevantes, como são também os casos da regulamentação do acesso à Carreira Farmacêutica no Serviço Nacional de Saúde, da implementação do primeiro programa da Residência Farmacêutica e, de uma forma geral, de toda a atividade farmacêutica em Farmácia Hospitalar, num ano particularmente difícil para estes profissionais, que concretizaram, pela primeira vez na história da profissão, uma greve geral dos serviços farmacêuticos hospitalares e entregaram um número significativos pedidos de exclusão de responsabilidade por parte de farmacêuticos hospitalares de diversos hospitais do SNS por lacunas várias nos seus serviços.

Foi um primeiro ano de mandato intenso, com inúmeras reuniões com representantes das autoridades, dos decisores, dos parceiros. Um ano em que debatemos também a estratégia da OF para o ramo das Análises Clínicas e da Genética Humana. Um ano em que se discutiu a alteração da Lei-Quadro das associações públicas profissionais, concretizada já no final de 2022 e que terá, seguramente, forte impacto na regulação da profissão farmacêutica no nosso país.

Estas mudanças ocorrem precisamente no ano em que também assinalamos os 50 anos da constituição formal da OF. A génese da organização é muito anterior, remonta à criação da Sociedade Farmacêutica de Lisboa, em 1835, mas o enquadramento regulamentar que hoje conhecemos foi definido no período pré-revolucionário, já no final do Estado Novo, quando o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, pai do atual Presidente da República, assinou o Decreto-Lei n.º 334/72, que aprovou o primeiro estatuto da OF. Assinalámos essa data numa cerimónia comemorativa, que, estou certo, muito honrou todos os farmacêuticos portugueses, com uma mensagem muito particular do Presidente da República, com a exposição de artigos e peças de farmacêuticos com veia artística e com a homenagem a farmacêuticos e personalidades que muito contribuíram para a valorização e dignificação da profissão farmacêutica no nosso país.

Insisto, foi um ano repleto de atividades, de desafios, de oportunidades. Um ano que serve de alavanca para os próximos, para cumprir as metas a que nos propomos, cientes contudo que as realidades são mutáveis, que as prioridades se invertem, mas que o nosso último propósito nunca deixarão de ser os doentes e a garantia da qualidade da assistência farmacêutica e medicamentosa às populações.

Em 2022 iniciámos também um trabalho de aproximação a todos os farmacêuticos, procurando diminuir barreiras de acesso e procurando agilizar o serviço da Ordem a todos os que dela precisam, com o objetivo de envolver todos no seio da Ordem.

Estou e estarei focado em reforçar a ação reguladora da Ordem dos Farmacêuticos, promovendo mais e melhor intervenção farmacêutica que corresponda às reais necessidades dos doentes que todos os dias servimos.

Queremos abrir verdadeiramente a Ordem a todos, sem barreiras, para que os que estão na Ordem e para os que agora pensam em voltar, sejam parte integrante da profissão e possam contribuir para um debate alargado sobre o nosso futuro e o desenvolvimento da profissão.

A experiência profissional de todos deve ser valorizada e é fundamental para assegurar o desenvolvimento de uma profissão jovem e com um futuro promissor pela frente.

Temos um caminho longo a percorrer, mas esse caminho só faz sentido envolvendo todos os colegas!

O Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos

Helder Mota Filipe



# SUMÁRIO EXECUTIVO



O Relatório de Atividades e Contas da Ordem dos Farmacêuticos (OF) apresenta as atividades e os resultados financeiros da instituição durante o ano de 2022, o primeiro ano em exercício dos órgãos sociais da OF eleitos para o triénio 2022-2024.

O presente documento inicia-se assim com a apresentação dos novos dirigentes da OF e dos resultados do sufrágio realizado em fevereiro para os diferentes órgãos sociais da instituição. Desde então, os novos representantes dos farmacêuticos têm vindo executar os programas que apresentaram a sufrágio, cujas linhas programáticas estão também descritas no Plano de Atividades e Orçamento Retificativo para o ano de 2022, apreciado pelos farmacêuticos nas Assembleias da OF realizadas em março de 2022.

O Relatório de Atividades começa por enquadrar as atividades desenvolvidas ao longo do ano pela Direção Nacional nas respetivas linhas programáticas, bem como nos princípios que norteiam a intervenção da instituição no presente mandato: transparência, independência e, proximidade. Neste capítulo, encontram-se descritas as atividades desenvolvidas pela OF em parceria com os jovens farmacêuticos, com a Academia e organizações setoriais nacionais e internacionais, associações de doentes e da sociedade civil, nos domínios do desenvolvimento profissional e de novos serviços farmacêuticos, na atividade jurisdicional, ética e deontologia profissional. Através destas atividades, a OF procurou concretizar a sua missão estatutária de colaboração na definição e implementação de políticas de saúde e de promoção da qualidade, segurança e melhoria no acesso a cuidados e tecnologias de saúde, de acordo com as necessidades das pessoas.

Com particular relevo, são ainda destacados os projetos de reorganização interna, de renovação da sede da OF, em Lisboa, as comemorações dos 50 anos da constituição formal da OF, bem como do Dia Nacional do Farmacêutico, as atividades de Comunicação e do Centro de Informação do Medicamento. Descrevem-se ainda várias visitas realizadas pelos novos dirigentes da OF a unidades de saúde com serviços e colaboradores farmacêuticos, contactando diretamente com dezenas de colegas de várias áreas profissionais.

Também de âmbito nacional, são descritas as atividades desenvolvidas pelos Colégios Especialidade, através dos respetivos Conselhos – Análises Clínicas e Genética Humana, Assuntos Regulamentares, Farmácia Comunitária, Farmácia Hospitalares e Indústria Farmacêutica – e Grupos Profissionais – Distribuição Farmacêutica e Farmácia Militar.

Os quadros financeiros expõem as Contas da Direção Nacional relativas ao ano de 2022, com parecer favorável do Conselho Fiscal Nacional.

O documento prossegue com os Relatórios de Atividades das três Secções Regionais da OF – Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas. Como pontos de contacto da OF com os seus membros, as Secções Regionais prestam um serviço de proximidade, numa relação que extravasa o âmbito administrativo, contribuindo, de forma decisiva, para a formação contínua e o desenvolvimento profissional dos farmacêuticos.

Além das atividades desenvolvidas por cada Secção Regional são também apresentados os seus resultados financeiros, também eles aprovados pelos respetivos Conselhos Fiscais Regionais, que se apresentam depois de forma consolidada, nas páginas finais do documento, com o parecer também favorável do Conselho Fiscal Nacional sobre as Contas Consolidadas da OF relativas ao ano de 2022.



Trinício 2022-2024

Tomada de Posse  
dos Órgãos Sociais da  
Ordem dos Farmacêuticos

24 FEV Fundação  
2022 Champalimaud



# ÓRGÃOS SOCIAIS

# ELEIÇÕES PARA O TRIÉNIO 2022 / 2024

O ano de 2022 marcou o início de um novo mandato dos Órgãos Sociais da OF. O sufrágio decorrido a 5 de fevereiro, com a realização da votação presencial, nas sedes das Secções e Delegações Regionais da OF, em Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Angra do Heroísmo, e com a contagem dos votos expressos por via eletrónica e por correspondência.

Foi a maior participação de sempre dos farmacêuticos nas eleições para os órgãos sociais da instituição que os representa, com 5.976 farmacêuticos votantes (41%), a esmagadora maioria dos quais por via eletrónica.

## Órgãos Nacionais

A **lista A**, liderada por Helder Mota Filipe, foi a vencedora do sufrágio para os órgãos nacionais, contabilizando 3.889 votos (65%), enquanto a **lista B**, encabeçada por Franklim Marques, registou 1.912 votos (32%).

## Órgãos Regionais

Entre as duas listas candidatas à Secção Regional do Norte, a **lista E**, liderada por Félix Carvalho, foi a mais votada, com 1.114 votos (53%), contra os 931 votos (44%) da **lista F**, encabeçada por Célia Alves da Silva.

Na Secção Regional do Centro, a **lista C**, liderada por Anabela Mascarenhas, registou 650 votos (60%), contra os 382 votos (35%) da **lista D**, encabeçada por Paulo Fonseca.

Na Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas, a **lista G**, presidida por Luís Lourenço, obteve 1.768 votos (63%), enquanto a **lista H**, encabeçada por Sérgio Joaquim, alcançou 710 votos (25%). A lista vencedora incluiu ainda os delegados regionais da OF na Madeira e nos Açores. Tiago Magro renovou assim o seu mandato na representação dos farmacêuticos madeirenses, enquanto nos Açores a representação ficou a cargo de Juliana Matos.

## Colégios de Especialidade

Nota ainda para os resultados das eleições para os Conselhos dos Colégios de Especialidade. Para o Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e Genética Humana foi eleita a **lista I**, presidida por Leonor Correia, com 223 votos (60%), contra os 120 votos (33%) da **lista J**, encabeçada por Gizela Santos.

Para o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária, também com duas listas candidatas, registaram-se 178 votos (37%) na **lista M**, presidida por Isabel Sanches, contra 261 votos (54%) na **lista L**, liderada por Carolina Mosca, que renovou assim o mandato.

Para o Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar foi eleita a única lista a sufrágio, a **lista N**, presidida por João Ribeiro, com 427 votos (91%), o mesmo acontecendo com o Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica, com a eleição da **lista O**, liderada por Paula Teixeira, que obteve 136 votos (89%).

O Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares não registou qualquer lista candidata, pelo que o Conselho vigente assegurou o seu funcionamento até à realização do novo ato eleitoral, a 2 de julho, ao qual concorreram duas listas. Este sufrágio elegeu a **lista B**, liderada por Teresa Carvalho, que registou 39 votos (57%), contra 29 votos na **lista A** (43%), encabeçada por Margarida Santos.

### Tomadas de Posse

Nos termos do Regulamento Eleitoral e Referendário da OF, a tomada de posse dos novos dirigentes eleitos ocorreu no período de 30 dias após o sufrágio.

Os órgãos da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas foram os primeiros a tomar posse, no dia de 21 fevereiro, numa cerimónia realizada no salão nobre da Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, em Lisboa.

No dia seguinte, a 22 de fevereiro, foi a vez dos órgãos da Secção Regional do Norte tomarem posse no auditório da sede da Secção Regional do Norte, no Porto.

Seguiu-se ainda, a 23 de fevereiro, a tomada de posse dos órgãos da Secção Regional do Centro, realizada no auditório da sede da Secção Regional do Centro, em Coimbra.

A Cerimónia de Tomada de Posse do Bastonário e dos Órgãos Nacionais decorreu a 24 de fevereiro, numa sessão que decorreu na Fundação Champalimaud e que contou com a presença do então Secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales.

Os delegados regionais da OF na Madeira e nos Açores tomaram posse nos dias 4 e 7 de março, respetivamente. Tiago Magro renova, assim, o mandato de três anos à frente da Delegação Regional da Madeira da OF, enquanto que Juliana Matos assume o cargo como Delegada Regional dos Açores pela primeira vez.

Os membros eleitos dos Conselhos dos Colégios de Especialidade da OF tomaram posse a 14 de março, numa cerimónia realizada no Hotel *Double Tree by Hilton*, em Lisboa, exceto o Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares, cuja tomada de posse decorreu no mesmo local, mas a 18 de julho.



# ÓRGÃOS NACIONAIS

## MESA DA ASSEMBLEIA NACIONAL

José Manuel Vieira Gavino  
**PRESIDENTE**

Ana Cristina Filipe Lopes  
Cláudia Sofia dos Santos Afonso Pinheiro



José Manuel Vieira Gavino  
Presidente



Ana Cristina Filipe Lopes



Cláudia Sofia dos Santos Afonso Pinheiro

## BASTONÁRIO

Helder Dias Mota Filipe



Helder Dias Mota Filipe  
Bastonário

## DIREÇÃO NACIONAL

Ana Paula Moreira da Costa Folhadela Simões  
**VICE-PRESIDENTE**

Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins  
**TESOUREIRO**

Rui Manuel Amaro Pinto  
**SECRETÁRIO**

Anabela Mascarenhas de Oliveira e Cunha  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO CENTRO**

Félix Dias Carvalho  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO NORTE**

Luís Miguel de Oliveira Lourenço  
**PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DO SUL E REG. AUTÓNOMAS**



Ana Paula Moreira da Costa Folhadela Simões  
Vice-Presidente



Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins  
Tesoureiro



Rui Manuel Amaro Pinto  
Secretário



Anabela Mascarenhas de Oliveira e Cunha  
Presidente da Secção Regional do Centro



Félix Dias Carvalho  
Presidente da Secção Regional do Norte



Luís Miguel de Oliveira Lourenço  
Presidente da Secção Regional do Sul e Reg. Autónomas

## CONSELHO JURISDICIONAL NACIONAL

Maria Filomena Leal Cabeça  
**PRESIDENTE**

Catarina Maria Vicente de Oliveira Coelho  
Luísa Maria Moreira Alves Pinto Correia



Maria Filomena Leal Cabeça  
Presidente



Catarina Maria Vicente de Oliveira Coelho



Luísa Maria Moreira Alves Pinto Correia

## CONSELHO FISCAL NACIONAL

Carlos Manuel Freire Cavaleiro  
**PRESIDENTE**

Florbela Maria da Silva Dias Braga  
Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos  
João Carlos Cruzeiro da Silva (Revisor Oficial de Contas)



Carlos Manuel Freire Cavaleiro  
Presidente



Florbela Maria da Silva Dias Braga



Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos



João Carlos Cruzeiro da Silva (Revisor Oficial de Contas)

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO CENTRO



## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Ana Cristina da Costa Ribeiro Rama

**PRESIDENTE**

Edite Maria Relvas Neves Teixeira de Lemos

Raúl Fernando Teixeira Almeida



Ana Cristina Rama  
Presidente



Edite Lemos



Raúl Almeida

## DIREÇÃO REGIONAL

Anabela Mascarenhas de Oliveira e Cunha

**PRESIDENTE**

Isabel Vitória Neves de Figueiredo Santos Pereira

Nuno Miguel Xavier Lages de Oliveira

Paulo César Esteves dos Santos

Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador



Anabela Mascarenhas  
Presidente



Isabel Figueiredo  
Vogal



Nuno Oliveira  
Vogal



Paulo Santos  
Vogal



Rute Salvador  
Vogal

## CONSELHO JURISDICCIONAL REGIONAL

Paula Cristina Morais da Silva e Miranda

**PRESIDENTE**

Ana Filipa Oliveira Costa Dias Lourenço

Cristiana Helena Barranha Rego Canha

Micaela Doris Assunção Figueira de Sousa

Michael David Lameiras dos Santos



Paula Miranda  
Presidente



Ana Filipa Lourenço



Cristiana Canha



Micaela Sousa



Michael Santos

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Carlos Manuel Freire Cavaleiro

**PRESIDENTE**

Catarina Sofia Ventura de Oliveira Veiga

Viriato Alberto da Costa Pinto



Carlos Cavaleiro  
Presidente



Catarina Veiga



Viriato Pinto

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO NORTE



## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Vítor Manuel Fernandes Seabra da Silva  
**PRESIDENTE**

Ana Catarina da Cruz Rodrigues da Silva  
Pedro Manuel Lourenço Campos



Vítor Seabra  
Presidente



Ana Catarina Silva



Pedro Campos

## DIREÇÃO REGIONAL

Félix Dias Carvalho  
**PRESIDENTE**

Alice Maria Vilela Martins Rodrigues  
Ariana Estela Vila Real de Araújo  
Carlos André da Silva Alves de Sá  
José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo



Félix Carvalho  
Presidente



Alice Rodrigues  
Vogã



Ariana Araújo  
Vogã



Carlos Sá  
Vogã



José Manuel Sousa Lobo  
Vogã

## CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL

Nuno Miguel Diogo Cardoso da Silva  
**PRESIDENTE**

Ana Catarina de Sousa Lages  
Inês da Silva Alves Esteves  
Maria Luís Araújo Queirós  
Pedro Manuel Magalhães da Silva Soares



Nuno Cardoso  
Presidente



Catarina Lages



Inês Alves



Maria Luís Queirós



Pedro Soares

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Florbela Maria da Silva Dias Braga  
**PRESIDENTE**

Isabel Rosina Portilha Antunes da Cunha  
Tiago André Alves de Oliveira Carvalho de Sousa



Florbela Braga  
Presidente



Isabel Cunha



Tiago Sousa

# ÓRGÃOS REGIONAIS

# SECÇÃO REGIONAL

# DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

## MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

João Filipe Norte  
**PRESIDENTE**

Catarina Isabel de Seixas Duarte Rodrigues Nobre da Costa  
Isabel Maria Pires Sebastião Ramalhinho



João Norte  
Presidente



Isabel Ramalhinho



Catarina Correia de Costa

## DIREÇÃO REGIONAL

Luís Miguel de Oliveira Lourenço  
**PRESIDENTE**

Ana Gabriela Gomes Charneca  
Cátia Sofia Gabriel Caneiras  
João Francisco Rosa Rijo  
Manuel João Acabado dos Santos Talhinhas



Luís Lourenço  
Presidente



Ana Charneca  
Vogal



Cátia Caneiras  
Vogal



João Rijo  
Vogal



Manuel Talhinhas  
Vogal

## CONSELHO JURISDICIONAL REGIONAL

Maria Gabriela Onofre Lopes Moura Plácido  
**PRESIDENTE**

Ana Júlia Fernandes de Almeida  
Daniel António Esperança Faustino Monteiro Barreira  
Paula Alexandra Mira Cerqueira Afonso



Gabriela Plácido  
Presidente



Ana Júlia Almeida



Daniel Barreira



Paula Afonso

## CONSELHO FISCAL REGIONAL

Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos  
**PRESIDENTE**

Ana Margarida Marques Batista Martins  
Diogo Agostinho Fernandes Marques



Duarte Santos  
Presidente



Ana Margarida Martins



Diogo Marques

## DELEGAÇÕES REGIONAIS

Juliana Oliveira de Matos  
**DELEGADA REGIONAL DOS AÇORES**  
Tiago João Gaspar da Vitória Magro  
**DELEGADO REGIONAL DA MADEIRA**



Juliana Matos



Tiago Magro

# COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ANÁLISES CLÍNICA E GENÉTICA HUMANA

Maria Leonor Ferreira Estêvão Correia  
**PRESIDENTE**

Filomena Maria Tomé de Brito  
Jorge José Pisco Queiroz  
Maria Isabel da Ponte Fernandes  
Maria Raquel de Castilho Silva Coentrão de Faria  
Maria Vitória Silva Martins Rodrigues  
Teresa de Jesus Semedo Fidalgo

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ASSUNTOS REGULAMENTARES

Maria Teresa da Silva Pinto Ribeiro de Carvalho  
**PRESIDENTE**

Gilda Filipa Marreiros Amado Calado  
Leila Carina do Rosário Sousa Fernandes Almeida  
Nuno Jorge Mangorrinha Henriques Amorim Romão  
Nuno Miguel Ferreira Pires  
Dinah da Conceição Marçal Verdugo Duarte  
Filipa Augusto Guerreiro Quintela da Luz

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA

Carolina Maria Ferreira Santos Mosca  
**PRESIDENTE**

André Filipe Paiva Loureiro  
Catarina Isabel Correia Dias  
Lúcia Maria Correia Rodrigues  
Mélanie Duarte  
Narcisa Maria Oliveira Carvalho Dias  
Susana da Conceição Coutinho Ferreira

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA HOSPITALAR

João Carlos Tavares Pinto Ribeiro  
**PRESIDENTE**

Ana Paula Rodrigues Tavares de Pina  
João Paulo Gonçalves Fraga  
Maria Helena Soares Beirão Nogueira Catarino  
Pedro Manuel Magalhães da Silva Soares  
Sandra Isabel da Silva Queimado

## CONSELHO DO COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Maria Paula Azevedo Teixeira  
**PRESIDENTE**

Ana Margarida Dias Henriques  
António Joaquim Antunes Bica  
Bruno Filipe Morgado de Sousa  
Elvira Sainz Raposo  
João Carlos da Conceição Lopes  
Maria Teresa Neto Murta



# FARMACÊUTICOS EM NÚMEROS



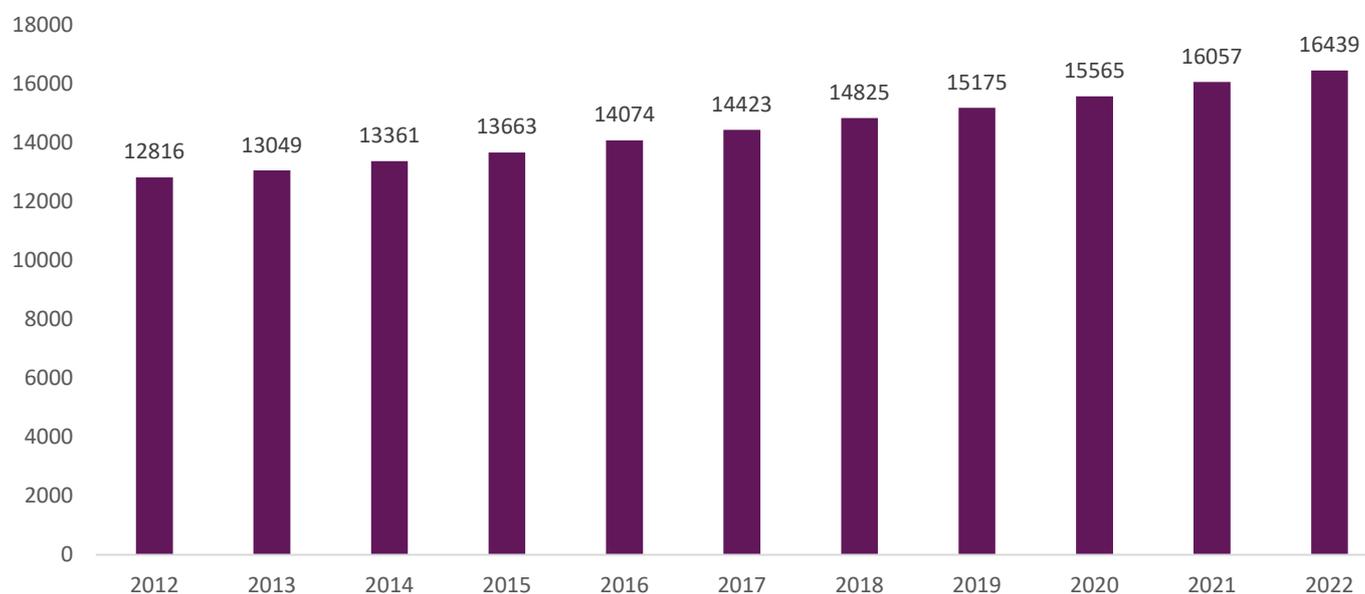
» **Número de Farmacêuticos em 2022, por categoria** (dados 31 de dezembro de 2022)

	SRC	SRN	SRSRA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>	<b>3.202</b>	<b>5.680</b>	<b>8.783</b>	<b>17.665</b>
<b>ATIVOS EM EXERCÍCIO</b>	3.034	5.387	8.018	<b>16.439</b>
<b>ATIVOS ISENTOS</b>	168	293	765	<b>1.226</b>
REFORMA	157	277	747	<b>1.118</b>
SITUAÇÃO DE DOENÇA, INVALIDEZ OU DOENÇA PROLONGADA	11	16	18	<b>45</b>
<b>CORRESPONDENTES</b>	<b>189</b>	<b>288</b>	<b>508</b>	<b>985</b>
<b>SUSPENSOS</b>	<b>265</b>	<b>823</b>	<b>1.273</b>	<b>2.361</b>
<b>SUSPENSOS ADMINISTRATIVOS</b>	57	86	384	<b>527</b>
<b>SUSPENSOS - OUTROS</b>	208	737	889	<b>1.834</b>
CURSO   MESTRADO   DOUTORAMENTO	11	67	54	<b>132</b>
DESEMPREGO	15	165	208	<b>388</b>
SANÇÃO DISCIPLINAR NOTIFICAÇÃO TRIBUNAL	0	0	3	<b>3</b>
NÃO EXERCE PROFISSÃO	182	479	503	<b>1.164</b>
OUTROS	0	26	121	<b>147</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.656</b>	<b>6.791</b>	<b>10.564</b>	<b>21.011</b>

FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

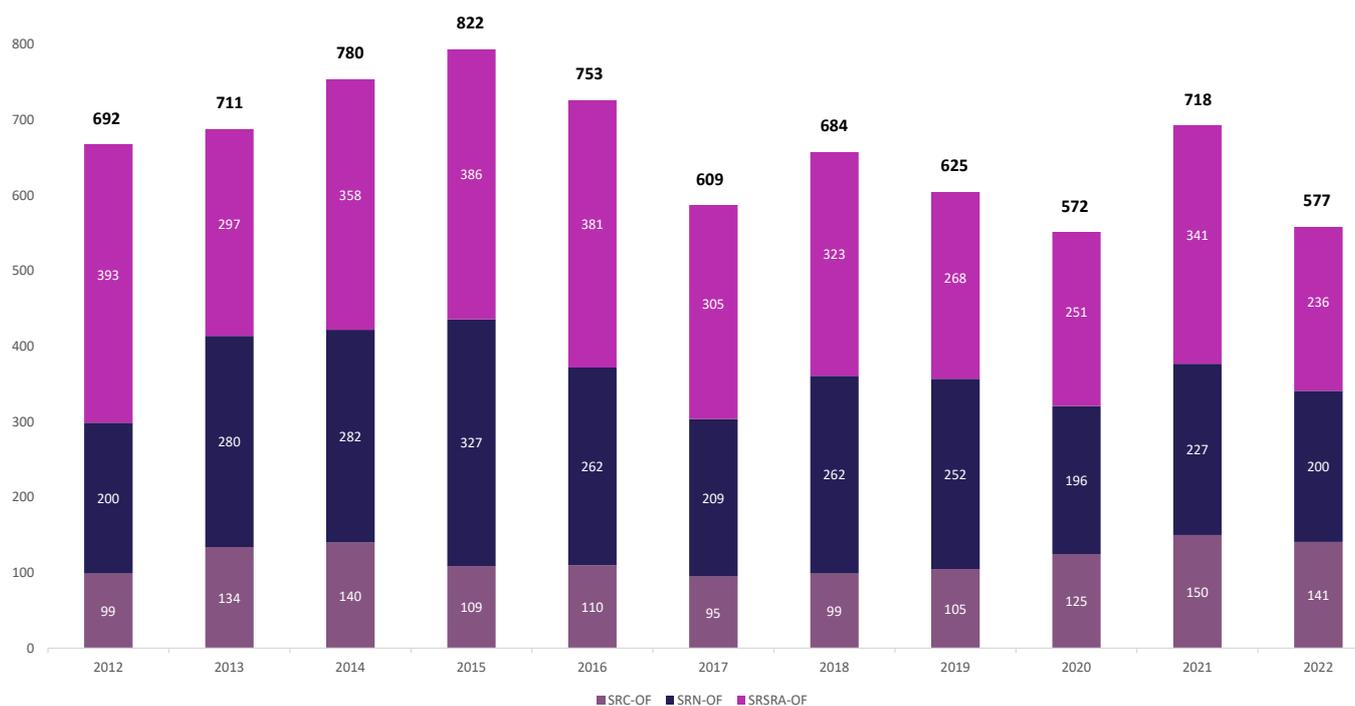


## » Evolução anual do número de farmacêuticos ativos em exercício



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

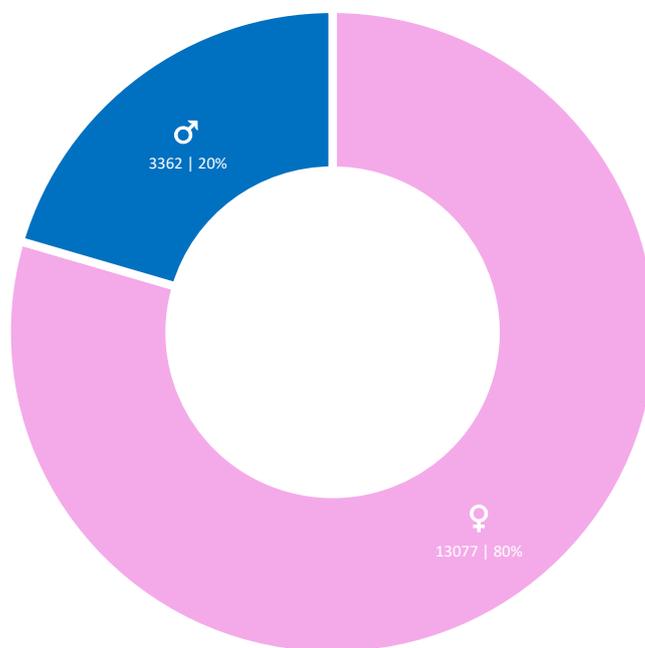
## » Evolução do número de novas admissões por Secção Regional



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

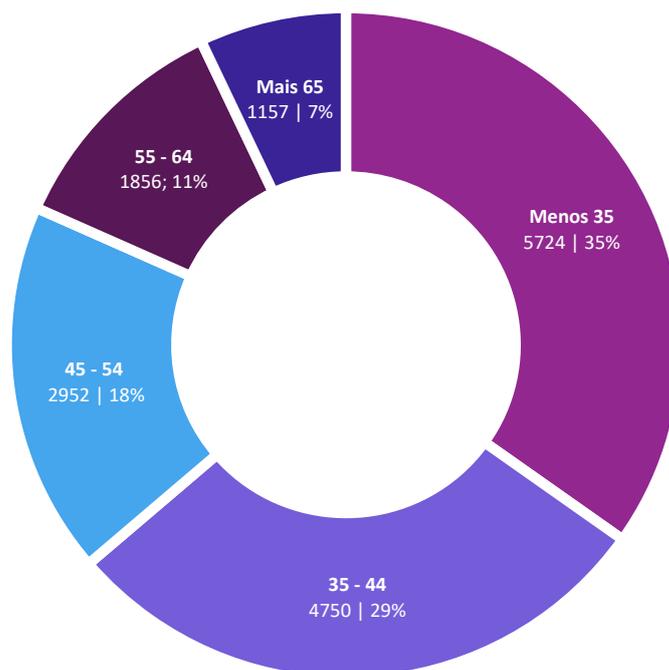


## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício profissional por género



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

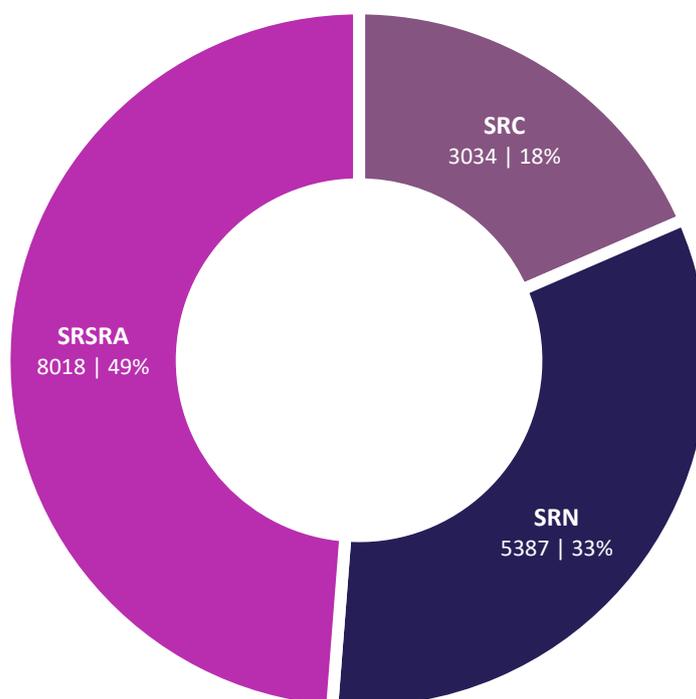
## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício profissional por faixa etária



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

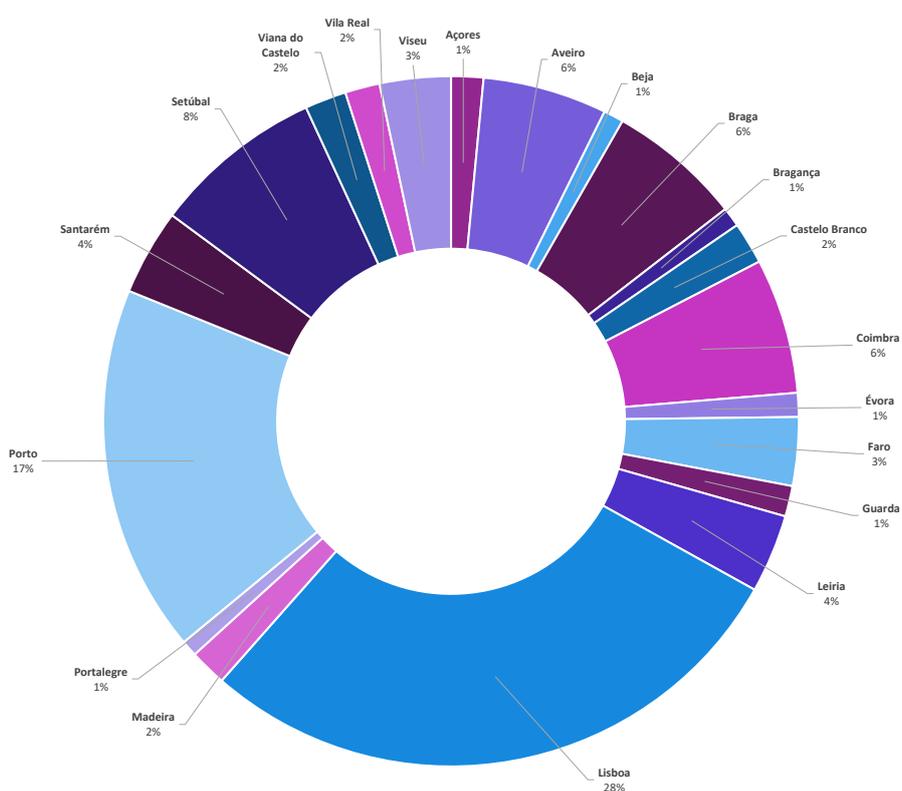


## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício profissional por Secção Regional



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

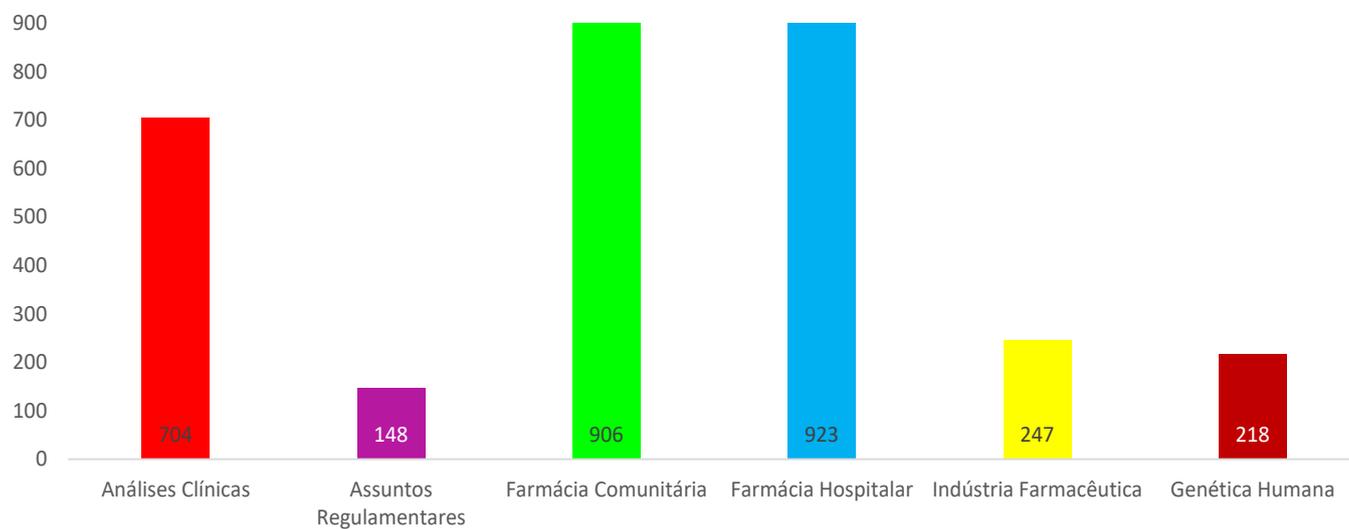
## » Distribuição de farmacêuticos ativos em exercício profissional por área geográfica



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

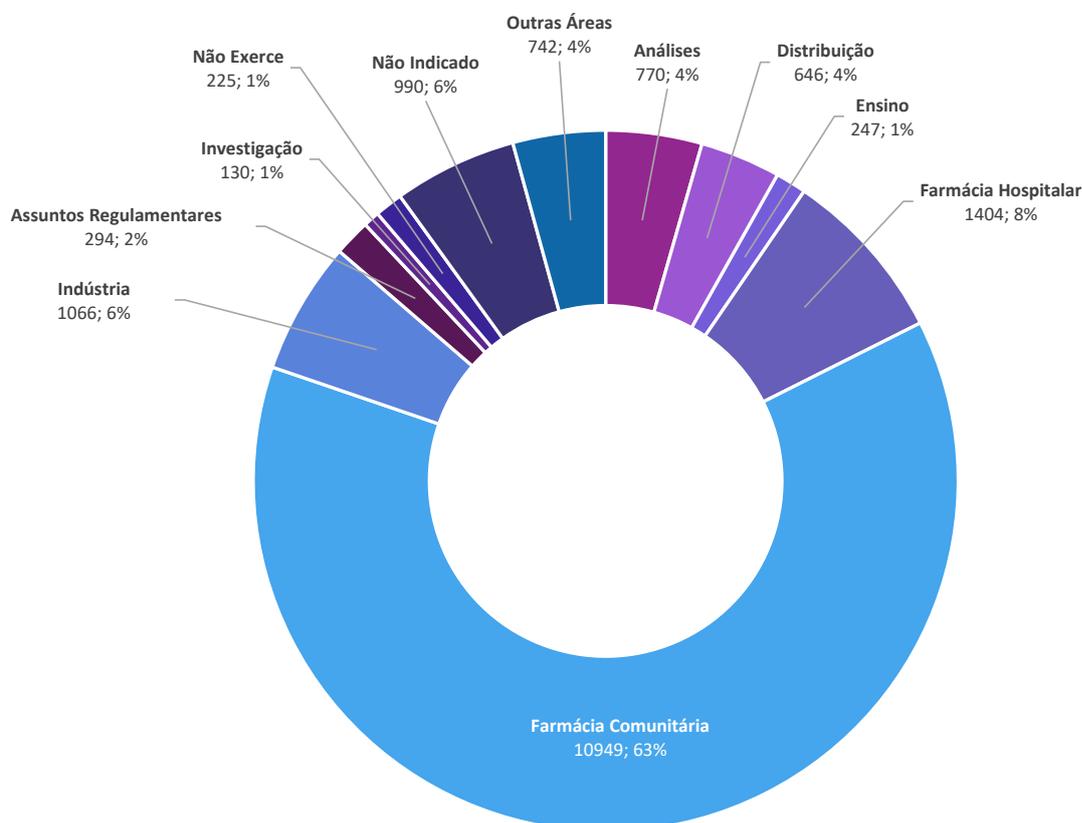


## » Número de Especialistas ativos em exercício

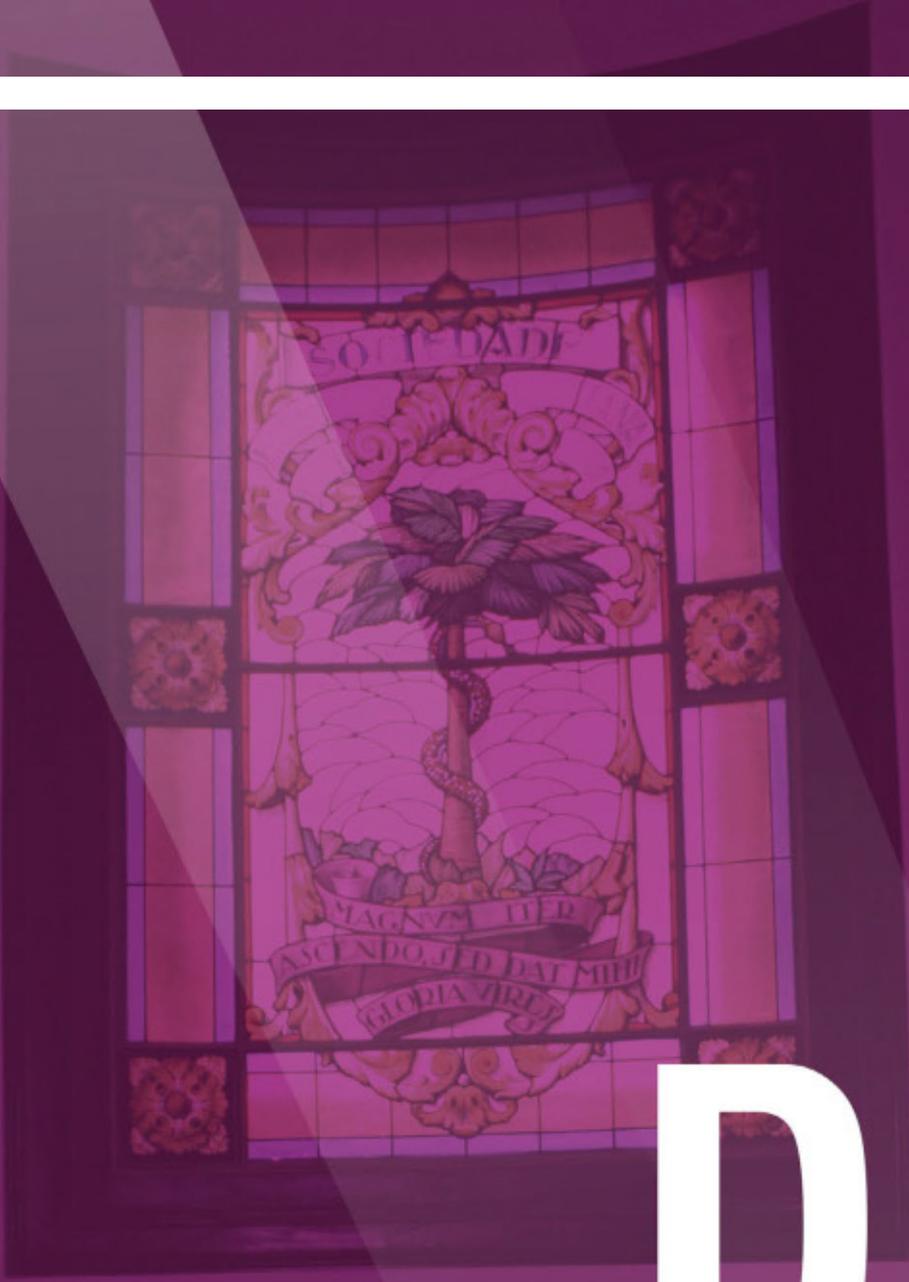


FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022

## » Número de farmacêuticos a exercer em cada área profissional



FONTE: OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS 2022



# DN



DIREÇÃO  
NACIONAL



## ASSEMBLEIA GERAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 23º, n.º 3, e para os fins do disposto nos Artigos 22º e 23º, n.º 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, e pelo Artigo 5º do Regimento da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no dia **30 de março de 2023**, pelas vinte horas e trinta minutos, no Hotel Mundial, sita na Praça Martim Moniz 2, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos anterior;
3. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informação sobre a alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
5. Discussão e deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Discussão e deliberação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
8. Discussão e deliberação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
9. Discussão e deliberação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
10. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

O funcionamento da Assembleia Geral é regido pelo disposto no Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e do Regimento da Assembleia Geral.

Lisboa, 8 de março de 2023,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Manuel Vieira Gavino

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 1. LINHAS PROGRAMÁTICAS

### I. TRANSPARÊNCIA E INDEPENDÊNCIA

*Otimizar a gestão e funcionamento da OF, com planeamento, monitorização e controlo transparentes e sustentáveis.*

Transparência, independência, proximidade e utilidade são os pilares do mandato dos órgãos sociais da OF para o triénio 2022/2024. A Direção Nacional (DN) da OF tem vindo a cultivar o princípio da transparência nas ações que são desenvolvidas pela instituição, fomentando a sua publicação e divulgação em diferentes plataformas e canais de comunicação da OF, cumprindo assim também o dever de informação aos seus membros. A OF defende igualmente a independência da organização face a outras estruturas associativas da profissão e da sociedade, com uma voz firme e autónoma na defesa da profissão e dos superiores interesses dos doentes, enquanto destinatários dos serviços prestados por farmacêuticos.

Para além do trabalho realizado em 2022, a DN da OF pretende ainda continuar a desenvolver mecanismos que facilitem o contacto e aproximação aos seus membros, facilitando a participação destes e a sua inclusão nos trabalhos e atividades da organização, beneficiando do desenvolvimento de tecnologias de comunicação à distância para ultrapassar eventuais barreiras geográficas. A DN entende que a OF deve ter maior utilidade para os profissionais que a representa, fomentando a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento profissional e promovendo uma cultura de comunidade, com princípios e valores comuns que importa cultivar e promover.

Com base nestes princípios foram desenvolvidos novos indicadores de gestão e de funcionamento da organização e encetados diversos desenvolvimentos e atualizações nas plataformas informáticas de gestão de associados, gestão documental, gestão financeira e gestão de comunicações, entre outras.

Também para a concretização destes princípios e modo de atuação, a DN da OF colocou em consulta pública todos os

documentos e normativos profissionais desenvolvidos pelas suas diferentes estruturas. Desde modo, as propostas apresentadas pela instituição que representa os farmacêuticos portugueses são sempre consubstanciadas naqueles que foram os seus contributos e comentários sobre diferentes matérias e propostas no âmbito da política de saúde.

Entre os documentos que estiveram em consulta pública durante o ano de 2022, destaca-se o Regulamento de Remuneração dos Cargos Executivos da OF. O documento foi apresentado aos novos órgãos sociais eleitos para o triénio 2022/2024 no início do seu mandato e colocado em Consulta Pública para apreciação e comentários, até meados de abril. O tema foi amplamente debatido com os farmacêuticos em diversas reuniões e assembleias do anterior mandato, e tem como premissa criar as condições necessárias para que as próximas gerações de farmacêuticos possam assumir funções, como dirigentes eleitos, com a exigência e a responsabilidade que a Ordem hoje requer, com total transparência e sem qualquer conflito de interesses.

A redação final da proposta aprovada pela DN integra alguns contributos recolhidos durante a Consulta Pública, tendo sido depois submetida à apreciação nas Assembleias Regionais e Geral da OF. A proposta foi aprovada pela maioria dos delegados à Assembleia Geral realizada a 17 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, a DN da OF lançou ainda o desafio à Assembleia Geral e às Assembleias Regionais para a criação dos seus próprios regimentos, tendo sido aprovados nas Assembleias Regionais e Geral de dezembro de 2022. Os regimentos contemplam agora a possibilidade destes órgãos reunirem, de forma simultânea, presencialmente e por videoconferência, por forma a tornar a Ordem mais inclusiva e participativa, ultrapassando eventuais barreiras geográficas e de disponibilidade de participação devido a questões geográficas.

Abaixo estão discriminados todos os documentos colocados em Consulta Pública durante o ano de 2022:

- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Análises Clínicas;
- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Genética Humana;



- » Regulamento de Remuneração dos Cargos Executivos da OF;
- » Manual de Boas Práticas de Farmácia Comunitária; Capítulo IV “Serviços Farmacêuticos” e Subcapítulo 4 “Preparação Individualizada da Medicação”;
- » Novas Competências Farmacêuticas – Oncologia;
- » Novas Competências Farmacêuticas – Gestão e Administração em Saúde;
- » Novas Competências Farmacêuticas – Saúde Pública;
- » Novas Competências Farmacêuticas – Medicina Farmacêutica.

De realçar também o processo legislativo em curso para a revisão do regime jurídico das associações públicas profissionais. No final do ano civil, o Parlamento aprovou uma proposta de diploma que foi remetida ao Presidente da República para promulgação. O Chefe de Estado apresentou algumas dúvidas em relação à constitucionalidade de algumas normas da proposta, tendo enviado o diploma para o Tribunal Constitucional para fiscalização preventiva, tendo a proposta sido considerada constitucional.

Nota final para o Programa Extraordinário para reingresso e inscrição de novos membros, desenvolvido no âmbito das comemorações dos 50 anos da constituição formal da OF, em vigor até maio de 2023. O presente programa extraordinário tem em vista reforçar a aproximação e a ligação aos seus antigos membros que, por algum motivo, cancelaram a sua inscrição na Ordem, mas também àqueles que, tendo obtido uma graduação na área das ciências farmacêuticas há mais de cinco anos, continuam hoje sem se inscrever nesta Associação Pública Profissional. Subjacente a esta iniciativa está a pretensão de reforçar e dinamizar a Ordem, cujo escopo será melhor alcançado se forem criadas condições para acolher na Ordem o maior número possível de membros, não só entre os antigos membros, mas também entre todos os que reúnam condições para a integrarem pela primeira vez.

A OF considera que a sua ação e intervenção terá maior alcance e preponderância se forem criadas condições para acolher o maior número possível de membros, não só de antigos membros, mas também entre todos os que reúnam condições para a integrarem pela primeira vez, para reforçar o sentido de coesão e comunidade entre a profissão farmacêutica e envolver a todos no desenvolvimento da profissão.

## II. JUVENTUDE FARMACÊUTICA E ORDEM

*O envolvimento da geração vindoura é essencial ao desenvolvimento da profissão. O futuro dos farmacêuticos depende dos que estão a iniciar ou em fases mais precoces do seu percurso profissional. É fundamental apostar numa OF sem barreiras ou formalismos desnecessários, de forma a incluir a participação proativa dos jovens.*

Com o objetivo aproximar a Ordem aos jovens farmacêuticos, bem como à geração de farmacêuticos vindoura, foram encetadas várias atividades envolvendo as estruturas associativas já existentes, como a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF), a Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácias (APEF) e os Núcleos e as Associações de Estudantes do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF).

Com o objetivo partilhar as atividades e prioridades para o mandato, a OF esteve reunida com a APEF e com a APJF em março e maio de 2022, respetivamente. Além disso, a 26 de setembro de 2022, no Dia Nacional do Farmacêutico, a OF reuniu com os representantes dos núcleos e das associações dos estudantes do MICF, de forma a incentivar a inscrição na OF de todos os estudantes elegíveis.

O Conselho dos Jovens Farmacêuticos (CJF), que tem como missão discutir assuntos relevantes para a profissão, é liderado por Bruno Macedo e entrou em funções em outubro de 2022.

Este Conselho é composto pelos seguintes farmacêuticos:

- » Bruno Macedo (presidente);
- » Andreia Leite;
- » António Teixeira Rodrigues;
- » Cátia Moreira de Sousa;
- » Cristina Moura;
- » David Santana;
- » Emília Cerdeira;
- » Filipa Vaz;
- » Francisca Vargas Lopes;
- » Inês Costa (APEF);
- » Joana Bigares Grangeia;
- » João Dias (APJF);
- » João Francisco Ferreira;
- » Josué Moutinho (APEF);
- » Mafalda Nunes;
- » Manuel Vieira;
- » Regina Dias;
- » Sara Marques (APJF);
- » Steve Estevão Cordeiro;

A sua primeira reunião decorreu em outubro e teve a presença de Pedro Pita Barros, economista e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que partilhou com o CJF os três maiores desafios, na sua ótica, que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) enfrenta.

Nesta mesma reunião foi aprovada a Carta de missão e o Plano de Ações, tendo o CJF definido que as ações para este mandato serão as seguintes:



- » Mobilizar os farmacêuticos em início de carreira (< 35 anos) para participar na OF através da discussão de assuntos relevantes para a profissão numa perspetiva de futuro da profissão e da Ordem;
- » Caracterizar o perfil dos farmacêuticos mais jovens e diagnosticar as suas ambições e preocupações com a profissão e propor estratégias para reforçar a ligação dos jovens farmacêuticos atuais e futuros à OF, bem como a valorização externa da profissão;
- » Assessorar a DN da OF com uma opinião representativa das várias sensibilidades dos farmacêuticos em início de carreira nos temas centrais para a profissão e recomendar iniciativas inovadoras e transformacionais que envolvam farmacêuticos em tarefas únicas ou multidisciplinares.

Em dezembro de 2022, o CJF reuniu com Fernando Araújo, Diretor Executivo do SNS, onde foram discutidos os desafios para o SNS e o que é que esta mudança na estrutura trará.

Para cumprir com o objetivo de integração cada vez mais precoce dos futuros farmacêuticos na instituição que os vai representar, foi dinamizada a categoria de Membro-Estudante da OF, tendo sido revisto o procedimento interno da DN da OF de forma a tornar os procedimentos administrativos mais fluidos e contínuos. Neste sentido, foram definidas métricas e mecanismos de monitorização das inscrições desta categoria. A nível da promoção junto dos estudantes, foi desenvolvida uma nova imagem de divulgação, criada uma página própria no *website* de OF dedicada ao Membro Estudante e impressos e distribuídos panfletos e cartazes nos núcleos e nas associações de estudantes. Foram ainda identificadas as parcerias que abrangessem os estudantes, promovida a categoria de forma periódica nas redes sociais e desenvolvida uma *newsletter* exclusiva para estudantes.

Além das reuniões anteriormente mencionados, a OF fez-se representar nos seguintes eventos organizados por estudantes ou jovens farmacêuticos:

- » **AEEFUL** | Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da AEEFUL para o mandato 2023 da AEEFUL;
- » **AEEFUL** | Congresso AEEFUL 2022;
- » **AEEFUL** | Feira de Emprego - Mesa Redonda “Fui, Sou e Serei Farmacêutico”;
- » **AEEFUL** | Tomada de Posse dos Órgãos Sociais para o mandato 2022/2023;
- » **APEF** | 24º Aniversário e Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da Associação para o biénio 2022-2024;
- » **APEF** | Concurso de Aconselhamento ao Doente - Eliminatória eliminatória local na Universidade da Beira Interior;
- » **APEF** | Concurso de Aconselhamento ao Doente - Eliminatória eliminatória local na Universidade do Algarve;
- » **APEF** | Eliminatória Final do Concurso de Aconselhamento ao Doente – eliminatória final;
- » **APEF** | Mesa Redonda “Os Profissionais do Futuro – A Geração 2030”, do VII Congresso Nacional de Estudantes de Farmácia, intitulado “Os Desafios para a Saúde 21-30: Farmacêuticos enquanto Agentes para o Sucesso”;
- » **APEF** | Sessão de Abertura do VII Congresso Nacional Estudantes de Farmácia;
- » **APEF** | UpPharma;
- » **APEF** | Debate “Emigração de jovens farmacêuticos portugueses – Flagelo ou Oportunidade?”;
- » **APEF** | Sessão de Esclarecimento sobre a Residência Farmacêutica;
- » **NECiFarm** | Colóquio do NECiFarm;
- » **Ordem dos Médicos Dentistas** | A juventude e a saúde: Que sorriso para o futuro?;
- » **UBIPharma** | Tomada de Posse dos Órgãos Sociais para o mandato 2022/2023 da UBIPharma.;

A OF reuniu, ainda, com alguns membros do *Health Parliament Portugal* (HP) 2021 com o objetivo de divulgar as recomendações produzidas pelos mesmos e avaliar o envolvimento da Ordem e das suas diferentes estruturas, bem como de farmacêuticos a título individual, nas iniciativas e projetos-piloto do HP.

### III. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, COMPETÊNCIAS, ESPECIALIZAÇÃO E CARREIRAS

*A profissão farmacêutica encara desafios renovados que merecem o saber, o rigor e a qualidade do desempenho dos seus profissionais. A adequada integração do conhecimento que resulta da evolução científica e profissional asseguram um desenvolvimento bem-sucedido da profissão, permitindo corresponder às exigências dos doentes e da sociedade.*

O Conselho para a Qualificação e Admissão da OF (CQA), liderado por Paula Dias de Almeida, entrou em funções em junho de 2022 e reuniu seis vezes.

Este Conselho é composto pelos seguintes farmacêuticos:

- » Maria Paula de Carvalho Dias de Almeida (presidente);
- » Ana Catarina da Cruz Rodrigues da Silva (UFP);
- » Bruno Miguel Nogueira Sepodes (FFUL);
- » Carlos Manuel Magalhães Afonso (FFUP);
- » Catarina Isabel Correia Dias (CCEFC-OF);
- » Gilberto Lourenço Alves (UBI);
- » Isabel Margarida Pratas dos Reis Costa (IUEM);



- » Jaime Manuel Guedes Morais da Conceição (UAalg);
- » José Henrique da Silva Diógenes Nogueira (GPFM-OF);
- » Laura Sofia dos Santos Ribeiro (GPDF-OF);
- » Maria Helena Soares Beirão Nogueira Catarino (CCEFH-OF);
- » Maria Leonor Ferreira Estêvão Correia (CCEACGH-OF);
- » Maria Margarida Coutinho de Seabra Castel-Branco Caetano (FFUC);
- » Maria Paula Azevedo Teixeira (CCEIF-OF);
- » Maria Teresa da Silva Pinto Ribeiro de Carvalho (CCEAR-OF);



» 1ª Reunião do novo CQA | 23 de junho de 2022

As principais atividades do CQA foram a análise de propostas de dois novos ciclos de estudos do MICE e o desenvolvimento de novas competências farmacêuticas, em particular a competência farmacêutica em oncologia.

Em novembro, Paula Dias de Almeida esteve também presente no Fórum do Ensino Farmacêutico da APEF “Perspetivas para o Ensino Farmacêutico | Visão do Futuro da Profissão”.

Relativamente ao desenvolvimento profissional contínuo, foram analisados 308 pedidos de avaliação de formações, submetidas pelas diferentes entidades registadas na plataforma de Desenvolvimento Profissional Contínuo. Destes pedidos, foram aprovadas 304 formações e recusadas 4, por não cumprirem com o previsto no regulamento interno de qualificação.

No âmbito da competência em administração de vacinas e medicamentos injetáveis em farmácia comunitária foram emitidos 1.741 certificados de atribuição da competência (1.370 novas emissões e 371 recertificações).

A título individual, foram também analisados 926 pedidos de creditação individual, dos quais 691 foram aceites e 235 foram recusados.

Em 2022, todos os farmacêuticos integrados no Ciclo de Desenvolvimento Profissional Contínuo (CDPC) 2017/2021 foram contactados, tendo sido enviada uma mensagem de congratulação aos 439 farmacêuticos que concluíram o ciclo e uma mensagem a solicitar informações adicionais aos 55 farmacêuticos que não concluíram o ciclo.

Relativamente ao CDPC 2018/2022, onde estão incluídos 423 farmacêuticos, verificou-se que 51 não concluíram o ciclo, sendo que a OF entrará em contacto com os mesmos durante o primeiro trimestre de 2023 para solicitar mais informações sobre o motivo por que não concluíram o mesmo.

A OF tem como objetivo desenvolver um modelo de competências farmacêuticas com utilidade prática e que assente na implementação de serviços farmacêuticos e que respondam às necessidades do SNS e das pessoas.

Entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022 estiveram em consulta pública os regulamentos para atribuição das seguintes competências farmacêuticas:

- » Gestão e Administração em Saúde;
- » Medicina Farmacêutica;
- » Oncologia;
- » Saúde Pública.

Decorrido esse período, a DN, em articulação com o CQA, tem vindo a desenvolver competências farmacêuticas, tendo em vista a sua aprovação final no ano de 2023.

Em outubro de 2022, foi também publicada a posição da OF relativamente à realização de procedimentos estéticos por farmacêuticos, com o apoio técnico do Conselho do Colégios de Especialidade de Assuntos Regulamentares (CCEAR-OF) e do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária (CCEFC-OF), concluindo que a OF não reconhece qualquer procedimento estético como ato farmacêutico, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da OF (Lei n.º 131/2015, de 4 de setembro), pelo que o farmacêutico não os deve realizar.

Não obstante, a OF continuará a acompanhar as tendências internacionais no que diz respeito ao conhecimento técnico-científico e ao desenvolvimento profissional nesta área.

Relativamente à atribuição de especialidades farmacêuticas, em 2022 foram abertas cinco épocas de exames correspondentes a cinco especialidades (Análises Clínicas, Assuntos Regulamentares, Farmácia Comunitária, Farmácia Hospitalar e Indústria Farmacêutica), tendo sido atribuídos títulos de especialidade a 84 farmacêuticos, distribuídos da seguinte forma:

- » 9 títulos de especialista em Análises Clínicas;
- » 3 títulos de especialista em Assuntos Regulamentares;
- » 7 títulos de especialista em Farmácia Comunitária;
- » 65 títulos de especialista em Farmácia Hospitalar.

A propósito da atribuição de especialidades pela OF, foram revistas, colocadas em consulta pública, entre julho e setembro, e aprovadas posteriormente as seguintes normas, para harmonização com os programas da Residência Farmacêutica:

- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Análises Clínicas;

- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- » Normas para Atribuição do Título de Especialista em Genética Humana.

No que diz respeito à Carreira Farmacêutica, foi foco da DN da OF a discussão e a articulação com os decisores políticos para o reconhecimento mútuo dos títulos de especialidade atribuídos pela OF e pelo Ministério da Saúde, através da Residência Farmacêutica. Para tal, foi elaborada uma proposta de alteração da legislação atualmente em vigor, apresentada em três audiências com o Ministério da Saúde, com a anterior e a atual equipa ministerial, e em reuniões com as seguintes entidades, para além de grupos de farmacêuticos:

- » Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS);
- » Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH);
- » Associação Portuguesa de Farmacêuticos Hospitalares (APFH);
- » Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP);
- » Sindicato Nacional dos Farmacêuticos (SNF);
- » Sociedade Portuguesa de Farmacêuticos dos Cuidados de Saúde (SPFCS).

Ainda relativamente à Carreira Farmacêutica no SNS, durante o ano de 2022 foram publicados os critérios de atribuição de idoneidade formativa na Residência Farmacêutica das áreas de Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana propostos pela OF à Comissão Nacional da Residência Farmacêutica, a lista de locais idóneos para o efeito, bem como o respetivo mapa de vagas por local e por área profissional, com um total de 143 vagas (43 na área de Análises Clínicas, 92 na área de Farmácia Hospitalar e 8 na área de Genética Humana).

Para além disso, foram pela primeira vez abertas candidaturas à Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica pela ACSS, prova esta que decorreu no dia 29 de setembro, com 316 farmacêuticos admitidos. Consoante os resultados obtidos, foram colocados os candidatos por instituição de saúde e área profissional, com o objetivo de iniciar o programa formativo no dia 2 de janeiro de 2023. Todo este trabalho foi realizado pela OF dentro das atribuições previstas no Decreto-Lei n.º 6/2020, de 24 de fevereiro, sendo coordenado e gerido pela ACSS e pela Comissão Nacional da Residência Farmacêutica.

Em dezembro de 2022, com a colaboração do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana (CCEACGH-OF) e Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar (CCEFH-OF), a OF publicou o Guia do Farmacêutico Residente 2023, que tem como objetivo apoiar os farmacêuticos residentes e os respetivos tutores.

Ainda a propósito do trabalho desempenhado por farma-

cêuticos em entidades do SNS, e tendo em conta as dificuldades sentidas em muitas dessas entidades, a OF disponibilizou na Secretaria *Online* um modelo de declaração de exclusão de responsabilidade a ser utilizado, devidamente adaptado, pelos farmacêuticos. Durante o ano de 2022, foi dado conhecimento à OF de 83 declarações de exclusão de responsabilidades remetidas por farmacêuticos ao respetivo Conselho de Administração/Conselho Diretivo do estabelecimento de saúde onde exercem. No seguimento desta problemática, foi realizada uma reunião com os diretores de Serviços Farmacêuticos dos hospitais e unidades de saúde do SNS com o objetivo de analisar as restrições e carências de recursos humanos, materiais e logísticos que ameaçam a qualidade e segurança dos serviços prestados nos serviços farmacêuticos hospitalares.

Para a área das Análises Clínicas e da Genética Humana foi ainda promovida uma reunião aberta a todos os farmacêuticos, cujo objetivo visava promover uma reflexão sobre os desafios da profissão nas áreas das análises clínicas e da genética humana, bem como identificar propostas que contribuíssem para o progresso do farmacêutico neste setor de atividade. O encontro contou com a participação de dirigentes da OF, representantes das organizações e associações setoriais e de quase duas centenas de farmacêuticos analistas clínicos, que, presencialmente ou à distância, puderam expressar a sua visão sobre o exercício da profissão numa área que concilia a prática clínica e laboratorial. O debate e as intervenções dos participantes foram a base para o desenvolvimento da visão estratégica da OF para valorização das competências dos farmacêuticos analistas clínicos, integrando as conclusões do encontro, cujo documento será publicado em 2023.



» "Farmacêuticos nas Análises Clínicas: Presente e Futuro" | 23 de junho de 2022

Por fim, e tendo em vista o objetivo de definir e agilizar o desenvolvimento de novas carreiras para os farmacêuticos, bem como emitir pareceres técnicos solicitados pela DN, foi nomeado em 2022 o Conselho para o Desenvolvimento das Carreiras Farmacêuticas, presidido por Ana Rita Pinto e constituído também por Bruno Olim e João Emílio Cardoso.

## IV. SERVIÇOS FARMACÊUTICOS DIFERENCIADOS E SUSTENTÁVEIS

*Para o reconhecimento do essencial papel de proximidade à população que o farmacêutico desempenha é necessária uma maior estruturação das suas intervenções. A intervenção do farmacêutico gera ganhos em saúde. É fundamental dar lugar à promoção e ao enquadramento regulamentar dos serviços farmacêuticos.*

A DN da OF reuniu três vezes com o Ministério da Saúde e apresentou um conjunto de propostas de serviços farmacêuticos diferenciados e sustentáveis, tendo em consideração o programa do Governo para a área da saúde e o possível envolvimento dos farmacêuticos no alívio da pressão existente no SNS.

No Orçamento do Estado para 2023, apresentado pelo Ministro das Finanças ao Presidente da Assembleia da República, no dia 10 de outubro, e publicado em Diário da República a 30 de dezembro, foram incluídos dois serviços farmacêuticos propostos pela OF aquando das audiências realizadas:

- » Dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade;
- » Renovação da prescrição para doentes crónicos.



» Reunião com o Ministério da Saúde | 26 de outubro de 2022

Tendo em consideração a inclusão dos dois serviços supramencionados no Orçamento do Estado para 2023, bem como outras áreas de intervenção consideradas cruciais, a OF, enquanto entidade reguladora da profissão, iniciou a elaboração de cinco normas profissionais, com o objetivo de garantir uma maior uniformização e estruturação das intervenções farmacêuticas para assegurar serviços de qualidade aos doentes:

- » Norma de intervenção farmacêutica para a dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade;
- » Norma de intervenção farmacêutica para a preparação individualizada da medicação;
- » Norma de intervenção farmacêutica para a reconciliação da medicação;
- » Norma de intervenção farmacêutica para a renovação da prescrição para doentes crónicos;

- » Norma de intervenção farmacêutica para a revisão da medicação.

Para além dos serviços já incluídos no Orçamento do Estado, a OF propôs ainda a implementação de protocolos de atuação para situações clínicas ligeiras, proposta esta sustentada num *benchmark* internacional. Esta proposta tem o objetivo de aliviar a pressão no SNS, através da diminuição de idas às urgências hospitalares ou unidades de cuidados de saúde primários, o que se traduziria em ganhos em saúde para o Sistema, sem comprometer a qualidade e a segurança. Para estas situações os farmacêuticos poderão dar aconselhamento e dispensar medicamentos, sempre que necessário, ou encaminhar os doentes ao seu médico de família, de acordo com suas necessidades e seguindo os protocolos devidamente definidos entre a Ordem dos Médicos, a OF e o Ministério da Saúde.

A par com o objetivo de desenvolvimento e implementação destes serviços, a OF reiterou junto do Ministério da Saúde, bem como dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e da ACSS que, para que tal aconteça, devem estar garantidas duas condições essenciais: o acesso pelos farmacêuticos a informação clínica relevante e a comunicação entre as diversas entidades públicas, privadas e sociais prestadoras de cuidados.

No seguimento da necessidade do acesso pelos farmacêuticos aos dados clínicos relevantes, foi realizado um *webinar* conjunto entre a OF e a SPMS, no dia 13 de setembro, com o objetivo de desenvolver competências e esclarecer as funcionalidades do perfil farmacêutico no sistema de informação SClínico Hospitalar.



» Webinar "Perfil Farmacêutico no SClínico Hospitalar" | 26 de outubro de 2022

## V. RELAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DA PROFISSÃO E A ACADEMIA

*A relação contínua entre a OF, a Academia e as organizações profissionais é o motor da profissão farmacêutica (nas áreas da farmácia comunitária, análises clínicas, distribuição e farmácia hospitalar, mas também cluster farmacêutico industrial)*

É também função da Ordem contribuir para a atualização e

desenvolvimento contínuo do perfil do farmacêutico e não o poderá fazer se não estabelecer uma boa relação com a Academia.

Em 2022, a DN da OF procurou reforçar a ligação à Academia, participando em diversas iniciativas das Faculdades onde é lecionado o MICF.

Em maio, decorreu uma reunião entre a OF e o Conselho de Escolas Farmacêuticas de Portugal, com o objetivo de potenciar a partilha de informação entre as duas entidades e a articulação em torno das respetivas ações prioritárias, tendo sido abordadas matérias de interesse mútuo para valorização do ensino e da profissão farmacêutica em Portugal.

Em dezembro, decorreu nova reunião entre a OF e a Academia, desta vez com todas as instituições, públicas e privadas, onde é lecionado o MICF, para analisar o ensino e a formação farmacêutica nos diferentes ramos profissionais e para debater estratégias para criar sinergias entre a OF, os académicos e os estudantes.

Em linha com as prioridades identificadas para o presente mandato dos órgãos sociais da OF, a reunião com os representantes da Academia reforçou a necessidade de desenvolver propostas e soluções para promover o MICF e a profissão farmacêutica junto dos estudantes, a realizar no primeiro semestre de 2023.

Entre os temas em análise, esteve também o programa formativo da Residência Farmacêutica e a necessidade de aproximar a Ordem aos académicos e aos próprios estudantes, na medida em que a força de uma profissão se vê também pela capacidade de agregar e mobilizar os seus profissionais, num sentido de comunidade que deve ser preservado e estimulado.

Para além destes temas, a DN da OF procurou também desenvolver colaborações proativas para a adaptação das respostas formativas a nível pré e pós-graduado, acompanhando a evolução do conhecimento às necessidades da sociedade, bem como para a realização de estudos e geração de evidência que sirva de base às propostas a apresentar pela OF, nomeadamente aos decisores políticos.



» Reunião entre a OF e a Academia | 5 de dezembro de 2022

## VI. ENVOLVIMENTO NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

*A voz dos farmacêuticos deve ser ouvida pelos decisores políticos. A capacitação e envolvimento dos profissionais junto de entidades com poder de decisão, a geração de evidência científica e a sua translação para a ação política são importantes ferramentas a desenvolver, como forma de afirmar a profissão.*

Um novo Governo tomou posse ainda durante o primeiro trimestre do ano. Inicialmente, quase todos titulares da pasta da Saúde mantiveram-se o cargo, pelo menos até ao mês de agosto, quando a então ministra da Saúde, Marta Temido, apresentou demissão e assim se concretizou a nomeação do atual ministro da Saúde, Manuel Pizarro. O programa de Governo define, desde logo, as principais linhas de atuação do Governo na área da Saúde, algumas das quais concretizadas na apresentação do Orçamento de Estado para 2023, como são os casos da dispensa de medicamentos hospitalares em proximidade ou a renovação da terapêutica a doentes crónicos.

O Governo reconhece assim os benefícios dos projetos-piloto e de programas de saúde desenvolvidos em articulação com os farmacêuticos. A sua implementação carece, contudo, de discussão e análise, pelo que a OF, através dos CCEFC-OF e CCFEH-OF, iniciou o processo de elaboração de novos normativos profissionais, que colocará em Consulta Pública no início do ano de 2023, para apresentação ao Governo no âmbito do processo legislativo em curso.

Com o início de funções dos dirigentes da OF e também do Ministério da Saúde, em 2022, realizaram-se várias reuniões institucionais entre ambos os responsáveis, tendo sido apresentadas algumas prioridades para o desenvolvimento de novos serviços farmacêuticos.

Entre as suas atribuições estatutárias, a OF tem o dever de colaboração com o Estado na definição e implementação de políticas de saúde. Neste contexto, foram emitidos vários pareceres a propostas legislativas e normativos profissionais produzidos pelas mais variadas entidades:

- » Ato de execução do Regulamento 2019/06, relativo aos medicamentos veterinários;
- » Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro 2021-2030;
- » Estratégia Nacional para a Medicina Genómica;
- » Idoneidade e capacidade formativa dos estabelecimentos e serviços de saúde para a Residência Farmacêutica;
- » Linhas Orientadoras para a COVID-19 e outras infeções por vírus respiratórios durante o outono-inverno 2022-23;
- » Norma da Direção Geral da Saúde (DGS) sobre a Gestão e Notificação de Incidentes da Segurança do Doente;
- » Novo Plano Nacional de Saúde 2021-2030 "Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s";



- » Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º 1223/2009, relativo aos produtos cosméticos;
- » Projeto de Lei de Proteção em Emergência de Saúde Pública;
- » Projetos de Lei para alteração do regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
- » Projetos de Portarias que estabelecem os requisitos técnicos de funcionamento aplicáveis às Unidades de Diálise, Laboratórios de Genética Médica, Obstetrícia e Neonatologia, Unidades de Internamento e Unidades de Cirurgia de Ambulatório;
- » Referencial de boas práticas na prestação de cuidados de saúde nas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI);
- » Regulamentação do ato do enfermeiro;
- » Regulamento europeu relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde.

Relativamente à pandemia de COVID-19, foi um ano marcado por menor intervenção por parte da OF, em virtude de ter abrandado a situação epidemiológica em Portugal.

A DGS emitiu novas Orientações para o outono-inverno 2022-2023, que contemplou o fim da obrigatoriedade da utilização do uso de máscara ou viseiras nas farmácias comunitárias, mantendo, contudo, a obrigatoriedade nos restantes “estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde”. A OF demonstrou publicamente a sua discordância com a distinção que foi feita entre farmácias e demais estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde. As farmácias comunitárias são estabelecimentos onde são prestados cuidados de saúde, desde a dispensa de medicamentos ao balcão até à prestação de serviços em gabinetes de atendimento personalizado, tais como a administração de vacinas e medicamentos injetáveis, realização de testes bioquímicos e a realização de testes rápidos de antígeno à COVID-19.

Nota final para as relações com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito do reconhecimento de qualificações e acolhimento profissionais de farmacêuticos refugiados ucranianos, tema que foi também abordado em reuniões com o secretário de Estado do Trabalho e com o secretário de Estado da Saúde.

## VII. MAIOR E MELHOR ACESSO A MEDICAMENTOS, PRODUTOS DE SAÚDE E CUIDADOS FARMACÊUTICOS

*É essencial reforçar a atuação do farmacêutico no processo global, desde a investigação à dispensa e monitorização do seu uso seguro. A partilha de informação entre as várias áreas de atuação será essencial. O conhecimento dos medicamentos, a validação farmacêutica das prescri-*

*ções, mas também o acompanhamento da sua utilização e obtenção dos resultados esperados só será alcançado com o conhecimento das informações relacionadas com o doente e o medicamento.*

Em 2022, o problema das ruturas de medicamentos tornou-se ainda mais evidente, tendo a Guerra na Ucrânia e a situação política e económica internacional conduzido a um agravamento da situação existente em Portugal.

Nessa sequência, em 2022, a DN da OF alertou para a tendência de aumento das ruturas, mas fez questão de distinguir as falhas de abastecimento pontuais, relacionadas com picos de procura, como são exemplo alguns fármacos utilizados no tratamento de infeções virais e respiratórias. A OF entende que o país deve estar mais bem preparado para responder a estes picos de procura associados ao inverno e ao aumento das infeções respiratórias, que ocorreram primeiro nos países do norte da Europa e nas semanas seguintes em Portugal e noutros países do sul da Europa, dando tempo suficiente para aprovisionamento e preparação. Neste contexto, reforçou-se ainda a importância da Reserva Estratégica de Medicamentos, lamentando que a atual não responda aos desafios das sociedades modernas. A OF considera que devem ser criadas condições para a colaboração com os operadores na definição e gestão de *stocks* mínimos e adicionais tendo em conta situações pontuais que colocam em causa o acesso a determinados medicamentos considerados essenciais.

A nível internacional, Portugal, a Europa e o mundo enfrentam ainda as repercussões da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. A crise energética, a escassez de recursos ou a inflação têm tido um impacto transversal em todos os setores de atividade. Na saúde, foram evidentes os constrangimentos no acesso a medicamentos, matérias-primas e substâncias ativas, com reporte de vários problemas na produção e abastecimento. A OF alertou publicamente para a dimensão desta realidade, recordando a especificidade do mercado nacional, que durante vários anos foi fomentando sucessivas reduções de preço dos medicamentos, criando problemas de sustentabilidade para os operadores, que muitas vezes optaram por descontinuar a sua produção e comercialização. Este regime de preços impulsionou também o crescimento da exportação paralela de medicamentos para países europeus onde são praticados preços mais elevados. Esta posição foi transmitida à tutela, grupos parlamentares e deputados da Comissão Parlamentar de Saúde, que quiseram a audição da OF sobre tema.

No âmbito do quadro legislativo português do medicamento, a OF continuou ainda a colaborar com o Infarmed na elaboração de protocolos de dispensa de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia (MNSRM-EF). Durante o ano de 2022, a OF reviu e comentou 3 Protocolos de Dispensa de MNSRM-EF, contribuindo assim para capacitar a ação dos farmacêuticos comunitários nesta importante área de aconselhamento. Atualmente, estão identificadas 49 DCI ou combinações de DCI classificadas como MNSRM-EF, embora a OF considere que existe ainda uma margem considerável para integração de outros fármacos e ou-



tras indicações terapêuticas nesta “terceira lista” de MNSRM.

De forma transversal, a OF continuou a defender a garantia do acesso universal aos melhores cuidados de saúde, reiterando a importância da utilização dos recursos disponíveis mais adequados à garantia do cumprimento da missão em cada momento, nomeadamente a rede de farmácias comunitárias, de laboratórios de análises clínicas de proximidade e de distribuidores farmacêuticos.

Não será possível o SNS atingir a sua missão sem um circuito do medicamento competente e de qualidade. E esse circuito só é possível porque existem farmacêuticos no seu desenvolvimento, produção, avaliação e aprovação, mas também os que garantem a sua distribuição atempada, em todo o país, e em condições adequadas, e os que os dispensam e aconselham nas farmácias comunitárias e hospitalares.

Os medicamentos representam quase um quarto do orçamento do SNS e são a segunda maior rubrica no orçamento, só ultrapassada, naturalmente, pela rubrica dos Recursos Humanos. É fundamental que o SNS reconheça claramente a relevância da intervenção farmacêutica nas decisões sobre as opções terapêuticas mais custo-efetivas para cada doente. São igualmente importantes o acompanhamento farmacoterapêutico, a promoção da adesão à terapêutica, entre outras intervenções que a literatura internacional tem comprovado aumentarem os resultados em saúde, diminuindo a carga de doença e/ou os efeitos adversos, evitando assim aumentos na despesa.

## VIII. APOIO JURÍDICO (ÉTICA E DEONTOLOGIA) AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

*A ética e a deontologia farmacêutica são a base de todo o exercício da profissão. O acompanhamento jurídico aos farmacêuticos é fundamental como forma de preservar as condições adequadas para o desempenho profissional nas diversas áreas de atividade e proteger os valores da profissão.*

O Código Deontológico da OF é uma das mais relevantes disposições legais sobre o exercício da atividade farmacêutica, que consagra valores, princípios e normas que orientam a atuação destes profissionais de saúde. Nesse sentido, em 2022, foi constituído o Conselho Nacional de Deontologia Farmacêutica, presidido por Sérgio Simões e do qual também fazem parte Ana Miguel Silva, Mara Guerreiro, Maria Aida Batista e Pedro Ferreira. Este conselho consultivo, integrando vários membros das diferentes áreas de intervenção profissional, tem como missão assessorar a DN relativamente a temas relevantes da profissão, designadamente no que respeita a matérias deontológicas, como também no apoio na implementação do novo Código Deontológico.

Em 2022, foram também encetados esforços para um maior e melhor acompanhamento e taxa de resposta dos processos de âmbito jurisdicional, dos que se encontram em contencio-

so e de todos aqueles que carecem de patrocínio jurídico.

A propósito do Observatório Jurisdicional, relativamente ao ano de 2022, importa destacar os aspetos seguintes.

A OF exerce o poder disciplinar sobre os seus membros, sempre que haja violação dos deveres fixados no Estatuto, nas demais disposições legais e nos Regulamentos Internos, sendo esta uma competência dos Conselhos Jurisdicionais.

Durante o ano de 2022 foram registadas, no total, 46 denúncias no Observatório Jurisdicional, das quais 6 por iniciativa da Ordem e 40 que chegaram ao seu conhecimento.

Das denúncias identificadas pela Ordem, 4 foram referentes a práticas de ilícito criminal, 1 de usurpação de funções e 1 referente a dispensa de medicamentos.

Em relação às denúncias rececionadas pela Ordem, 15 foram por desagrado no atendimento, 8 relativas à dispensa de medicamentos, 6 por violação de regras deontológicas, 6 por práticas de ilícito criminal, 4 por incumprimento de normas e boas práticas e 1 por motivos laborais.

Do total das denúncias, 19 foram encaminhadas para o Conselho Jurisdicional Regional do Norte, 6 para o Conselho Jurisdicional Regional do Centro e 21 para o Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas.

Durante o ano de 2022, salienta-se ainda, que o Conselho Jurisdicional Regional do Norte arquivou 9 processos (1 referente a 2020, 5 referentes a 2021) e deliberou 2 sanções de repreensão registadas (2 processos referentes a 2021).

O Conselho Jurisdicional Regional do Centro arquivou 5 processos (3 referentes a 2021).

O Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas arquivou 19 processos (1 processo referente a 2019, 3 processos referentes a 2020 e 3 processos referentes a 2021), deliberou 4 sanções de repreensão registadas (2 processos referentes a 2018, 2 processos referentes a 2020), a aplicação de 4 multas (1 processo de 2020) e a aplicação de 1 sanção disciplinar de suspensão de exercício da profissão pelo período de um ano, suspendendo a sua aplicação pelo período de três anos (processo de 2021).

Mais se informa que o Conselho Jurisdicional Nacional, nos 3 pedidos de recurso que transitaram do Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas, deliberou manter 2 sanções de multa aplicadas, tendo o outro pedido desistido do recurso apresentado.

## IX. COLABORAÇÃO COM ASSOCIAÇÕES DE DOENTES E A SOCIEDADE

*A aproximação da OF às associações de doentes permitirá utilizar sinergias para melhores cuidados de saúde, reconhecendo a posição do doente no centro do sistema.*

A OF considera que os farmacêuticos ocupam uma posição



privilegiada no Sistema de Saúde para transmitir e promover a literacia em saúde aos cidadãos e para recolher informação essencial à tomada de decisão pelas autoridades, nomeadamente sobre as necessidades e expectativas dos seus utentes em relação aos serviços de saúde. Nesta perspetiva, considera que as suas posições devem estar fundamentadas nos pilares da qualidade, segurança e eficácia dos cuidados prestados aos doentes, mas também em serviços valorizados pelos utentes e pela sociedade, como seja a proximidade, a disponibilidade e a confiança.

Mantendo, assim, uma colaboração ativa e assídua com os representantes dos doentes e seus cuidadores, bem como com várias outras organizações da sociedade civil, a OF pretende sempre enquadrar as suas ações nos objetivos e nas necessidades dos cidadãos e fazer espelhar os seus pareceres e posições no domínio da política de saúde com os interesses da sociedade e dos doentes.

Assim se justificam a intensificação das relações com parceiros como a Convenção Nacional da Saúde, a Plataforma Saúde em Diálogo ou a Associação Dignidade, e o seu programa “abem:”, assim como o apoio a iniciativas solidárias como é a Jornada de Recolha de Medicamentos do Banco Farmacêutico.

Um dos temas centrais e estruturantes para o desenvolvimento dos Sistemas de Saúde e para a atividade dos seus profissionais diz respeito aos dilemas éticos das escolhas em saúde, particularmente nas decisões terapêuticas e modelos de financiamento que continuem a assegurar o acesso universal dos cidadãos aos melhores cuidados de saúde. No âmbito das comemorações dos 50 anos da OF, a DN da OF promoveu uma conferência e um debate sobre este tema das “Escolhas em Saúde”, com a participação da presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), do presidente do Infarmed, do bastonário da Ordem dos Médicos e do presidente da RD-Portugal, em representação dos doentes, em que foram analisados os motivos e as consequências das decisões técnicas, científicas e até políticas no âmbito do acesso à saúde.

Em 2022, a DN da OF procurou também reforçar a ligação aos Associações de Doentes, participando em diversas iniciativas destas.

Também em sede do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), a Ordem acompanhou o desenvolvimento das propostas de alteração da lei-quadro das associações públicas profissionais, assegurando que a mesma não desvirtuasse a principal missão das Ordens Profissionais – a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços que, no nosso caso, são os doentes.

## X. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

*O desenvolvimento das atuais e futuras ligações externas da OF a organizações europeias e internacionais da área da*

*Saúde e do setor farmacêutico em geral reforça as relações bilaterais, permite a troca de informação especializada e a afirmação internacional dos farmacêuticos portugueses.*

Dando continuidade ao extenso trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores, a DN da OF procurou fortalecer a sua colaboração e intervenção junto das organizações congéneres, europeias e internacionais, assim como estabelecer laços com outras organizações europeias.

A OF continuou a acompanhar, como tem feito nos últimos anos, as discussões internacionais ao nível do desenvolvimento legislativo, de produção de Diretivas Europeias e Atos Delegados, assim como a transposição para lei interna, quando aplicável. Com a proximidade a Bruxelas, a Ordem conseguiu manter uma atualização dos dossiers legislativos de âmbito europeu, especialmente no que diz respeito a:

- » Autenticação de medicamentos;
- » Carteira profissional europeia;
- » Dispositivos médicos;
- » Ensaio clínicos;
- » Medicamentos veterinários;
- » Proteção de dados em saúde;
- » Reconhecimento das qualificações profissionais;
- » Regulação profissional;
- » Revisão das diretivas europeias relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e testes de proporcionalidade.

### A nível europeu

Ao nível da atividade do Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), a OF tem-se mantido bastante ativa através da presença nas reuniões periódicas mensais (*European Pharmacists' Professional Forum, Economics Working Group, Advisory Working Group*), assim como nas suas Assembleias Gerais, e nos seus eventos *online*.

As publicações do PGEU, para os quais foi dado o contributo da OF em 2022, foram as seguintes:

- » *PGEU Position Paper on Demographic Change and Territorial Cohesion in Europe;*
- » *PGEU Position Paper on Health Emergency Preparedness and Response Authority (HERA);*
- » *PGEU Position Paper on the European Health Data Space;*
- » *PGEU Position Paper on the revision of the general pharmaceutical legislation.*

A OF colaborou durante o presente ano com a partilha e divulgação de boas práticas ao nível da prática farmacêutica com o PGEU e as suas associações, nomeadamente nas áreas de vacinação, cancro, falhas de abastecimento de medicamentos, serviços farmacêuticos, educação e formação farmacêutica, espaço europeu de dados em saúde, folheto

informativo eletrónico e avaliação e revisão da legislação farmacêutica europeia.

Não obstante a atividade do PGEU a nível europeu, a OF continuou, durante o ano de 2022, a dinamizar as atividades externas em Bruxelas, continuando as ações já iniciadas anteriormente com o objetivo de estabelecer uma relação de proximidade com as Instituições europeias e representações portuguesas em Bruxelas, nomeadamente os eurodeputados portugueses.

Em novembro de 2022, a OF marcou presença na Assembleia Geral do PGEU, em Bruxelas, e reuniu com a *Medicines for Europe*, *Association of the European Self-Care Industry*, Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia e com a eurodeputada portuguesa Sara Cerdas. Em todas as reuniões foi reforçada a disponibilidade da OF para colaborar no desenvolvimento e implementação de legislação dirigida ao setor farmacêutico.

Por esta ocasião, foi ainda promovido um encontro informal com os farmacêuticos portugueses a residir em Bruxelas, tendo participado 15 farmacêuticos.



Ao nível do reconhecimento das qualificações profissionais, a OF analisou, através do Sistema de Informação do Mercado Interno, 8 pedidos de Carteira Profissional Europeia, atuando em todas como autoridade competente de origem. Também nesta plataforma, durante o ano de 2022, a OF recebeu ainda pedidos de informação de autoridades de outros Estados-Membros para verificação das qualificações profissionais de farmacêuticos portugueses em mobilidade.

A OF tem colaborado com a coordenação nacional da Diretiva para o Reconhecimento das Qualificações Profissionais, da competência da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), no cumprimento dos requisitos das autoridades competentes, nomeadamente nas adaptações necessárias e exigidas pela Diretiva.

Neste sentido, a OF participou ainda em iniciativas da DGERT no que respeita à implementação do Balcão Único e a imple-

mentação da Diretiva Europeia 2005/36/CE, do Reconhecimento das Qualificações Profissionais.

Por fim, dar nota que a DN completou o procedimento de reconhecimento de qualificações profissionais de 9 farmacêuticos estrangeiros para inscrição na OF.

### A nível mundial

A OF tem tido uma presença forte tanto na estrutura interna da Federação Internacional Farmacêutica (FIP) como nos seus eventos, com elevado reconhecimento da qualidade das intervenções e atividades dos farmacêuticos portugueses. O interesse no desenvolvimento das relações internacionais com a FIP manteve-se constante durante o presente ano, observando-se a frequente partilha de conteúdos e a participação dos farmacêuticos portugueses nos eventos promovidos pela Federação, tanto à distância como presenciais.

Com a perspetiva de diversificar e intensificar a atividade no seio desta organização internacional, deu-se continuidade à inscrição, enquanto membros individuais, de representantes da OF na FIP, nomeadamente:

- » Bruno Sepodes, Secção Académica e no Painel de Ciências Farmacêuticas, Comunitária;
- » Jorge Batista, na Secção de Administração Farmacêutica;
- » Leonor Soares, na Secção de Administração Farmacêutica.

Foi também aberta uma *call* a todos os membros da OF para representarem a mesma no *Policy Committee* da FIP que elaborará um novo *FIP Statement of Policy on the role of pharmacists in life-course vaccination* e uma outra para identificar farmacêuticos com projetos, atividades desenvolvidas na área da sustentabilidade e alterações climáticas para integrar um grupo de trabalho da FIP neste âmbito.

No âmbito dos *webinars* da FIP, a OF divulgou e promoveu junto dos farmacêuticos portugueses os mesmos, tendo a OF participado nos seguintes, com a indicação de um orador:

- » *Creating development goal indicators – bridging data and outcomes;*
- » *Enabling life-course immunisation through pharmacy-based vaccination: Service remuneration models;*
- » *Pharmacy's responses to the COVID-19 pandemic: Help desk and Help line for COVID-19.*

Relativamente ao evento anual da FIP, a OF marcou presença no 80.º Congresso Mundial da FIP, que decorreu entre os dias 18 e 22 de setembro, em Sevilha, em paralelo com o 22.º Congresso Nacional Farmacêutico, organizado pelo *Consejo General de Colegios Farmaceuticos* (CGCOF) de Espanha.

Nesse Congresso, foi aprovado um novo quadro de competências para a formação contínua de farmacêuticos, um *position paper* sobre o serviço de testagem em farmácias e outro relacionado com a garantia da qualidade em farmácia e na educação farmacêutica.

O programa do evento registou também a participação de



vários farmacêuticos portugueses como oradores convidados:

- » Cátia Caneiras, membro da direção da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da OF (SRSRA-OF), integrou o painel de discussão da sessão dedicado às resistências antimicrobianas;
- » Ema Paulino, presidente da Associação Nacional das Farmácias (ANF), participou no painel de discussão sobre o contributo da farmácia para a saúde inclusiva, tendo sido também uma das oradoras da sessão sobre novos modelos de financiamento de serviços farmacêuticos;
- » Luís Lourenço, presidente da direção da SRSRA-OF, moderou uma sessão para partilha de experiências e lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19;
- » Sónia Romano, do Centro de Estudos e Avaliação em Saúde da ANF, presidiu um painel dedicado à rutura de medicamentos.

Da participação nacional no evento da FIP resultou ainda a distinção de dois trabalhos apresentados sob a forma de póster:

- » *"Patient preferences and cost-benefit of Hypertension and Hyperlipidemia collaborative management model between pharmacies and primary care in Portugal: a discrete choice alongside a trial (USFarmácia)"*, do Instituto de Saúde Baseado na Evidência (ISBE) – primeiro lugar;
- » *"The presenta community Pharmacies on regional equity access to professional rapid antigen testing for SARS-CoV-2 in Portugal"*, do CEFAR, foram distinguidos com o primeiro e terceiro lugar, respetivamente

Por esta ocasião, foi ainda promovido um encontro informal com os farmacêuticos portugueses e com os farmacêuticos de países de língua oficial portuguesa a participar no Congresso, tendo participado 60 farmacêuticos.



» 80º Congresso Mundial da FIP | 18 a 22 de setembro de 2022

A OF tem ainda acompanhado o trabalho que a FIP tem desenvolvido no âmbito da regulação profissional. Em 2022, a OF manteve a sua colaboração através da sua representação nas reuniões do Fórum dos Reguladores e na elaboração do documento *Regulatory self-assessment and development tool for transforming pharmacy practice*.

A OF esteve representada por Luís Lourenço no Simpósio do Fórum dos Reguladores e foi orador na sessão subordinada ao tema: *Pharmacists as Healthcare Providers in NCDs: Enabling Regulations and Policies- Pharmacist authorized renewal of prescriptions in Portugal and case scenarios during the pandemic*.

### Cooperação Internacional

Dando continuidade ao extenso trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores, a DN continuou a desenvolver e aprofundar as relações com as organizações farmacêuticas dos países lusófonos, nomeadamente no âmbito da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Conselho Nacional para a Cooperação, liderado por Djamilia Reis, entrou em funções em setembro de 2022 e reuniu quatro vezes.

Este Conselho é composto pelos seguintes farmacêuticos:

- » Carla Djamilia Reis (presidente);
- » Ana Cristina Gaspar Cabral;
- » Afonso Miguel das Neves Cavaco;
- » Célia Iria Alves da Silva;
- » João Filipe Farias Roseiro;
- » Jorge Pedro Barroso Batista;
- » Olga Maria Duarte Silva;
- » Thebar David de Oliveira Miranda.



» 1ª Reunião do Conselho Nacional para a Cooperação | 9 de setembro de 2022

O Conselho aprovou a sua estratégia e plano de atividades, que visam incentivar o desenvolvimento e a afirmação das organizações profissionais de farmacêuticos nos países de língua oficial portuguesa através de ações nos seguintes eixos estratégicos:



- » Formativo, da estruturação do ensino farmacêutico pré e pós-graduado;
- » Profissional, da definição dos atos próprios da profissão e do desenvolvimento das áreas de exercício profissional;
- » Deontológico, da promoção do intercâmbio de boas práticas e códigos de conduta;
- » Científico, da aproximação das instituições de investigação e investigadores da área das ciências farmacêuticas;
- » Regulamentar, do desenho dos quadros legislativo e normativo nas áreas do medicamento e da farmácia.

O apoio dado pela OF aos países africanos de língua portuguesa, no apoio à organização da formação pré-graduada e pós-graduada, tem sido crucial para o desenvolvimento da assistência farmacêutica naqueles países e para a capacitação dos profissionais que exercem nas áreas hospitalar e de regulamentação do medicamento. Neste sentido, e no âmbito do protocolo de colaboração assinado em 2018 entre a OF e a Associação de Farmacêuticos de Moçambique (AFARMO), deu-se continuidade ao projeto de formação pós-graduada em Prática Farmacêutica para farmacêuticos moçambicanos, constituído por um curso em formato *e-learning* cobrindo as áreas de comunicação clínica, regulamentação e logística farmacêutica e gestão farmacêutica.

Em relação ao Protocolo de Colaboração assinado entre a OF e o Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM), também em 2018, continuaram a ser programadas e desenvolvidas atividades de capacitação educacional, nomeadamente ao nível de palestras e *webinars*. A OF disponibilizou-se ainda para auxiliar a criação de um Mestrado em Ciências Farmacêuticas em Moçambique.

A OF reuniu ainda com uma delegação brasileira do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz que atua nas áreas da educação, pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de medicamentos. Esta reunião integrou o programa da visita a Portugal da delegação da Farmanguinhos, que envolveu outros encontros com entidades ligadas ao setor farmacêutico contribuindo assim para o reforço da relação institucional entre Portugal e Brasil.

A OF reuniu ainda com o Instituto Nacional de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia, do Brasil, para criação de sinergias entre as duas entidades, particularmente na área formativa.

Relativamente à atividade da AFPLP, em 2022, a OF continuou a apoiar os seus Órgãos Sociais na sua atividade, mantendo um contacto permanente com a sua Diretora Executiva, Djamilia Reis.

A Assembleia Geral a 21 de abril de 2022, realizada em formato eletrónico, contou com a participação de representantes de todas as organizações membro e marcou o fim do mandato 2019/2022, cuja Presidência esteve a cargo de Portugal, assumida por Helder Mota Filipe.

A agenda incluiu a apresentação do relatório das atividades, a partilha dos relatórios da situação farmacêutica em cada um dos países e aprovação da resolução “A confiança na vacinação promovida por farmacêuticos”.

As eleições decorreram de acordo com as regras de rotatividade estabelecidas, tendo sido a Presidência transferida para Angola, assumida por Mateus Fernandes, especialista em Diagnóstico e Terapêutica da Agência Reguladora de Medicamentos de Angola (ARMED).

No mesmo dia, o Departamento de Regulação e Segurança da Organização Mundial de Saúde (OMS) organizou, com a colaboração da AFPLP, uma formação sobre os procedimentos da OMS para registo colaborativo de medicamentos e produtos de saúde.

Em 2022, a AFPLP continuou a realização de *webinars* em colaboração com a FIP e com a OF, tendo decorrido 5 *webinars*:

- » “Construindo a confiança nas vacinas”;
- » “Formação farmacêutica na África Subsariana”;
- » “O papel dos farmacêuticos em pandemias e emergências de saúde”;
- » “Oportunidade e desafios para a profissão farmacêutica no espaço lusófono”;
- » “Saúde Mental”.

Ainda em 2022, foi iniciado o trabalho de preparação do XV Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, que decorrerá entre os dias 17 e 19 de maio, em Luanda, Angola.

Relativamente ao Projeto internacional BERC-Luso (*Biomedical Ethics and Regulatory Capacity Building Partnership for Portuguese Speaking African Countries*), o mesmo foi concluído em 2022.

O Projeto tinha o objetivo de robustecer o ecossistema nacional na área dos ensaios clínicos, para os países Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, através do reforço e da sua capacitação ética e regulamentar, tendo decorrido, em 2022, visitas de coordenação a todos os países parceiros.



Na visita a **São Tomé e Príncipe**, entre 28 de fevereiro e 4 de março, foram realizadas as seguintes atividades:

- » Reunião com a Ordem dos Médicos de São Tomé e Príncipe;
- » Visita ao Laboratório Nacional de referência Tuberculose/VIH;



- » Reunião com a Comissão de Ética do Ministério da Saúde;
- » Encontro com a ministra da Saúde;
- » Audiência na Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe;
- » Visita ao Departamento Farmacêutico;
- » Encontro com o Vice-Presidente da Assembleia Nacional;
- » Atelier sobre ensaios clínicos e investigação biomédica.

Na visita a **Cabo Verde**, entre 6 e 10 de abril, foram realizadas as seguintes atividades:

- » Visita ao Hospital Agostinho Neto;
- » Encontro com o Comité Nacional de Ética em Pesquisa para a Saúde;
- » Encontro com o Diretor Nacional de Saúde, na qualidade de Presidente da Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento (CNCA);
- » Encontro com o Ministério da Saúde de Cabo Verde;
- » Encontro com o bastonário da Ordem dos Advogados;
- » Encontro com o Conselho de Administração da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS);
- » Encontro com a Universidade de Cabo Verde;
- » Audiência na Embaixada de Portugal em Cabo Verde;
- » Encontro e visita aos laboratórios Inpharma;
- » Encontro com a Universidade Jean-Piaget;
- » Conferência “A importância da Investigação biomédica em Cabo Verde”.

Na visita a **Guiné-Bissau**, entre 10 e 14 de abril, foram realizadas as seguintes atividades:

- » Visita à Comissão Nacional de Ética para a Pesquisa em Saúde;
- » Encontro com o ministro da Saúde da Guiné-Bissau;
- » Audiência na Embaixada de Portugal na Guiné-Bissau com o Encarregado de Negócios João Camilo Costa;
- » Visita à sede do Projeto de Saúde de Bandim;
- » Visita de Cortesia e Audiência com o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Nuno Gomes Nabim;
- » Reunião com a Comissão Especializada para a Saúde da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau;
- » Visita à sede da Autoridade Reguladora da Farmácia e do Medicamento (ARFAMA);
- » Visita ao Laboratório Nacional de Saúde Pública;
- » Conferência “Comité Nacional de Ética em Pesquisa na Saúde e BERC-Luso na Guiné-Bissau”.

Na visita a **Angola**, entre 26 e 29 de julho, foram realizadas as seguintes atividades:

- » Audiência com o Embaixador de Portugal, Francisco

Alegre Duarte;

- » Conferência “A importância da investigação biomédica em Angola”;
- » Encontro com a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Farmacêuticos;
- » Encontro com a Ordem dos Biomédicos de Angola no Instituto Nacional de Investigação em Saúde;
- » Comité de Ética em Investigação do Instituto Nacional de Investigação em Saúde de Angola;
- » Reunião com a Decana da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto;
- » Encontro e visita à agência Reguladora de Medicamentos e Tecnologias de Saúde (ARMED).

Na visita a **Moçambique**, entre 31 de agosto e 3 de setembro, foram realizadas as seguintes atividades:

- » Visita à Sede da Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos, Instituto Público (ANARME);
- » Visita à Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane;
- » Visita de Cortesia ao Ministério da Saúde;
- » Visita ao Instituto Nacional de Saúde (INS).
- » Visita ao Centro de Investigação em Saúde da Polana Caniço.

Seguem abaixo os principais resultados do Projeto BERC-Luso, cuja continuidade se pretende assegurar através de uma candidatura de apoio à segunda fase do projeto:

#### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- » Criação da Comissão de Ética;
- » Protocolos de cooperação para a capacitação de recursos humanos (Infarmed, Entidade Reguladora Independente da Saúde, Moçambique, Angola e OF);
- » Proposta de criação de um Sistema Nacional de Farmacovigilância;
- » Proposta da criação de um Plano Nacional de Inspeção de Boas Práticas Clínicas.

#### ANGOLA

- » Submissão de uma proposta de lei sobre a criação de um Comité de Ética Nacional;
- » Adoção de Boas Práticas em projetos de Investigação Biomédica e Ensaios Clínicos;
- » Proposta de lei sobre a exigência de seguro de responsabilidade civil para Ensaios Clínicos;
- » Proposta de lei sobre a exigência de contrato financeiro entre o promotor e o Centro de Ensaios Clínicos.

### CABO VERDE

- » Ações de formação e sensibilização;
- » Adoção de mecanismo que reforcem a promoção da transparência dos procedimentos adotados pela ERIS;
- » Criação de um grupo de trabalho para a revisão do quadro legislativo sobre a Investigação em Saúde.

### MOÇAMBIQUE

- » Proposta de Regulamento específico sobre Ensaio Clínicos (aprovado em Consultivo de Ministros);
- » Criação de uma Base de Dados sobre a Investigação Clínica;
- » Elaboração de Plano de Supervisões e Inspeções relativamente às Boas Práticas em Ensaio Clínicos;
- » Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão dos Ensaio Clínicos;
- » Definição do circuito de notificações de EA resultantes dos Ensaio Clínicos.

### GUINÉ-BISSAU

- » Projeto para a aprovação do diploma jurídico que oficializa a criação do Comissão Nacional de Ética para a Pesquisa em Saúde (CNEPS).

Por fim, em matéria de cooperação internacional, destaque também para a Guerra na Ucrânia, que não deixou ninguém indiferente e desencadeou um desejo natural de ajuda às populações afetadas, ao qual se associou também todo o setor farmacêutico nacional. A solidariedade materializou-se no envio de várias toneladas de medicamentos e outros produtos de saúde para a Ucrânia, a grande maioria dos quais doados pela indústria farmacêutica em Portugal, que foram transportados para as zonas de conflito através de corredores de segurança e da ação da Proteção Civil da União Europeia.

A OF, o Infarmed, a DGS e as associações setoriais trabalharam numa resposta integrada e coordenada do setor farmacêutico nacional às necessidades que pudessem vir a ser reportadas pelas autoridades e instâncias europeias e ucranianas em matérias de medicamentos, dispositivos médicos e outros produtos de saúde.

Numa primeira fase, com o apoio da indústria farmacêutica nacional, foram enviados milhares de produtos sobretudo de utilização em ambiente hospitalar e situações de emergência. A Ordem e os operadores do circuito do medicamento aguardaram a aprovação de uma lista oficial com as necessidades reportadas para doação através das farmácias, para poder desencadear uma nova ação solidária do setor. Em caso de necessidade, e mantendo a integridade e a segurança no circuito do medicamento, como única garantia para a sua utilização no destino, os portugueses poderiam doar os produtos reportados como necessários pelas autoridades, junto

das farmácias comunitárias, num processo de logística inversa assegurado pelos distribuidores farmacêuticos para posterior envio para as zonas de conflito através da Proteção Civil Europeia e dos corredores humanitários.

O Governo aprovou um diploma que “estabelece medidas excecionais no âmbito da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, de forma a permitir assegurar um efetivo e célere processo de acolhimento e de integração”. Apesar de entre as medidas aprovadas estar a simplificação do procedimento de reconhecimento de qualificações profissionais, não foi possível a sua aplicação às Ordens profissionais da Saúde, continuando os farmacêuticos ucranianos sujeitos ao processo de reconhecimento das suas qualificações junto das universidades portuguesas.

Neste contexto, a OF encetou contactos com farmacêuticos de origem ucraniana radicados em Portugal, para acompanhamento e tutoria dos colegas conterrâneos que solicitassem asilo em Portugal ao abrigo deste regime excepcional. Logo no início do conflito, a OF reuniu com duas dezenas de farmacêuticos ucranianos radicados em Portugal, num encontro que contou também com a participação da Embaixada da Ucrânia no nosso país.

Entre as matérias analisadas nesta reunião de trabalho estiveram também as doações de medicamentos para a Ucrânia, a assistência farmacêutica e medicamentosa aos refugiados ucranianos e os conhecimentos dos farmacêuticos fluentes em ucraniano, que poderiam ajudar a avaliar equivalências e/ou alternativas terapêuticas no mercado português.

A OF realçou ainda os contactos que manteve com o Ministério da Saúde, com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e com as restantes Ordens Profissionais da área da Saúde, para regulamentação de um regime excepcional e transitório para reconhecimento de qualificações de profissionais de saúde provenientes da Ucrânia, embora não tenha sido ainda possível.

A OF recebeu cerca de 30 contactos de farmacêuticos ucranianos a solicitar informações acerca do processo de admissão na Ordem e continua a aguardar a aprovação da legislação que irá regulamentar estes procedimentos excecionais, mas mantém contacto estreito com as instâncias europeias para perceber a sua implementação nos restantes países europeus.





## XI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

*A criação de um modelo organizacional simples, flexível e que favoreça a troca de informação, sujeito a melhoria contínua, será um pilar essencial para o desenvolvimento de uma OF que responda, de forma segura e eficaz, às necessidades dos associados.*

A DN da OF, em 2022, encetou as diligências para a criação de um modelo organizacional simples e flexível capaz de responder cada vez melhor às necessidades dos associados.

Entre o trabalho realizado, destaca-se a atualização das plataformas informáticas de gestão de associados, gestão documental, gestão financeira e gestão de comunicações e a definição de indicadores estratégicos nas seguintes áreas:

- » Assuntos Profissionais;
- » Centro de Informação do Medicamentos;
- » Desenvolvimento Profissional;
- » Relações Internacionais;
- » Secretaria Geral:
  - Assuntos Financeiros;
  - Assuntos Jurídicos;
  - Base de Dados e Estatísticas;
  - Comunicação e Marketing Institucional;
  - Recursos Humanos.

Adicionalmente, foi desenvolvido um inquérito de satisfação relativo aos serviços da OF cujos resultados serão apresentados em 2023.

O principal objetivo desta reorganização dos serviços da DN da OF, que se perspetiva concluir em 2023, tem por objetivo assegurar uma utilização eficiente dos recursos humanos e financeiros disponíveis que permitam dar resposta às reais necessidades dos farmacêuticos.

Para esta estratégia de aproximação, contribuíram ainda os novos regimentos das Assembleias Regionais e Geral aprovados em dezembro, passando agora a ser possível a participação efetiva à distância a todos os membros que pretendam assistir e intervir nas Assembleias da Ordem.

## 2. OUTRAS ÁREAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

### I. CENTRO DE INFORMAÇÃO DO MEDICAMENTO

O objetivo do Centro de Informação do Medicamento (CIM) é a promoção do uso correto dos medicamentos, difundindo

informação e documentação científica objetiva, independente e sem carácter lucrativo na área do medicamento, procurando também contribuir para a formação de farmacêuticos e estudantes.

Em 2022, foi também elaborado um Plano Estratégico para o CIM, que será dado a conhecer em 2023, para implementação.

#### Recolha e organização da informação

Em 2022, o CIM prosseguiu a habitual atualização bibliográfica, com aquisição de publicações periódicas e não periódicas e continuou a dispor das assinaturas dos sistemas de informação Drugdex®, MedlineComplete® e UpToDate®.

Com base na revisão de algumas publicações periódicas, os artigos de interesse são incluídos na Base de Dados Bibliográfica do CIM.

A aplicação “Consultas CIM”, em formato eletrónico, continuou a ser utilizada para registo de todas as consultas, o que permite um registo completo das consultas e das respostas, bem como o tratamento estatístico dos dados.

#### Resposta a consultas

A informação passiva, que consiste na resposta a consultas sobre medicamentos e terapêutica, é uma das atividades básicas do CIM.

Em 2022, foram recebidas 422 consultas. A distribuição por área de consulta foi bastante similar à de anos anteriores, sendo as principais áreas de consulta:

- » Estabilidade, incompatibilidades e administração;
- » Informação geral - medicamentos (monografias, bibliografia);
- » Uso terapêutico, posologia e eficácia comparativa;
- » Formulação magistral, tecnologia farmacêutica.

As consultas são efetuadas essencialmente por farmacêuticos. Neste ano, os principais consultantes foram os farmacêuticos hospitalares (50,5%) e comunitários (28,7%), com aumento do primeiro grupo em relação a anos anteriores. O grupo denominado “outros farmacêuticos”, que representou 10,7%, inclui farmacêuticos de diversas áreas (ensino, investigação, organismos oficiais, apoio a lares, análises clínicas).

Relativamente à distribuição geográfica, esta é próxima da de anos anteriores, com 44,3% das consultas provenientes da Grande Lisboa.

O correio eletrónico continuou a ser a principal forma de resposta, como única forma de resposta (77,5%), ou combinado com outras formas de envio, seguido da resposta exclusivamente telefónica (19,4%).

Em 2022, verificou-se um ligeiro aumento nas consultas que precisaram de tempo de elaboração superior a 1 hora (62,1%). Destas, 26,1% precisaram de mais de 3h, sendo, em muitos casos, necessário um tempo bastante superior.



Em 80,9% das consultas, a resposta foi comunicada nas primeiras 24h após a sua receção, sendo que o CIM dá sempre prioridade às consultas relacionadas com o doente. As consultas com resposta até 48h representaram 9,2% do total e as consultas com resposta até uma semana foram 9,7%. Contudo, na sua grande maioria, estas não estão relacionadas com um doente, correspondendo a pedidos de apoio bibliográfico para estudo, realização de teses, trabalhos ou apresentações, sobre temas ou intervenções relacionadas com a prática profissional, ou relacionados com pesquisa ou fontes bibliográficas.

Foi enviada documentação em 67,3% das respostas, sendo o valor mais elevado desde o início de funcionamento do CIM. Esta percentagem tem aumentado nos últimos anos, devido à maior complexidade das consultas, que torna necessário um maior apoio bibliográfico para melhor esclarecimento.

Em 2022, houve uma diminuição do número de consultas de cerca de 20% em relação ao ano anterior. A diminuição verificou-se, sobretudo, nas consultas provenientes de farmácia comunitária e do grupo “outros farmacêuticos”. A diminuição no número de consultas, referida pelos centros de informação a nível internacional e possivelmente relacionada com a maior facilidade atual no acesso a informação pelos farmacêuticos, é acompanhada por um aumento da sua complexidade e, consequentemente, do tempo necessário para a elaboração da resposta.

## Publicações

Desde a sua criação, o CIM tem desenvolvido também informação ativa, entendida como aquela que surge por iniciativa do serviço, após análise das necessidades dos utilizadores.

O **Boletim do CIM** continuou a ser publicado trimestralmente, por via eletrónica, através da secção do CIM existente no *website* da OF. Esta publicação trimestral conta com o apoio de um Conselho Editorial para a seleção dos temas, escolha dos autores e definição das normas de elaboração, garantindo assim que os artigos respondem aos objetivos e critérios editoriais da publicação. O Conselho Editorial colabora também na avaliação de conteúdos, realizando uma revisão dos artigos.

A composição do atual Conselho Editorial do Boletim do CIM foi nomeado em 2022, sendo composto pelos seguintes farmacêuticos:

- » Aurora Simón (editora);
- » Ana Cabral;
- » Ana Paula Mendes;
- » Francisco Batel Marques;
- » Joana Amaral;
- » João Gonçalves;
- » José Aranda da Silva;
- » Manuel Morgado;

- » Mara Guerreiro;
- » Maria Eugénia Araújo Pereira;
- » Rita Oliveira;
- » Rute Varela;
- » Teresa Soares.

As **e-Publicações** são publicações técnicas com conteúdos originais disponíveis só por via eletrónica. Em 2022, foram elaboradas 12 novas e-Publicações.

Em 2022, continuou a publicação na secção do CIM no *website* da OF de **Breves Questões Terapêuticas**. Tratam-se de textos breves que respondem de forma sucinta a questões concretas, também elaborados pelas farmacêuticas do CIM. Foram publicadas 12 novas Breves Questões Terapêuticas.



## Secção do CIM no *website* da OF

De forma a estabelecer uma maior proximidade e comunicação com os membros, foi potenciada a informação ativa através da secção do CIM, disponível no *website* da OF ([www.ordemfarmaceuticos/CIM](http://www.ordemfarmaceuticos/CIM)). Esta secção permite aceder de forma direta e imediata a todas as publicações e atividades do Centro e inclui uma brochura de apresentação do Centro e um vídeo sobre o serviço.

No separador “Atualidade Terapêutica”, que visa a divulgação de artigos ou documentos recentemente publicados com utilidade para a intervenção farmacêutica, foram incluídas, em 2022, um total de 46 referências.

Os separadores “Boletim do CIM”, “e-Publicações” e “Breves Questões Terapêuticas” reúnem as publicações elaboradas pelo CIM. As “Fichas Técnicas do CIM” também se encontram incorporadas nessa secção.

Um dos objetivos do CIM é também facilitar a pesquisa pessoal dos profissionais e a resolução de problemas. Por isso, continuamos a atualizar e a divulgar *links* de interesse no separador “Recursos de Informação”.

O separador “CIM à Tarde na Sociedade Farmacêutica” reúne as apresentações e os vídeos das sessões realizadas.

Em 2022 foi criado um novo separador, que reúne agora uma seleção de “Trabalhos elaborados” pelo CIM.

As novas publicações são divulgadas através das *newsletters* DIÁRIO OF, destaques no *website* da OF e utilizando também as redes sociais, sendo de destacar que, em alguns casos, têm estado entre os conteúdos com maior popularidade.



### Informação sobre COVID-19

Em 2022, o CIM elaborou materiais para a divulgação semanal através da *newsletter* INFO OF sobre COVID-19. Foram enviadas com essa periodicidade, até ao final de agosto, um total de 31 *newsletters*, que incluíam artigos com interesse no contexto da COVID-19, organizados pelo seu conteúdo (informação geral, tratamento, vacinas e prevenção).

A partir de agosto, dada a evolução da pandemia, o CIM passou a elaborar semanalmente “Atualidades Terapêuticas” relacionadas com a COVID-19, divulgando somente um artigo com maior interesse, tendo sido elaboradas um total de 17.

### Informação sobre vacinação contra a COVID-19 e a gripe sazonal

Com o objetivo de sensibilizar os farmacêuticos para a promoção da vacinação, foi elaborada em dezembro de 2022 uma *newsletter* INFO OF com informação sobre estas vacinas e sobre a situação epidemiológica, reiterando o importante papel que os farmacêuticos podem desempenhar para melhorar a adesão à vacinação, não só contra a COVID-19, mas também contra a gripe sazonal.

### Informação sobre a infeção por Monkeypox

Na sequência dos surtos reportados em vários países, em 2022, e com o objetivo de proporcionar informação aos farmacêuticos, foi elaborado um texto sobre a infeção por *Monkeypox*, divulgado, no mês de maio, através do DIÁRIO OF. Encontra-se disponível na secção do CIM no *website* da OF numa área individualizada “Infeção por *Monkeypox* (mpox)”, que inclui informação sobre a transmissão, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e prevenção, bem como ligações externas para recursos com mais informação sobre o tema. A informação tem sido atualizada periodicamente.

Em resumo, em 2022, a informação ativa continuou a ser uma parte fundamental do trabalho do Centro.

### Outras atividades

O CIM desenvolveu ao longo do passado ano um conjunto de outras iniciativas, entre as quais:

- » Foram realizadas três sessões informativas “CIM à Tarde na Sociedade Farmacêutica” em formato *online*. As sessões têm como base temas desenvolvidos em artigos do Boletim do CIM;

- » Como habitualmente, o CIM colaborou no Concurso de Aconselhamento ao Doente (CAD), organizado pela APEF. Foram elaborados os casos clínicos em colaboração com o Centro de Informação do Medicamento e Intervenções em Saúde (CEDIME) e o CIM integrou o júri na final nacional. Esta atividade representa um apoio no desenvolvimento de competências técnicas e de comunicação necessárias para a prática diária do farmacêutico;
- » Resposta a pedido de análise técnica de três protocolos de dispensa de novos MNSRM-EF;
- » Colaboração com a revista Farmácia Clínica na rubrica trimestral designada “As escolhas dos especialistas”, que conta com a participação de diversas instituições através da elaboração de resumos de artigos científicos ou de outros documentos relacionados com a prática da farmácia. Foram publicados dois textos da responsabilidade do CIM, durante 2022.
- » Para contribuir para a divulgação do CIM, foi atualizada a brochura institucional de apresentação do Centro, tendo sido enviada por correio eletrónico aos serviços farmacêuticos hospitalares, sendo também divulgada na secção do CIM no *website* da OF;
- » No âmbito do Programa “APEF em Estágio 2022”, a OF recebeu uma estudante do MICF durante o período de Verão, que colaborou uma semana com o CIM;
- » A pedido da LisbonPH, o CIM recebeu um estudante do MICF que realizou um estágio com a duração de uma semana;
- » Foram realizadas duas apresentações sobre a atividade e organização do CIM para estudantes que se encontravam a realizar um estágio na DN da OF;
- » Participação de elementos do CIM em reuniões, encontros e formações;
- » Foi realizado o recrutamento de um novo colaborador técnico para o CIM;
- » Resposta a pedidos internos de informação ou colaboração sobre assuntos diversos relacionados com medicamentos, nomeadamente preparação de materiais, obtenção de bibliografia e documentação, informação sobre fontes bibliográficas, validação de publicações da OF ou nas quais esta colabora e elaboração de opiniões técnicas;
- » Atualização e reformulação do Manual de Procedimentos do CIM. Para que a pesquisa, avaliação e transmissão de informação sejam efetivas, devem desenvolver-se sobre a base de procedimentos normalizados de trabalho;
- » Foram ainda realizadas todas as atividades habituais de gestão e organização interna, tal como definido no Manual de Procedimentos. Existe um trabalho de base de recolha e organização da informação, imprescindível para a realização das restantes atividades.





## II. COMUNICAÇÃO

A Comunicação da OF é responsável pela gestão das ações de comunicação e de informação da OF aos seus membros, parceiros sociais, autoridades e sociedade em geral, estando igualmente envolvida na organização de múltiplos eventos, realizados pela OF ou em parceria com outras entidades, quer na sua divulgação e promoção junto dos respetivos públicos-alvo, quer na produção de conteúdos ou de materiais informativos para exposição e entrega aos participantes.

Entre as suas competências e responsabilidades estão ainda o apoio aos órgãos sociais da OF nas solicitações e contactos com a comunicação social, a edição de publicações periódicas, a monitorização de informações e desenvolvimentos regulamentares e legislativos relacionadas com a atividade farmacêutica e a produção de conteúdos para os diferentes canais e suportes de comunicação da OF.

### Revista da Ordem dos Farmacêuticos

Durante vários anos, a Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF) foi o principal veículo de comunicação da OF. O paradigma alterou-se com o desenvolvimento e massificação da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, que proporcionaram uma significativa redução de custos na produção e expedição de materiais gráficos, ao mesmo tempo que aumentaram o alcance e visibilidade das informações veiculadas pela OF. Sob este princípio, em 2022, foi privilegiada a produção de uma versão digital da revista, apenas impressa e distribuída às autoridades, parceiros e farmacêuticos que manifestam expressamente essa preferência. A ROF é hoje maioritariamente distribuída e divulgada através das plataformas digitais da OF, por e-mail, através das *newsletters* da OF, do *website* da OF e das redes sociais da OF.

Com o início do mandato dos novos órgãos sociais da OF encetou-se uma revisão do grafismo da linha editorial e da periodicidade desta publicação. Atualmente, a OF privilegia a comunicação com os seus membros através dos canais digitais, numa base diária, com conteúdos que alimentam as suas diferentes plataformas e publicações. Neste enquadramento, procedeu-se à alteração da sua periodicidade, que passou a ser semestral, e à revisão editorial, no sentido de destacar as principais atividades desenvolvidas pela OF no período de cada edição e aprofundar os temas mais relevantes para a atividade dos farmacêuticos.

Em 2022, concretizou-se, assim, uma revisão do grafismo da ROF, com lançamento do concurso criativo e de abertura do procedimento para contratação pública de um parceiro responsável pela paginação, impressão e distribuição da revista. O primeiro número publicado neste novo enquadramento foi naturalmente dedicado aos novos órgãos sociais da OF, com publicação dos resultados eleitorais e dos órgãos eleitos. A edição relativa ao segundo semestre do ano é dedicada às comemorações dos 50 anos da constituição formal da OF, bem como ao processo legislativo de revisão do regime jurídico das Ordens profissionais.

### Websites da OF

A OF é proprietária de várias páginas eletrónicas desenvolvidas ao longo de vários anos, por diferentes estruturas da organização, no âmbito de projetos específicos, da promoção de eventos ou para assegurar uma presença institucional diferenciada. O domínio [www.ordemfarmaceuticos.pt](http://www.ordemfarmaceuticos.pt) canaliza a maior parte do tráfego, mas serve também de âncora para todas as restantes páginas, encaminhando os visitantes para as respetivas áreas e informações.

Depois de dois anos muito condicionados pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que exponenciaram a utilização das plataformas digitais e de comunicação à distância, o ano de 2022 evidenciou algum regresso à normalidade no acesso aos *websites* da OF. Se em 2020 foi notória a procura de informação especializada sobre um tema que era ainda desconhecido, em 2021 o acesso às plataformas da OF bateu todos os recordes pelo envolvimento da instituição no processo de recenseamento dos seus membros para vacinação prioritária contra a COVID-19. Com naturalidade, em 2022, os números de acesso às plataformas da OF sofreram uma significativa redução face ao ano anterior, ainda assim superior ao período anterior à pandemia, nomeadamente no *website* da OF, o que pode evidenciar uma nova cultura de pesquisa e consulta periódica das plataformas da OF por farmacêuticos, pelos cidadãos e por parceiros.

Tendo por base as linhas programáticas dos órgãos sociais da OF para o mandato 2022/2024, iniciaram-se também os desenvolvimentos informáticos para a implementação de novas funcionalidades, correção de erros e revisão do grafismo e *layout* de algumas páginas do *website* da OF.

Indicadores dos principais *websites* da OF, em 2022:

Website	Visualizações	Data mais visitada
<a href="http://ordemfarmaceuticos.pt">ordemfarmaceuticos.pt</a>	1 620 188 (-4,2%)	03/02/2022 (11 056)
<a href="http://secretaria.ordemfarmaceuticos.pt">secretaria.ordemfarmaceuticos.pt</a>	455 181 (-46%)	03/02/2022 (5 002)
<a href="http://oportunidades.ordemfarmaceuticos.pt">oportunidades.ordemfarmaceuticos.pt</a>	92 346 (-14,9%)	24/08/2022 (1 470)

### Newsletters da OF

O e-mail é atualmente o principal meio de comunicação da OF com os seus membros. A OF desenvolveu alguns formatos de *newsletter* de subscrição opcional pelos seus utilizadores para transmitir informações regulares sobre a sua atividade e sobre a atualidade do setor farmacêutico em geral.

A *newsletter* DIÁRIO OF continuou a ser produzida diariamente com as informações mais relevantes e atuais para os farmacêuticos. De forma extraordinária, foram também produzidas as *newsletters* INFO OF, com públicos segmentados de acordo com as mensagens veiculadas, a *newsletter* CIRCULAR OF, com caráter obrigatório para todos os membros da OF, as *newsletters* produzidas pelas Secções Regionais da OF, a *newsletter* ELEIÇÕES OF, com várias edições entre o final de 2021 e início de 2022 dedicadas ao ato eleitoral para os órgãos sociais da OF, realizado a 5 de fevereiro. Com o reforço



da aposta na categoria de membro estudante da OF, foi ainda desenvolvido um novo formato de *newsletter* dirigido aos futuros farmacêuticos, a *newsletter* ESTUDANTES OF.

De realçar ainda, em 2022, a adesão a uma nova plataforma especializada para o envio de comunicações eletrónicas (e-mails, *newsletters*, SMS, mensagens de voz e notificações). As potencialidades oferecidas pela integração com a base de dados dos membros da OF permitem a segmentação de destinatários, a automatização de processos de comunicação, o respeito pelas regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados e o cumprimento das melhores práticas no envio de comunicações eletrónicas.

Indicadores do DIÁRIO OF, em 2022:

Newsletter	Edições	Visualizações	Data mais visitada
DIÁRIO OF	247	3 086 568 (-5%)	01/04/2022 (19 198)

### Redes sociais da OF

A estratégia de comunicação OF engloba o recurso assíduo às redes sociais mais utilizadas pelos portugueses – *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn* e *YouTube*, como forma de difundir a sua mensagem e as atividades que vai desenvolvendo ao longo do ano. Diariamente, foram publicadas informações em vários formatos e plataformas, com públicos diferentes, que justificam a adaptação do conteúdo (imagens, linguagem, tom) aos seus destinatários.

Além das vantagens na promoção e divulgação dos eventos organizados pela OF, estas plataformas têm também alojado as transmissões de algumas cerimónias e atos públicos organizados pela OF, como foram os casos dos atos de posse dos novos órgãos sociais, a comemoração do Dia Nacional do Farmacêutico e as Comemorações dos 50 anos da OF.

Indicadores das principais redes sociais OF, em 2022:

#### Facebook

Gostos	Alcance	Visitas à página	Nº de posts
14 995	99 001 (-43.1%)	9 528 (+19.3%)	307

#### Instagram

Seguidores	Alcance	Visitas ao perfil	Nº de posts
7 931	65 174 (+46.6%)	16 851 (+71.2%)	191 + 369 (feed + histórias)

#### LinkedIn

Seguidores	Impressões	Impressões Únicas	Nº de posts
14 806	868 374	451 082	334

#### YouTube

Subscritores	Visualizações	Impressões	Nº de posts
1 212	22 220 (-5%)	102 100	26

### Comunicação Social

Os farmacêuticos são profissionais de saúde com uma ação determinante na promoção da saúde e na prevenção da doença. Têm um papel determinante no seio do Sistema de Saúde e uma elevada proximidade aos cidadãos, que o colocam numa posição privilegiada para a promoção da literacia em saúde e para compreender as necessidades e expectativas dos utentes dos serviços de saúde. Enquanto instituição de referência na área da Saúde, pelas suas atribuições na regulação e representação da atividade dos farmacêuticos, a OF tem a dupla missão de promover e valorizar a intervenção do farmacêutico no Sistema de Saúde e dar suporte técnico e científico a medidas e projetos que envolvam a atividade destes profissionais de saúde.

Deste modo, além das respostas às solicitações regulares dos meios de comunicação social, desde o início do mandato, têm sido estabelecidos, de forma proativa, contactos regulares com jornalistas e representantes dos órgãos de comunicação social que se revelam oportunidades para enquadrar os profissionais da área da comunicação sobre a perspetiva dos farmacêuticos quanto aos mais variados assuntos relacionados com a política de saúde.

Nesta perspetiva de aproximação aos órgãos de comunicação, continuaram a avaliar-se eventuais oportunidades de parceria que cumprissem o objetivo de valorização da profissão, relevando as suas competências e disponibilidade para colaboração em projetos de saúde pública.

Referências nos meios de comunicação social, em 2022:

Meio	Referência	Advertising Value Equivalent (AVE)
Websites	1 394	9 710 669
TV	167	3 074 350
Imprensa	207	1 434 672
Rádio	45	820 016
<b>TOTAL</b>	<b>1 813</b>	<b>15 059 737</b>

### III. NOVA SEDE DA OF

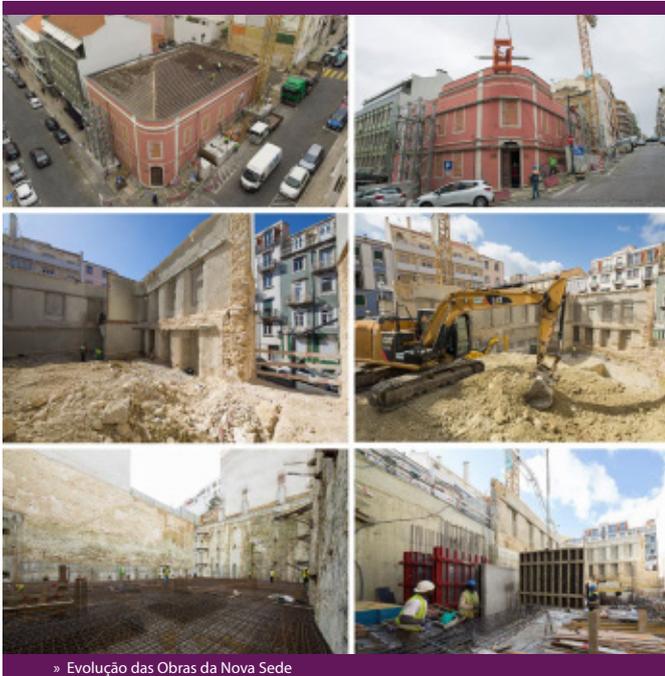
O projeto da Sede Nacional e da Sede da SRSRA-OF, em Lisboa, prosseguiu durante o ano de 2022 os seus trabalhos de renovação e ampliação, que irá englobar os dois edifícios contíguos situados na Rua da Sociedade Farmacêutica e na Rua Bernardim Ribeiro.

No primeiro trimestre de 2022, o edifício n.º 58 da Rua Bernardim Ribeiro foi demolido, e, simultaneamente, a estrutura da contenção da fachada do edifício n.º 18 da Rua da Sociedade Farmacêutica foi instalada para o início dos trabalhos de demolição deste edifício histórico.

A demolição concluiu-se no segundo trimestre do ano e o processo de escavação, que ocupou grande parte do ano, começou no imediato, com os 3 pisos abaixo do solo a serem concluídos, bem como a contenção periférica, no final do ano.



Apesar dos desafios de uma empreitada na zona histórica lisboeta e de uma conjuntura económica e financeira adversa, a 31 de dezembro de 2022 a obra registava uma execução de 28% face ao plano de trabalhos delineado, a que corresponde um atraso de 3 meses, relativamente ao previsto.



» Evolução das Obras da Nova Sede

A Comissão de Acompanhamento da Nova Sede, presidida por João Silveira e constituída por Rui Raposo, Dario Bastos Martins, tesoureiro da DN da OF, e Luís Lourenço, presidente da direção da SRSRA-OF, tem acompanhado os desenvolvimentos da obra, reunindo mensalmente com a equipa de projetistas, liderada pelo Arq.º Miguel Dutschmann, e pela equipa responsável pela gestão e coordenação, representada pelo Eng.º Jorge Silva, que diariamente fiscaliza a execução da obra a cargo da empresa de construção ABB - Alexandre Barbosa e Borges.

O ano 2022 foi também marcado pela assinatura do contrato de financiamento com o banco BPI, a instituição bancária selecionada por concurso público, e o Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana (IFRRU) que, em conjunto, financiam 60% do investimento global de cerca de 5,8 milhões de um projeto que se prevê ter um valor imobiliário pós-reabilitação superior a 11,5 milhões de euros.



» Assinatura do contrato de financiamento da Nova Sede | 31 de maio de 2022

## IV. DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

Mantendo a tradição, a OF assinalou o Dia Nacional do Farmacêutico, a 26 de setembro. O Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, acolheu a sessão solene comemorativa, este ano organizada pela SRSRA-OF. O evento registou a presença do ministro da Saúde, Manuel Pizarro, numa das suas primeiras intervenções públicas após ter assumido o cargo, no início do mês de setembro, e a participação de mais de 300 convidados, entre representantes das autoridades, partidos políticos, organizações setoriais, instituições de ensino superior e outras várias dezenas de farmacêuticos homenageados na cerimónia ou que, a título individual, se juntaram às comemorações da efeméride.

A DN e as Direções Regionais entregaram as Medalhas dos 50 Anos de Profissão e o Prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana aos alunos finalistas do MIFC que obtiveram as classificações mais elevadas em cada instituição de ensino superior. O evento terminou com um jantar convívio com os órgãos sociais da OF e várias gerações de farmacêuticos, no ativo, na reforma ou a iniciar a sua atividade profissional.

O programa das comemorações incluiu a receção do bastonário e do presidente do CJF a um grupo de jovens representantes dos estudantes do MIFC, num encontro realizado na sede provisória da OF, que teve como principal objetivo promover a aproximação dos futuros farmacêuticos à sua Ordem profissional, através da categoria de Membro Estudante da OF.



» Dia Nacional do Farmacêutico 2022 | 26 de setembro de 2022



## V. 50 ANOS DA OF

A OF cumpriu em 2022 os 50 anos da sua constituição formal como Ordem Profissional. Os primeiros estatutos da OF foram publicados a 23 de agosto de 1972, respondendo a uma ambição dos farmacêuticos com várias décadas. As origens daquela que é a quarta Ordem Profissional portuguesa mais antiga são, no entanto, bem anteriores a 1972. Remontam a 1835, quando um grupo de farmacêuticos reúne na Botica do Hospital de São José, em Lisboa, para fundar a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, que, três anos depois, muda a designação para Sociedade Farmacêutica Lusitana. Durante o Estado Novo, as sociedades científicas e as associações profissionais são transformadas em sindicatos, situação que perdura até à publicação do Decreto-Lei n.º 334/72, que cria formalmente a OF.

As comemorações dos 50 anos da OF celebraram a constituição formal da instituição que representa os farmacêuticos portugueses, impulsionando também a discussão sobre o futuro da profissão e os desafios que se impõe na área da Saúde. Várias iniciativas realizadas ao longo do ano assinalaram esta importante data para a profissão farmacêutica. Um dos momentos mais marcantes destas comemorações teve lugar no dia 23 novembro, com a realização de uma Cerimónia Comemorativa no Museu do Tesouro Real, no Palácio da Ajuda, em Lisboa, que acolhe algumas das mais valiosas jóias da coroa portuguesa, em particular da rainha D. Maria II, sócia protetora da OF, pelo apoio concedido aos farmacêuticos na fundação da Sociedade Farmacêutica de Lisboa.



» Sessão de Abertura da Cerimónia Comemorativa dos 50 anos da OF

O evento contou também com a presença do ministro da Saúde e com a conferência da presidente do CNECV, Maria do Céu Patrão Neves, com o tema “A Ética das Escolhas”, em que se debruçou os critérios e princípios éticos para as escolhas em saúde. Seguiu-se um profícuo debate com o presidente do Infarmed, Rui Santos Ivo, o bastonário da Ordem dos Médicos,

Miguel Guimarães, e o presidente da União das Associações de Doenças Raras (RD-Portugal), Paulo Gonçalves, moderados pela professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Carla Torre.

A cerimónia comemorativa dos 50 anos da OF ficou ainda marcada pela entrega das Medalhas de Honra da OF a cinco personalidades que se têm distinguido na defesa, valorização e desenvolvimento da profissão farmacêutica: Aurora Simón, do CIM, Dora Brites, professora e investigadora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Laura Vilarinho, da Unidade de Rastreiro de Neonatal e Doenças Metabólicas do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), Manuela Teixeira, farmacêutica comunitária na reforma, e ao diretor do Museu da Farmácia, João Neto.



» Conferência, Mesa Redonda e Medalhados de Honra da OF

À margem do evento, realizou-se ainda uma exposição artística de autores farmacêuticos, dando a conhecer as obras e os trabalhos realizados por inúmeros colegas em vários domínios além das Ciências Farmacêuticas. Com curadoria do farmacêutico Henrique Tavares Ferreira, a mostra registou a participação de mais de duas dezenas de artistas farmacêuticos, que apresentaram os seus desenhos, pinturas, retratos, fotografias, vídeos, livros, textos, músicas, poemas e tantas outras peças e trabalhos artísticos desenvolvidos como hobby ou como atividade paralela às Ciências Farmacêuticas.

No âmbito das comemorações, a DN da OF aprovou ainda a criação de um novo Programa Extraordinário, em vigor desde 1 de dezembro, com condições especiais para o reingresso de ex-membros da OF e para inscrição de titulares da licenciatura ou MICF que tenham concluído há mais de cinco anos. O programa dirige-se a ex-membros da Ordem que cancelaram a inscrição, desde que não tenham sido punidos com sanção disciplinar transitada em julgado, e aos detentores de graus académicos que habilitam a inscrição na Ordem com mais de cinco anos após a sua conclusão, com taxa de reinscrição gratuita e redução do valor de inscrição de recém-diplomados.



## VI. VISITAS A UNIDADES DE SAÚDE E SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Desde o início do presente mandato, o bastonário e demais diretores nacionais da OF têm encetado várias visitas a farmácias, hospitais e unidades de produção de medicamentos, dando assim visibilidade às funções desempenhadas por farmacêuticos em múltiplas áreas de intervenção profissional.

Este contacto próximo com os colegas que estão no terreno permite conhecer os principais desafios e problemas da atividade farmacêutica quotidiana e assim suportar a atividade e as posições oficiais da OF na realidade que os seus profissionais transmitem.

Em 2022, foram realizadas visitas às seguintes entidades:

- » Associação de Distribuidores Farmacêuticos (ADIFA);
- » Bial;
- » Botelho & Rodrigues;
- » Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho;
- » Hospital Garcia de Orta;
- » Laboratório Edol;
- » Laboratório Nacional do Medicamento (LM);
- » Serviços de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH).



» Visitas ao BIAL, Botelho & Rodrigues, Hospital Garcia de Orta e LM

## VII. EMPREGABILIDADE FARMACÊUTICA

### Bolsa de Oportunidades

A Bolsa de Oportunidades da OF (BOOF) proporciona aos farmacêuticos e aos Membros-Estudantes da OF novas oportunidades que contribuem para a sua formação profissional, através da disponibilização de oportunidades de emprego, estágio, bolsas, prémios, entre outras.

Esta plataforma virtual e de acesso gratuito, conta atualmente com mais de 8 281 farmacêuticos inscritos e mais de 1 299 entidades registadas que, de uma forma simples e transparente, interagem entre si, com propósitos comuns, tendo sido realizada uma divulgação semanal das oportunidades disponíveis na *newsletter* DIÁRIO OF.

Durante o ano de 2022, foram inseridas 225 novas oportunidades (36 relativas à Secção Regional do Centro (SRC-OF), 37 relativas à Secção Regional do Norte (SRN-OF), 120 relativas à SRSRA-OF, 5 de entidades estrangeiras e 27 de entidades externas não registadas na plataforma da OF).

Em 2022, foram efetuadas 268 candidaturas por 116 candidatos, tendo 207 entidades atualizado os seus dados.

### Programa de estágios na Indústria Farmacêutica e na Distribuição Farmacêutica

A OF tem ainda em curso um Programa de Estágios na Indústria Farmacêutica e na Distribuição Farmacêutica, em parceria com associações de estudantes e de jovens farmacêuticos, destinados a estudantes do MICEF e jovens recém-licenciados, com vista a promover a proximidade e a integração dos mesmos com o tecido industrial farmacêutico e com o *cluster* da saúde em geral, de forma a incentivar o desenvolvimento de novas competências e diferenciação profissional dos futuros farmacêuticos.

Em 2022, foram submetidas 16 candidaturas, cuja concretização ficou dependente das necessidades levantadas pelas entidades parceiras.

## 3. COLÉGIOS DE ESPECIALIDADE E GRUPOS PROFISSIONAIS

### I. CONSELHO DE COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE ANÁLISES CLÍNICAS E GENÉTICA HUMANA

- » Emissão de pareceres especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades, quando solicitados, no âmbito da atividade profissional de Análises Clínicas e de Genética Humana;
- » Discussão interna e com parceiros dos temas atuais relevantes para as Análises Clínicas e para a Genética Humana;
- » Realização de uma época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Análises Clínicas;
- » Revisão das normas e dos programas para atribuição de títulos de especialidade em Análises Clínicas e em Genética Humana pela OF;



- » Participação no CQA da OF e acompanhamento do desenvolvimento de competências farmacêuticas;
  - » Representação do Colégio de Especialidade e da DN em eventos relevantes da área, tais como o Fórum das Análises Clínicas e colaboração na elaboração da estratégia para as Análises Clínicas e para a Genética Humana;
  - » Realização semanal de reuniões do CEACGH-OF para acompanhamento e resolução de situações do seu âmbito;
  - » Colaboração com o bastonário e com a DN da OF na discussão dos assuntos de maior interesse nas áreas das Análises Clínicas e da Genética Humana, a fim de poder desenvolver um papel pró-ativo nas adaptações que deverão ocorrer;
  - » Disponibilidade para contribuir para a valorização das suas especialidades, independentemente do local em que os colegas exerçam atividade e para apoiar a sua integração em equipas multidisciplinares, de forma equitativa e justa de acordo com as suas capacidades e autonomia;
  - » Colaboração na ROF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para as Análises Clínicas e para a Genética Humana, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
  - » Participação nas ações promovidas por Universidades e pelos estudantes de Ciências Farmacêuticas, pelas Instituições de Ensino Superior onde se leciona o MICEF e outras organizações ou entidades, com o objetivo de enquadrar e incentivar a atividade na área das Análises Clínicas e da Genética Humana, nas suas opções profissionais;
  - » Colaborações com associações profissionais e outras entidades, nacionais e internacionais, que facultem informação atualizada e desenvolvam formação de qualidade nas áreas profissionais de atuação do Colégio;
  - » Colaboração com a *Asociación Española del Laboratorio Clínico* (AEFA) para as Jornadas Científicas de Análises Clínicas e de Genética Humana.
- » Continuação da elaboração da revisão das Boas Práticas Regulamentares;
  - » Emissão de 11 pareceres técnicos especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades externas, no âmbito da atividade profissional em Assuntos Regulamentares, em áreas como orientações técnicas e científicas para profissionais de saúde, medicamentos veterinários, importação paralela de medicamentos, distribuição de medicamentos, dispositivos médicos ou produtos de saúde, realização de procedimentos estéticos por farmacêuticos e produtos cosméticos e outros relacionados com o MICEF;
  - » Participação no CQA da OF e acompanhamento do desenvolvimento de competências farmacêuticas;
  - » Contribuição para a formação e conhecimento sobre a profissão na área dos Assuntos Regulamentares, bem como as respetivas saídas profissionais, junto de Instituições de Ensino Superior e Núcleos e Associações de estudantes do MICEF, através da participação em eventos formativos/seminários, designadamente a participação na "Feira de Emprego AEFUL'22" e a realização de uma aula teórico-prática da disciplina "Sistema de Saúde e custos em Medicina" da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;
  - » Realização de uma época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Assuntos Regulamentares;
  - » Representação do Colégio de Especialidade e da DN da OF em eventos relevantes da área;
  - » Realização periódica de reuniões do CCEAR-OF.

## II. CONSELHO DE COLÉGIO DE ESPECIALIDADE ASSUNTOS REGULAMENTARES

- » Realização da Reunião Anual do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares, intitulada "Doente 2.0: Regular em Plena Transformação Digital", em formato presencial, no dia 8 de novembro e em formato *webinar*, nos dias 15 e 22 de novembro;
- » Realização, em colaboração com a SRSRA-OF, de uma sessão do Ciclo de Conferências da OF sobre "O Impacto do Novo Regulamento Europeu em Investigação Clínica: medicamentos e dispositivos médicos", no dia 23 de junho, em formato híbrido (presencial e *online*);

## III. CONSELHO DE COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA COMUNITÁRIA

### Exercício Profissional - Qualidade do exercício Profissional:

- » Elaboração de documentos de atuação afetos às áreas de intervenção específica do farmacêutico comunitário, em prol da uniformização de procedimentos e serviços, bem como revisão das Boas Práticas de Farmácia Comunitária;

### Desenvolvimento Profissional:

- » Desenvolvimento de plano estratégico de formação para candidatos a especialistas;
- » Realização de uma época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Comunitária;
- » Contribuição para a elaboração de competências farmacêuticas relevantes ao exercício profissional do farmacêutico que exerce a sua atividade na Farmácia Comunitária;
- » Realização das II Jornadas do CCEFC-OF;



- » Acompanhamento de colegas farmacêuticos comunitários;

#### **Mandato Social:**

- » Participação em iniciativas da OF para as quais foi solicitado o contributo do CCEFC-OF;
- » Emissão de pareceres especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades, quando solicitado, no âmbito da atividade profissional em Farmácia Comunitária;
- » Participação no CQA da OF e acompanhamento do desenvolvimento de competências farmacêuticas;
- » Representação do Colégio de Especialidade e da DN da OF em eventos relevantes da área;
- » Participação nas ações promovidas pelos estudantes do MICF e pelas Instituições de Ensino Superior;
- » Representação da OF em eventos e Grupos de Trabalho;
- » Realização de reuniões do CCEFC-OF para coordenação e acompanhamento do plano de atividades a cumprir;

#### **Comunicação e Imagem do Colégio:**

- » Desenvolvimento do *Pharma Quizz*, que consiste em perguntas de resposta rápida com o objetivo de os farmacêuticos avaliarem os seus conhecimentos em áreas diversas da profissão;
- » Colaboração na ROF, divulgando as ações do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Farmácia Comunitária, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual.

## **IV. CONSELHO DE COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE FARMÁCIA HOSPITALAR**

- » Realização das 14<sup>as</sup> Jornadas de Farmácia Hospitalar, a 19 de fevereiro, subordinadas ao tema “Azimute ao Futuro – Somos do Tamanho dos nossos Sonhos”, em formato híbrido (presencial e *online*);
- » Atribuição do Prémio “Melhor DIFH” à DIFH intitulada “Integração do farmacêutico hospitalar numa equipa multidisciplinar: gestão da terapêutica dos doentes com insuficiência cardíaca”, apresentada nas 14<sup>as</sup> Jornadas de Farmácia Hospitalar e da responsabilidade da farmacêutica Marina Alves;
- » Dinamização dos Grupos de Interesse para a elaboração de Boas Práticas em Nutrição Clínica, Ensaios Clínicos, Intervenção Farmacêutica em Cuidados Primários, Dispositivos Médicos, entre outras normas no âmbito da Farmácia Hospitalar;
- » Publicação do Capítulo D – Distribuição do Manual de Boas Práticas de Farmácia Hospitalar;
- » Participação no processo de consolidação da Residência

Farmacêutica e da Carreira Farmacêutica no SNS;

- » Emissão de pareceres especializados aos restantes Órgãos Sociais da OF e a outras entidades, quando solicitado, no âmbito da atividade profissional em Farmácia Hospitalar;
- » Discussão interna e com parceiros dos temas atuais relevantes para a Farmácia Hospitalar;
- » Realização de uma época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- » Participação no CQA da OF e acompanhamento do desenvolvimento de competências farmacêuticas;
- » Representação do Colégio de Especialidade e da DN da OF em eventos relevantes da área;
- » Realização periódica de reuniões do CCEFH-OF;
- » Manutenção e divulgação ativa do reportório online de projetos relacionados com Boas Práticas em Farmácia Hospitalar, denominado “DIFH – Divulgar Iniciativas em Farmácia Hospitalar”;
- » Participação na organização do Projeto “Think© (c) Lean”;
- » Participação na elaboração do Index Nacional do Acesso ao Medicamento Hospitalar 2022;
- » Participação no projeto “Oftalgest”, um projeto dinamizado pelo Serviço de Oftalmologia da Unidade Local de Saúde do Alto Minho;
- » Colaboração com a APFH, a APAH e a SPFCS em projetos de formação de níveis diversos;
- » Colaboração com a *European Alliance for Access to Safe Medicines* (EAASM);
- » Colaboração no projeto da IQVIA relativo a KPIs hospitalares;
- » Revisão das normas para atribuição do Título de Especialista em Farmácia Hospitalar;
- » Elaboração do Guia do Farmacêutico Residente 2023.

## **V. CONSELHO DE COLÉGIO DE ESPECIALIDADE DE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**

- » Realização da iRACI, no dia 24 de maio, em formato *online*, subordinada ao tema “*Get in Control of your Supply Chain*”;
- » Realização da 40.<sup>a</sup> edição da Reunião Anual do Colégio de Indústria, de 14 a 16 de outubro, em Guimarães, subordinada ao tema “*(Re)Shaping Pharma Future in Challenging Times*”;
- » Emissão de pareceres especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades, quando solicitado, no âmbito da atividade profissional em Indústria Farmacêutica;



- » Discussão interna e com parceiros dos temas atuais relevantes para a Indústria Farmacêutica;
- » Realização de uma época de exames anual para atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica;
- » Participação no “*Qualified Person Forum*”, nos dias 1 e 2 de dezembro;
- » Participação no CQA da OF e acompanhamento do desenvolvimento de competências farmacêuticas;
- » Representação do Colégio de Especialidade e da Direção Nacional em eventos relevantes da área;
- » Realização periódica de reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica (CCEIF-OF);
- » Revisão das normas para atribuição do Título de Especialista em Indústria Farmacêutica.

## VI. GRUPO PROFISSIONAL DE DISTRIBUIÇÃO FARMACÊUTICA

- » Participação nas iniciativas da OF para as quais foi solicitado o contributo do Grupo Profissional de Distribuição Farmacêutica (GPDF-OF);
- » Emissão de pareceres especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades, quando solicitado, no âmbito da atividade profissional em Distribuição Farmacêutica;
- » Colaboração com a DN, Secções Regionais, Conselhos dos Colégios de Especialidade, Grupo Profissional de Farmácia Militar (GPFM-OF) e Grupos de Trabalho da OF na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Colaboração na ROF, divulgando as ações do Grupo Profissional e temas de relevância para a Distribuição Farmacêutica, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Identificação dos requisitos mínimos e experiência para a criação de uma Especialidade em Distribuição Farmacêutica;
- » Representação do GPDF-OF nos eventos relevantes na área;

- » Contribuição para a elaboração de competências farmacêuticas relevantes ao exercício profissional do farmacêutico que exerce a sua atividade na Distribuição Farmacêutica.

## VII. GRUPO PROFISSIONAL DE FARMÁCIA MILITAR

- » Participação nas iniciativas da OF para as quais foi solicitado o contributo do GPFM-OF;
- » Emissão de pareceres especializados aos restantes órgãos sociais da OF e a outras entidades, quando solicitado, no âmbito da atividade profissional em Farmácia Militar;
- » Colaboração com a DN, Secções Regionais, Conselhos dos Colégios de Especialidade, GPDF-OF e Grupos de Trabalho da OF na análise de documentos, emissão de pareceres ou outras iniciativas;
- » Colaboração na ROF, divulgando as ações do Grupo Profissional e temas de relevância para a Farmácia Militar, assegurando a transmissão de informação pertinente e atual;
- » Representação do GPFM-OF nos eventos relevantes na área;
- » Contribuição para a elaboração de competências farmacêuticas relevantes ao exercício profissional do farmacêutico que exerce a sua atividade na Farmácia Militar;
- » Valorizar a área da Farmácia Militar junto da OF e da sociedade civil;
- » Avaliação, no âmbito do presente Grupo Profissional, de matérias consideradas pertinentes para a atividade farmacêutica e apresentação à DN da OF;
- » Avaliação de uma possível parceria com a Unidade de Ensino, Formação e Investigação Militar (UEFISM) do Estado-Maior-General das Forças Armadas na área da emergência e ajuda humanitária;
- » Identificação e caracterização dos farmacêuticos que exercem ou exerceram funções nas Forças Armadas;
- » Realização periódica de reuniões do GPFM-OF para cumprimento do Plano de Atividades.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## PREÂMBULO

### Do enquadramento económico do ano 2022

O ano de 2022 foi fortemente marcado pelo conflito armado iniciado no mês de fevereiro com a invasão da Ucrânia pelo exército da Federação Russa. Esta nova realidade veio afetar marcadamente a evolução macroeconómica à escala global, europeia e nacional, criando um aumento da perceção do risco e da escassez de matérias-primas.

Este contexto adverso acelerou e prolongou uma espiral inflacionária que já havia sido iniciada no período pós-pandémico. Em resposta ao ressurgimento de taxas de inflação elevadas, os Bancos Centrais aumentaram de forma significativa o nível das taxas de juro para tentar inverter o crescimento da inflação.

Como Portugal estava atrasado no processo de recuperação do nível da atividade económica, para o nível pré-pandémico (ano 2019), com exceção da inflação e das taxas de juro, o impacto nas outras macroeconómicas ainda não se fez sentir de forma significativa no ano 2022 (o que deverá acontecer nos anos subsequentes).

A variação real do PIB acelerou e foi positiva em 6,8% (5,5% no ano de 2021).

A Taxa de Desemprego do ano 2022 decresceu para o nível de 5,6% (6,6% em 2021), mas a taxa de desemprego do 4º trimestre já foi de 6,5% e nos primeiros meses de 2023 continua numa trajetória ascendente.

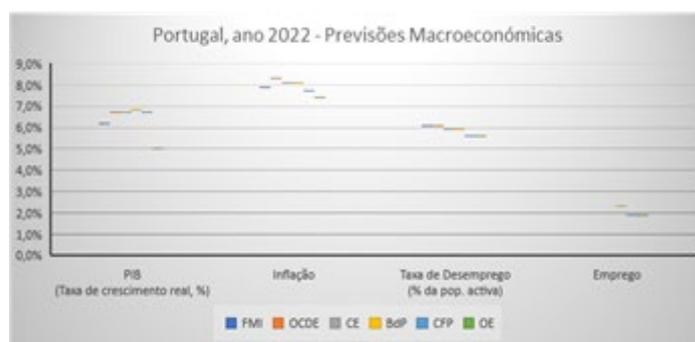
O nível de emprego, em número de indivíduos, cresceu 1,9% no ano 2022.

A Taxa de Inflação do ano 2022 divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística foi de 7,8% (1,27% no ano de 2021).

As últimas estimativas disponíveis apontam para que haja um equilíbrio orçamental no ano 2022 (Deficit de -2,9% no ano 2021) e o Stock de Dívida Pública, em percentagem do PIB, atinja 113,8% (127,5% no ano 2021).

O Rating da Dívida da República manteve-se estável junto de todas as agências de rating, no nível Investment Grade.

Este enquadramento foi desfavorável para a economia, diminuiu o nível de expectativas dos agentes económicos e da confiança em geral, factos que também afetaram a maior parte dos setores da economia, logo também algumas das atividades da DN e da OF.



Previsões Macroeconómicas para Portugal no ano 2022	FMI	OCDE	CE	BdP	CFP	OE
PIB (Taxa de crescimento real, %)	6,2%	6,7%	6,7%	6,8%	6,7%	5,0%
Inflação	7,9%	8,3%	8,1%	8,1%	7,7%	7,4%
Taxa de Desemprego (% da pop. ativa)	6,1%	6,1%	5,9%	5,9%	5,6%	5,6%
Emprego			1,0%	2,3%	1,9%	1,9%
Dívida pública em % do PIB	114,7%	115,0%	115,9%	113,8%	116,6%	115,0%

### Da atividade no ano 2022

No que respeita aos principais indicadores económicos, e de uma forma generalizada, a DN registou uma boa execução orçamental, apresentando-se assim no final do ano 2022 com uma boa situação económica e financeira.

O Resultado antes de impostos foi na quantia de 55 milhares de Euros, valor acima do planeado no orçamento do ano 2022, em mais 36 milhares de Euros.



## REDIMENTOS NO ANO 2022

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2022	Desvio	Desvio %
	Real	Real	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
Vendas e prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.361.021	1.383.502	1.328.839	54.663	4,1%
Vendas e prestação de serviços - Outras	364.950	187.750	237.185	-49.435	-20,8%
Subsídios à Exploração	57.402	58.206	50.000	8.206	16,4%
Provisões específicas (reduções)	0	0	0	0	
Outros rendimentos	9.704	20.173	0	20.173	
Juros e rendimentos similares obtidos	1.145	34	930	-896	-96,3%
	1.794.222	1.649.665	1.616.954	32.711	2,0%

### Quotas e taxas de inscrição transferidas para a DN pelas Secções Regionais

No ano de 2022, a DN registou uma boa execução de rendimentos de quotas e taxas de inscrição, na ordem dos 1.384 milhares de Euros, valor acima do previsto no orçamento, com mais 55 milhares de Euros (+4,1%), principalmente devido ao nível de cobrança de quotas das Secções Regionais (SR's) ter sido realizado acima do planeado no orçamento do ano.

As quotas emitidas de membros ativos no ano 2022 para o conjunto das três SR's originaram rendimentos de 3.369 milhares de Euros. No mesmo período, as SR's cobraram um total de 3.107 milhares de Euros de quotas e, conseqüentemente, transferiram para DN o valor de 1.345 milhares de Euros.

Inscreveram-se 592 novos membros na OF no ano 2022 (242 na SRSRA, 142 na SRC e 208 na SRN), mais 45 inscrições do que o planeado no orçamento do ano e menos 126 inscrições do que no período homólogo.

O valor de taxas de inscrição transferidas pelas três SR's ascendeu assim à quantia total de 39 milhares de Euros.

Em conjunto, estas duas importantes fontes de rendimentos da DN representaram 84% do total dos rendimentos do ano 2022.

### Outras prestações de serviços

No ano de 2022, as prestações de serviços para além de quotas e taxas de inscrição, apresentaram-se com uma execução orçamental deficitária, com menos 49 milhares de Euros do que o planeado no orçamento.

Foram contabilizados nesta rubrica rendimentos de 188 milhares de Euros, maioritariamente relacionados com as atividades dos Colégios de Especialidade e da DN, conforme listado abaixo:

Centro de Responsabilidade da DN	Rendimentos no ano 2022
<b>Secretaria Geral</b>	<b>28 970 €</b>
Apoios Institucionais	28 240 €
Emissão de Carteiras Profissionais	730 €
<b>Desenvolvimento Profissional</b>	<b>40 295 €</b>
Creditação de atividades	35 715 €
Emissão de diplomas	4 580 €
<b>Colégios de Especialidade</b>	<b>118 485 €</b>

<b>Colégio de Especialidade Análises Clínicas e de Genética Humana</b>	<b>2 550 €</b>
Exames	2 550 €
<b>Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares</b>	<b>8 280 €</b>
Exames	540 €
Reunião Anual	7 740 €
<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária</b>	<b>19 700 €</b>
Exames	6 330 €
Jornadas	13 370 €
<b>Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar</b>	<b>26 550 €</b>
Exames	4 510 €
Jornadas	22 040 €
<b>Colégio de Especialidade de Indústria Farmacéutica</b>	<b>61 405 €</b>
Exames	3 105 €
Reunião Anual	56 155 €
IRACI	2 145 €
<b>Total de outras prestações de serviços</b>	<b>187 750 €</b>

### Subsídios à exploração

O BERC-Luso é um projeto de Capacitação Ética e Regularizar destinado a Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Este projeto foi liderado pela Ordem dos Farmacêuticos, em consórcio que inclui ainda a Cátedra UNESCO de Bioética do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC) e a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (Infarmed).

Na medida em que DN regista gastos com o este projeto, estes são submetidos, aprovados e objeto de atribuição de um subsídio à exploração pelo EDCTP. No ano de 2022 foram contabilizados 58 milhares de Euros de gastos e igual valor em rendimento de subsídio à exploração, mais 8 milhares de Euros do que o planeado no orçamento do ano.

### Outros rendimentos

Registaram-se 20 milhares de Euros de rendimentos desta natureza, valor não orçamentado. Destes, 10 milhares de Euros estiveram relacionados com correções de exercícios anteriores ao ano 2022, e 10 milhares de Euros, com origem no subaluguer da garagem contígua à sede da OF ao empreiteiro da obra de reabilitação do imóvel.

### Juros e rendimentos similares obtidos

Foi obtido no ano 2022 o valor marginal de 34 Euros de rendimentos de juros de aplicações financeiras de curto prazo.



## GASTOS NO ANO 2022

	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2022	Desvio	Desvio %
	Real	Real	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
<b>GASTOS E PERDAS</b>					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	0	0	0	
Fornecimentos e serviços externos	751.937	864.382	845.836	18.546	2,2%
Gastos com pessoal	616.113	575.233	699.217	-123.984	-17,7%
Gastos de depreciação e de amortização	18.734	12.917	12.081	836	6,9%
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	0	20.187	0	20.187	
Provisões específicas	78.412	47.851	0	47.851	
Outros gastos	90.181	74.018	29.910	44.108	147,9%
Juros e gastos similares suportados	0	0	11.278	-11.278	-100,0%
	1.555.377	1.584.588	1.598.322	-3.734	-0,2%

### Gastos de fornecimentos e serviços externos

Os gastos desta rubrica ascenderam ao valor de 864 milhares de Euros, menos 19 milhares de Euros que o valor planeado no orçamento. Esta rubrica é a que tem maior peso (52%) na estrutura de custos da DN, conforme listado abaixo:

Centro de Responsabilidade	FSE's no ano 2022
Honorários Diversos	113 920 €
Conservação e Manutenção	60 398 €
Informática	44 134 €
Trabalhos Especializados	34 806 €
Comunicação	30 176 €
Serviços Bancários e de Contabilidade	23 870 €
Rendas e Alugueres	22 170 €
Despesas bancárias do financiamento da Nova Sede	12 077 €
Limpeza Higiene e Conforto	8 299 €
Material de Escritório	2 767 €
Outros	1 960 €
Assembleias Gerais	414 €
Eletricidade	40 €
Água	7 €
<b>Gastos de estrutura</b>	<b>355 037 €</b>

Centro de Responsabilidade da DN	FSE's no ano 2022
Eleições	85 435 €
Departamento de Comunicação	60 953 €
DN Projeto BERC-Luso	50 076 €
Outros Eventos	37 430 €
Apoios Internacionais	33 933 €
Funcionamento Geral	26 128 €
Despesas de deslocação e estadia (nacionais)	22 080 €
Despesas de deslocação e estadia (internacionais)	21 386 €
Centro de Informação do Medicamento	18 962 €
Conselho Fiscal Nacional	11 226 €
Assembleias Gerais	7 316 €
Dia do Farmacêutico	5 868 €
Gestão Documental	4 490 €

Conselho para a Qualificação e Admissão	3 196 €
Apoios Nacionais	2 071 €
Não classificado	1 200 €
Conselho Nacional para a Cooperação	555 €
DN Conselho Jurisdicional Nacional	454 €
Carteira Profissional	227 €
<b>Atividades da DN</b>	<b>392 986 €</b>

Centro de Responsabilidade da DN	FSE's no ano 2022
Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica	63.527 €
Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar	23.898 €
Colégio de Especialidade de Farmácia Comunitária	12.690 €
Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares	9.076 €
Colégio de Especialidade de Análises Clínicas e de Genética Humana	4.661 €
Colégio de Especialidade Funcionamento Geral	2.507 €
<b>Atividades dos Colégios de Especialidade e dos Grupos Profissionais</b>	<b>116.359 €</b>

### Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam a 575 milhares de Euros no período em análise, com menos 124 milhares de Euros que o previsto no orçamento do ano 2022.

Estes gastos tiveram principalmente origem nas despesas com o quadro de 17 colaboradores (1 partilhado com a SRSRA) e de 2 estagiários.

No ano 2022, foi executada a atualização salarial de 0,9% e, no final do ano, foram provisionadas as verbas de férias, de subsídios de férias e de prémios de avaliação de desempenho relativos ao ano 2022, mas só a pagamento no ano 2023.

O desvio ao orçamento desta rubrica explica-se, maioritariamente, com os seguintes factos:

- » Por prudência, estava prevista no orçamento uma verba para a remuneração do Bastonário para uma parte do ano (50 milhares de Euros);
- » O orçamento previa um colaborador para apoiar a estratégia de cooperação da OF com os países de língua oficial portuguesa (42 milhares de Euros), o que acabou por ocorrer mas em regime de prestação de serviços, tendo sido devidamente contabilizado na rubrica de fornecimentos e serviços externos;
- » Alterações da composição do quadro permanente e baixas de colaboradores (8 milhares de Euros).

### Gastos com depreciações e amortizações

Totalizaram 13 milhares de Euros no período em análise. Quando comparado com o orçamento do ano 2022, esta rubrica regista uma execução deficitária de menos 1 milhão de Euros, devido à não concretização de alguns investimentos de substituição planeados para equipamentos administrativos.



### Imparidades de dívidas a receber

Foram reconhecidos 20 milhares de Euros de imparidades de dívidas de clientes com mais de 6 meses de antiguidade. Este valor não havia sido orçamentado no ano 2022.

### Provisões específicas

Foram registados 48 milhares de Euros, com o reforço da provisão da ação de impugnação do pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e dos juros de mora à Autoridade Tributária, decorrente da alienação do imóvel da OF sito na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa. A OF tem o valor desta ação integralmente provisionado (75% do valor provisionado pela DN e 25% provisionado pela SRS-RA). O valor deste gasto também não havia sido orçamentado no ano 2022.

### Outros gastos

Foram contabilizados 74 milhares de Euros de gastos desta natureza, com mais 44 milhares de Euros do que havia sido planejado para o ano 2022. Nestes gastos, estão compreendidas:

- » Quotizações da OF em organismos nacionais e internacionais, no valor de 29 milhares de Euros, a saber: CNOP, PGEU, FIP e EurHeCa;
- » Apoios, no valor de 3 milhares de Euros;
- » Abate de parte do ativo fixo tangível do edifício sede, devido ao facto de este estar a ser reabilitado, no valor de 22 milhares de Euros (gasto não orçamentado);
- » Correções de exercícios anteriores e movimentos de regularização, no valor de 19 milhares de Euros (gastos não orçamentados);
- » Taxas e impostos municipais, no valor de 1 milhar de Euros (gasto não orçamentado).

### Juros e gastos similares suportados

No final de maio 2022, a OF contratou um financiamento de 3.530 milhares de Euros junto do Banco BPI. Até ao final do ano 2022 este financiamento ainda não havia sido utilizado e, por consequência, não se registaram gastos desta natureza no ano 2022. O Orçamento do ano 2022 previa uma verba de 11 milhares de euros.

## SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

No que respeita a Liquidez, a DN detinha 814 milhares de Euros em disponibilidades e depósitos a prazo de curto prazo e sem risco, com uma cobertura de 32% do Ativo Total.

Havia Créditos a receber no valor total de 384 milhares de Euros. Destes, 44 milhares de Euros eram de Clientes e 340 milhares de Euros de outras entidades, deste último valor, a maioria

eram dívidas das SR's no valor total de 264 milhares de Euros.

O Ativo não corrente era no total de 1.307 milhares de Euros, valor maioritariamente constituído pelo valor contabilístico do edifício sede (em processo de obra de reabilitação).

Os Fundos Patrimoniais ascendiam a 1.990 milhares de Euros, valor que representa uma taxa de cobertura de 79% do Ativo Total, o que atesta um excelente nível de solvabilidade.

Estavam constituídas Provisões no valor de 126 milhares de Euros, para a contingência da OF ter de vir a pagar o IMT de um edifício alienado há muitos anos sito na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa. O Imposto é reclamado pela Autoridade Tributária (AT), mas a OF reclamou judicialmente desta exigência e aguarda o desfecho da ação.

A DN não tinha dívida remunerada a terceiros;

A dívida a Fornecedores fixou-se em 144 milhares de Euros;

A dívida ao Estado totalizou 22 milhares de Euros (nomeadamente os impostos e retenções de rendimentos a entregar nos meses de janeiro e fevereiro de 2023);

Os Outros passivos correntes ascendiam a 190 milhares de Euros, dos quais 107 milhares Euros diziam respeito à responsabilidade dos meses de férias e de subsídio de férias, vencidos em 31 dezembro 2022 e a pagar aos colaboradores no ano 2023, e 77 milhares de Euros respeitavam a responsabilidade com gastos reconhecidos por acréscimo no ano 2022.

## SITUAÇÃO DE TESOURARIA NO ANO 2022

O Fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo, no valor de 253 milhares de Euros. O Fluxo de caixa das atividades de investimento foi negativo, no valor de -680 milhares de euros, principalmente devido ao investimento de reabilitação do edifício sede.

A Variação de caixa e seus equivalentes (*cash-flow*) da DN no ano 2022 foi negativa, no valor de -427 milhares de Euros.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Imposto estimado para o período foi de 549 Euros e, consequentemente, o Resultado líquido do período foi de 54.529 €.

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício do ano 2022 seja aplicado na conta de Resultados Transitados.



## » Demonstração de Resultados do ano de 2022

Demonstração individual dos resultados por naturezas (ESNL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
		D.Nacional	D.Nacional
Vendas e serviços prestados	7	1 571 252	1 609 043
Subsídios, doações e legados à exploração	10.16	58 206	55 848
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-864 382	-711 958
Gastos com o pessoal	8	-575 233	-629 225
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.15	-20 187	0
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.17	-47 851	0
Outros rendimentos	10.8	20 173	34 641
Outros gastos	10.9	-74 018	-120 626
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>67 960</b>	<b>237 723</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-12 917	-14 341
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>55 044</b>	<b>223 382</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	34	927
Juros e gastos similares suportados		0	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>55 078</b>	<b>224 309</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-549	-291
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>54 529</b>	<b>224 018</b>

O Contabilista Certificado



## » Balanço em 31 de dezembro de 2022

Balanço Individual (ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
		D.Nacional	D.Nacional
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 303 038	652 717
Ativos intangíveis	6	0	754
Investimentos financeiros	10.11	4 022	8 776
		<b>1 307 060</b>	<b>662 246</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0	0
Créditos a receber	10.1	383 632	310 911
Estado e outros entes públicos	10.5	0	0
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.14	0	0
Diferimentos	10.2	19 713	34 714
Outros ativos correntes		0	0
Caixa e depósitos bancários	10.3	814 424	1 241 358
		<b>1 217 769</b>	<b>1 586 982</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 524 829</b>	<b>2 249 229</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>	10.4		
Fundos		328 808	328 808
Reservas		1 101 414	916 298
Resultados transitados		7 691	-218 648
Excedentes de revalorização		437 820	440 140
Outras variações nos fundos patrimoniais		59 793	59 793
Resultado líquido do período		54 529	224 018
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 990 054</b>	<b>1 750 409</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10.17	126 264	78 412
Financiamentos obtidos		0	0
Outras dívidas a pagar		0	0
		<b>126 264</b>	<b>78 412</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.15	144 096	104 527
Estado e outros entes públicos	10.5	21 880	27 873
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros		0	0
Financiamentos obtidos		872	5 443
Diferimentos	10.2	51 843	110 049
Outros passivos correntes	10.6	189 820	172 515
		<b>408 511</b>	<b>420 407</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>534 775</b>	<b>498 819</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 524 829</b>	<b>2 249 229</b>

O Contabilista Certificado



## » Demonstração de Fluxos de Caixa



**ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa (ESNL)**  
**Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022**

Valores em euros

	2022	2021
	D.N.	D.N.
<b>Actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	2 153 164	1 927 170
Pagamentos a fornecedores	(1 361 961)	(1 180 645)
Pagamentos ao pessoal	(347 584)	(377 188)
Caixa gerada pelas operações	443 620	369 337
<b>Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento</b>	0	178
<b>Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional</b>	(190 890)	64 885
	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>252 730</b>	<b>434 399</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(684 921)	(133 265)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	(1 536)	
Outros activos	0	(1 887)
	<b>(686 458)</b>	<b>(135 151)</b>
<b>Recebimentos provenientes:</b>		
Activos fixos tangíveis	0	0
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	6 274	0
Outros activos	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Juros e rendimentos similares	520	927
Dividendos	0	0
	6 794	927
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(679 663)</b>	<b>(134 224)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Juros e gastos similares	0	0
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(426 934)</b>	<b>300 175</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	<b>1 241 358</b>	<b>941 183</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>814 424</b>	<b>1 241 358</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

### **Direção Nacional**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2022**



## **Anexo às Demonstrações Financeiras**

### **1. Identificação da Entidade**

A Ordem dos Farmacêuticos – Direção Nacional, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua da Sociedade Farmacêutica 18, em Lisboa. Provisoriamente, devido à construção da sua nova sede, ocupa instalações à Avenida Casal Ribeiro 14 – 6º Andar. Exerce a atividade de organizações profissionais e formação profissional.

### **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**



Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 10.1 e 10.6) e “*Diferimentos*” (Nota 10.2)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das



unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou



utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **3.2.5. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:



- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outros ativos correntes

Os “*Clientes*” e os “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões e Passivos Contingentes**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade*



*de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram, no exercício de 2022, quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	124.522,27			124.522,27
Edifícios e outras construções	405.018,48			405.018,48
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	354.096,29	3.616,13		357.712,42
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
Ativos fixos tangíveis em curso	176.494,33	129.648,57		306.142,90
<b>Total</b>	<b>1.090.036,84</b>	<b>133.264,70</b>		<b>1.223.301,54</b>

**Depreciações acumuladas**

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras construções	179.596,19	8.100,38		187.696,57
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	349.317,12	3.665,09		352.982,21
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
<b>Total</b>	<b>558.818,78</b>	<b>11.765,47</b>		<b>570.584,25</b>

	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	124.522,27			124.522,27
Edifícios e outras construções	405.018,48		31.451,73	373.566,75
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	357.712,42	9.830,43		367.542,85
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
Ativos fixos tangíveis em curso	306.142,90	675.090,98		981.233,88
<b>Total</b>	<b>1.223.301,54</b>	<b>684.921,41</b>	<b>31.451,73</b>	<b>1.876.771,22</b>

**Depreciações acumuladas**

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras construções	187.696,57	8.100,38	9.013,56	186.783,39
Equipamento Básico	367,37			367,37
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	352.982,21	4062,61		357.044,82
Outros ativos fixos tangíveis	29.538,10			29.538,10
<b>Total</b>	<b>570.584,25</b>	<b>12.162,99</b>	<b>9.013,56</b>	<b>573.733,68</b>



## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>				
Programas de computador	66.988,01			66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.988,01</b>			<b>66.988,01</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de computador	63.658,85	2.575,59		66.234,44
<b>Total</b>	<b>63.658,85</b>	<b>2.575,59</b>		<b>66.234,44</b>
	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Intangíveis</b>				
Programas de computador	66.988,01			66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.988,01</b>			<b>66.988,01</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de computador	66.234,44	753,57		66.988,01
<b>Total</b>	<b>66.234,44</b>	<b>753,57</b>		<b>66.988,01</b>

## 7. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Quotas e Joias	1 383 502	1 398 325
Outros Rendimentos	187 750	210 718
	<b>1 571 252</b>	<b>1 609 043</b>

## 8. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 20 e em 31/12/2021 foi de 20. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:



	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	467 611	495 097
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	144
Encargos sobre remunerações	96 301	104 752
Seguros	2 556	10 879
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos c/ pessoal	8 765	18 353
	<u>575 233</u>	<u>629 225</u>

## 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, divulgam-se as seguintes informações.

### 10.1. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-22</u>		<u>31-Dez-21</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal Adiantamentos	-	158	-	468
Pessoal outras operações	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	16 079	-	20 752
Órgãos SRN, SRC e SRSRA	-	263 941	-	206 357
Outros devedores	-	103 454	-	83 334
		<u>383 632</u>	-	<u>310 911</u>

A rubrica de Outros devedores inclui, dentre outros, 29.999€ a receber do projeto BERC-Luso e 43.537€ a receber de Clientes.

### 10.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



	31-Dez-22	31-Dez-21	31-Dez-18
<b>Diferimentos (Ativo)</b>			
Gastos a reconhecer	5 055	18 714	16 621
Seguros e Rendas	6 795	15 482	4 477
Juros a pagar	-	-	-
Outros gastos a reconhecer	7 863	518	518
	<b>19 713</b>	<b>34 714</b>	<b>21 897</b>
<b>Diferimentos (Passivo)</b>			
Rendimentos a reconhecer	51 843	110 049	16 621
	<b>51 843</b>	<b>110 049</b>	<b>21 897</b>

Os diferimentos de rendimentos são integralmente constituídos pela verba de adiantamento dos Fundos Comunitários ainda não utilizados pelo projeto BERC-Luso.

### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Caixa	2 814	4 483
Depósitos à ordem	760 610	894 875
Depósitos à prazo	51 000	342 000
	<b>814 424</b>	<b>1 241 358</b>

### 10.4. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	31-dez-22	31-dez-21
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Fundos	328 808	328 808
Reservas	1 101 414	916 298
Resultados Transitados	7 690	(218 648)
Excedentes de revalorização	437 820	440 140
Outras Variações do Capital Próprio	59 793	59 793
	<b>1 935 525</b>	<b>1 526 391</b>



## 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	31-Dez-22	31-Dez-21
<b>Passivo</b>		
Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas (IRC)	439	401
Imposto s/ valor acrescentado (IVA)	5 514	9 689
Imposto s/ rendimento das pessoas singulares (IRS)	6 645	6 768
Segurança Social	9 150	10 837
Outros impostos e taxas	132	178
	<b>21 880</b>	<b>27 873</b>

## 10.6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Outras operações Pessoal (Sub. Férias, Férias)	-	106 775	-	132 781
Credores por acréscimos de gastos	-	76 568	-	35 000
Órgãos SRC,SRN e SRSRA	-	-	-	4 734
Outras contas a pagar	-	6 477	-	-
	-	<b>189 820</b>	-	<b>172 515</b>

## 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	31-Dez-22	31-Dez-21
<b>Subcontratos</b>	-	<b>738</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>395 459</b>	<b>421 319</b>
Trabalhos especializados	170 305	198 369
Publicidade	21 931	30 656
Vigilância e Segurança	74	-
Honorários	137 737	154 621
Comissões	-	-
Conservação e reparação	373	3 673
Serviços bancários	15 125	3 661
Outros	49 914	30 339
<b>Materiais</b>	<b>39 696</b>	<b>30 338</b>



<b>Energia e fluídos</b>	<b>16 013</b>	<b>7 074</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>17 432</b>	<b>78 235</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>395 782</b>	<b>174 254</b>
Rendas e alugueres	125 247	64 910
Comunicação	58 570	43 110
Seguros	3 673	3 585
Contencioso e notariado	10 470	2 092
Despesas de Representação	170 101	33 079
Limpeza higiene e conforto	8 904	8 621
Outros serviços	18 817	18 857
	<b>864 382</b>	<b>711 958</b>

## 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	11	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em Inventários	-	-
Rendimentos/ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos/ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos/ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos	20 162	34 641
	<b>20 173</b>	<b>34 641</b>

## 10.9 Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>	<u>31-Dez-18</u>
Impostos	110	47 011	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-	-
Dívidas incobráveis	-	-	-
Perdas em inventários	-	-	-
Gastos e perdas restantes ativos financeiros	-	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	22 438	-	-
Juros suportados – Juros de mora e compensatórios	-	-	-
Outros gastos	51 470	73 615	93 939
	<b>74 018</b>	<b>120 626</b>	<b>93 952</b>



### 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos com juros e similares:

	31-Dez-22	31-Dez-21
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	34	927
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>34</b>	<b>927</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>34</b>	<b>927</b>

### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Títulos	-	-
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	4 022	8 776
	<b>4 022</b>	<b>8 776</b>

### 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, apresentou os seguintes valores:

	31-Dez-22			31-Dez-21		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	12 163	-	12 163	11 765	-	11 765
Ativos intangíveis	754	-	754	2 576	-	2 576
	<b>12 917</b>	-	<b>12 917</b>	<b>14 341</b>	-	<b>14 341</b>



### 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2022 e 2021 a rubrica referente aos associados não apresentava saldo.

### 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2022 e 2021 os “Fornecedores” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Fornecedores conta corrente	144 096	104 527
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores receção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>144 096</u>	<u>104 527</u>

### 10.15. Perdas por imparidades

Nos anos de 2022 e 2021 as “Perdas por imparidades” apresentavam os seguintes movimentos:

<b>Perdas por imparidades</b>	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Aumento	20 187	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>20 187</u>	<u>-</u>

### 10.16. Subsídios à exploração

O projeto BERC-Luso tem como propósito de contribuir para a Capacitação Ética e Regulamentar no domínio da investigação biomédica, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A Ordem dos Farmacêuticos é a entidade líder do projeto e contabiliza os respetivos gastos, que posteriormente são reembolsados por fundos comunitários, por uso do adiantamento ou dos reembolsos submetidos.

Durante o ano 2022 foram incorridos gastos no valor total de 58.206€ com este projeto e, conseqüentemente, registou-se um rendimento de igual valor na rúbrica de Subsídios à exploração.

### 10.17. Provisões específicas

De salientar, que a empresa Viver Melhor SA (CALCITRIN) intentou uma ação cível contra dois réus: a Ordem dos Farmacêuticos e Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa (a título pessoal e enquanto ex-Bastonário). Nesta ação cível é pedida uma indemnização no valor de 6.136.367€. Contudo, a Ordem dos Farmacêuticos dispõe de



um seguro de responsabilidade civil, com um capital coberto de 1.000.000,00€ que foi acionado para esta ação.

Para organizar a defesa neste processo, a OF contratou a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut, posteriormente o patrocínio desta ação foi transferido para Sociedade de Advogados PLMJ. Na opinião destas, é qualificada como possível o risco quanto à atribuição final de responsabilidades à Ordem dos Farmacêuticos, não obstante entenderem que, por um lado, os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados; e, por outro lado, a sociedade Viva Melhor não faz prova bastante dos danos que alega ter sofrido.

Sem prejuízo, para refutar os danos imputados, os Réus contrataram a PwC, a qual se encontra a analisar os prejuízos apresentadas pela Viva Melhor para efeito de elaboração futura de relatório pericial.

O relatório pericial veio confirmar que os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados. Em paralelo, considerando que há um seguro para cobrir parte do risco, até 1 milhão de Euros, a Ordem dos Farmacêuticos ainda não provisionou nenhum valor nas contas do ano 2022.

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano.

Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

- a) juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT -, no valor de 51.351,78€ – pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou
- b) juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2022.

Esta responsabilidade havia sido registada como sendo 50% atribuídos à Direção Nacional e 50% à Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas. No entanto, após nova avaliação, verificou-se que apenas 25% cabem à SRSRA sendo os restantes 75% atribuídos à DN.

Com a finalidade de ajustar o valor da provisão constituída para o efeito, esta foi reforçada em 47.851,19€, dos quais 29.250,00€ correspondem ao aumento da provisão para o imposto e 18.601,19€ à da estimativa de juros moratórios. Os montantes finais



reconhecidos para esta provisão são de 87.750,00€ referentes ao imposto e de 38.513,83€ aos juros moratórios.

### **10.18. Acontecimentos após data de Balanço**

Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da Direção Nacional.

Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto de continuidade das operações.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 17 de março de 2023

---

# PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL



## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Nacional**

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal Nacional elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Ordem dos Farmacêuticos – Direção Nacional, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

De enfatizar que este Conselho Fiscal tomou posse já no decurso do exercício de 2022, pelo que apenas a partir dessa data pode proceder às verificações que considerou convenientes, apreciando as contas e os atos de gestão mais relevantes da Direção Nacional. O Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitadas, tendo suportado a sua opinião através da monitorização das contas intercalares ao longo do ano e essencialmente na opinião expressa pelo Revisor Oficial de Contas.

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Ordem dos Farmacêuticos encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. No decurso do ano de 2022 existiram desenvolvimentos para a sua implementação na Direção Nacional, situação que importa continuar a efetivar.

No encerramento do exercício, o Revisor Oficial de Contas apreciou o Relatório de Atividades e completou o exame das contas com vista à sua certificação.



## Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas e nos Relatórios, o Conselho Fiscal Nacional é de parecer unânime que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022 da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos, tal como foram apresentados pela Direção Nacional;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Direção Nacional.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e demais Órgãos Nacionais e Regionais, bem como aos Serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de março de 2023

Pelo Conselho Fiscal Nacional

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de Identificação: 06249728  
Data: 2023.03.29 23:21:47+01'00'

Carlos Manuel Cavaleiro  
Presidente do Conselho Fiscal  
Nacional

[Assinatura  
Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da Silva  
Assinado de forma digital por  
[Assinatura Qualificada] João Carlos  
Cruzeiro da Silva  
Dados: 2023.03.29 18:26:08 +01'00'

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda,  
Representada por João Cruzeiro, ROC  
n.º 1363



# SRC

SECCÃO REGIONAL  
CENTRO



Secção Regional do Centro

## ASSEMBLEIA REGIONAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 42º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 41º e 42º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **20 de março de 2023**, pelas 20:30 horas, na Sede Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos, sita na Rua Castro Matoso, n.º 12 A, Coimbra, e cumulativamente por videoconferência, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Regional anterior;
3. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informação sobre a alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
5. Apreciação e discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Apreciação e discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Secção Regional do Centro referente a 2022;
8. Discussão e deliberação sobre as Contas da Secção Regional do Centro referentes a 2022;
9. Apreciação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
10. Apreciação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
11. Apreciação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
12. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 30 de março de 2023, pelas 20H30, no Hotel Mundial, sita na Praça Martim Moniz 2, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência;
13. Apreciação e discussão de outros assuntos que os membros da Secção Regional do Centro considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

Coimbra, 10 de março de 2023,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Centro

(Doutora Ana Cristina Rama)

# MENSAGEM DA DIREÇÃO

O presente Relatório de Atividades traduz as principais atividades desenvolvidas pela Secção Regional do Centro (SRC-OF) ao longo deste primeiro ano de mandato, após o ato eleitoral de 5 de fevereiro de 2022.

Ainda que tenham entrado novos elementos para os diversos órgãos sociais, processo fundamental para gerar dinâmica na equipa, transitaram do anterior mandato grande parte dos elementos, estando, portanto, muito caminho feito no que respeita ao conhecimento, integração e adaptação dos novos órgãos dirigentes ao funcionamento interno da instituição, e também de conhecimento da forma como os membros se relacionam com a estrutura.

O ano de 2022 representou o primeiro ano de alguma abertura, após a fase crítica da pandemia, e nessa medida foram repostas algumas iniciativas e atividades que haviam sido interrompidas pelas limitações anteriormente impostas. Trouxemos desta crise algumas notas de inovação, que resultaram da adaptação às novas circunstâncias, e de que realçamos a transformação digital, concretamente na área da formação.

No fundamental, o nosso projeto de trabalho para a Secção Regional mantém-se fiel aos pilares estratégicos que propusemos para o mandato, dos quais destacamos a capacitação e diferenciação técnica e científica do farmacêutico, a aproximação do farmacêutico à Ordem e a afirmação do farmacêutico na sociedade.

2022 decorreu num contexto socioeconómico, pós-pandémico, particularmente difícil, agravado de forma dramática pela inesperada guerra na Europa, com claras repercussões para os profissionais de saúde e para o SNS.

Adicionalmente, saltou para a discussão pública o enquadramento jurídico das ordens profissionais, com a aprovação, pela Assembleia da República, do projeto de nova lei-quadro das associações públicas profissionais, que coloca claramente em causa os princípios da independência e da autorregulação das ordens profissionais. Tratando-se de “interfaces” de regulação entre os profissionais que representa e a população que é servida por esses profissionais, às Ordens foram delegados, pelo Estado, poderes de autorregulação da respetiva profissão, poderes estes que consideramos essenciais para a confiança depositada nestes profissionais e para o prestígio e dignificação da classe, e que esta proposta de lei, em muitas das suas normas, vem contradizer.

Esta é uma matéria sensível que deve preocupar todos os farmacêuticos.

Na qualidade de dirigentes da Ordem dos Farmacêuticos, assumiremos uma postura atenta perante as circunstâncias políticas que possam determinar a qualidade da intervenção farmacêutica, assumindo como nosso primeiro referencial a defesa das circunstâncias que determinem a qualidade do ato farmacêutico e, conseqüentemente, o serviço prestado à população.

Reiterando o que já afirmámos noutras ocasiões, para sustentar política e socialmente estas medidas, a Ordem deve zelar pela vigilância do cumprimento das boas práticas, da ética e da deontologia profissionais, bem como da legislação vigente, com a aplicação das devidas sanções perante ilícitos de qualquer natureza.

Mas desengane-se quem considera que o prestígio da classe farmacêutica, dos farmacêuticos, e o seu reconhecimento pelos pares e pela sociedade, compete à Ordem dos Farmacêuticos. À Ordem compete regular.

É a cada um de nós, farmacêuticos, nas nossas diversas áreas de atividade, que cabe a tarefa, grandiosa, de ser o porta-voz e a imagem do farmacêutico perante o doente, perante os cidadãos e perante os restantes profissionais das equipas de saúde. Ao reger-se por elevados padrões éticos, deontológicos e cívicos, o farmacêutico cria confiança no público, eleva o seu estatuto profissional e contribui decisivamente para a valorização da imagem de toda a classe farmacêutica.

Só Juntos conseguimos!

*A Direção da Secção Regional do Centro*

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 1. DINAMIZAÇÃO DE INICIATIVAS DE APOIO AO MEMBRO E TENDENTES A APROXIMAR O MEMBRO DA SUA ORDEM

Estimular a participação ativa dos membros nas iniciativas promovidas pela Ordem, é um dos objetivos centrais desta Direcção Regional, procurando contrariar a tendência do desencontro que tem vindo a instalar-se entre a OF e os profissionais que representa.

Neste âmbito, continuámos a dinamizar um conjunto de iniciativas tendentes a vincular e aproximar os farmacêuticos da sua Ordem:

### I. VALE FORMAÇÃO



A SRC-OF manteve a atribuição de um Vale Formação de 50 horas aos seus novos membros, inscritos ao longo do ano. Em 2022, foram atribuídos 142 vales de formação.

A atribuição do vale formação visa contribuir para estimular uma cultura profissional assente na atualização contínua de conhecimentos e na aquisição de competências diferenciadoras por parte dos membros, desde o início do seu percurso profissional. O detentor do vale poderá selecionar as ações/cursos ou iniciativas de natureza formativa nas quais pretende

usufruir do vale, de entre o leque de iniciativas organizadas e disponibilizadas pela SRC-OF.

O regulamento do Vale Formação está disponível em [https://srcordemfarmaceuticos.pt/\\_srcof/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento\\_ValeForma%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://srcordemfarmaceuticos.pt/_srcof/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento_ValeForma%C3%A7%C3%A3o.pdf)

### II. DIA NACIONAL DO FARMACÊUTICO

A organização das comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico esteve, em 2022, a cargo da SRSRA-OF. O ponto alto das comemorações teve lugar, como habitualmente, no dia 26 de setembro, com a cerimónia de sessão solene a ter lugar no Mosteiro da Penha Longa, em Sintra.

A sessão solene incluiu, para além da atribuição do prémio Sociedade Farmacêutica Lusitana aos jovens farmacêuticos que concluíram o MICF com as classificações mais elevadas, a habitual homenagem aos farmacêuticos que completaram 50 anos de formação. Trata-se de um momento relevante no percurso de qualquer profissional, no qual a Ordem reconhece e assinala publicamente o contributo para a afirmação e prestígio da Classe ao longo de meio século.

Pela impossibilidade, de muitos dos farmacêuticos homenageados, em terem estado presentes na Sessão Solene de 26 de setembro, a Direcção Regional do Centro promoveu uma cerimónia/convívio de entrega dos diplomas e medalhas dos 50 anos de profissão, em Coimbra, no dia 18 de outubro, oportunidade, também, para muitos reencontros e para o convívio entre colegas.



### III. GALERIA DOS PRESIDENTES DA DIREÇÃO REGIONAL DO CENTRO

A sala que acolhe a galeria fotográfica dos Presidentes da SRC-OF, na Sede Regional, recebeu, no dia 18 de outubro, a fotografia da anterior Presidente da Direção Regional.

Numa cerimónia simples, foi descerrada a fotografia de Ana Cristina Rama, Presidente da Direção Regional no período de 2012 a 2018.



» Ana Cristina Rama na galeria fotográfica dos presidentes da SRC-OF

### IV. SERVIÇOS AOS MEMBROS

#### Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

A SRC-OF manteve a disponibilização aos membros, em situação regular, de um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, garantindo um limite de indemnização de 100.000€, por sinistro e anuidade.

O seguro salvaguarda os atos praticados, decorrentes da intervenção profissional do farmacêutico, e que possam motivar a sua responsabilização civil.

#### Gabinete de Aconselhamento Jurídico

A SRC-OF reforçou a sua equipa de assessoria jurídica, com a contratação de mais uma jurista, no sentido de responder, de forma atempada e eficiente, à crescente procura e solicitação, por parte dos membros da Secção Regional, do serviço de aconselhamento jurídico em questões de natureza profissional. A necessidade de contratar decorre da procura crescente do serviço, por parte dos membros, seja através do envio de questões por correio eletrónico, seja por solicitação de consultas presenciais ou telefónicas.

O Gabinete de Apoio Jurídico aos membros funciona mediante marcação prévia, podendo as questões ser enviadas por correio eletrónico ou, alternativamente, ser agendada uma reunião, presencial ou telefónica, com a jurista.

#### Bolsa de Emprego

No sentido de tornar mais eficaz a gestão das bolsas de emprego a funcionar nas Secções Regionais, foi mantida a ferramenta

de gestão partilhada por todas as Secções Regionais - a BOOF.

A BOOF é um espaço virtual dinâmico destinado à inserção de oportunidades pelas entidades interessadas e à inserção de candidaturas apresentadas pelos farmacêuticos. Neste espaço o farmacêutico pode construir o seu perfil de candidato e personalizar a informação para cada oferta. Por outro lado, as entidades poderão gerir as oportunidades colocadas, consultando o perfil dos candidatos e podendo contactá-los diretamente através da plataforma.

## 2. FORMAÇÃO E AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

### I. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E CONTÍNUO

O desenvolvimento profissional, a qualificação e a capacitação técnica e científica do farmacêutico, mantiveram-se como focos centrais no leque das nossas atividades.

A qualificação e a aquisição de competências diferenciadoras constituem requisitos fundamentais para o progressivo reconhecimento e cabal integração do farmacêutico na rede de prestação de cuidados de saúde. E são, justamente, a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências diferenciadoras as bases promotoras da confiança no exercício do ato farmacêutico, estimulando consequentemente características tão importantes como a motivação e a liderança dos profissionais. E a criação de valor é, como sabemos, de importância central no atual contexto económico, como instrumento de sustentabilidade do nosso fragilizado SNS, requerendo visão, reforma e investimento a longo prazo.

Assim, organizámos em 2022, um conjunto de iniciativas de natureza formativa e de capacitação profissional, optando, sempre que possível, pela formação à distância, *online*, formato que representa um caminho de verdadeira agregação e aproximação dos membros da Secção Regional à sua Ordem que, na região centro, representa seis distritos.

Manteve-se a organização presencial, ou híbrida, de algumas formações – Suporte Básico de Vida (SBV) e Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis - pela sua forte componente prática.

No seu conjunto, todas estas iniciativas contribuíram para o reforço das competências dos farmacêuticos em diversos domínios.

#### Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis - Formação Inicial Conducente à Certificação

A Portaria 1429/2007, de 2 de novembro, com as alterações introduzidas pela Portaria 97/2018, de 9 de abril, consagra que



os serviços farmacêuticos incluem a administração de medicamentos e de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação, sendo que o Conselho Diretivo do Infarmed deliberou que a administração de vacinas nas farmácias de oficina é da responsabilidade do farmacêutico diretor técnico da farmácia, devendo ser executada por farmacêuticos com formação adequada reconhecida pela OF. A formação habilitará o farmacêutico com competências para a administração de medicamentos por via subcutânea e intramuscular, vias de administração estas que são as adequadas para a maioria das vacinas e dos medicamentos injetáveis em ambulatório.

Em 2022, a SRC-OF disponibilizou duas edições do curso, em regime misto: formação teórica em regime de *e-learning* (6 horas) em horário pós-laboral, e treino prático em regime presencial (4 horas). A coordenação técnica e científica do curso esteve a cargo da Prof. Doutora Olga Borges, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, sendo a componente prática da responsabilidade do farmacêutico Dr. Norberto Loureiro Cardoso.

Foram organizadas 2 edições do curso:

- » **1ª Edição** - 30 de setembro e 1 de outubro | 18 participantes;
- » **2ª Edição** - 28 e 29 de outubro | 18 participantes.

### Curso de “Suporte Básico de Vida - INEM”

A paragem cardiorrespiratória (PCR) é um acontecimento súbito, constituindo-se como uma das principais causas de morte na Europa e nos Estados Unidos da América. Afeta entre 55 a 113 pessoas /100.000 habitantes, estimando-se entre 350.000 a 700.000 indivíduos afetados por ano só na Europa. A análise efetuada aos equipamentos de DAE (Desfibrilhação Automática Externa) utilizados logo após uma paragem cardíaca, indica uma elevada percentagem (76%) de vítimas com um incidente arritmico (Fibrilhação Ventricular) na base das situações de paragem cardiorrespiratória. Desta análise conclui-se que a rápida atuação de quem presencia a PCR é fundamental neste momento crítico, sendo que a atuação para a resolução da situação deverá ser enquadrada pela designada Cadeia de Sobrevivência.

No âmbito da competência para a administração de vacinas e medicamentos injetáveis, atribuída aos farmacêuticos detentores da respetiva formação, esta só será certificada aos farmacêuticos que detenham cumulativamente formação válida na área do SBV.

A SRC-OF deu continuidade à sua parceria com a LTM Consultoria, Lda., que se encontra acreditada pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) para proporcionar formação em SBV.

Em conformidade com os requisitos do INEM, o curso funcionou com um mínimo de 4 participantes e um máximo de 6.

Foram organizadas 6 edições do curso, todas elas com 6 formandos: 4 de fevereiro, 28 e 29 de setembro, 4, 13 e 27 de outubro.

### Webinar “Escabiose: o ressurgir, na Europa, de uma parasitose esquecida”

Já há muito esquecida, a escabiose, vulgo sarna, começa a emergir um pouco por toda a Europa, tendo sido observados surtos preocupantes em várias zonas e países ditos desenvolvidos, podendo assumir também um carácter endémico. Estima-se uma prevalência global de 300 milhões de casos por ano e, ainda que na Europa Ocidental a prevalência estimada seja inferior a 1%, tem vindo a assistir-se a surtos de escabiose cada vez mais recorrentes, Portugal incluído, particularmente em instituições como hospitais, lares, prisões e locais de alojamento turístico. O longo período de incubação, a clínica inespecífica, a ausência de um marcador biológico ou a reinfeção frequente são fatores que favorecem a ocorrência de surtos, sendo de sublinhar igualmente a dificuldade no diagnóstico da escabiose com consequente atraso na instituição do tratamento adequado.

Este enquadramento levou a organização deste *webinar*, no dia 3 de maio, que contou com a participação, como oradoras, de Paula Quirino, médica dermatologista, que abordou os aspetos clínicos e tratamento da doença, e de Maria do Céu Sousa, professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, que abordou a caracterização do agente causal.

A oportunidade e pertinência do tema ficou bem patente no número de participantes, que ascendeu a cerca de 750 pessoas, entre farmacêuticos e outros profissionais de saúde.

### Curso “Consulta farmacêutica em dermofarmácia: acne e alopecia”

» Programa do curso “Consulta farmacêutica em dermofarmácia: acne e alopecia”

O curso “Consulta farmacêutica em dermofarmácia: acne e alopecia” inaugurou um ciclo de formação destinado a preparar o farmacêutico para a implementação da consulta farmacêutica, muito vocacionado para a prática profissional, e devidamente alicerçado e suportado pelo conhecimento científico neste domínio.

O curso, que decorreu nos dias 17 e 18 de junho, teve uma

forte componente prática, e contou com a participação de 15 farmacêuticos, contribuindo para o desenvolvimento de competências e capacitação destes colegas para a instituição da consulta farmacêutica, na área da dermofarmácia, concretamente no âmbito dos problemas do acne e da alopecia.

A formadora foi Ana Paula Alves, farmacêutica, com uma longa experiência profissional nesta área. Ana Paula Alves é farmacêutica bioquímica (Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil), Mestre em Ciências Farmacêuticas (Universidade Federal de Ouro Preto – Brasil), especialista em Farmácia Clínica e em Cosmética e Estética Avançada, sendo consultora científica em várias empresas.

### Curso “Medicamentos, Alimentos e Plantas: as interações esquecidas?”



» Curso “Medicamentos, alimentos e plantas: as interações esquecidas?”

Embora não sejam reportadas com a mesma frequência que as interações medicamentosas, as interações que se produzem entre alimentos e medicamentos apresentam uma probabilidade de ocorrência bastante superior, atendendo a que os alimentos constituem, inquestionavelmente, as substâncias mais comumente associadas à ingestão oral de medicamentos.

Por outro lado, é também crescente a evidência relativa à toma de medicamentos e outros produtos à base de plantas, que em muitos casos colocam seriamente em causa a segurança e eficácia dos medicamentos e a segurança e saúde do próprio doente.

Este tipo de interações, muitas com tradução clínica, são desvalorizadas ou desconhecidas, fundamentalmente porque o doente não comunica o seu uso aos profissionais de saúde que o acompanha.

Numa altura em que a profissão farmacêutica caminha, cada vez mais, para a criação de novos, e mais diferenciados, serviços farmacêuticos, o farmacêutico pode desempenhar um papel relevante na deteção destas interações, monitorizando o processo de uso do medicamento e também os resultados terapêuticos.

Tendo presente este enquadramento, teve lugar, no dia 29 de

junho, o curso “Medicamentos, Alimentos e Plantas: as interações esquecidas?”, que contou com cerca de 70 participantes, e que teve como formadores Fernando Jorge dos Ramos, Maria da Graça Campos e Lúcia Santos, autores do único livro, em língua portuguesa, sobre este tipo de interações.

## 3. O FARMACÊUTICO E A COMUNIDADE

### I. LITERACIA EM SAÚDE

O exercício da atividade farmacêutica tem como objetivo essencial a pessoa do doente e, neste sentido, o farmacêutico deve comprometer-se com as necessidades do doente/cidadão, relacionadas com o medicamento e com a promoção da saúde em geral, assumindo uma atitude pró-ativa na área da educação para a saúde. Assim, uma das prioridades do nosso mandato passou pela organização de iniciativas de promoção da literacia em saúde, também voltadas para o cidadão, essencialmente na esfera da promoção da saúde e prevenção da doença. Neste enquadramento, e após um interregno de 3 anos ditado pela pandemia, foi organizada a 2.ª edição das Jornadas “Uma Só Saúde”.

### II. SEGUNDAS JORNADAS UMA SÓ SAÚDE “CONHEÇA O SEU INTESTINO”

As Jornadas “Uma Só Saúde” são uma iniciativa da SRC-OF, de periodicidade anual, que ficou interrompida durante 2 anos em virtude dos constrangimentos impostos pela pandemia.

A 1.ª edição decorreu em 2019, na Figueira da Foz, subordinada ao tema das resistências microbianas aos antibióticos, tendo a iniciativa sido retomada em 2022, em Coimbra.

Sob o mote “Conheça o seu intestino”, as Segundas Jornadas decorreram no dia 28 de outubro, no Convento de São Francisco, organizadas pela Secção Regional em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Com mais de duas centenas de participantes, estas Jornadas decorreram no âmbito de uma das linhas de intervenção que a Direcção Regional elegeu como prioritária para o presente mandato – a promoção da literacia para a saúde e a capacitação do doente e da população, na gestão da sua saúde.

O programa incluiu duas excelentes palestras, proferidas por Bárbara Rocha, Professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, e Francisco Portela, Diretor do Departamento de Cirurgia e Gastrenterologia do Centro Hos-

pital Universitário de Coimbra (CHUC), seguindo-se uma mesa redonda, moderada pela jornalista Marina Caldas, que juntou a Bárbara Rocha e Francisco Portela, Conceição Calhau, nutricionista e Professora Catedrática na NOVA Medical School, Joana Pereira, psicóloga clínica e investigadora Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da FPCE-UC, Paula Iglésias, farmacêutica comunitária e diretora do Instituto Pharmcare, José Feio, farmacêutico hospitalar e diretor dos Serviços Farmacêuticos do CHUC e, ainda, Ana Sampaio, Presidente da APDI - Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino.

Estas Jornadas cumpriram em pleno o objetivo de informar, de discutir e, fundamentalmente, de consciencializar para a importância da abordagem multidimensional e multidisciplinar à pessoa com doença intestinal.



» Segundas Jornadas "Uma Só Saúde" | 28 de outubro de 2022

### Fórum Regional do Centro das Ordens Profissionais (FoRCOP)

A SRC-OF manteve, na qualidade de membro do FoRCOP, a sua colaboração na dinamização desta estrutura regional.

Nesta medida, participámos na organização do Colóquio "Saúde em Tempos de Covid", que decorreu no dia 22 de novembro, na Sede Regional do Centro da Ordem dos Médicos.

O Colóquio integrou duas mesas de debate, nas quais foram debatidos os reflexos da COVID-19 sob diferentes perspetivas. Na primeira, moderada por Paulo Cunha, Presidente da Direcção Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos, foram debatidos os reflexos da COVID-19 na Saúde Comunitária, tendo contado com as participações de Anabela Mascarenhas, Presidente da Direcção Regional do Centro da OF, e de Vítor Duque, em representação da Ordem dos Médicos.

O segundo painel, igualmente moderado por Paulo Cunha, debateu os reflexos profissionais da COVID-19, e contou com a participação de Hélder de Oliveira, pela Ordem dos Economistas, e de António Sá Gonçalves, pela Ordem dos Advogados.



» FoRCOP | 22 de novembro de 2022

## III. MULTIDISCIPLINARIEDADE E INTEGRAÇÃO DE CUIDADOS

Na sua prática profissional, o farmacêutico deve ter sempre presente que, do resultado da sua intervenção, irão depender, em grande medida, os resultados clínicos dos doentes. Para o resultado da intervenção profissional concorrem diversos fatores, destacando-se, para além da competência profissional, o trabalho multidisciplinar, o envolvimento concertado dos vários parceiros na área da saúde e o estabelecimento de redes de concertação envolvendo diversos sectores da sociedade, as autoridades políticas e de saúde, a universidade e restantes associações profissionais.

Destacamos, neste enquadramento, as seguintes atividades e projetos:

### Cooperação Universitária e com as Associações Estudantis

Ao longo de 2022 mantivemos a colaboração com as Universidades e Associações de Estudantes, tendo prosseguido com a nossa participação em diversos fóruns.

#### Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior

A SRC-OF integra o Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, tendo participado nas diversas reuniões ocorridas em 2022 para a definição do plano de ação para 2023, assim como para discutir formas de melhorar a interação da Faculdade de Ciências da Saúde com a comunidade.

O Conselho Consultivo surgiu da necessidade de constituição

de uma plataforma de trabalho transversal e interdisciplinar entre a Universidade, concretamente com o Centro de Investigação em Ciências da Saúde, e vários sectores da sociedade civil. Para além de representações de responsáveis de autarquias da região, de escolas, associações de doentes, entre outros, os farmacêuticos estiveram representados pela OF.

#### PharmCareer 2022

A SRC-OF colaborou em mais uma edição do Pharmcareer 2022, que teve lugar nos dias 5 e 6 de janeiro de 2022. Iniciativa organizada pelo NEF/AAC, tem como principais objetivos aproximar os estudantes da realidade profissional e fornecer-lhes valências úteis na transição para o Estágio Curricular. A SRC-OF abordou as questões organizativas as atribuições e objetivos da Ordem, as perspetivas futuras para a profissão farmacêutica, e alguns conceitos fundamentais do direito do trabalho.

## IV. PARTICIPAÇÃO NAS ESTRUTURAS DE DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE LOCAIS

### Conselho Municipal de Saúde de Coimbra

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos. O município de Coimbra exerceu, em 2020, as competências transferidas ao abrigo do referido diploma, em todas as áreas incluindo a área da saúde.

Nessa medida, foi instalado o Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, órgão consultivo destinado a promover a articulação e cooperação entre as várias entidades, locais, regionais e nacionais que operam no âmbito da saúde, e para o qual foi convidada a SRC-OF.

O Conselho Municipal de Saúde de Coimbra integra os presidentes da Assembleia Municipal e de uma Junta de Freguesia, representantes da Administração Regional de Saúde do Centro, da Segurança Social, das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das associações da área da saúde, e os diretores executivos e presidentes dos conselhos clínicos e de saúde dos Agrupamentos de Centros de Saúde.

Fazem, também, parte desta estrutura diversas individualidades ligadas à área da saúde, como representantes de ordens profissionais, como a dos farmacêuticos, médicos, enfermeiros, psicólogos, ou arquitetos, de associações ou operadores de transportes públicos.

## V. CONSCIÊNCIA SOLIDÁRIA E CÍVICA DOS FARMACÊUTICOS

### Medicines to Ukraine

O cenário de destruição decorrente da Guerra na Ucrânia tem vindo a destruir a vida de milhares de pessoas, e também o tecido da sociedade ucraniana, que necessita de toda a ajuda possível.

A generosidade da população mundial tem sido extraordinária. Milhões de pessoas, de vários países, têm recebido refugiados nas suas casas, e têm feito chegar às organizações de beneficência donativos, em géneros e financeiros, generosos.

As pessoas têm enviado, também, vários tipos de medicamentos, que têm em casa ou que compraram na sua farmácia local, e que enviam juntamente com roupa, alimentos e brinquedos. Infelizmente, a maioria destes atos individuais de generosidade, entregues na fronteira da Polónia com a Ucrânia em caixas de cartão, resultou numa outra pandemia. A de caixas de cartão que tem vindo a assolar as regiões fronteiriças. Tem-se tornado cada vez mais difícil extrair quaisquer medicamentos destes donativos e, mesmo quando isso é possível, a origem desconhecida impede que os mesmos sejam utilizados.



» Campanha "Medicines to Ukraine"

À medida que a crise se agrava, as vítimas requerem medicina cada vez mais especializada, usada em hospitais para tratar os ferimentos da guerra. Estes medicamentos encontram-se disponíveis apenas junto de fornecedores especializados e, pela sua natureza, exigem armazenamento e transporte em condições exigentes.

Neste sentido, várias organizações de farmacêuticos europeus lançaram uma campanha centralizada, no sentido de ajudar o povo ucraniano a obter os medicamentos de que



necessitam. Liderados pelas suas respetivas organizações de farmacêuticos nacionais, estão a disponibilizar a sua experiência em relação a medicamentos para organizar a obtenção, a logística e a entrega segura de medicamentos, onde eles são mais necessários, às vítimas ucranianas.

A campanha de angariação de fundos – estabelecida em parceria com a Caritas na maior parte dos países onde funciona – decorre neste momento em vários países europeus.

Consciente da importância desta campanha, a SRC-OF encetou contactos com os promotores da iniciativa, assim como com a Caritas Portugal, com o objetivo de se tornar o parceiro, em Portugal, da campanha “Medicines to Ukraine”. Todos os protocolos foram formalizados, estando reunidas as condições para o lançamento da campanha em Portugal até ao final do 1.º trimestre de 2023.

## 4. RELACIONES INSTITUCIONAIS

Na sequência do ato eleitoral de 5 de fevereiro, e após a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais da Secção Regional, foram solicitadas reuniões de apresentação de cumprimentos a diversas entidades, no sentido do aprofundamento da relação institucional e, quando oportuno, para facilitação das condições que visem o estabelecimento de parcerias no desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Neste âmbito, tiveram lugar as seguintes reuniões:

### 12 ABRIL | Audiência com a Direção da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra



» Audiência com a Direção da FFUC | 12 de abril de 2022

Para além da apresentação formal de cumprimentos, na sequência da recente tomada de posse dos órgãos dirigentes da OF, nesta reunião foram ainda discutidos diversos assuntos de interesse comum, concretamente a parceria entre ambas as instituições com vista à formação pós-graduada dos farmacêuticos.

### 21 ABRIL | Reunião com a APEF

A reunião com a APEF teve por objetivo a apresentação for-

mal de cumprimentos, com vista ao aprofundamento da relação entre os estudantes e a sua futura Ordem.

Foram discutidos pontos convergentes de colaboração, no panorama da saúde e do setor farmacêutico em Portugal.

### 03 MAIO | Audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra



» Audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra | 3 de maio de 2022

Nesta reunião, para além da apresentação formal de cumprimentos ao, também recém-eleito, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, a Secção Regional disponibilizou-se a colaborar com a Câmara Municipal no desenvolvimento de iniciativas de promoção da saúde pública e educação para a saúde, no âmbito da implementação do Plano Municipal de Saúde 2021-2025 do Município de Coimbra.

### 24 MAIO | Audiência com autarca da Câmara Municipal da Figueira da Foz



» Audiência na Câmara Municipal da Figueira da Foz | 24 de maio de 2022

A Secção Regional foi recebida em audiência pela Vereadora da Câmara Municipal da Figueira da Foz com o pelouro da Saúde, Olga Brás. Na sequência da reunião, a Secção Regional apresentou os cumprimentos formais ao novo executivo, disponibilizando-se a colaborar com a Câmara Municipal no desenvolvimento de iniciativas de promoção da saúde pública e educação para a saúde, no Município da Figueira da Foz.

A autarca manifestou o interesse da Câmara Municipal no envolvimento dos farmacêuticos em diversos projetos ligados à promoção da saúde da população, tendo desde logo ficado acordados contactos posteriores para o aprofundamento e concretização destas parcerias.



## 5. COMUNICAÇÃO

Todas as iniciativas, projetos e informações da Secção Regional, foram divulgadas / dinamizadas através dos nossos canais de comunicação:

- » **Newsletters** da SRC-OF
- » **Site** da SRC-OF  
<https://srcordemfarmaceuticos.pt/>
- » **Facebook**  
<https://www.facebook.com/Sec%C3%A7%C3%A3o-Regional-do-Centro-da-Ordem-dos-Farmac%C3%AAuticos-155718654452523>
- » **Instagram**  
<https://www.instagram.com/ofcentro/>

### Rádio Regional do Centro

No âmbito de uma parceria com a Rádio Regional do Centro, iniciámos uma rubrica mensal nesta estação de rádio, na qual os membros dos órgãos sociais da SRC-OF vão abordando as diversas áreas de intervenção profissional do farmacêutico, e/ou destacar alguma das atividades promovidas pela Secção Regional.

Trata-se de uma excelente forma de promover o farmacêutico junto da população, dando a conhecer o trabalho que desenvolve e as diversas áreas em que atua.

Ao longo de 2022, decorreram 7 entrevistas temáticas:

- » 30 ABRIL | **Anabela Mascarenhas**  
*A farmácia comunitária e o papel na promoção da literacia para a saúde*
- » 28 MAIO | **Paulo Santos**  
*A farmácia militar e as suas diversas valências*
- » 25 JUNHO | **Nuno Lages**  
*Entrevista abrangente, que aborda a distribuição, a indústria farmacêutica e a área regulamentar do medicamento*

- » 18 JULHO | **Rute Cavaco Salvador**  
*A farmácia hospitalar e os principais problemas e desafios que enfrenta*
- » 5 NOVEMBRO | **Isabel Vitória Figueiredo**  
*A importância de “cuidar” do intestino e da incidência crescente do cancro do intestino e de outras patologias do foro intestinal, a propósito da organização das Segundas Jornadas Uma Só Saúde – “Conheça o seu intestino”*
- » 26 de novembro | **Catarina Veiga**  
*Ensaio clínico - o que são? Para que servem? Quem os faz?*
- » 17 de dezembro | **Carlos Cavaleiro**  
*Plantas medicinais, medicamentos, chás e mesinhas*

## 6. CONSELHO JURISDICCIONAL REGIONAL

Ao nível do Conselho Jurisdiccional Regional do Centro foram acionados, em 2022, 6 processos de apreciação liminar e 1 processo disciplinar.

## 7. BALANÇO DE MEMBROS NA SRC-OF

Membros Ativos (a 31 de dezembro)	3 034
Novas Admissões	141
Cancelados, Isentos e Suspensos em 2022	39

### AGRADECIMENTOS

A Direção Regional do Centro agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos membros da Secção Regional, Colaboradores e Consultores, pela dedicação no desempenho das suas funções, bem como aos Colegas que foram eleitos delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho demonstrado.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## RENDIMENTOS E GANHOS

### Quotas e Jóias de Inscrição

Em 2022 observou-se um aumento do valor de quotas e jóias cobradas, relativamente ao ano anterior de 2021, no montante de 27.759 €, observando-se assim um desvio positivo de 4,6 %.

### Outros rendimentos

Esta rubrica inclui os rendimentos obtidos pela SRC, não incluídos nas quotas e nas jóias de inscrição, e respeitam fundamentalmente às taxas de inscrição nos cursos promovidos por esta Secção.

## GASTOS E PERDAS

### Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica FSE registou um valor de 115.014 €, englobando todas as despesas necessárias ao desenvolvimento da normal atividade da Secção Regional. O desvio negativo de cerca de 17.000 € relativamente ao ano de 2021, prende-se fundamentalmente com a retoma das atividades presenciais, que se observou em 2022.

Adicionalmente, há a considerar o apoio às listas concorrentes ao ato eleitoral de fevereiro de 2022.

### Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal ascenderam a 143 mil Euros no período em análise, em linha com o previsto.

### Gastos de depreciação e amortização

Totalizaram 24.000 Euros no período em análise, em linha com o orçamentado.

### Imparidades de dívidas de membros

De forma prudencial, e em face da atual instabilidade laboral e económica, foram orçamentados cerca de 25.000 Euros nesta rubrica, para 2022. Contudo, foram registados 15.148 Euros de gastos de quotas incobráveis, menos cerca de 1.600 € que o observado no ano de 2021. O nível de imparidades reconhecidas em 2022 foi, assim, inferior ao orçamentado, em cerca de 9.700€.

### Outros gastos e perdas

Foram contabilizados cerca de 263.000 Euros de gastos desta natureza que correspondem, na sua grande maioria, a transferências do percentual de 40% de quotas e joias efetivamente cobradas pela SRC-OF, para a DN. A execução desta rúbrica registou um desvio positivo de cerca de 46.000 Euros, relativamente ao orçamentado, o que se deve fundamentalmente a um nível de eficácia de cobrança superior ao planeado no orçamento de 2022.

O desvio positivo de 14.000 € relativamente a 2021, deve-se à necessidade de ter sido efetuado um ajuste na conta de diferimentos, que considerámos custo do exercício de 2021, que não foi devidamente reconhecido no ano de 2020.



Ordem dos Farmacêuticos  
Secção Regional do Centro - Ano 2022

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ANO 2022**

	2021	2022	Variação	Desvio %
	Real	Real	Δ 2021/2020	
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>				
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	603 064	630 823	27 759	4,6%
Prestação de serviços - Outros	20 196	5 912	-14 284	-70,7%
Outros rendimentos e ganhos	1 341	922	-419	-31,2%
Juros, Dividendos e outros rendimentos		500	0	
	<b>624 601</b>	<b>637 657</b>	13 056	2,1%
<b>GASTOS E PERDAS</b>				
Custo das merc. vendidas e mat. Cons.	0	0	0	
Fornecimentos e serviços externos	-97 702	-115 014	-17 312	17,7%
Gastos com pessoal	-130 028	-143 992	-13 964	10,7%
Gastos de depreciação e de amortização	-24 366	-24 542	-176	0,7%
Imparidades de dívidas de Membros	-16 800	-15 148	1 652	-9,8%
Outros gastos e perdas	-276 791	-262 661	14 130	-5,1%
Gastos e perdas de financiamento	-2 992	-3 226	-234	7,8%
	<b>-548 679</b>	<b>-564 583</b>	-15 904	2,9%
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>75 922</b>	<b>73 074</b>	-2 848	-3,8%



**Ordem dos Farmacêuticos SRC**  
Balço individual em 2022/12/31

	euros (arredondado à unidade)		
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6.	862 404	875 206
		<b>862 404</b>	<b>875 206</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	9.	102 120	78 162
Estado e outros entes públicos	23.3	0	102
Outros ativos correntes	10.	1 162	995
Diferimentos	14.	9 141	7 911
Caixa e depósitos bancários	5.	1 036 632	925 026
		<b>1 148 275</b>	<b>1 012 196</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2 000 679</b>	<b>1 887 402</b>
<b>Fundos patrimoniais e passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.	70 629	70 629
Reservas	11.	211 741	211 741
Resultados transitados	11.	1 417 032	1 341 110
		<b>1 699 603</b>	<b>1 623 680</b>
Resultado líquido do período		72 699	76 923
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 772 501</b>	<b>1 699 603</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.	7 149	6 345
Estado e outros entes públicos	23.3	6 405	4 263
Outros passivos correntes	13.	215 624	177 202
		<b>226 177</b>	<b>187 799</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>226 177</b>	<b>187 799</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>2 000 679</b>	<b>1 887 402</b>

o ano faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2022

Coimbra, 01/03/2023

A Direção

O CC

**Ordem dos Farmacêuticos SRC**

Demonstração de fluxos de caixa (contas individuais)  
Período findo em 2022/12/31

	euros (arredondado à unidade)		
	Notas	2022	2 021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		688 085	690 801
Pagamentos a fornecedores		-87 036	-81 241
Pagamentos ao pessoal		-142 865	-126 971
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>358 165</b>	<b>402 568</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-112	-102
Outros recebimentos/pagamentos		-243 503	-247 249
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>114 570</b>	<b>155 237</b>
<b>Fluxos de caixa de atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-371	-580
Ativos intangíveis		0	-489
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		833	737
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>462</b>	<b>-312</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e gastos similares		-3 226	-2 962
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-3 226</b>	<b>-2 962</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>111 806</b>	<b>151 934</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.	925 026	773 062
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.	1 036 832	925 026

o ano faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2022

Coimbra, 01/03/2023

A Direção

O CC

# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO CENTRO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL

Em cumprimento do disposto no Art.º 49 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pela Lei 131/2015, de 4 de setembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos procedeu à apreciação do Relatório de Atividades e Contas de 2022, apresentados pela Direcção da Secção Regional do Centro, considerando-os corretos e dignos de crédito.

Assim sendo, é nosso parecer que o Relatório de Contas 2022 se encontra em condições de merecer aprovação por parte da Assembleia Regional do Centro.

Coimbra, 9 de março de 2023.

Pelo Conselho Fiscal Regional do Centro

O Presidente

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de Identificação: 06249728  
Data: 2023.03.13 15:58:39+00'00'



Prof. Doutor Carlos Cavaleiro

---



# SRN

SECÇÃO REGIONAL  
**NORTE**

Hot & Tasty  
Palla  
FARMACIA



## ASSEMBLEIA REGIONAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 42º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 41º e 42º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Regional do Norte da **Ordem dos Farmacêuticos** para reunir no próximo dia **24 de março de 2023**, pelas 20:30 horas, na Sede Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos, sita na Rua Cantor Zeca Afonso, n.º 793, Porto, e cumulativamente por videoconferência, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da ata da Assembleia Regional anterior;
3. Informação sobre a Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informação sobre a alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
5. Apreciação e discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Apreciação e discussão sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Secção Regional do Norte referente a 2022;
8. Discussão e deliberação sobre as Contas da Secção Regional do Norte referentes a 2022;
9. Apreciação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
10. Apreciação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
11. Apreciação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2022;
12. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 30 de março de 2023, pelas 20H30, no Hotel Mundial, sita na Praça Martim Moniz 2, em Lisboa, e cumulativamente por videoconferência;
13. Apreciação e discussão de outros assuntos que os membros da Secção Regional do Norte considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Porto, 9 de março de 2023,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Norte

(Prof. Doutor Vítor Seabra)

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros(as) Colegas,

Os Órgãos Sociais da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos tomaram posse em 22 de fevereiro de 2022. Como reflexão geral do nosso primeiro ano de mandato, constatamos que tem sido desafiador, mas também extremamente gratificante.

Na qualidade de Presidente, gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos os membros da Direção, Assembleia, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal e Secretariado, pelo trabalho dedicado que têm realizado em prol da nossa nobre profissão farmacêutica. Cada área de atuação tem os seus próprios desafios, e eu reconheço o comprometimento e a determinação que cada um de vocês tem demonstrado ao enfrentá-los. Graças ao esforço coletivo, a nossa Secção Regional do Norte tem-se mantido forte e ativa na promoção da formação, excelência da prática farmacêutica e na defesa dos nossos direitos e interesses profissionais.

É também importante destacar o trabalho realizado em estreita colaboração com a Direção Nacional e com o nosso Bastonário, Prof. Doutor Hélder Mota Filipe. Neste âmbito, realçamos a elaboração de normas, regulamentos e pareceres; o empenho na resolução das contingências no início do processo da residência farmacêutica; o apoio aos colegas farmacêuticos hospitalares, que pediram escusa de responsabilidades devido à falta de condições adequadas à prestação de cuidados farmacêuticos; a definição de estratégias nas áreas das análises clínicas e genética humana, a defesa dos laboratórios convencionados de análises clínicas relativamente ao possível impacto das novas unidades locais de saúde; a implementação da renovação da medicação crónica e o acesso de proximidade a medicamentos hospitalares nas farmácias comunitárias; a contestação do novo regime jurídico para as associações públicas profissionais; e o acompanhamento das obras na nova sede da Ordem dos Farmacêuticos.

Este ano representou uma excelente oportunidade para aprofundar as relações com instituições públicas e organizações setoriais. Tais relações foram de grande importância e permitiram o desenvolvimento colaborativo mútuo com a Secção Regional do Norte e a profissão, resultando em várias realizações conjuntas relevantes.

Embora tenhamos enfrentado desafios significativos ao longo deste ano, não posso negar que estou confiante de que, com o trabalho dedicado de todos, continuaremos a enfrentá-los com sucesso. Juntos, podemos garantir que nossa profissão continuará a crescer e evoluir, proporcionando sempre os melhores cuidados de saúde.

Por fim, gostaria de reiterar a minha gratidão a todos os colegas pelo trabalho dedicado e compromisso com a nossa profissão. Agradeço pela confiança depositada em mim e espero continuar o trabalho em estreita colaboração com todos, durante o próximo ano.

O Presidente da Secção Regional do Norte



Félix Carvalho

# PLANO DE ATIVIDADES

## 1. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAS INTERNAS DA SRN-OF

Durante o ano de 2022, manteve-se a disponibilidade total das novas e das mais antigas instalações para a realização de atividades profissionais, presenciais e com suporte de meios digitais, por videoconferência.

Assim sendo, realizaram-se nas instalações da SRN-OF, reuniões presenciais de diferentes Órgãos Sociais da OF, como o CCEACGH-OF, do CCEFH-OF e CCEFC-OF e reuniões científicas e de trabalho de/com distintas entidades públicas e privadas da Saúde, como Administração Regional de Saúde (ARS), Comissões de Farmácia e Terapêutica.

Enquanto foi permitido, decorreram atividades formativas presenciais dirigidas aos associados da SRN-OF nas instalações desta Secção Regional prosseguindo a política seguida pela direção regional de uma Ordem “aberta aos seus membros e às suas necessidades”.

Neste ano de 2022, manteve-se a exigência concetual na orientação da gestão de poupanças e controlo de despesas de modo a cumprir os compromissos arcados com o banco BPI e com o financiamento ao abrigo do Programa Jéssica utilizado na construção do novo edifício. Esta forma de encarar, com o rigor e a exigência necessária, o exercício de gestão dos recursos económico-financeiros por parte da direção da SRN-OF constitui a forma de assegurar que o compromisso público, assumido perante si mesma e os seus membros, de que os custos associados a esse investimento não teriam qualquer interferência com as condições normais de funcionamento e de apoio aos membros desta SRN-OF e no cumprimento dos seus compromissos com a DN da OF.

## 2. RELAÇÃO COM OS MEMBROS

Ao longo do ano 2022, procedeu-se ao melhoramento do modelo de comunicação e da política de maior disponibilidade e proximidade com os membros através de mais rápi-

dos e eficientes meios de divulgação. Para além do correio eletrónico, utilizado como forma de contacto periódico com os membros desta Secção Regional, a *newsletter*, o novo site da SRN-OF, bem como as redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*) numa concertação estratégica de conteúdos, que se mostrou eficiente na comunicação e divulgação das atividades da Secção Regional junto dos seus membros.

Proseguiu-se o caminho definido pelos novos Órgãos eleitos orientado para uma pronta disponibilidade e uma maior e mais eficaz proximidade com os membros desta Secção Regional, procurando limitar o tempo máximo de resposta às questões e problemas colocados pelos membros.

A SRN-OF continuou a disponibilizar apoio jurídico presencial, semanalmente aos membros que o solicitem, com marcação prévia de consulta, e também, via *email* ou telefónica, em situações muito próprias, obviando desta forma as dificuldades na deslocação às nossas instalações, em particular, as que se prendem com fatores relacionados com distância geográfica ou a incapacidade física.

## 3. TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS



» Tomada de Posse Órgãos Sociais da SRN-OF | 22 de fevereiro de 2022

Os novos Órgãos Sociais da SRN-OF para triénio 2022-2024, tomaram posse na sede da SRN-OF, no dia 22 de fevereiro de

2022, na presença de cerca de uma centena de convidados, marcando assim um novo ciclo para os farmacêuticos do Norte e para a sua Secção Regional.

Assim, a acompanhar Félix Carvalho da Direção Regional entraram em funções José Manuel Sousa Lobo, Carlos Sá, Ariana Araújo e Alice Rodrigues. A Assembleia Geral Regional presidida por Vítor Seabra, com Ana Catarina Silva como 1ª Secretária e Pedro Campos como 2º Secretário. O Conselho Jurisdicional ficou a cargo de Nuno Cardoso e os vogais Inês Alves, Pedro Soares, Catarina Lages e Maria Luís Queirós. Finalmente, o Conselho Fiscal ficou com Florbela Braga como presidente e como vogais Tiago Sousa e Isabel Cunha.

## 4. RELAÇÕES EXTERNAS

Convictos da necessidade de implementar os contactos institucionais junto das entidades ligadas à atividade farmacêutica, a SRN-OF focou a sua atividade no aprofundamento das relações de colaboração com as Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de MICEF, com as quais tem mantido relações preferenciais. Mais ainda, neste âmbito, desenvolveu novos esforços na manutenção e incremento das relações de colaboração e cooperação institucional com instituições públicas e outras organizações sectoriais, que se mostraram de grande importância e permitiram desenvolvimentos colaborativos mútuos com a Secção Regional e a profissão e se traduziram, em muitas situações, em relevantes realizações conjuntas.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e o Núcleo de Ciências Farmacêuticas da Universidade Fernando Pessoa (NCF-UFPP) continuaram a contar com o apoio da SRN-OF através da participação e divulgação das suas iniciativas e atividades. A SRN-OF continua a disponibilizar as suas instalações à APEF, como sede desta organização, e para o desenvolvimento das suas atividades.

Dando continuidade ao que já vem sendo habitual, a SRN-OF divulgou e participou nas atividades das várias entidades e Instituições ligadas à ação e ensino farmacêutico, como a Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Instituto Superior de Ciências Norte, Hospital São João, Hospital Pedro Hispano, Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, APJF, ARS e a Entidade Reguladora da Saúde (ERS).

## I. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A SRN-OF tem pautado a sua atuação pelo reforço das suas relações institucionais com a DN e com o bastonário da OF e demais Órgãos Nacionais e Regionais, visando o estabelecimento de relações mais profícuas e colaborantes entre todos, em prol do farmacêutico e em defesa da qualidade da sua prática ou atividade profissional.

## II. REUNIÃO COM OS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS DO CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DO PORTO (CHUP)



» Reunião com os Serviços Farmacêuticos do CHUP | 24 de fevereiro de 2022

O Presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, esteve em reunião com os colegas dos Serviços Farmacêuticos e Conselho de Administração do CHUP onde debateu os pedidos de escusa de responsabilidade dos Farmacêuticos do CHUP e também a equivalência à residência farmacêutica para os colegas contratados após 24 de fevereiro de 2020.

## III. III JORNADAS DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



» III Jornadas de Ciências Farmacêuticas da UFPP | 28 de abril de 2022

O Presidente da SRN-OF foi um dos oradores convidados das III Jornadas de Ciências Farmacêuticas, da Universidade Fernando Pessoa. Durante a sua intervenção, Félix Carvalho lembrou a importância dos estudantes terem uma “participação mais ativa na OF” e reforçou que há diversas vantagens enquanto membros estudantes em pertencerem à Ordem: isenção do pagamento de quotas, informação sobre formações e eventos da OF e acesso à BOOF.

Depois de uma breve apresentação sobre o funcionamento, organização e funções dos diferentes Órgãos Nacionais e Regionais, Colégios de Especialidades e Conselhos Consultivos da OF, Félix Carvalho, lembrou alguns objetivos que a SRN-OF está empenhada em contribuir. O presidente reforçou que “o ato farmacêutico deve ser implementado”, sobretudo

no que diz respeito a “facultar o acesso aos dados clínicos dos doentes; reforçar o desenvolvimento de plataformas de comunicação; responder às necessidades do SNS, tais como a criação da consulta farmacêutica e do farmacêutico de família, entre outras.”

Ana Catarina Silva, 1ª secretária da Mesa da Assembleia da SRN, interveio também, no último dia destas Jornadas, reforçando a importância da comunidade estudantil se envolver na vida da Ordem, contribuindo para promover o futuro da profissão.

#### IV. REUNIÃO SOBRE FARMACÊUTICOS NAS ANÁLISES CLÍNICAS: PRESENTE E FUTURO



» “Farmacêuticos nas Análises Clínicas: Presente e Futuro” | 23 de junho de 2022

A reunião, que decorreu no dia 2 de julho no hotel *Double Tree by Hilton*, em Lisboa, contou com a participação de dirigentes da OF, representantes das organizações e associações setoriais e quase duas centenas de farmacêuticos analistas clínicos, que, presencialmente ou à distância, puderam expressar a sua visão sobre o exercício da profissão numa área que concilia a prática clínica e laboratorial.

O presidente, Félix Carvalho, em representação da SRN-OF, participou nesta reunião e reforçou vários aspetos específicos dos farmacêuticos que os tornam únicos nas Análises Clínicas.

#### V. REUNIÃO COM O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CHUP



» Reunião com o Conselho de Administração do CHUP | 12 de julho de 2022

O presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, reuniu com o Conselho de Administração do CHUP, na sequência dos pedidos de escusas de responsabilidade dos Farmacêuticos do CHUP.

O presidente Félix Carvalho, acompanhado por Pedro Campos, membro da Assembleia Regional e Maria Luís Santos, Secretária-Geral da SRN-OF, reuniu no dia 12 de julho com o Conselho de Administração deste Centro Hospitalar, nomeadamente, Paulo Barbosa e Rita Moreira, presidente e vogal, respetivamente e José Barros, diretor clínico.

#### VI. TOMADA DE POSSE DO SINDICATO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS



» Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do SNF | 23 de junho de 2022

Decorreu no dia 16 de julho de 2022, no salão nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, a tomada de posse dos Órgãos Sociais do SNF para o biénio 2022 – 2023.

A SRN-OF esteve representada pelo seu presidente, Félix Carvalho e demonstra o empenho na ação sinérgica com o sindicato no objetivo comum de defesa da classe farmacêutica.



## VII. CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE FARMÁCIA



» Congresso Nacional dos Estudantes de Farmácia | 1 e 2 de outubro de 2022

Este Congresso, que decorreu nos dias 1 e 2 de outubro, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, traduziu-se numa “excelente oportunidade para ouvir e discutir as expectativas e os desafios dos futuros farmacêuticos com especialistas dos temas de elevado interesse para a classe farmacêutica”, assim referiu o presidente da SRN-OF, Félix Carvalho.

Entre os temas em debate estiveram, o plano nacional de saúde e o contributo do farmacêutico, a sustentabilidade do sistema de saúde, a integração dos cuidados de saúde, o farmacêutico clínico, a digitalização dos cuidados de saúde, e os profissionais do futuro – a geração de 2030.

## VIII. REPRESENTAÇÃO DA SRN-OF NO DIA DO FARMACÊUTICO



» Dia Nacional do Farmacêutico | 26 de setembro de 2022

A Sessão Solene Comemorativa do Dia do Farmacêutico 2021 realizou-se no dia 26 de setembro, Mosteiro da Penha Longa, em Sintra, com a presença de convidados e farmacêuticos que foram homenageados durante a esta sessão.

## IX. REUNIÕES DO FÓRUM REGIONAL NORTE DAS ORDENS PROFISSIONAIS (FoRNOP)

O presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, tem vindo a participar em reuniões do FoRNOP.

Fruto da consciência de intervenção pública e social dos profissionais das diversas Ordens Profissionais, o Fórum propõe-se a desenvolver iniciativas que promovam o debate, a reflexão e a participação cívica e a confiança mútua entre os agentes, estado e particulares, com temas de importância não só para a Área Metropolitana do Porto, mas para toda a Região Norte, através da organização de atividades de cariz cultural, social, científico e político.

## X. REUNIÃO FIP - SEVILHA

Em representação da direção da SRN-OF, José Manuel Sousa Lobo, participou em setembro no 80<sup>th</sup> *FIP World Congress of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences*, em Sevilha (Espanha), onde decorreu simultaneamente o 22<sup>o</sup> Congresso Nacional Farmacêutico.

Citando o Presidente do *Consejo General de Colegios Oficiales de Farmacêuticos*, “Sevilha foi a capital mundial da Farmácia, reunindo mais de 5000 farmacêuticos de mais de 100 países; foram apresentadas mais de 1142 comunicações científicas e 196 conferencistas participaram em mais de 60 sessões”. Este foi o primeiro congresso pós-pandemia e as consequências deste processo marcaram amplamente o debate.

Foram apresentados temas muito diversos, com forte teor prático e de partilha de experiências entre países em diferentes estádios de desenvolvimento e que reagiram, perante situações semelhantes, de um modo muito diferente. No entanto, o contributo do farmacêutico para os novos desafios originados pela pandemia foi talvez o aspeto mais relevante de todas as sessões.

## XI. CONGRESSO APTFERIDAS'22 - EVIDÊNCIA SEM FRONTEIRAS - BRAGA

Em representação do bastonário da OF e do presidente da SRN-OF, José Manuel Sousa Lobo, da Direção da SRN-OF, participou na sessão de abertura do Congresso APTFeridas'22 – Evidência Sem Fronteiras, que teve lugar no Altice Fórum Braga, nos dias 15 e 16 de novembro e que foi promovido pela Associação Portuguesa de Tratamento de Feridas.

Na sua intervenção, o Professor Sousa Lobo salientou a importância do tema em discussão, referindo que o contributo dos todos os profissionais de todas as áreas é fundamental para se alcançarem resultados relevantes na área da saúde.

## XII. OUTRAS PRESENÇAS E PATICIPAÇÕES

### II Jornadas de Farmácia Comunitária

O presidente da SRN-OF, Félix Carvalho, realçou a importância do farmacêutico comunitário, salientando que a sua componente técnico-científica o torna num profissional diferenciado, permitindo ao mesmo prestar uma série de serviços à população que podem gerar inúmeras mais valias para o SNS.

### Cerimónia de Compromisso de Honra dos Novos Médicos Dentistas - Casa da Música - Porto

Em representação da OF, Carlos Sá, membro da Direção da SRN-OF, participou na Cerimónia de Compromisso de Honra dos Novos Médicos Dentistas, aproveitando a ocasião para reiterar junto do bastonário dos Médicos Dentistas, Dr. Miguel Pavão, a disponibilidade da OF para colaboração institucional.

### Reunião “Impacto da Trombose Associada ao Cancro”, organizada pelo Grupo de Estudos de Cancro e Trombose (GESCAT) - Vila Nova de Nova Gaia

Em representação da OF, Carlos Sá, membro da Direção da SRN-OF, participou na reunião “Impacto da Trombose Associada ao Cancro”, organizada pelo GESCAT, afirmando que as farmácias comunitárias pela proximidade com os doentes são um local de excelência para ajudar no combate à trombose associada ao cancro, mostrando ainda a disponibilidade da OF para trabalhar em conjunto com o GESCAT para mitigar este fenómeno.

## 5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Continuando a priorizar a formação contínua no âmbito das modalidades formativas, como esteio da valorização e do reconhecimento profissional, a SRN-OF e no decorrer do ano de 2022, protagonizou formação de qualidade e estruturante, abrangendo distintas áreas de interesse para os seus membros.

### I. CURSOS DE FORMAÇÃO

#### Curso de Antibióticos



Ministrado pelo Professor Doutor João Carlos Sousa, o Curso de Antibióticos “A Ciência da Antibioterapia” iniciou-se a 5 de maio na sede da SRN-OF.

Neste curso de formação “A Ciência da Antibioterapia” foram abordados os antibióticos de diferentes famílias usados na clínica e apresentados os seus mecanismos de ação.

#### Cursos de Suporte Básico de Vida



Em 2022 foram realizados dois cursos de SBV que tiveram como objetivo dotar os farmacêuticos das competências necessárias para prestar a primeira assistência em SBV, aplicando eficazmente as técnicas de primeiros socorros em caso de acidente ou doença súbita. Assim os objetivos da formação, consistiram em:

- » Identificar as principais causas e saber atuar em situações de emergência;
- » Saber ativar o Sistema Integrado de Emergência Médica;
- » Reconhecer a importância e as fases principais do exame geral da vítima;
- » Identificar e reconhecer situações de paragem cardiorrespiratória, obstrução da via aérea e vítima inconsciente;
- » Adquirir treino na abordagem da via aérea;
- » Adquirir treino na execução das compressões torácicas;
- » Adquirir treino na execução das ventilações.

No final da formação, os farmacêuticos ficaram aptos a aplicar o algoritmo do SBV.



## Curso de *B-learning* Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis



A direção da SRN-OF, organizou dois cursos *B-learning* de Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis. Os formandos depois de efetuarem a inscrição receberam um email com um *link* e as respetivas credenciais, enviado pela, a GESQAF. Desta forma já podem aceder à parte teórica (*on-line*) do curso e fazer o teste. A parte prática do curso decorreu nas instalações da SRN-OF.

O artigo 36º do Decreto-Lei nº 307/2007, de 31 de agosto estabeleceu a possibilidade de poderem ser prestados, nas farmácias, serviços de promoção de saúde e bem-estar aos utentes. Entre outros serviços, podem ser realizadas a administração de medicamentos e administração de vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação (artigo 2º da Portaria nº 1429/2007, de 2 de novembro). Estes serviços apenas podem ser prestados por profissionais habilitados para o efeito, através da participação em formação específica na área. Para tal, foi desenvolvida a presente formação, de modo a garantir aos farmacêuticos inscritos na OF a formação para a realização deste serviço com a necessária qualidade e segurança.

Para ir ao encontro das necessidades dos seus membros, a Direção da SRN-OF organizou 2 cursos de administração de vacinas e medicamentos injetáveis.

## Curso de Risco Cardiovascular: tabagismo, dislipidémias, diabetes e hipertensão arterial



» Curso de Risco Cardiovascular

A SRN-OF lançou este novo curso com quatro módulos especialmente concebido para farmacêuticos. Ao longo destes

módulos formativos foi analisado o contexto patológico destes fatores de risco/ doenças debatendo a sua epidemiologia, fisiopatologia e diagnóstico. Adicionalmente, visou discutir o que fazer perante suspeita de diagnóstico, bem como, qual é atualmente o tratamento preconizado com base em guidelines internacionais. Por fim, pretendeu-se abordar a gestão do doente, que deverá sempre visar um trabalho de equipa entre a farmácia comunitária e os cuidados de saúde primários e secundários.

## II. FORMAÇÃO

### Intervenção do Farmacêutico na Procriação Medicamente Assistida



O convidado desta formação foi o Dr. Vladimiro Jorge Silva, farmacêutico, administrador e diretor científico de clínicas de Procriação Medicamente Assistida.

A formação, que decorreu a 9 novembro em formato presencial e com transmissão *live streaming*, demonstrou o que é feito nesta área e o que o farmacêutico pode (e deve) fazer. Recorde-se que os tratamentos de Procriação Medicamente Assistida são processos complexos, que requerem um acompanhamento em proximidade e que têm um enorme impacto económico, emocional e até físico sobre os doentes. Pelo seu posicionamento no contexto dos Sistemas de Saúde, o papel do farmacêutico na monitorização e *follow up* destes processos clínicos tem um enorme potencial e não pode continuar a ser uma oportunidade perdida.

### Curso "Doenças Imunomediadas"



» Curso de Doenças Imunomediadas



A SRN-OF estabeleceu uma parceria de exclusividade com a *Adahra MedFlash* no sentido de disponibilizar a todos os membros da OF cursos *online* exclusivos para farmacêuticos.

Deste modo, a SRN-OF lançou, em parceria com a empresa de formação Adahra, o módulo – Doenças Imunomediadas (Tipo II), via *APP MedFlash* direcionado para todos os farmacêuticos.

Nesta formação inscreveram-se mais de 3.000 farmacêuticos, o que evidenciou a importância deste novo modelo de realização de formações. Prático e funcional, com conteúdos apelativos, permite aos farmacêuticos localizados em diferentes regiões a realização de formações que permitem a conclusão do Ciclo de Desenvolvimento Contínuo de Formação (CDPs).

### III. CONFERÊNCIAS

#### “O Farmacêutico em emergência e catástrofe”



Paulo Cruz, farmacêutico e chefe do Gabinete de Apoio ao Diretor do Hospital das Forças Armadas, foi o convidado da SRN-OF para esta conferência.

Num mundo em permanente transformação e com sobrepopulações nos centros urbanos, as catástrofes naturais, os conflitos armados e/ou as migrações populacionais provocam disrupções que podem atingir milhões de pessoas.

Nestes cenários, em que os recursos de saúde são manifestamente insuficientes e os Sistemas de Saúde enfrentam pressões sem igual, o conhecimento farmacêutico pode fazer a diferença.

Assim, nesta conferência fez-se uma incursão pelos vários cenários de atuação e, dentro destes, de como o farmacêutico pode desenvolver a sua atividade em prol da melhoria da prestação de cuidados, da mitigação dos danos ou na recuperação dos sistemas de saúde.

#### “A diversidade das tarefas do Farmacêutico Comunitário”

O farmacêutico João Moutinho foi o convidado desta conferência, que se realizou a 15 de novembro.

Durante esta atividade promovida pela SRN-OF foram abordados os seguintes temas:

- » Os principais instrumentos de gestão em farmácia comunitária
- » A importância das competências técnicas e científicas do farmacêutico na gestão da farmácia;
- » O bem-estar do utente como fator chave do sucesso da atividade da farmácia comunitária.

#### “Noites na Ordem - Causa Humanitária: um apelo global”



Subordinada ao tema “Causa Humanitária: um apelo global” a SRN-OF convidou três reconhecidos profissionais de saúde para partilhar a sua experiência humanitária. Todos os dias somos sujeitos a imagens de acontecimentos que nos mostram realidades perturbadoras e chocantes. Estas imagens são de tal forma impactantes que despertam em muitos, a necessidade de poder contribuir, de forma abnegada, com o seu conhecimento técnico científico e generosidade pessoal. Por esse motivo a SRN-OF organizou, no dia 18 de novembro, uma nova edição das “Noites da Ordem” para a qual convidou profissionais de saúde que têm dedicado grande parte da sua vida à ajuda humanitária.

## 6. ATIVIDADES HUMANITÁRIAS COM O APOIO DA SRN-OF

### I. Farmacêuticos do Norte na linha da frente da ajuda humanitária à Ucrânia

Farmacêuticos humanitários da SRN-OF unidos no Centro de Recolha de bens essenciais para a Ucrânia, na Póvoa de Varzim. Os farmacêuticos presentes triaram, classificaram e catalogaram os medicamentos para poderem chegar ao destino nas melhores condições de qualidade, segurança e eficácia.



» Farmacêuticos humanitários em ajuda à Ucrânia

ra de comunicação em que todos sintam vontade de intervir e participar, e por isso este continuará a ser um dos objetivos da SRN-OF, reafirmando o papel interventivo do farmacêutico na melhoria dos cuidados de saúde em Portugal.

### Site da SRN-OF

O site da SRN-OF, que teve uma significativa alteração do layout, continua a veicular as atividades da SRN-OF no que concerne a notícias, formação e informações gerais. Durante o ano de 2022, teve 50 423 visualizações.



No que concerne às páginas e notícias mais acedidas, podemos destacar do top 10, para além da *homepage* (em primeiro lugar) e a área reservada (em segundo) o artigo escrito pelo presidente da SRN-OF, e também os cursos e formações disponibilizadas aos membros.

Título da Página	Visualizações de página	% Visualizações de página
1. Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	9 136	18,12%
2. Área Reservada - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	6 610	13,11%
3. Ordem dos Farmacêuticos Norte pede reflexão sobre o uso do sobeito de gestão - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	3 675	7,29%
4. Curso de Ambulâncias - A Ciência da Ambulância - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	2 543	5,04%
5. Curso online gratuita Doenças Infecciosas (Tipo II) - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	2 413	4,79%
6. Arquivo de Eventos - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	1 983	3,95%
7. Sofia Lamas Cardoso é a melhor classificada na Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	1 313	2,60%
8. Serviços - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	1 305	2,59%
9. Curso de Risco Cardiovascular: tabagismo, dislipidémias, diabetes e hipertensão arterial - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	1 148	2,28%
10. Formação de gestão dos novos Órgãos Sociais da Secção Regional do Norte da OF - Secção Regional do Norte - Ordem dos Farmacêuticos	1 103	2,19%

Podemos também confirmar, pelo quadro abaixo, que a maioria dos utilizadores do site provém predominantemente de cidades do Norte, mas há um número muito significativo de acessos de Lisboa, mostrando assim que o público que acede ao site não se confina ao âmbito regional.

Cidade	Utilizadores	% Utilizadores
1. Porto	4 702	22,62%
2. Lisboa	4 431	21,31%
3. (outro)	3 205	15,42%
4. Vila Nova de Gaia	580	4,33%
5. Braga	453	2,18%
6. Aveiro	377	1,81%
7. Coimbra	375	1,80%
8. Póvoa do Varzim	373	1,79%
9. Guimarães	310	1,49%
10. Maia	270	1,30%

## 7. OUTRAS ATIVIDADES

### I. SEGURO DE SAÚDE

A SRN-OF celebrou um protocolo de colaboração com a companhia de seguros “Ocidental”, detentora dos seguros de saúde “Médis”, mantendo preços competitivos em comparação com iguais produtos já existentes no mercado. Os membros da SRN-OF e agregados familiares poderão optar por uma de quatro opções, sem limite de idade.

### II. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

Do protocolo celebrado em 2015 entre a SRN-OF e a “Companhia - Ocidental Seguros”, resultou o seguro de Responsabilidade Civil, extensível a todos os farmacêuticos inscritos nesta Secção Regional em situação de membro ativo em exercício. A apólice garante um limite de indemnização de 100 mil euros por sinistro e anuidade. Sendo o tomador do seguro a SRN-OF, a participação do sinistro será sempre da sua competência. Apenas beneficiarão deste seguro os membros que tenham as quotas devidamente regularizadas.

### III. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

As grandes transformações na sociedade contemporânea impuseram à comunicação e ao relacionamento com os diversos públicos, um papel de extrema relevância no conceito estratégico das instituições.

Neste sentido a SRN-OF continua a apostar em diferentes canais de veiculação de informação, nomeadamente site, redes sociais e *newsletter*.

Por outro lado, continua a fazer parte integrante da atualidade noticiosa, tendo durante 2022 feito parte de várias notícias e artigos na imprensa.

Pretende-se, em última análise, criar uma verdadeira cultu-



## Facebook

O Facebook continua a ser a rede social com maior expressão da SRN, tendo fechado o ano de 2022 com 9 072 seguidores, na sua grande maioria mulheres, fixando o intervalo de idades entre os 25 e os 44 anos.

Tal como verificado no site da SRN-OF, também no Facebook a maioria dos seguidores são da região Norte, porém há 5,3% dos seguidores de Lisboa.

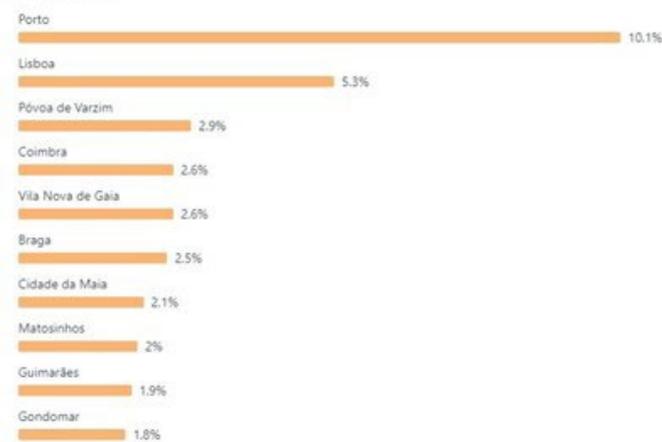
Seguidores da Página do Facebook

9072

Idade e género



Principais cidades



## Instagram

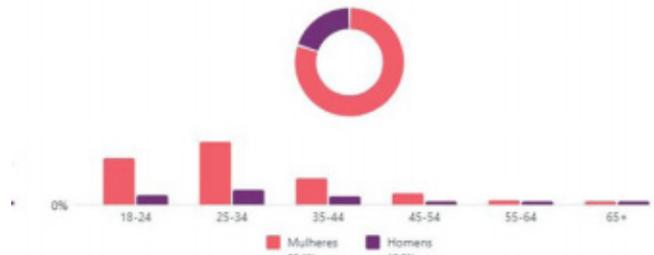
O Instagram, rede também tem crescido de forma contínua e sustentada, apresenta 1 974 seguidores, na sua grande maioria mulheres, mas, contrariamente ao Facebook, as idades dos seguidores centram-se entre os 18 e 34 anos.

Tal como no Facebook, a maioria dos seguidores são da região Norte, porém há 4,8% dos seguidores de Lisboa.

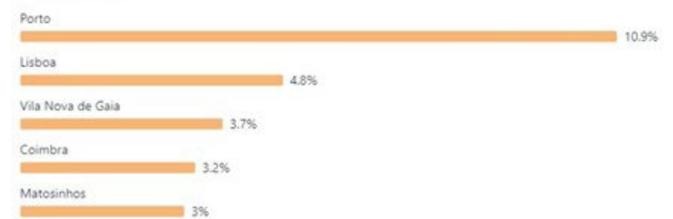
Seguidores no Instagram

1974

Idade e género



Principais cidades



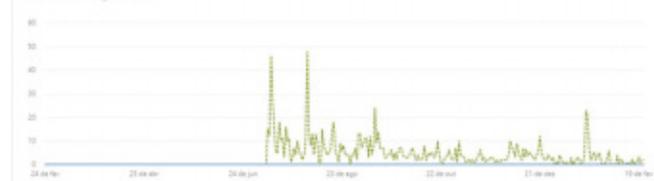
## LinkedIn

O LinkedIn da SRN-OF foi criado em junho de 2022 e tem demonstrado um crescimento significativo, apresentando-se à data com 1 179 seguidores.

Destaque de seguidores

1 179 Total de seguidores 1 165 Novos seguidores nos últimos 304 dias

Métricas de seguidores



# 8. PUBLICAÇÕES

## I. ATA FARMACÊUTICA PORTUGUESA

A SRN-OF continua a entender como pertinente a edição e a disponibilização da revista Acta Farmacêutica Portuguesa.

A publicação desta revista tem decorrido com toda a nor-



malidade no que respeita ao cumprimento assumido relativamente à sua periodicidade, sendo de realçar o aumento significativo da qualidade e do número de artigos propostos a submissão.



De realçar que, para além da possibilidade da versão em formato de papel, a Acta Farmacêutica Portuguesa possui uma versão *online*, de livre acesso, disponível desde junho de 2014, em plataforma exclusivamente a ela dedicada: [www.actafarmacêuticaportuguesa.com](http://www.actafarmacêuticaportuguesa.com).

Esta formatação online tem implicações imediatas na maior agilização e comodidade na submissão de artigos, bem como nos processos de revisão por pares, permitindo uma mais atempada resposta e uma publicação mais célere.

O acesso a esta página requer registo gratuito. No sentido de aquilatar a evolução da Acta Farmacêutica Portuguesa, é de realçar o facto de o acesso a esta revista pode ser conse-

guido através do *Google* académico ([http://scholar.google.pt/scholar?q=acta+farmaceutica+portuguesa&btnG=&hl=pt-PT&as\\_sdt=0%2C5](http://scholar.google.pt/scholar?q=acta+farmaceutica+portuguesa&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5)), bem como, através do *Index online*, Revistas Médicas Portuguesas ([http://www.indexrmp.com/ins\\_revistas.aspx?mc1=30](http://www.indexrmp.com/ins_revistas.aspx?mc1=30)), do Portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal ([www.rcaap.pt](http://www.rcaap.pt)) ou da página da SRN-OF (<http://www.ofnorte.pt>).

A Revista Acta Farmacêutica Portuguesa, espaço de publicação de pesquisas na área das Ciências Farmacêuticas e dos Cuidados Farmacêuticos, está destinada a profissionais ligados à área da Saúde e, em particular, aos farmacêuticos.

## 9. EDIFÍCIO SEDE - MANUTENÇÃO E RESTAURO

Como vem sendo habitual ao longo dos últimos anos a direção da SRN-OF prossegue com as obras de manutenção e garantia de bom funcionamento do novo edifício sede e restauro do antigo edifício. Dadas as características do antigo edifício, foi decisão da direção da SRN-OF proceder à realização de obras de manutenção e restauro, de forma a manter o valor do patrimonial da Secção Regional, sempre que se justifique alguma intervenção de natureza estrutural.

# RELATÓRIO DE CONTAS

## RENDIMENTOS

Na análise efetuada aos rendimentos e comparando com o ano anterior, verifica-se que a SRN-OF registou um aumento de cerca de 27.660€ no valor das quotas e joias emitidas, sendo este aumento provocado pelo acréscimo de membros e o seu valor ascendeu a 1 119.509€.

Quanto aos outros rendimentos, cujo valor reflete as atividades secundárias levadas a cabo pela SRN-OF, nomeadamente formações, verificou-se uma descida acentuada de 50.562€ relativamente ao ano anterior que registou uma formação patrocinada de valor considerável.

## GASTOS

Relativamente aos gastos, verificou-se um aumento global de 35.858,61€ tendo ficado acima do valor orçamentado para o ano de 2022 em 14.299€.

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” registou um aumento de 15.726€, relativamente ao ano anterior influenciado pelo aumento generalizado dos preços e alguns gastos não expectáveis.

Em “Gastos com pessoal”, a saída de uma funcionária que passou à situação de reforma originou uma descida no valor registado nesta rubrica no ano de 2022 de 12.340€ sendo o seu desvio, relativamente ao valor orçamento para o ano de 2022, de cerca de 2.868€.

Os Gastos com depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis (AFT) registaram uma descida de 25.750€ uma vez que não houve investimentos significativo em AFT e alguns dos elementos aqui registados já estão totalmente depreciados.

As perdas por imparidade registadas em 2022 ficaram acima do orçamentado e dos valores registados no ano anterior, devido a maior incobrabilidade de quotas no ano de 2022.

- A rubrica de “Outros gastos e perdas” registou um aumento de 43.578€ relativamente ao ano

de 2021 e de 44.033€ relativamente ao valor orçamentado devido ao aumento do valor de quotas cobrado relativo a anos anteriores e regularizações de saldos antigos.

A rubrica Gastos de financiamento regista os juros liquidados e pagos pela SRN-OF relativos aos empréstimos bancários obtidos para apoiar a construção do novo edifício e foi de 18.293€. As prestações têm sido pagas habitualmente dentro dos prazos.

Os valores que se encontravam por liquidar dos financiamentos bancários a 31/12/2022 ascendiam a 890.913€ e em 31/12/2021 a 989.697€, no Millennium BCP e BPI tendo sido esta dívida amortizada em 98.784€.

Não estão registadas dívidas à Segurança Social ou à Autoridade Tributária consideradas em mora, apenas os valores cujo prazo termina em janeiro de 2023.

**BALANÇO INDIVIDUAL**

Dezembro de 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	2 590 474,14	2 676 228,38
Investimentos Financeiros	3.2.2 e 5	444,80	381,08
		<b>2 590 918,94</b>	<b>2 676 609,46</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Créditos a receber	3.2.2 e 9.1		36 970,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.2 e 9.1	401 617,47	357 580,23
Outros ativos correntes	3.2.2 e 9.1	52 622,93	63 387,19
Diferimentos	9.2	2 264,73	2 580,32
Caixa e depósitos bancários	3.2.2 e 9.3	443 024,82	314 723,19
		<b>899 529,95</b>	<b>775 240,93</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3 490 448,89</b>	<b>3 451 850,39</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.3 e 9.4	488 956,83	488 956,83
Reservas	9.4	310 694,46	310 694,46
Resultados transitados	9.4	1 564 869,91	1 402 848,30
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9.4	(72 962,22)	(72 962,22)
		<b>2 291 558,98</b>	<b>2 129 537,37</b>
Resultado líquido do período	9.4	105 149,92	162 021,61
		<b>2 396 708,90</b>	<b>2 291 558,98</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 396 708,90</b>	<b>2 291 558,98</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	3.2.5 e 9.7	800 000,00	894 310,22
		<b>800 000,00</b>	<b>894 310,22</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	3.2.2	12 962,66	8 063,35
Estado e outros entes públicos	3.2.6 e 9.5	6 439,03	9 426,47
Financiamentos obtidos	3.2.5 e 9.7	90 913,49	95 387,22
Outros passivos correntes	9.6	183 424,81	153 104,15
		<b>293 739,99</b>	<b>265 981,19</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 093 739,99</b>	<b>1 160 291,41</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>3 490 448,89</b>	<b>3 451 850,39</b>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1 099 268,11	1 022 519,88
Pagamentos a fornecedores		-194 768,57	-284 984,70
Pagamentos ao pessoal		-180 579,91	-174 786,95
Caixa gerada pelas operações		<b>723 919,63</b>	<b>562 748,23</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-471 928,71	-394 538,89
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>251 990,92</b>	<b>168 209,34</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-7 922,31	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-63,72	0,00
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	
Outros ativos		0,00	
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-7 986,03</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-98 783,95	-94 158,56
Juros e gastos similares		-16 919,31	-18 293,34
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-115 703,26</b>	<b>-112 451,90</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>128 301,63</b>	<b>55 757,44</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>314 723,19</b>	<b>258 965,75</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>443 024,82</b>	<b>314 723,19</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2022	2021
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	6	1 128 835,93	1 151 737,94
Subsídios, doações e legados à exploração		249,08	574,80
Fornecimentos e serviços externos	9.8	(249 925,65)	(232 854,14)
Gastos com o pessoal	7	(167 601,77)	(179 942,56)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.1	(27 922,02)	(13 319,71)
Outros rendimentos	9.9	2 264,15	,10
Outros gastos	9.10	(499 232,73)	(454 993,50)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>186 666,99</b>	<b>271 202,93</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(65 137,18)	(90 887,98)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>121 529,81</b>	<b>180 314,95</b>
Juros e gastos similares suportados	9.11	(16 379,89)	(18 293,34)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>105 149,92</b>	<b>162 021,61</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	9.4	<b>105 149,92</b>	<b>162 021,61</b>



**SEC REG NORTE-ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						UNIDADE MONETÁRIA - Euro			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>1</b> <b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>		488 956,83		310 694,46	1 309 261,34		-72 962,22	93 586,96	2 129 537,37		2 129 537,37
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	<b>2</b>	0,00	0,00	0,00	93 586,96	0,00	0,00	-93 586,96	0,00		0,00
<b>3</b> <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								-93 586,96			0,00
<b>4=2+3</b> <b>RESULTADO INTEGRAL</b>								162 021,61			162 021,61
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b> Fundos Subsídios, doações e legados Distribuições Outras operações	<b>5</b>							68 434,65			162 021,61
<b>6=1+2+3+5</b> <b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>		488 956,83	0,00	310 694,46	1 402 848,30	0,00	-72 962,22	162 021,61	2 291 558,98	0,00	2 291 558,98



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

### **Secção Regional do Norte**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2022**



## Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. Identificação da Entidade

---

A Ordem dos Farmacêuticos – Secção Regional do Norte, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua Cantos Zeca Afonso – 793 no Porto, sendo a sua sede principal em Lisboa na Rua da Sociedade Farmacêutica – 18. Tem como atividade organizações profissionais.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho.

No Anexo II do primeiro Decreto mencionado, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

Os modelos das demonstrações financeiras foram aplicados de acordo com a portaria 220/2015 de 24 de julho, cuja entrada em vigor se verificou a 01.01.2016.

### 3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 9.6) e “*Diferimentos*” (Nota 9.2)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.



### 3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável deduzida de eventuais perdas por imparidade.

#### Créditos a receber

Os “*Créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).



### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.3. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.4. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



### 3.2.5. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).



Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *“Fornecimentos e Serviços Externos”*.

### 3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

### 3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Ajustamentos	Reduções	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	420.092,16				420.092,16
Edifícios e outras construções	2 843.322,37				2 843.322,37
Equipamento Básico	172.008,47				172.008,47
Equipamento administrativo	24.998,00				24.998,00
Outros ativos fixos tangíveis	177.382,89				177.382,89
Ativos fixos tangíveis em curso	77.310,00				77.310,00
<b>Total</b>	<b>3 715.113,89</b>				<b>3 715.113,89</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	24.443,64				24.443,64
Edifícios e outras construções	533.802,58	55.806,94			589 609,52
Equipamento Básico	144.708,00	23.699,69			168 407,69
Equipamento de transporte	12.915,63	4.999,60			17 915,23
Equipamento administrativo	177.382,89				177 382,89
Outros ativos fixos tangíveis	54.744,79	6.381,75			61 126,54
<b>Total</b>	<b>947.997,53</b>	<b>90.887,98</b>			<b>1 038.885,51</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>2 767.116,36</b>				<b>2 676.228,38</b>



	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Ajustamentos	Reduções	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	420.092,16				420.092,16
Edifícios e outras construções	2 843.322,37			52.975,72	2 790.346,65
Equipamento Básico	172.008,47				172.008,47
Equipamento de transporte	24.998,00				24.998,00
Equipamento administrativo	177.382,89	5 613,72			182.996,61
Outros ativos fixos tangíveis	77.310,00	2.309,19			79.619,19
<b>Total</b>	<b>3 715.113,89</b>	<b>7.922,91</b>		<b>52 975,72</b>	<b>3 670.061,08</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	24.443,64			24.443,64	0,00
Edifícios e outras construções	589 609,52	55.806,94			645.416,46
Equipamento Básico	168 407,69	2.232,36	596,60		171.236,65
Equipamento de transporte	17 915,23	2.083,16			19.998,39
Equipamento administrativo	177 382,89	1.298,54			178.681,43
Outros ativos fixos tangíveis	61 126,54	3.716,18	-588,71		64.254,01
<b>Total</b>	<b>1 038.885,51</b>	<b>65.137,18</b>	<b>7,89</b>	<b>24.443,64</b>	<b>1 079.586,94</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2 676.228,38</b>				<b>2 590.474,14</b>

## 5. Investimentos Financeiros

Nos investimentos financeiros foram reconhecidas as participações no FCGT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho) no valor de 381,08€, referente a 2022.

## 6. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2021	2022
Prestações de Serviços		
Quotas e Joias	1 091.849,94	1 119.509,93
Serviços Secundários	59.888,00	9.326,00
Vendas		
Subsídios à exploração	574,80	249,08
Outros rendimentos	0,10	2.264,15
<b>TOTAL</b>	<b>1 152.312,84</b>	<b>1 131.349,16</b>



## 7. Benefícios dos empregados

---

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2022 foi de 5.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2021	2022
Remunerações do Pessoal	145.902,70	138.019,20
Encargo sobre as remunerações	29.368,33	28.475,53
Seguros Ac. Trabalho	1.124,42	1.052,06
Outros Gastos com Pessoal	3.547,11	54,98
<b>Total</b>	<b>179.942,56</b>	<b>167.601,77</b>

## 8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 9. Outras Informações

---

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 9.1. Créditos a Receber, Membros e Outros Ativos Correntes

Os outros créditos a receber desdobram-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2021 e 2022:

Descrição	2021	2022
Créditos a receber		
Clientes	36.970,00	
Associados/Membros	357.580,23	401.617,47
Outros ativos correntes	63.387,19	
<b>Total</b>	<b>457.937,42</b>	<b>401.617,47</b>

Os valores registados em “Associados/Membros”, em 2021 e 2022, estão deduzidos de perdas por Imparidade, com os valores de 13.319,71€ e 27.922,02€, respetivamente.



## 9.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2022
Gastos a reconhecer		
Rendas e Seguros	2.580,32	2.264,73

## 9.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2022
Caixa	697,88	
Depósitos à ordem	314.025,31	443.024,82
<b>Total</b>	<b>314.723,19</b>	<b>443.024,82</b>

## 9.4. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	488.956,83			488.956,83
Reservas	310.694,46			310.694,46
Resultados transitados	1 402.848,30	162.021,61		1 564.869,91
Outras variações nos fundos patrimoniais	(72.962,22)			(72.962,22)
Resultado Líquido do Período	162.021,61	105.149,02	162.021,61	105.149,92
<b>Total</b>	<b>2 291.558,98</b>			<b>2 396.708,90</b>

## 9.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
<b>Passivo</b>		
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	3.164,53	3.444,53
Segurança Social	6.261,94	2.858,65
Imposto sobre o Valor Acrescentado		135,85
<b>Total</b>	<b>9.426,47</b>	<b>6.439,03</b>



## 9.6. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		7.400,85		
Credores por acréscimos de gastos		22.212,13		20.258,94
Outros credores		123.491,17		163.165,87
<b>Total</b>		<b>153.104,15</b>		<b>183.424,81</b>

## 9.7. Financiamentos Bancários

Descrição	2021		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Instituições de crédito	894.310,22	95.387,22	800.000,00	90.913,49
<b>Total</b>	<b>894.310,22</b>	<b>95.387,22</b>	<b>800.000,00</b>	<b>90.913,49</b>

## 9.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2021	2022
Serviços especializados	151.768,93	149.494,78
Materiais	8.611,49	17.549,68
Energia e fluidos	20.303,52	21.958,55
Deslocações, estadas e transportes	14.631,30	14.219,06
Serviços diversos		
Rendas e Alugueres	1.805,77	5.361,94
Comunicação	10.883,87	15.199,52
Seguros	11.674,32	12.115,07
Despesas de representação	264,55	
Limpeza, higiene e conforto	4.978,05	5.128,21
Outros Serviços	7.932,34	8.898,84
<b>Total</b>	<b>232.854,14</b>	<b>249.925,65</b>



### 9.9. Subsídios à exploração

A rubrica “Subsídios à exploração” regista, em 2022, o valor de 249,08€ e em 2021 o valor de 574,88€ referente ao valor recebido de apoio à Família no âmbito da pandemia COVID-19.

### 9.10. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Outros rendimentos	0,10	2.264,75
<b>Total</b>	<b>0,10</b>	<b>2.264,75</b>

### 9.11. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2022
Impostos	11.372,37	10.684,04
Outros Gastos	443.621,13	488.548,69
<b>Total</b>	<b>454.993,50</b>	<b>499.232,73</b>

### 9.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	18.293,34	16.379,89
Outros gastos e perdas de financiamento		
<b>Total</b>	<b>18.293,34</b>	<b>16.379,89</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(18.293,34)</b>	<b>(16.379,89)</b>



## **10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

---

No período de 2022 não foram reconhecidas provisões, passivos ou ativos contingentes.

## **11. Acontecimentos após data de Balanço**

---

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas para emissão em 02 de março de 2023.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 02 de março de 2023

A Direção

---

# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE

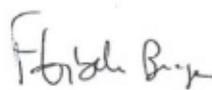
## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO NORTE

Em cumprimento do disposto no Art.º 49 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pela Lei 131/2015, de 4 de setembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional do Norte da Ordem dos Farmacêuticos procedeu à apreciação do Relatório de Atividades e Contas de 2022, apresentados pela Direção da Secção Regional do Norte, considerando-os corretos e dignos de crédito.

Assim sendo, é nosso parecer que o Relatório de Contas 2022 se encontra em condições de merecer a aprovação pela Assembleia Regional do Norte.

Porto, 2 de março de 2023

O Conselho Fiscal Regional do Norte



Florbela Maria da Silva Dias Braga



Isabel Antunes da Cunha



Tiago André carvalho de Sousa

---



# SRSRA

SECÇÃO REGIONAL  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



Secção Regional do Sul  
e Regiões Autónomas

## ASSEMBLEIA REGIONAL

### CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 42.º, n.º 3, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 41.º e 42.º, n.º 1, do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **21 de março de 2023, pelas vinte horas e trinta minutos, no Hotel Mundial, sito na Praça Martim Moniz, 2, 1100-341 - Lisboa, e cumulativamente por videoconferência, com a seguinte Ordem de Trabalhos:**

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação da Ata da Assembleia Regional anterior;
3. Informação sobre a Sede da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas e Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos;
4. Informação sobre a alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
5. Apreciação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento de Quotas e Taxas da Ordem dos Farmacêuticos;
6. Apreciação sobre a proposta da Direção Nacional relativa ao Regulamento Eleitoral e Referendário da Ordem dos Farmacêuticos;
7. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Atividades e Contas da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
8. Apreciação sobre o Relatório de Atividades da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
9. Apreciação sobre as Contas da Direção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
10. Apreciação sobre as Contas Consolidadas da Ordem dos Farmacêuticos referente a 2022;
11. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar no dia 30 de março de 2023;
12. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 15 de março de 2023,

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos,

João Filipe Norte



# MENSAGEM DA DIREÇÃO

O processo eleitoral que levou à eleição dos Órgãos Sociais da Ordem dos Farmacêuticos para o triénio 2022/2024, decorrido no início de 2022, ano a que respeita o presente Relatório de Atividades e Contas, foi o mais participado de sempre no seio da nossa Ordem. Os Farmacêuticos mobilizaram-se, de forma extraordinária, num claro sinal de vitalidade e de capacidade de mobilização da profissão farmacêutica.

Apresentámo-nos a eleições com o mote “Por todos, ir mais longe”, que reafirmamos e que espelha bem a nossa motivação: “Por todos”, pelos farmacêuticos e pelos cidadãos, pois sabemos qual é a missão da Secção Regional. “Ir mais longe”, pois muito já foi feito, mas acreditamos que podemos fazer ainda mais!

Quiseram os Farmacêuticos confiar-nos o destino da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, pelo que, durante o ano de 2022 levamos a cabo um conjunto de iniciativas e atividades que foram ao encontro do compromisso que firmámos de desenvolver a nossa atividade segundo três eixos estratégicos e cinco áreas de atuação prioritárias.

Como eixos estratégicos da nossa atuação definimos:

1. **“O Farmacêutico como prioridade”**, onde englobamos as atividades dos serviços técnicos e administrativos, de integração na profissão, dos serviços jurídicos e sociais. É neste eixo de atuação que reforçamos o nosso compromisso com uma Ordem que encoraje a participação ativa de todos os seus membros, correspondendo às expectativas de representação da profissão em todas as suas áreas de intervenção, fundamentada na transparência e responsabilização. Uma Secção Regional que, respeitando as atribuições e competências da Ordem dos Farmacêuticos, disponibiliza serviços e realiza ações que impactem o quotidiano dos farmacêuticos de todas as áreas de atuação e que dê resposta às suas necessidades.
2. O **“Desenvolvimento e Valorização Profissional”**, onde incluímos as atividades formativas (presenciais e à distância), Programa de Capacitação para a Ética, Deontologia e Legislação e Programa de Capacitação Política. É neste eixo que pretendemos garantir que os farmacêuticos, em todas as áreas de intervenção profissional e contextos, têm os conhecimentos, aptidões e competências adequados para responder às necessidades do cidadão, da pessoa que vive com doença em particular, e ao trabalho interdisciplinar com outros profissionais de saúde. Pretendemos ainda assegurar a existência de oportunidades formativas de qualidade, desenvolvidas de forma estruturada e adequada a cada uma das etapas da carreira profissional, desde o ensino universitário, ao início de carreira e até à prática avançada (especialidade, competências e residência farmacêutica);
3. A **“Valorização do Farmacêutico na Sociedade”**, onde contemplamos o projeto “Geração Saudável”, o programa de aproximação às pessoas com doença e a campanha “Uso Responsável do Medicamento”. É neste eixo que trabalhamos por uma Ordem que dinamize o reconhecimento das qualificações, conhecimentos e competências dos farmacêuticos pelos cidadãos, pessoas que vivem com doença, por outros profissionais de saúde, em particular, e pela sociedade civil, em geral. Uma Ordem que investe no capital de confiança da população na profissão e que enaltece o contributo da profissão para os desafios globais e programas prioritários na área da Saúde.

Além do compromisso de continuidade dos vários projetos desenvolvidos pela Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas, ao longo de 2022, reforçámos, como áreas prioritárias da nossa intervenção:

1. Uma Ordem mais digitalizada, transparente e aberta, onde pretendemos construir um portal com acesso a métricas operacionais, pareceres técnicos, atividade representativa, entre outros, assim como criar a plataforma



Farmacêutico 360º®, que permita um fácil acesso aos serviços, projetos e iniciativas da Secção Regional.

2. Uma Ordem que representa, apoia e acompanha os farmacêuticos, onde que nos propomos a disponibilizar mais serviços de apoio jurídico (no quadro das competências da Ordem), de apoio técnico (ferramentas de intervenção profissional) e de apoio social (apoio na integração profissional e desenvolvimento de carreira), assim como implementar um plano de ação de proximidade regional para toda a área de jurisdição da SRSRA e programas de integração dos novos farmacêuticos.
3. Uma Ordem que dignifica e promove a valorização da profissão, onde defendemos a participação do farmacêutico na definição, implementação e avaliação de políticas de saúde e do medicamento e continuaremos a dinamizar campanhas, ações e iniciativas que promovam a valorização social dos farmacêuticos.
4. Uma Ordem representativa de todas as áreas de atividade farmacêutica, onde promovemos o reconhecimento de áreas emergentes de intervenção profissional e defenderemos o reconhecimento das competências, especificidades e deveres funcionais dos farmacêuticos que exercem atividade profissional na Administração Pública e/ou na área da Saúde.
5. Uma Secção que pugna pela Prática, a Ciência e a Formação Profissional, onde desenvolvemos ferramentas formativas adequadas a cada uma das etapas da carreira profissional (ensino universitário, início de carreira e prática avançada) e apoiamos os farmacêuticos na obtenção de Competências Farmacêuticas e Títulos de Especialidade. Estamos ainda a construir o Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica que permitirá o estudo e acesso a evidência relativa à profissão e potencie a capacitação, desenvolvimento e valorização científicos dos farmacêuticos sob a visão "Prática, Ciência e Formação".

Acreditamos que os eixos estratégicos e áreas de atuação prioritárias que definimos e que perseguimos ao longo do ano de 2022 vão ao encontro das necessidades dos farmacêuticos e do país, afinal é este o nosso compromisso: por todos, ir mais longe.

A Direção da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas

Ana Charneca     João Rijo     Luís Lourenço     Cátia Caneiras     Manuel Talhinhos

# SUMÁRIO EXECUTIVO

A SRSRA-OF representa cerca de 8000 farmacêuticos, numa área de jurisdição que contempla sete distritos (Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal) e as Regiões Autónomas (RA) da Madeira e dos Açores.

É competência das Secções Regionais dirigir a atividade da OF a nível regional de acordo com as atribuições da Ordem enquanto associação pública profissional. Assim, é dever da SRSRA-OF desenvolver as suas ações, atividades e iniciativas na prossecução de um trabalho de proximidade com os membros.

Todo o planeamento e ação da SRSRA-OF está enquadrado em três principais áreas de intervenção, a saber:

- I. O Farmacêutico como Prioridade;
- II. Valorização e Capacitação do Farmacêutico;
- III. Valorização do Farmacêutico na Sociedade.



Esta disposição teve como objetivo uma organização clara e sistemática das prioridades estratégicas da Direção Regional.

Paralelamente, todas as iniciativas e atividades foram enquadradas nos objetivos de desenvolvimento estratégico da FIP, como compromisso para o desenvolvimento do futuro da profissão farmacêutica em Portugal.



## O Farmacêutico como Prioridade

No âmbito deste eixo estratégico, destacam-se, no decurso do ano de 2022, a consolidação e melhoria dos procedimentos internos implementados e a identificação e adoção de ferramentas digitais que permitem a facilitação e monitorização da atividade administrativa. A monitorização da atividade da Secção Regional tem sido um desígnio da Direção, evidenciado pela identificação e contínua melhoria de indicadores de performance da equipa que permitem uma tomada de decisão mais objetiva e com base em evidência.

Mantivemos os Serviços de Apoio aos Membros, muito valorizados pelos mesmos, como o Serviço de Apoio Técnico-Jurídico, que é, praticamente na sua totalidade, prestado à distância, a pedido dos membros e para sua maior comodidade, o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, a Bolsa de Oportunidades e o projeto “Ser Farmacêutico Dá Vantagens”.

O Programa de Integração ao Recém-Farmacêutico (PIRF) foi consolidado e o Projeto OFuturo ganhou nova força com a inclusão do “Pharmacy Profession Awareness Campaign (PPAC) – Conhecer a Profissão Farmacêutica”, com a realização de reuniões e apoio logístico e financeiro às Associações e Núcleos de Estudantes e ainda com o início da concretização do plano para a aproximação da SRSRA-OF às Instituições de Ensino Superior (IES), ao celebrarmos um primeiro protocolo com uma IES.

O Projeto Nova Sede avançou de forma determinante em 2022, pese embora ter sido, naturalmente, afetado por fatores externos como a inflação e a Guerra na Ucrânia. No final de 2022 concluiu-se a fase de escavação e iniciou-se a construção da laje de fundo, tendo sido possível começar a ver o edifício ganhar forma a partir do seu interior.

No ano da comemoração dos 50 anos da constituição formal da OF, coube à SRSRA-OF a organização das comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico, tendo a Sessão Solene sido realizado em Sintra, na Quinta da Penha Longa, sob o mote “Uma História com Futuro”. Para comemorar os 50 anos da constituição formal da OF, a SRSRA-OF desenvolveu também *website* e vídeo comemorativos e iniciou a elaboração de um livro digital dedicado aos 50 anos da SRSRA-OF. Iniciou ainda a dinamização de várias edições do evento “Noites na Ordem” sob a égide do mesmo mote do Dia do Farmacêutico “Uma História com Futuro”, onde antigos bastonários e presidentes da SRSRA-OF trocam experiências e partilham



considerações sobre a atualidade, permitindo vincar que valorizamos a nossa história, mas que estamos de olhos postos no futuro.

### Desenvolvimento e Valorização Profissional

A valorização da profissão através do desenvolvimento e capacitação dos farmacêuticos é um desígnio absolutamente prioritário da Direção da SRSRA-OF. Neste âmbito, desenvolveram-se atividades que objetivaram a aquisição, renovação de conhecimentos técnico-científicos e competências de cariz científico, técnico, tecnológico, político, pessoal, profissional e social dos farmacêuticos.

O ano de 2022 foi marcado pela reestruturação da equipa do Gabinete de Desenvolvimento Profissional (GDP), com particular relevância para o reforço da equipa com mais uma farmacêutica, responsável por coadjuvar na gestão do departamento e pela produção de conteúdo científico. Este investimento é prova da relevância dada à temática do desenvolvimento e valorização profissional pela Direção da SRSRA-OF.

Fruto da experiência vivida nas fases mais críticas da pandemia de COVID-19, não obstante termos retomado as formações em modelo presencial, manteve-se a aposta na formação à distância e assíncrona, que permite maior acessibilidade, o que é particularmente relevante numa região tão dispersa geograficamente como a região de jurisdição da SRSRA-OF, uma maior comodidade no acesso aos cursos e uma maior racionalização dos investimentos neste departamento.

No decorrer de 2022 foram ainda iniciados os procedimentos de implementação de um *software* de Gestão da Formação (SIGA®), que viria a ser concluído já no início de 2023, que permitirá ganhos de eficiência operacional muito relevantes.

Sob a égide do desenvolvimento da prática, ciência e formação em Ciências Farmacêuticas, a SRSRA-OF criou o Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica, dedicado a, promotor e valorizador de uma profissão científica.

Foi iniciada a estruturação de um Programa de Capacitação Científica do Farmacêutico com o objetivo de desenvolver ações formativas de empoderamento dos farmacêuticos numa vertente científica, incentivando o alinhamento entre a prática e a ciência na geração e utilização de evidência científica. Manteve-se a aposta no Programa de Capacitação Política do Farmacêutico e foi ainda consolidado o desenvolvimento de edições do primeiro curso desenvolvido no âmbito do Programa de Capacitação em Ética, Deontologia e Legislação Farmacêutica.

Com a primeira edição do procedimento concursal de acesso à Residência Farmacêutica, a SRSRA-OF iniciou os trabalhos para o desenvolvimento e implementação de um programa formativo de apoio à realização da Prova de Ingresso na RF.

Um dos maiores eventos formativos da SRSRA-OF, o Simpósio Científico, foi realizado em formato híbrido e dedicou-se

ao debate da Saúde Mental numa abordagem ao longo do ciclo de vida da pessoa, fazendo uma análise construtiva na área da saúde e pretendendo uma melhoria contínua dos conhecimentos no sector farmacêutico.

### Valorização do Farmacêutico na Sociedade

Reconhecendo a importância de reforçar a proximidade do farmacêutico na comunidade em que se insere, foi essencial para a SRSRA-OF continuar a apostar nesta área, com o intuito de promover um reconhecimento das competências técnico-científicas dos farmacêuticos por parte da sociedade civil e contribuindo para constatação da importância da intervenção do farmacêutico junto da mesma.

No decurso de 2022, consolidou-se o Programa de Aproximação às Associações de Pessoas que vivem com Doença, Cuidadores e Representantes de utentes de saúde, tendo sido realizados *webinars* de consciencialização das pessoas e tendo estado também em funcionamento cursos de Intervenção do Farmacêutico.

No âmbito da campanha “Uso Responsável do Medicamento: Somos todos Responsáveis”, foi realizada uma campanha informativa no Dia Mundial da Saúde, em parceria com a Valormed, dirigida para a sensibilização para a correta eliminação dos medicamentos; foi reativada a campanha digital dedicada aos “Cuidados de Verão para o Uso Seguro e Responsável do Medicamento”, elaborada em 2021 em conjunto com a DGS, o Infarmed e a APEF; e foi ainda desenvolvida uma campanha, no âmbito do Dia Mundial da Segurança do Doente, em linha com o lema anual “Medicação sem Dano”, sobre os “5 momentos para a medicação segura”.

Em linha com a importância do aperfeiçoamento da literacia em saúde da população portuguesa, foram disponibilizados, na plataforma NAU, uma iniciativa nacional e interministerial de suporte ao ensino e formação, um conjunto de Cursos Online Aberto Massivos (MOOC), em colaboração com a DGS: “Higiene das Mãos na Prevenção de Infeções”, “Prevenção de Infeções e Resistência aos Antibióticos” e “Uso Seguro e Responsável do Medicamento”.

No âmbito do projeto Geração Saudável (GS), mais concretamente no que diz respeito à Plataforma Geração Saudável Sénior, foram finalizadas as revisões e produções científicas dos cursos sobre Doenças Respiratórias e Doenças Endócrinas e a produção científica do curso sobre Saúde Mental.

Com o intuito de dar visibilidade à intervenção cívica e social do farmacêutico, foi dada continuidade à campanha de consciencialização “Um compromisso para a saúde: o Valor do Farmacêutico”, na qual a SRSRA-OF realizou uma rubrica mensal inserida na Revista Farmácia Distribuição.

### A Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos (SRSRA-OF)

A OF é a associação pública e profissional que representa os farmacêuticos portugueses e que regula a profissão farmacêutica em Portugal. São atribuições estatutárias da OF:



- a. Colaborar na definição e execução da política de saúde em cooperação com o Estado;
- b. Defender a dignidade da profissão farmacêutica;
- c. Fomentar e defender os interesses da profissão farmacêutica;

Na prossecução destas atribuições, a Ordem exerce a sua ação nos domínios social, científico, cultural, deontológico e económico da atividade farmacêutica.

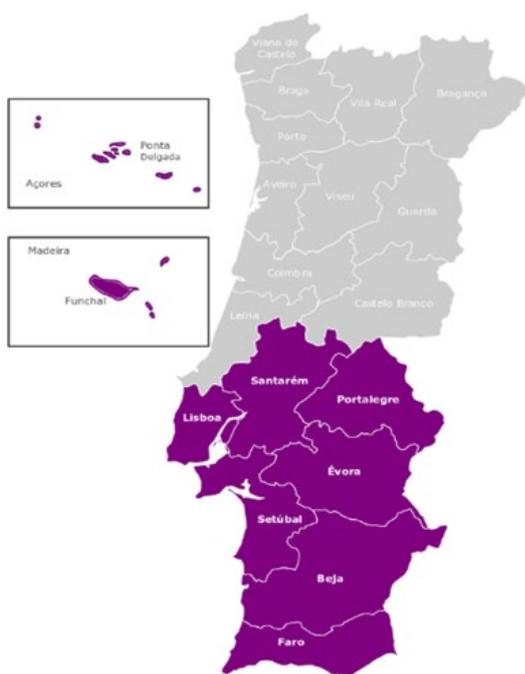
Por definição estatutária, a OF exerce a sua atividade a nível nacional e regional através, respetivamente, de órgãos de âmbito nacional e regional. Assim, é constituída pela DN e Secções Regionais, bem como pelas Delegações Regionais dos Açores e da Madeira. Esta organização de natureza administrativa é complementada com estruturas profissionais que congregam, em Colégios de Especialidade ou Grupos Profissionais, os farmacêuticos que exercem nos vários ramos de atividade farmacêutica.

A SRSRA-OF tem atribuída uma área de jurisdição que compreende os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, a RA dos Açores e a RA da Madeira .

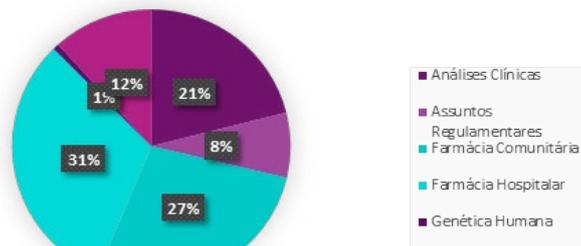
A 31 de dezembro de 2022 contabilizavam-se, na SRSRA-OF, 8018 farmacêuticos ativos em exercício , o que corresponde a cerca de metade do total de farmacêuticos inscritos, nestas condições, na OF. Uma grande maioria dos farmacêuticos inscritos (71%) tem residência nos distritos de Lisboa e Setúbal. Cerca de 6% dos farmacêuticos inscritos na SRSRA-OF tem morada registada fora da área de jurisdição da SRSRA-OF. Entre os farmacêuticos inscritos na SRSRA-OF, aproximadamente 5% têm residência nas RA: RA da Madeira (3%) e RA dos Açores (2%).

No global, a classe farmacêutica é jovem. Entre os farmacêuticos ativos e em exercício inscritos na SRSRA-OF, 61% têm menos de 45 anos (33% têm menos de 35).

A 31 de dezembro de 2022 estavam inscritos na SRSRA-OF 1535 farmacêuticos especialistas. Destes, 323 (21%) eram especialistas em Análises Clínicas, 118 (8%) em Assuntos Regulamentares, 423 (27%) em Farmácia Comunitária, 481 (31%) em Farmácia Hospitalar, 11 (1%) em Genética Humana e 179 (12%) em Indústria Farmacêutica (figura 5). Dos 1535, contabilizavam-se 161 farmacêuticos com mais do que um título de especialista.



Farmacêuticos Especialistas SRSRA



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

## 1. O FARMACÊUTICO COMO PRIORIDADE

### I. GARANTIR A QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SRSRA-OF

A representatividade da SRSRA-OF (cerca de 50% de todos os farmacêuticos inscritos na OF), a tendência crescente do número de farmacêuticos ativos e em exercício e uma jurisdição de grande dimensão territorial impõem a necessidade de uma estrutura eficiente, dinâmica e responsiva. Assim, no decurso de 2022, consolidou-se a abordagem de melhoria contínua dos serviços prestados pela SRSRA-OF, em particular através de uma política de recursos humanos promotora da existência de um quadro de pessoal qualificado e que responda às necessidades organizacionais e dos farmacêuticos. Além disto, a melhoria contínua dos serviços adveio também da prossecução de ações que promoveram a modernização administrativa e a transformação digital da SRSRA-OF.

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores operacionais relativos à atividade de 2022 da SRSRA-OF:

31 de dezembro de 2022 contabilizavam-se 8018 membros ativos em exercício na SRSRA-OF. Além desses, 1653 encontravam-se com a insenção / suspensão de pagamento de cotas, 482 com a inscrição cancelada e 508 usufruíam do estatuto de membro correspondente.



#### Estatísticas Membros

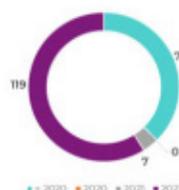
Categoria	Situação a 01.01.2022	Situação a 30.06.2022	Situação a 31.12.2022
Ativo em Exercício	7925	8004	8018
Membros com Inscrição Suspensa	839	852	887
Membros com Isenção de Quotas	745	749	766
Falecido	648	656	661
Inscrição Cancelada	476	476	482
Membro Correspondente	454	465	508

Contabilizaram-se, em 2022, 242 novas inscrições na SRSRA-OF (5 foram apenas contabilizados na base de dados da Ordem dos Farmacêuticos a 3 de janeiro de 2023 e 1 inscrição foi anulada por decisão da Direção da SRSRA-OF), o que corresponde a menos 99 inscrições relativamente a igual período do ano anterior. Os serviços da SRSRA-OF receberam e concluíram mais de 3500 pedidos de atualização de dados, quer pessoais, quer profissionais, que chegaram por diversas vias, nomeadamente através do próprio membro, via Secretaria Online ou email, e via Infarmed. Houve 411 pedidos de alteração de situação, dos quais cerca de 300 foram concluídos pelos serviços. Se, por um lado, houve pedidos de mudança de situação que, pelo seu teor, permitiram o tratamento e decisão céleres por parte dos serviços e Direção, outros houve que implicaram uma análise mais profunda e demorada, condicionada também, em alguns casos, pela falta de informação prestada pelo requerente, o que justifica que tivessem havido pedidos de mudança de situação não concluídos no final do ano.

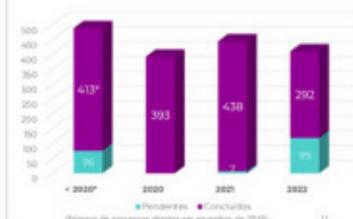


Em relação ao número de pedidos de mudança de situação que se encontravam pendentes a 31 de dezembro de 2022, contabilizavam-se 119 relativos a 2022, ano em que foram recebidos 411 pedidos, 7 relativos a 2021, ano em que foram recebidos 445 pedidos, nenhum relativo a 2020, tendo sido resolvidos os 393 recebidos, e 76 relativos ao período anterior a 2020, período relativamente ao qual se encontravam 459 pedidos pendentes quando se iniciou o seu tratamento.

Número de processos de mudança de situação pendentes



Distribuição de requerimentos de mudança de situação





## Modernização administrativa e transformação digital

Em 2022, foi continuado o trabalho de reorganização administrativa da SRSRA-OF, tornando-a mais responsiva às expectativas dos farmacêuticos. Para isso, recorremos a ferramentas que nos permitiram que os serviços funcionassem de forma eficiente e transparente e, complementarmente, por forma a colmatar a descontinuidade geográfica da área de jurisdição da SRSRA-OF. Destacam-se a consolidação da utilização do software de gestão documental (FutureDoc®), ainda que se identifiquem oportunidades de melhoria na utilização do mesmo, e a manutenção e consolidação da utilização dos softwares de Gestão da Formação (SIGA®) e de Apoio à Aprendizagem (MOODLE®). Não nos foi possível, no decurso do ano, a implementação de uma central telefónica de atendimento com funcionalidade *Interactive Voice Response*, pelo que esta é uma oportunidade de melhoria para 2023, pois antecipamos que, com ela, possamos fazer uma gestão mais eficiente dos serviços e assim prestar uma melhor qualidade no atendimento.

Paralelamente, continuámos a advogar, junto da DN e das restantes Secções Regionais, a necessidade de uma reforma aos sistemas de gestão de dados dos membros e a implementação de um *Customer Relationship Management* (CRM) na expectativa de concretização futura.

## Revisão do Regulamento de Admissão da OF

O trabalho de revisão do Regulamento de Admissão da OF foi iniciado, tendo sido realizadas pelos serviços e Direção da SRSRA-OF reuniões que visavam a modernização administrativa e a desburocratização, desmaterialização e facilitação dos processos previstos no documento. A expectativa relativamente aos desenvolvimentos da nova Lei das Associações Públicas Profissionais levou à interrupção deste trabalho, protelado para um momento de maior certeza em relação a este assunto.

## A Nova Sede da SRSRA-OF e DN da OF

O projeto da Nova Sede da SRSRA-OF e DN avançou de forma determinante em 2022, pese embora ter sido, naturalmente, afetado por fatores externos como a inflação e a Guerra na Ucrânia que tem pressionado os mercados internacionais, refletindo-se, por exemplo, ao nível do aumento dos preços das matérias-primas. No final de 2022 concluiu-se a fase de escavação e iniciou-se a construção da laje de fundo, tendo sido possível começar a ver o edifício ganhar forma a partir do seu interior.

Em 2022, com o objetivo de manter um acompanhamento rigoroso e transparente da execução da empreitada, garantindo que esta serve os interesses atuais e futuros da OF e de todos os seus membros, foram realizadas 9 reuniões da Comissão Nova Sede. Esta Comissão tem como missão acompanhar os desenvolvimentos em torno do projeto e integra atualmente o bastonário João Gonçalves da Silveira (presidente), Luís Miguel de Oliveira Lourenço (em representação da SRSRA-OF), Rui Manuel Assoreira Raposo (gestor de contrato) e Dario Miguel Tomé Vicente de Bastos Martins (em representação da DN). Esta Comissão é ainda assessorada pelos serviços da DN

e da SRSRA-OF, pela equipa de fiscalização de obra e pelo arquiteto que desenvolveu o projeto. Foram também realizadas pela Direção da SRSRA-OF e DN da OF 2 visitas à obra.

É previsto que a empreitada seja concluída no decurso do ano de 2023.

Toda a informação atualizada sobre o projeto Nova Sede pode ser consultada em <https://www.ordemfarmaceuticos.pt/pt/nova-sede/>.

## II. PROMOVER A PARTICIPAÇÃO E PROXIMIDADE EFETIVA, ATIVA E TRANSPARENTE DOS FARMACÊUTICOS NA SUA ORDEM

As Ordens Profissionais, enquanto associações públicas profissionais, estão constitucionalmente previstas e o seu modelo de funcionamento concebido pressupõe um fundamento democrático com uma dimensão representativa (os membros podem eleger os seus representantes, para mandatos limitados no tempo, através de sufrágio igual, direto e secreto) e participativa (que permite a participação, conforme direito dos membros, consagrado no Estatuto).

Além de um compromisso solene para com o cumprimento e dinamização dos mecanismos participativos legal e regulamentarmente previstos (ex. Consulta Pública, assembleias), destacam-se as iniciativas seguintes desenvolvidas pela SRSRA-OF na prossecução do desígnio da OF:

### Orçamento Participativo da SRSRA-OF



O Orçamento Participativo da SRSRA-OF constitui uma iniciativa absolutamente estratégica para a Direção da SRSRA-OF, ao promover o maior envolvimento dos farmacêuticos na sua Ordem. Tem o objetivo de incentivar a apresentação de novas ideias e soluções, que se traduzam na valorização da profissão farmacêutica, na resolução de problemas sentidos pela classe ou na resolução de situações sociais com as quais o farmacêutico se depara na sua intervenção.

Deste modo, foi iniciada, em 2022, a revisão do regulamento do projeto, para que seja possível a reformulação da metodologia e funcionamento em 2023, promovendo a sua maior aproximação às expectativas dos membros e à capacidade de exequibilidade das ações propostas





## Sessões de “Reflexão sobre a Profissão”



Alinhado com a importância de encorajar à participação ativa dos seus membros e com o intuito de promover momentos de encontro e debate informal entre os colegas, foi idealizada uma sessão do evento “Reflexões sobre a Profissão” dedicada à inscrição na OF para novembro de 2022.

Infelizmente, não foi possível concretizar este momento de encontro por razões alheias à SRSRA-OF, tendo o mesmo sido reagendado para o primeiro semestre de 2023.

## Visitas Regionais



» visita da Direção da SRSRA-OF ao Algarve

As visitas Regionais pretendem a aproximação dos dirigentes SRSRA-OF aos membros da sua área de jurisdição. No ano de 2022, foi realizada uma visita ao Algarve onde se auscultaram as preocupações de colegas que exercem nas áreas da Farmácia Comunitária, Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas e Ensino.

## Comunicação da SRSRA

Paralelamente à sua atividade basal, o Gabinete de Comunicação tem sob égide e responsabilidade projetos e ações como o “PontoOF”, o projeto “Ser Farmacêutico Dá Vantagens” e ainda uma colaboração próxima com outras iniciativas como o PIRF e as atividades de intervenção comunitária e social (tais como o Uso Responsável do Medicamento e o Programa GS (ver Secção 3.)).



Em 2022, o Gabinete de Comunicação operacionalizou a sua Estratégia de Comunicação espelhada ao longo deste relatório em articulação com o secretariado técnico da SRSRA-OF. Destacam-se a construção da identidade visual e estratégia de divulgação do Portal da Transparência e do Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica; a renovação da linha de ima-

gem de divulgação da Formação Contínua (que começou a ser implementada gradualmente a partir de agosto), e o desenvolvimento de campanhas de valorização do farmacêutico na sociedade como “Dia Mundial da Saúde” e “Cuidados de Verão para o Uso Seguro e Responsável do Medicamento”.

Com vista à celebração do marco de 50 anos da OF foi criado o logotipo comemorativo desta efeméride.

Foi também desenvolvida a identidade visual do Dia Nacional do Farmacêutico de 2022, e articulada a execução do vídeo promocional lançado neste dia, que constitui uma justa homenagem a todos os farmacêuticos. Mais uma vez, neste vídeo, fica evidente o respeito pela história e pelo passado da profissão, mas com um foco claro no futuro.



» Design da Sessão Solene do Dia do Farmacêutico 2022

## PontoOF: um canal de comunicação próximo e direto

Esta iniciativa, que pretende disponibilizar aos farmacêuticos um contacto mais próximo com a Direção SRSRA-OF, contabilizou, no ano de 2022, 3 audiências onde foram auscultadas as opiniões, questões e preocupações dos membros.

## Monitorização e comunicação das atividades representativas e disciplinares da OF a nível regional

O exercício do poder disciplinar é uma das dimensões mais relevantes nas competências de regulação profissional das Ordens Profissionais. Num contexto cada vez mais exigente e rigoroso, a responsabilidade profissional e a ética no exercício de funções nunca foram tão importantes.

Em estreita colaboração com o Conselho Jurisdicional Regional iniciámos a criação de uma interface que tem o objetivo de estar acessível aos farmacêuticos, permitindo-lhes consultar os indicadores de monitorização e acompanhamento dos trabalhos deste Conselho.

Entretanto, no decurso do ano de 2022, a atividade do Conselho Jurisdicional Regional foi registada no Portal da Transparência, aquando das publicações dos balanços trimestral e anual. Neste relatório apresenta-se, no final do mesmo, a monitorização da atividade anual do Conselho Jurisdicional Regional do Sul e RA.

## Comunicar, eficientemente, a atividade diretiva e representativa da SRSRA-OF

Com o objetivo de garantir uma partilha transparente da atividade dos Órgãos Sociais e da estrutura da SRSRA-OF, em particular ao nível da Direção e Conselho Jurisdicional Regionais,



reforçámos a comunicação da atividade institucional e de governação e a participação ativa na gestão da SRSRA-OF.

Neste âmbito assume particular relevância a consolidação do “Portal da Transparência” com indicadores de monitorização e acompanhamento dos trabalhos e ações dos Órgãos Regionais. Em 2022, neste Portal, foi feito um balanço da atividade da SRSRA-OF no primeiro trimestre do ano e compilados os indicadores para o balanço anual, que acabariam por vir a ser publicado já em 2023 (anexo a este documento).

Ainda com este mesmo propósito, tornam-se fundamentais a implementação e manutenção de recursos e ferramentas que apoiem a gestão e a automatização de processos, pelo que se iniciou, em 2022 um processo de definição de indicadores a monitorizar através da ferramenta *Microsoft Power BI*.

#### A atividade diretiva e representativa da SRSRA-OF

Resumem-se no calendário abaixo os principais momentos relativos à atividade executiva e representativa da Direção da SRSRA em 2022:

Fevereiro	
21	Tomada de Posse Órgãos Regionais Secção Regional Sul e Regiões Autónomas
Março	
04	Tomada de Posse DR Madeira
07	Tomada de Posse DR Açores
08	Reunião Direção
10	Reunião Conselho Fiscal Regional
15	Reunião Nova Sede
17	Reunião Conselho Jurisdicional Assembleia Regional
24	Reunião GT* OFUTURO
31	Assembleia Geral
Abril	
05	Reunião de Direção
12	Reunião Nova Sede
19	Reunião Conselho Jurisdicional
Maio	
03	Reunião de Direção
04	Visitas Regionais Algarve
06	Visita a obra da Nova Sede
10	Reunião Conselho Jurisdicional Reunião Nova Sede
31	Contrato de financiamento da reconstrução da sede
Junho	
06	Formalização da Rede de Organizações de Pessoas que vivem com Doença e Utentes de Saúde
07	Reunião de Direção
21	Reunião Nova Sede
22	Reunião Conselho Jurisdicional
29	Reunião GT do UDM (SICAD)
30	Fórum Nacional Álcool e Saúde 2022
30	01 Rethinking Pharmacy
Julho	
05	Reunião GT Áreas emergentes
12	Reunião de Direção Reunião Nova Sede
18	Protocolo com Egas Moniz Cooperativa de Ensino Superior
20	Reunião Conselho Jurisdicional
21	Evento residência farmacêutica APJF
Setembro	
06	Reunião Nova Sede
12	Reunião Direção
18	22 80th FIP World Congress of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences 2022
21	Reunião Conselho Jurisdicional
26	Dia Nacional do Farmacêutico 2022
27	Visita Nova Sede
Outubro	
03	Cerimónia AIA*
10	Reunião GT Áreas emergentes Reunião Nova Sede Reunião de Direção Creating development goal indicators bridging data and outcomes EU
11	Audição Ordens Profissionais - Comissão de Saúde
12	Reunião GT Áreas emergentes
17	Reunião GT Áreas emergentes
18	Reunião de Direção Orçamento23
19	Reunião GT Renovação Terapêutica Gravação Talk AUA/Expresso
21	Sessão de Abertura do XI Congresso AEFUL

25	Reunião dos Órgãos da SRSRA
26	Reunião- Boas práticas na prestação de cuidados de saúde nas ERPI
27	Premios Almotariz
Novembro	
02	Reunião de Direção - Plano de Atividades 2023
07	Reunião GT Áreas emergentes
08	Reunião de Direção
09	Reunião Conselho Jurisdicional Reunião GT Áreas emergentes
10	Sessão de Abertura do XV Congresso Nacional da API H Reunião Conselho Fiscal
14	Reunião GT Áreas emergentes
23	Cerimónia Comemoração 50 anos OF
25	Fórum do Ensino Farmacêutico   APCF
30	Conferência AUA Teva Talks 2022

Dezembro	
05	Reunião com Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores sobre PIM
13	Fórum "Saber mais para apoiar melhor" - Plataforma Saúde em Diálogo Reunião Conselho Jurisdicional
14	Reunião da Direção SRSRA Encontro Órgãos Sociais
15	Assinatura Protocolo OF - Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde
16	Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da AFFFUL para o mandato 2023
19	Reunião Grupo Municipal do PPD/PSD/ Ordem dos Farmacêuticos
20	Reunião Nova Sede

### III. INCENTIVAR A INTEGRAÇÃO DOS FARMACÊUTICOS E FUTUROS FARMACÊUTICOS NA PROFISSÃO



Em 2022, a SRSRA-OF manteve a sua responsabilidade na preparação dos estudantes do MICF e dos jovens farmacêuticos para a transição para o mercado de trabalho e para o início da sua carreira profissional, prestando apoio ao desenvolvimento profissional e pessoal desde o momento de inscrição na Ordem. Adicionalmente, foram proporcionadas aos jovens farmacêuticos todas as condições para uma prática profissional consciente, informada, confiante, motivada, responsável e com uma verdadeira autonomia técnica, científica e deontológica. Foram igualmente promovidas iniciativas de integração dos farmacêuticos e futuros farmacêuticos, nomeadamente as que nos próximos subpontos se elencam:

#### Estratégia OFuturo “Envolver e Capacitar as gerações futuras”



A OF foi pioneira na disponibilização da categoria de Membro-Estudante ,num claro intento de promover o envolvimento dos futuros farmacêuticos durante o MICF com a sua futura Ordem Profissional. Durante o ano de 2022, a SRSRA-OF, alinhada estrategicamente com o propósito do desenvolvimento da categoria de Membro-Estudante no seio da OF, deu continuidade à “Estratégia OFuturo – Envolver e Capacitar as Gerações Futuras”. Neste âmbito foi revisto e atualizado o Plano Estratégico OFuturo 2022-2023 e foram definidas ações para os objetivos estratégicos definidos previamente:

- » promoção da aproximação dos estudantes do MICF à SRSRA-OF, à OF e à profissão farmacêutica;
- » aproximação às associações e núcleos de estudantes da área de jurisdição da SRSRA-OF;
- » aproximação da SRSRA-OF às IES da sua área de jurisdição.



### Aproximação dos estudantes do MICF à SRSRA-OF

No dia 25 de maio de 2022 foi realizada mais uma edição da Receção ao Aluno Estagiário que teve como objetivo colocar os estagiários, prestes a tornarem-se farmacêuticos, em contacto com a sua futura Ordem Profissional, através de sessões interativas. A iniciativa realizada em 2022 contou com representantes da DN, da SRSRA-OF e da APJF.

Em 2022, foi ainda implementado e dinamizado o “*Pharmacy Profession Awareness Campaign* – Conhecer a Profissão Farmacêutica”, iniciativa que visa incentivar os estudantes do MICF a regressar à sua escola secundária para realizar sessões de esclarecimento sobre a profissão farmacêutica e o MICF aos estudantes do ensino secundário. De modo a divulgar o projeto, foram realizadas visitas às 4 IES da área de jurisdição da SRSRA-OF que, não só permitiram apresentar o projeto aos estudantes universitários, mas também a categoria de Membro-Estudante da OF. Nos dias 5 e 6 de novembro foi realizada a primeira fase de capacitação deste projeto, a qual teve como principal objetivo munir os estudantes de ferramentas para realizarem a sessão de esclarecimento nas suas escolas secundárias.

### Aproximação às Associações e Núcleos de Estudantes da área de jurisdição da SRSRA-OF

No ano de 2022 foram realizadas reuniões individuais com as Associações e Núcleos de Estudantes da área de jurisdição da SRSRA-OF, para apresentação do plano de atividades e definição de pontos de colaboração entre as estruturas. As Associações e Núcleos de Estudantes foram apoiadas logisticamente e monetariamente pela SRSRA-OF. Adicionalmente, o grupo de trabalho OFuturo (que conta com representantes das Associações e Núcleos de Estudantes da área de jurisdição da SRSRA-OF e da APEF) reuniu para discutir formas de colaboração adicionais e discutir o desenvolvimento e valorização da profissão farmacêutica e da categoria de Membro-Estudante.

### Aproximação da SRSRA-OF às IES

Em 2022, a SRSRA-OF celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto Universitário Egas Moniz, ao abrigo do qual serão desenvolvidas ações conjuntas no que diz respeito à formação pré e pós-graduada. Neste âmbito, elementos da SRSRA-OF marcaram presença em aulas da referida IES. Adicionalmente, elementos da Direção da SRSRA-OF estiveram presentes em eventos e atividades organizadas pelas associações de estudantes.

### Programa de Integração ao Recém-Farmacêutico



Criado em 2020, o PIRF tem como objetivo disponibilizar ativamente informação aos novos membros da SRSRA-OF que lhes permita um exercício profissional mais informado e consciente, bem como promover uma relação mais profícua e conhecedora entre o membro e a OF. Este programa tem duração de um ano, para cada farmacêutico, com início após a ins-

crição (ou mudança de outra Seção Regional) e compreende o envio de *newsletters* com conteúdo base definido. No ano de 2022 foram enviadas *newsletters* às turmas 2, 3 e 4 totalizando 12 *newsletters* enviadas no âmbito deste programa.



### Bolsa de Oportunidades da OF

Manteremos a colaboração com a DN na dinamização da plataforma virtual dinâmica destinada à inserção de oportunidades de emprego, conscientes de que existem oportunidades de melhoria neste serviço.

### Criação do Serviço de Orientação Profissional

No ano de 2022 foi iniciado o processo de análise e reflexão à criação de um serviço de orientação profissional que disponibilize aos farmacêuticos apoio personalizado, que facilite a identificação das suas competências e potencialidades e que permita a definição de objetivos para si e para a sua carreira.



## IV. DEFENDER OS INTERESSES E RECONHECIMENTO DOS FARMACÊUTICOS DE TODAS AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A SRSRA-OF, pela localização da sua sede e pela heterogeneidade das áreas de intervenção profissional e contextos de trabalho dos farmacêuticos inscritos, assume a responsabilidade de colaborar com a DN da OF na defesa dos interesses e reconhecimento dos profissionais, assim como na valorização económica e social da profissão farmacêutica.

### Acompanhamento e participação responsável na definição de políticas na saúde e na profissão

Em 2022 manteve-se a participação ativa e atenta em momentos de discussão de políticas de saúde, nomeadamente em eventos e Consultas Públicas, e na colaboração rotineira em atividades e ações das instituições do setor público (ex. In-farmed, DGS, SICAD, ACSS, SPMS, EPEs, ARS), privado e social da área da saúde, procurando cooperar em áreas estratégicas de interesse e relevantes para a profissão farmacêutica e para o interesse público.

### Reconhecimento do farmacêutico em áreas de atividade “emergentes”

Em 2022 a SRSRA-OF constituiu o Grupo de Trabalho para as Áreas Emergentes da Profissão Farmacêutica, e realizou 10 reuniões de trabalho com o objetivo de definir, identificar e caracterizar as denominadas “Áreas Emergentes” da profissão farmacêutica. A prossecução deste objetivo foi feita através da dinamização de três grupos focais constituídos por farmacêuticos e mestres em Ciências Farmacêuticas que trabalham em diversas áreas “não tradicionais” da profissão. Espera-se que esta iniciativa culmine em 2023 com a apresentação de um *grey paper* com enquadramento da temática e propostas



de ação para o reconhecimento, a valorização e o desenvolvimento de novas áreas funcionais e de atividade. Após esta fase, e se pertinente, poderão ser constituídos núcleos específicos para dar continuidade a discussões mais aprofundadas.

### Reconhecimento do farmacêutico na Administração Pública e na Saúde Pública

A criação da Carreira Farmacêutica e Especial Farmacêutica, através dos decretos-lei n.º 108/2017 e 109/2017, de 30 de agosto definem o respetivo regime legal bem como os requisitos de habilitação profissional para a integração da mesma. A legislação em vigor prevê a criação de outras áreas – que integrem ou não as áreas de Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e Genética Humana, através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Administração Pública e Saúde.

Existem vários farmacêuticos a trabalhar na Administração Pública direta, indireta e autónoma, cujas especificidades e conteúdos dos deveres funcionais, o perfil de conhecimentos e competências, devem ser justamente reconhecidos para acreditar o exercício profissional nas respetivas áreas e instituições. Assim, e com este propósito, a SRSRA-OF iniciou em 2022 uma reflexão interna sobre a valorização e desenvolvimento profissional na área de Saúde Pública e Assuntos Regulamentares no âmbito da Administração Pública, que prevemos concretizar em 2023.

### Defender a efetivação plena da Carreira e da Residência Farmacêutica

A criação e regulamentação da Carreira e da Residência Farmacêutica é um marco relevante para a dignificação e afirmação profissional do farmacêutico no Sistema de Saúde. Assim, tem a SRSRA-OF trabalhado de forma próxima com os Órgãos Nacionais competentes no sentido de garantir a efetiva implementação da Carreira Farmacêutica, em particular através da alteração legislativa que permita o reconhecimento mútuo, entre o Ministério da Saúde e a OF, do título de especialista, e a resolução da situação dos farmacêuticos sem especialidade admitidos em estabelecimentos do SNS após a efetiva implementação do Decreto-lei n.º 6/2020, de 24 de fevereiro e dos farmacêuticos a exercer funções nos serviços regionais de saúde. Em 2022 foi ainda elaborada pela SRSRA-OF uma proposta de comunicação aos Diretores Técnicos DT dos Serviços Farmacêuticos hospitalares dos hospitais do SNS, com um inquérito para a monitorização da implementação da Residência Farmacêutica.

## V. PROMOVER O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA OF PERANTE OS FARMACÊUTICOS E A SOCIEDADE

### Dia do Farmacêutico e Celebração dos 50 Anos da OF

O 50.º Aniversário da constituição formal da OF (Decreto-Lei n.º 335/72, de 23 de agosto), tornou-se em mais uma oportu-

nidade para relevar a história e contributo da Ordem para o interesse público, para a definição das políticas de saúde em Portugal e para a representação da profissão farmacêutica. No ano a que alude este relatório, a SRSRA-OF organizou as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico, que foram marcadas pela Sessão Solene que se realizou no dia 26 de setembro, no Convento de Penha Longa, em Sintra sob o mote “Uma História com Futuro”. Poderá ver as notícias sobre esta comemoração no Artigo da *Netfarma* ou da *Newsfarma*.

Neste âmbito, foi ainda organizada a Conferência Regional dos Açores, subordinado ao tema “Transição e Transformação Digital na Região Autónoma dos Açores: que prioridades?” que aconteceu no dia 10 de outubro e as Conversas Farmacêuticas na Região Autónoma da Madeira. Para a comemoração dos 50 anos da OF foi ainda criado um *website* comemorativo, foi iniciada a elaboração de um livro digital dedicado aos 50 anos da SRSRA-OF (que contará com testemunhos de diversos dirigentes) e a dinamização de várias edições de “Noites na Ordem” com diferentes dirigentes e líderes da profissão sob o mote “Uma História com Futuro”, e que contará com mais edições em 2023.

### Noites na Ordem



O Noites na Ordem é uma iniciativa implementada pela SRSRA-OF com um formato intimista e de bastante proximidade, que procura criar momentos de debate e reflexão para os membros.

No seguimento de mandatos anteriores, a SRSRA-OF continuou a realização desta iniciativa, em modelo híbrido (com transmissão a partir da Plataforma Zoom), contando com 76 participantes e mais de 14.000 pessoas alcançadas através das redes sociais da SRSRA-OF.

Foram realizadas duas sessões, uma dedicada ao Museu da Farmácia de Lisboa (“À Noite no Museu”), onde os membros tiveram a possibilidade de conhecer este icónico local de outra perspetiva. Em linha com as Comemorações dos 50 Anos da OF, foi realizada uma sessão com o mote “Uma História com Futuro”, que terá continuidade em 2023. Para a celebração deste marco histórico estiveram presentes o anterior bastonário da OF, Dr. João Silveira, e a anterior presidente da Direção da SRSRA-OF, Dra. Ema Paulino, para um momento de partilha de experiências sobre os respetivos mandatos.



» Noites na Ordem “Uma História com Futuro” | 10 de novembro de 2022



## Acompanhamento do membro: apoio jurídico, técnico e social aos farmacêuticos

### Apoio técnico-jurídico

O serviço de apoio técnico-jurídico é gratuito e é prestado presencialmente ou por via telefónica (às quartas-feiras, durante a tarde, mediante marcação prévia), ou digital (email, *website* OF). Qualquer farmacêutico com a sua situação regular na OF pode recorrer a este serviço para um melhor conhecimento e para esclarecer questões jurídicas e técnico-regulamentares associadas ao exercício da profissão farmacêutica, através da articulação entre advogados e secretariado executivo e técnico da SRSRA-OF, com o objetivo de promover e garantir boas práticas profissionais.

No ano de 2022 realizaram-se 135 ações técnico-jurídicas, das quais 58 consultas telefónicas, 76 por email e 1 presencial.



**58**  
Consultas telefónicas



**76**  
Pareceres via e-mail



**1**  
Consulta presencial

### Apoio social

A SRSRA-OF disponibiliza um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional aos membros, garantindo a cobertura de eventuais danos patrimoniais causados a terceiros e relacionados com o exercício da profissão. A apólice contratada tem uma cobertura de 100 mil euros e pode ser reforçada, a encargo dos membros, que beneficiam, nesta condição, de condições especiais. No decurso do ano de 2022, esta apólice foi ativada 1 vez, a propósito de um incidente decorrente da realização de um teste de deteção de Antígeno COVID-19 e tendo sido regularizado em favor do lesado um valor de cerca de 600€.

### “Ser Farmacêutico Dá Vantagens”

Na iniciativa “Ser Farmacêutico dá Vantagens”, a SRSRA-OF procura proporcionar um conjunto de benefícios aos membros da OF, em situação regular, bem como aos respetivos cônjuges ou equiparado legal, descendentes e ascendentes de primeiro grau (salvo exceções), através de parcerias com empresas e instituições de diferentes setores de atividade, enquadradas nas necessidades profissionais e pessoais dos farmacêuticos.

No ano de 2022, estabeleceram-se 6 novos acordos comerciais em diversas áreas de atividade, deu-se continuidade à revisão de parcerias e definiu-se uma estratégia futura.

No segundo semestre, a área de protocolos do Gabinete de Comunicação sofreu uma reestruturação, tendo sido alocado um recurso para dar apoio administrativo. Na sua estratégia futura, citada acima, definiram-se ações para uma maior dinamização da divulgação dos benefícios e parceiros, e ainda, potenciar um maior envolvimento dos membros na prospeção

de novas parcerias comerciais através de um questionário a dinamizar no início em 2023.

## 2. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

A profissão farmacêutica, enquanto profissão científica, tem como foco fundamental o cidadão, e, em particular, a pessoa que vive com doença. Neste âmbito, importa garantir que todos os farmacêuticos tenham acesso a formação profissional ajustada às suas reais necessidades e que permita a sua diferenciação e especialização, promovendo um desenvolvimento profissional contínuo, adaptado às expectativas e percursos profissionais individuais.

Este desenvolvimento profissional contínuo está enquadrado no Regulamento Interno de Qualificação da OF, demonstrando a atitude vanguardista dos farmacêuticos portugueses, pioneiros na introdução de um sistema de CDPC, tanto a nível internacional como entre as profissões da saúde, refletindo o seu compromisso para com a excelência do exercício profissional e no serviço à sociedade.

Pretendemos garantir as condições adequadas para que os farmacêuticos se mobilizem em prol da sua valorização e desenvolvimento profissional, fomentando uma maior afirmação do exercício profissional farmacêutico e contando com o envolvimento, promoção e participação dos colegas neste propósito.

### I. FORMAÇÃO PRESENCIAL E À DISTÂNCIA



No decorrer de 2022, o GDP da SRSRA-OF sofreu uma reestruturação ao nível dos seus recursos humanos, com um reforço da equipa através da contratação de um farmacêutico, bem como ao nível estratégico, com o objetivo de responder às atuais necessidades formativas dos farmacêuticos.

Esta reestruturação estratégica, aliada às tendências e preferências formativas dos farmacêuticos, resultaram num reforço e aumento da oferta formativa em regime à distância da SRSRA-OF, dando também seguimento à política de descentralização da atividade da SRSRA-OF, coesão territorial e promoção de uma maior proximidade entre os farmacêuticos e a estrutura representativa.

Assim, em 2022, a SRSRA-OF, através do seu GDP, dinamizou um total de 97 ações formativas, das quais 69 (71%) decorreram em regime à distância (Síncrono ou Assíncrono/*E-Learning*)



O portefólio formativo da SRSRA-OF foi também reforçado com o lançamento de 3 novos cursos *E-learning* de produção interna (Curso de Intervenção do Farmacêutico na Amamentação, Curso de Intervenção do Farmacêutico no Sono e Curso de Intervenção do farmacêutico na Depressão) de acesso exclusivo a Farmacêuticos e Membros-Estudante da OF, disponibilizados na Plataforma de Ensino à Distância da SRSRA-OF.

Ao nível de formação de longa duração, em 2022 perspetivava-se a realização da primeira edição do *Advanced Program Pharmaceutical Marketing & Leadership*, uma Pós-Graduação em Marketing Farmacêutico e Liderança desenvolvida em parceria com o ISCTE *Executive Education*. Infelizmente, dada a conjuntura atual, não foi possível reunir inscrições suficientes que viabilizassem a realização do programa.

No decorrer de 2022 foram ainda iniciados os procedimentos de implementação de um *software* de Gestão da Formação (SIGA®), a lançar em janeiro de 2023, que permitirá automatizar os procedimentos de inscrição, faturação, acesso à plataforma de ensino à distância da SRSRA-OF e certificação dos formandos, o que se converterá num decréscimo considerável da carga administrativa do GDP associada à dinamização de cada ação formativa.

A acessibilidade da formação dirigida aos farmacêuticos foi também um dos eixos estratégicos prioritários em 2022, tendo sido iniciados trabalhos para o lançamento de novas ações formativas *E-Learning* gratuitas em 2023.

## II. FERRAMENTAS DE APOIO À PRÁTICA PROFISSIONAL E CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA DOS FARMACÊUTICOS



A SRSRA-OF, consciente da necessidade de promover a capacitação científica e clínica dos farmacêuticos, prima pela criação de ferramentas de apoio à prática profissional, sejam publicações técnico-científicas ou ferramentas de intervenção profissional.

Neste âmbito, no decorrer de 2022, foi concluída a adaptação do livro técnico “Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis por Farmacêuticos – Uma Abordagem Prática” (coordenação de Mara Guerreiro e Gabriela Plácido) para a realidade Brasileira. No que concerne ao livro digital “Preparações e substâncias à base de canábis para fins medicinais”, fruto de uma colaboração com a APJF, os trabalhos sofreram um ligeiro atraso, estando perspetivada a sua publicação em 2023.

## III. CENTRO DE ESTUDOS PARA A PROFISSÃO FARMACÊUTICA E CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA DO FARMACÊUTICO



Sob a égide do desenvolvimento da prática, ciência e formação em Ciências Farmacêuticas, a SRSRA-OF criou o Centro de Estudos para a Profissão Farmacêutica.

Ao longo do ano de 2022 foi dado particular destaque à estruturação da iniciativa, com a definição dos três eixos de ação sendo eles a prática, a ciência e a formação (nacional e internacional).



### Prática

Com o objetivo de dar suporte à prática profissional e a investigações realizadas, foi iniciado o trabalho de desenvolvimento de um regulamento do Centro de Estudos para a profissão farmacêutica que sirva de base para o apoio da SRSRA-OF a projetos de investigação realizados no âmbito da geração de evidência da intervenção farmacêutica.

Ainda no âmbito deste eixo, foi apoiado o trabalho de investigação para atribuição do grau de mestre em Ciências Farmacêuticas à aluna Vanessa Martins, trabalho sob o tema “Sistemas *Medical Dispenser*: da Farmácia Comunitária ao Doente”.

### Ciência

#### BINOV - Bolsa de Investigação da SRSRA-OF



Com o objetivo de contribuir para a realização e divulgação de projetos realizados por farmacêuticos em Portugal, foi realizada uma atualização das regras de atribuição de Bolsas “BINOV” para futura implementação no ano de 2023.

#### Trabalhos científicos desenvolvidos pela SRSRA-OF

A SRSRA-OF submeteu um total de 7 resumos científicos em fóruns científicos, que resultaram na apresentação de 5 pósteres científicos no *80<sup>th</sup> FIP World Congress of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences 2022* e a aceitação de 2 resumos para apresentação em formato póster científico no Congresso Nacional das Farmácias a realizar no ano de 2023.

### Formação



A SRSRA-OF iniciou, no ano de 2022, a estruturação de um Programa de Capacitação Científica do Farmacêutico a implementar a partir do ano de 2023.

O programa inclui o desenvolvimento de ações formativas de empoderamento dos farmacêuticos numa vertente científica, incentivando o alinhamento entre a prática e a ciência na geração e utilização de evidência científica.



## IV. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: COMPETÊNCIAS FARMACÊUTICAS

A criação de competências farmacêuticas é uma oportunidade para a diferenciação e valorização profissional e, simultaneamente, a garantia de uma prestação de cuidados, serviços e atividades com qualidade e segurança num ecossistema do setor farmacêutico e da saúde cada vez mais complexo e exigente.

Nesta esfera, a SRSRA-OF mantém a sua intenção de dinamizar uma oferta formativa dirigida à aquisição de competências farmacêuticas, tendo, em 2022, mantendo o acompanhamento e monitorização da criação de novas competências.

## V. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: APOIO NO ACESSO ÀS ESPECIALIDADES

Em colaboração com os respetivos Conselhos de Colégios de Especialidade da OF pretende-se a identificação e criação de programas formativos específicos que habilitem o farmacêutico à obtenção do Título de Especialista e ao exercício técnico e cientificamente diferenciado na respetiva área de especialização. Estas iniciativas devem incorporar as inovações técnicas, científicas e académicas, concretizando os requisitos de obtenção do título de especialista regulamentarmente definidos.

### Apoio no acesso à formação e Residência Farmacêutica



Com a primeira edição do procedimento concursal de acesso à Residência Farmacêutica a decorrer em 2022, que culminará na atribuição do Título de Especialista na Carreira Farmacêutica aos farmacêuticos que completarem a Residência Farmacêutica nas áreas profissionais de Farmácia Hospitalar, Análises Clínicas e Genética Humana, a SRSRA-OF iniciou os trabalhos para o desenvolvimento e implementação de um programa formativo de apoio à realização da Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica (exame de acesso enquadrado no procedimento concursal), tendo, preliminarmente, dinamizado um questionário de avaliação das necessidades formativas dos candidatos à primeira edição da Prova de Ingresso na Residência Farmacêutica.

## VI. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: SEGURANÇA DA PESSOA QUE VIVE COM DOENÇA



Com vista à promoção da segurança na prestação de cuidados de saúde à população e, em particular, à pessoa que vive com doença, em 2022 foi dada continuidade à oferta formativa dirigida para a intervenção do farmacêutico junto da pessoa que vive com doença, capacitando os farmacêuticos em

temáticas como a otimização e reconciliação da terapêutica, numa abordagem multidisciplinar centrada no doente e cuidadores, através da dinamização dos Cursos de Intervenção do Farmacêutico.

## VII. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: DIGITALIZAÇÃO EM SAÚDE



No âmbito da promoção da digitalização em saúde, foi mantida a colaboração com a DN com o objetivo de garantir o acesso aos dados em saúde pelos farmacêuticos das áreas assistenciais, permitindo a consulta e registo, como reforma fundamental para o reforço da articulação entre os diferentes níveis de cuidados e prestadores em prol da saúde e segurança do cidadão, respeitando a sua autonomia.

É objetivo, em 2023, promover um programa formativo de capacitação dos farmacêuticos para a área do *Digital Health*, promovendo a literacia digital e a sensibilização dos farmacêuticos para competências digitais.

## VIII. DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: LIDERANÇA INDIVIDUAL E PROFISSIONAL



Em 2022 a SRSRA-OF deu continuidade a iniciativas de promoção da aquisição de conhecimentos e conceitos, debate de ideias e desenvolvimento de competências científicas, técnicas, políticas e sociais.

### Programa de Capacitação Política

No âmbito da Fase 1 do Programa de Capacitação Política do Farmacêutico, designada “Incentivar à Participação e Espírito Crítico”, e com o objetivo de capacitar os farmacêuticos para a atuação política e cívica, através da promoção do seu desenvolvimento pessoal e impacto social, a SRSRA-OF dinamizou, em 2022, duas edições do evento “MeetUp”, que contaram com a preleção de Bruno Gonçalves e Carlos Carreiras, subordinadas aos temas “Retrato e reflexão sobre a situação de conflito na Ucrânia” e “Poder local: A importância das autarquias para o bem-estar das comunidades”, respetivamente.

### Ciclo de Conferências



Sob o mote do Ciclo de Conferências “Debater a atualidade. Desafiar o futuro” foram desenvolvidos três eventos sobre o impacto da implementação dos novos Regulamentos Europeus na área do medicamento e dispositivos médicos.

Em cada ocasião foram apresentados e debatidos os Regulamentos Europeus no âmbito dos Dispositivos Médicos, dos Estudos Clínicos e da Avaliação de Tecnologias da Saúde, con-



tando com a presença de peritos do Infarmed que prestaram o ponto de vista do regulador, procurando sempre apresentar soluções às questões colocadas. Ao longo de 2022, a iniciativa contou com a presença de mais de 550 participantes e teve um alcance de mais de 10.000 pessoas com recurso às redes sociais da SRSRA-OF.

O primeiro tema a ser debatido foi “O Impacto do Novo Regulamento Europeu dos Dispositivos Médicos”, tendo decorrido em formato híbrido com transmissão via Plataforma Zoom a partir do Auditório da PLMJ em Lisboa. Seguidamente, foi realizada uma sessão sobre “O Impacto do novo Regulamento Europeu em Investigação Clínica: Medicamentos e Dispositivos Médicos”, também em formato híbrido e a partir do Auditório do Infarmed, que foi idealizado e concretizado em conjunto com o CCEAR-OF. Finalmente, foi abordado “O Impacto do Novo Regulamento Europeu de Avaliação das Tecnologias da Saúde”, em formato virtual, com transmissão na Plataforma Zoom.



» Ciclo de Conferências sobre novos Regulamentos Europeus

### Simpósio Científico



A sexta edição do Simpósio Científico da SRSRA-OF realizou-se no dia 26 de novembro de 2022, em formato híbrido a partir do Auditório António Domingues de Azevedo, da Ordem dos Contabilistas Certificados, com transmissão através da Plataforma Zoom.

O Simpósio Científico teve como objetivo debater a Saúde Mental numa abordagem ao longo do ciclo de vida da pessoa, fazendo uma análise construtiva na área da saúde e pretendendo uma melhoria contínua dos conhecimentos no sector farmacêutico.

A respectiva Comissão Científica foi presidida pela Professora Doutora Matilde Castro e completada pelos restantes membros:

- » Professora Doutora Cátia Caneiras (Direção da SRSRA-OF);
- » Professora Doutora Maria João Heitor (Presidente da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental);
- » Professor Doutor Miguel Xavier (Diretor da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental);
- » Doutor Miguel Ricou (Presidente do Conselho de Especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde da Ordem dos Psicólogos);
- » Enfermeira Soledade Lourenço (em representação da Ordem dos Enfermeiros);
- » Dr.ª Joaquina Castelão (Presidente da FamiliarMente).

A reflexão multidisciplinar que ocorreu contou com um conjunto de oradores de renome, que se debruçaram sobre a temática ao longo de quatro grandes sessões sobre: “Saúde Mental Infanto-Juvenil”, “Saúde Mental do Adulto”, “Saúde Mental do Idoso” e “Intervenção do Farmacêutico na Saúde Mental da pessoa: desafios atuais e tecnologias emergentes”.

Para a realização deste Simpósio Científico, contaram-se 4 patrocínios e 7 apoios institucionais, tendo sido registadas 347 inscrições, com 171 participantes, que totalizaram a atribuição de mais de 30 CDPs.



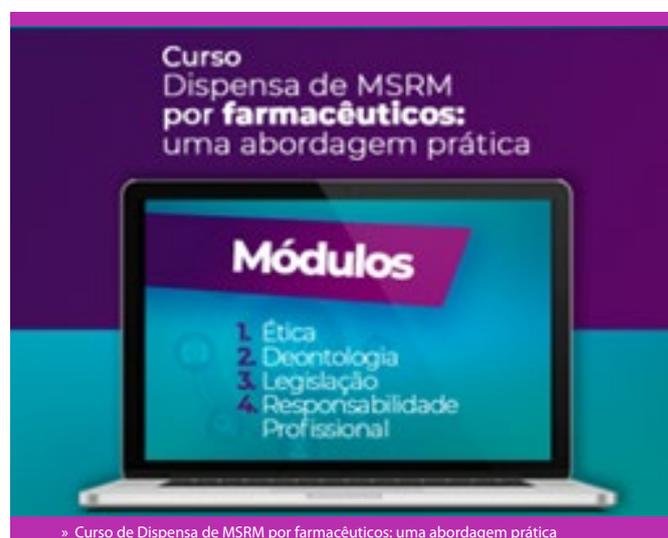
» Simpósio Científico da SRSRA-OF | 26 de novembro de 2022



### Desenvolvimento e valorização Profissional: Ética, Deontologia e Legislação Farmacêutica

Durante o ano de 2022 foi consolidado o desenvolvimento de edições do primeiro curso desenvolvido no âmbito do Programa de Capacitação em Ética, Deontologia e Legislação Farmacêutica sob tema “Dispensa de Medicamentos Sujeitos a Receita Médica: uma abordagem prática”. Foram realizadas 8 edições que contaram com 813 inscritos, tendo sido atribuídos 296,81 CDPs de forma gratuita.

Realçamos a contribuição da Professora Doutora Mara Pereira Guerreiro enquanto coordenadora técnico-científica do Programa.



» Curso de Dispensa de MSRM por farmacêuticos: uma abordagem prática



### 3. VALORIZAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA SOCIEDADE

#### I. PROGRAMA DE APROXIMAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PESSOAS QUE VIVEM COM DOENÇA, CUIDADORES E REPRESENTANTES DE UTENTES DE SAÚDE



Na sequência da manutenção deste pilar no novo mandato da SRSRA-OF, o Programa de Aproximação às Associações de Pessoas que vivem com Doença, Cuidadores e Representantes de utentes de saúde foi continuado em 2022.

No que concerne à fase de sensibilização para a doença, foram realizados dois *webinars* de consciencialização sobre “Atrofia Muscular Espinhal – Conhece esta doença rara?” e “Desafios e Barreiras a ultrapassar com ELA”, que contabilizaram 127 e 172 participantes, respetivamente, e totalizaram mais de 21 CDPs atribuídos.



Relativamente à fase de capacitação estiveram em funcionamento dois cursos de Intervenção do Farmacêutico.

Assim, foi lançado um novo curso em janeiro de 2022 sobre a Intervenção do Farmacêutico na Pessoa com Gota, desenvolvido em parceria com Sociedade Portuguesa de Reumatologia (SPR), a Liga Portuguesa Contra as Doenças Reumáticas (LPCDR) e a A. Menarini Portugal, que contou com 12 edições ao longo do ano e 928 participantes, com a atribuição de 292,9 CDPs.



Durante 2022, prosseguiu, também, o curso de Intervenção do Farmacêutico na Pessoa com Enxaqueca e Cefaleias, em

parceria com a MiGRA Portugal, que contou com 12 edições e 692 participantes com a atribuição de 196,2 CDPs.

#### II. USO SEGURO E RESPONSÁVEL DO MEDICAMENTO



Desde 2014, a SRSRA-OF promove a campanha “Uso Responsável do Medicamento: Somos todos Responsáveis”, que foi vencedora do FIP 2016 *Health Promotion Campaign Award* do 76º Congresso Mundial de Farmácia e Ciências Farmacêuticas.

Ao longo de 2022, houve algumas iniciativas de relevo que foram realizadas para a sensibilização da população relativamente da temática, em particular a Campanha do Dia Mundial da Saúde, em linha com a OMS. A efeméride, que se assinala anualmente a 7 de abril, teve como tema “*Our planet, our health*”, focada na sustentabilidade ambiental. Nesta linha, a SRSRA-OF, em parceria com a Valormed, lançou uma campanha de sensibilização para a correta eliminação dos medicamentos fora de uso.

Complementarmente, foi reativada a campanha digital dedicada aos “Cuidados de Verão para o Uso Seguro e Responsável do Medicamento”, elaborada em 2021 em conjunto com a DGS, o Infarmed e a APEF, para a sensibilização da população durante os meses de verão, relativamente aos cuidados adicionais a ter com os medicamentos.

Ainda em 2022, foi elaborada uma campanha, em virtude do Dia Mundial da Segurança do Doente, em linha com o lema anual “Medicação sem Dano”, sobre os “5 momentos para a medicação segura”, para consciencializar a população sobre a importância de questionar os profissionais de saúde sobre a administração de medicamentos. A campanha surgiu, também, no decorrer da parceria estabelecida com a recém-criada Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde (SPLS).



#### III. MASSIVE OPEN ONLINE COURSES

Em linha com a importância do aperfeiçoamento da literacia em saúde da população portuguesa, foram lançados, em 2019, um conjunto de Cursos Online Aberto Massivos (MOOC), em colaboração com a DGS.



Atualmente, estão disponíveis três cursos sobre “Higiene das Mãos na Prevenção de Infeções”, “Prevenção de Infeções e Resistência aos Antibióticos” e “Uso Seguro e Responsável do Medicamento”, na plataforma NAU, uma iniciativa nacional e interministerial de suporte ao ensino e formação, dirigidos a grandes audiências e desenvolvido pela Unidade de Computação Científica (FCCN) da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Desde o seu lançamento, os Cursos “Segurança nos Cuidados de Saúde”, já totalizaram:

#### Uso Seguro e Responsável do Medicamento

- » Nº inscritos: 8.267
- » Taxa de Conclusão: 72.1%

#### Higiene das Mãos na Prevenção de Infeções

- » Nº inscritos: 12.549
- » Taxa de Conclusão: 69.2%

#### Prevenção de Infeções e Resistências aos Antibióticos

- » Nº inscritos: 7.87
- » Taxa de Conclusão: 69.7%

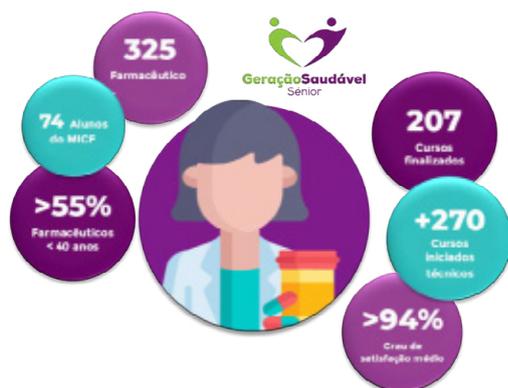
## IV. PROJETO “GERAÇÃO SAUDÁVEL”



O projeto GS, desenvolvida desde 2012 pela SRSRA-OF, é um projeto para a educação e promoção da saúde que envolve farmacêuticos e estudantes do MICF.

A iniciativa tem como principal objetivo a consciencialização e sensibilização da população portuguesa sobre diversos temas de saúde, com particular ênfase na promoção de um estilo de vida saudável e potenciação da autonomia e maior envolvimento nas próprias decisões em saúde. Para tal, farmacêuticos e estudantes do MICF são capacitados com recurso a uma plataforma digital, onde concretizam uma formação, creditada pela OF, focada na adaptação da comunicação dos temas selecionados à comunidade.

A Plataforma “Geração Saudável Sénior” celebrou, em novembro de 2022, o segundo aniversário, onde manteve um grau de satisfação de utilização da plataforma elevado, como poderá ser consultado de seguida, conjuntamente com outros dados monitorizados:



Durante 2022, foram finalizadas as revisões e produções científicas dos cursos sobre “Doenças Respiratórias” e “Doenças Endócrinas” e a produção científica do curso sobre “Saúde Mental”. No entanto, infelizmente, não foi formalmente concluída a produção gráfica em 2022, mantendo a perspetiva de lançamento dos cursos durante o início de 2023.

Em 2022 foram concretizadas 70 ações de (in)formação, que abrangeram cerca de 2.000 pessoas, onde se incluem crianças, adolescentes, professores, idosos, técnicos e auxiliares.

Destaca-se que, em 2022, se mantiveram e procuraram parceiros do sector farmacêutico, por forma envolver diversas áreas do sector na iniciativa. Deste modo, até ao final de 2022, o projeto contou com o apoio da Secretaria Regional da Saúde e do Desporto do Governo Regional dos Açores, da Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil do Governo Regional da Madeira, do Centro Ciência Viva, das companhias farmacêuticas NovoNordisk Portugal e AstraZeneca, do CCEFC-OF, da Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (APAC), da ANF e da Associação de Farmácias de Portugal (AFP).

## V. FARMÁCIA/LABORATÓRIO SAÚDE NO ESPAÇO KIDZANIA LISBOA

Em linha com a dignificação e valorização do farmacêutico, surgiu, em 2012, a Farmácia/Laboratório Saúde na KidZania Lisboa, uma iniciativa que celebra a profissão farmacêutica, apresentando-a às crianças de uma forma lúdica, para a instrução sobre o papel desempenhado pelos farmacêuticos, enquanto profissionais de saúde.

Desde a sua reabertura no final de 2021, momento em que foi possível adaptar a realidade da KidZania Lisboa à situação pandémica vivida, a KidZania Lisboa passou a funcionar com dois turnos (manhã e tarde), durante parte da semana (predominantemente de quinta-feira a domingo).

No ano transato, foram mantidas as atividades disponibilizadas às crianças até ao final de 2021, focadas em particular no Uso Responsável do Medicamento e da adoção de estilos de vida saudáveis. Para tal, foram proporcionadas as atividades como a organização do armário de farmácia de casa, com a verificação do estado de conservação dos medicamentos e produtos de saúde, o cálculo do índice de massa corporal e a validação e dispensa de uma prescrição médica e com o tratamento de uma ferida. Paralelamente, era também executada uma observação microscópica de preparações laboratoriais e era realizado o jogo “Tratar de Mim”, desenvolvido em conjunto com a APIFARMA.

Em 2022, a Farmácia/Laboratório Saúde registou a presença de 23 251 de visitantes, pelo que em avaliação posterior do perfil dos mesmos, foi possível depreender que se tratava, globalmente, de crianças acompanhadas com familiares / escolas em visita de estudo, o que permite uma promoção do papel do farmacêutico em diversas faixas etárias.



## VI. VOZ ATIVA



Com o intuito de dar visibilidade à intervenção cívica e social do farmacêutico, foi dada continuidade à Campanha de consciencialização “Um compromisso para a saúde: o Valor do Farmacêutico”, na qual a SRSRA-OF realizou uma rubrica mensal inserida na Revista Farmácia Distribuição:

01. JANEIRO 22 | A importância da sustentabilidade ambiental do medicamento
02. FEVEREIRO 2022 | A valorização da profissão através do digital: Podcast “Que Remédio”
03. Março 2022 | 10 anos de PNPAS: como podem contribuir os farmacêuticos?
04. ABRIL 2022 | Objetivos de Desenvolvimento para a profissão farmacêutica da Federação Internacional Farmacêutica
05. MAIO 2022 | O papel do farmacêutico na transição de cuidados
06. JUNHO 2022 | A Importância de um Sistema de Saúde Solidário e Colaborativo
07. JULHO / AGOSTO 2022 | Amamentação: o papel do farmacêutico no aconselhamento
08. SETEMBRO 2022 | Dia Mundial da Segurança do Doente: qual o papel do Farmacêutico?
09. OUTUBRO 2022 | Promoção da atividade física por farmacêuticos
10. NOVEBRO 2022 | Dia do Farmacêutico - 50 anos da instituição da Ordem (novembro 2022)
11. DEZEMBRO 2022 | Saúde Mental: uma prioridade global para a sociedade



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DELEGAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA



Nos termos estatutariamente estabelecidos as Delegações Regionais devem colaborar com os órgãos nacionais e regionais da OF em todas as matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a respetiva RA, bem como prestar apoio e assistência aos membros que nela exerçam a sua atividade profissional.

Conscientes da importância destas responsabilidades, foram desenvolvidas as seguintes ações, em 2022:

- » Representação Institucional da OF atos oficiais, sempre que requerida e que proporcione valorização e reconhecimento da profissão;
- » Representação da OF na Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Cooperação entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil da RA da Madeira e a ANF;
- » Representação da OF na Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica;
- » Representação da OF no Grupo de Ordens Profissionais na RA da Madeira;
- » Participação da Delegação Regional da Madeira nas Assembleias Regionais e Gerais da OF;
- » Participação ativa na definição de políticas em Saúde, em estreita colaboração com a Secretaria Regional da Saúde da RA da Madeira;
- » Organização de duas edições das Conversas Farmacêuticas, evento que tem como objetivo reunir os farmacêuticos da região em sessões de auscultação e debate sobre os desafios da profissão na RA da Madeira;
- » Colaboração com o CCEFH-OF para a realização de exames de especialidade na região;
- » Acompanhamento e monitorização da implementação da Carreira e Residência Farmacêutica;
- » Identificação de faltas e existências das instalações da sede da Delegação Regional.

O Delegado Regional da Madeira

Tiago Magro



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DELEGAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES



A OF exerce a sua ação nos domínios social, científico, cultural, deontológico, profissional e económico da atividade farmacêutica. É responsabilidade das Delegações Regionais colaborarem com os órgãos nacionais e regionais em todas as questões que se relacionem com a respetiva região autónoma, bem como garantir a extensão de apoio aos membros que nela exerçam a sua atividade profissional.

A RA dos Açores destaca-se das restantes por se constituir como uma Região Ultraperiférica com características geográficas muito particulares que impactam o exercício da profissão e da atividade farmacêutica.

Em 2022 foram desenvolvidas as seguintes ações:

- » Representação Institucional da OF em atos oficiais, sempre que requerida e que proporcione valorização e reconhecimento da profissão;
- » Participação da Delegação Regional dos Açores nas Assembleias Regionais e Gerais da OF;
- » Colaboração com o CCFH-OF para a realização de exames de especialidade na região;
- » Monitorização, acompanhamento e participação na definição das políticas de combate à pandemia por SARS-CoV-2 e outras medidas relevantes para a Saúde e o Medicamento;
- » Identificação de faltas e existências das instalações da sede da Delegação Regional;
- » Organização das Comemorações do Dia do Farmacêutico, na RA dos Açores:
  - » Conferência subordinada ao tema “Transição e Transformação Digital na Região Autónoma dos Açores: que prioridades?”;
- » Participação na discussão sobre a integração da Preparação Individualizada da Medicação no Programa Novos Idosos da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores;
- » Promoção do Manifesto da Profissão Farmacêutica na Região, já remetido ao Governo Regional e do qual ressaltam as seguintes temáticas:
  - » Implementação da Carreira Farmacêutica nos hospitais, unidades de saúde e laboratórios da RA dos Açores;
  - » Envolvimento dos farmacêuticos analistas clínicos da região e a regularização do funcionamento dos laboratórios de análises clínicas das Unidades de Saúde de Ilha;
  - » Integração de farmacêuticos em todas as Unidades de Saúde de Ilha para garantir a segurança e eficiência dos circuitos do medicamento;
  - » Redefinição da Estratégia e Política do Medicamento.

A Delegada Regional dos Açores

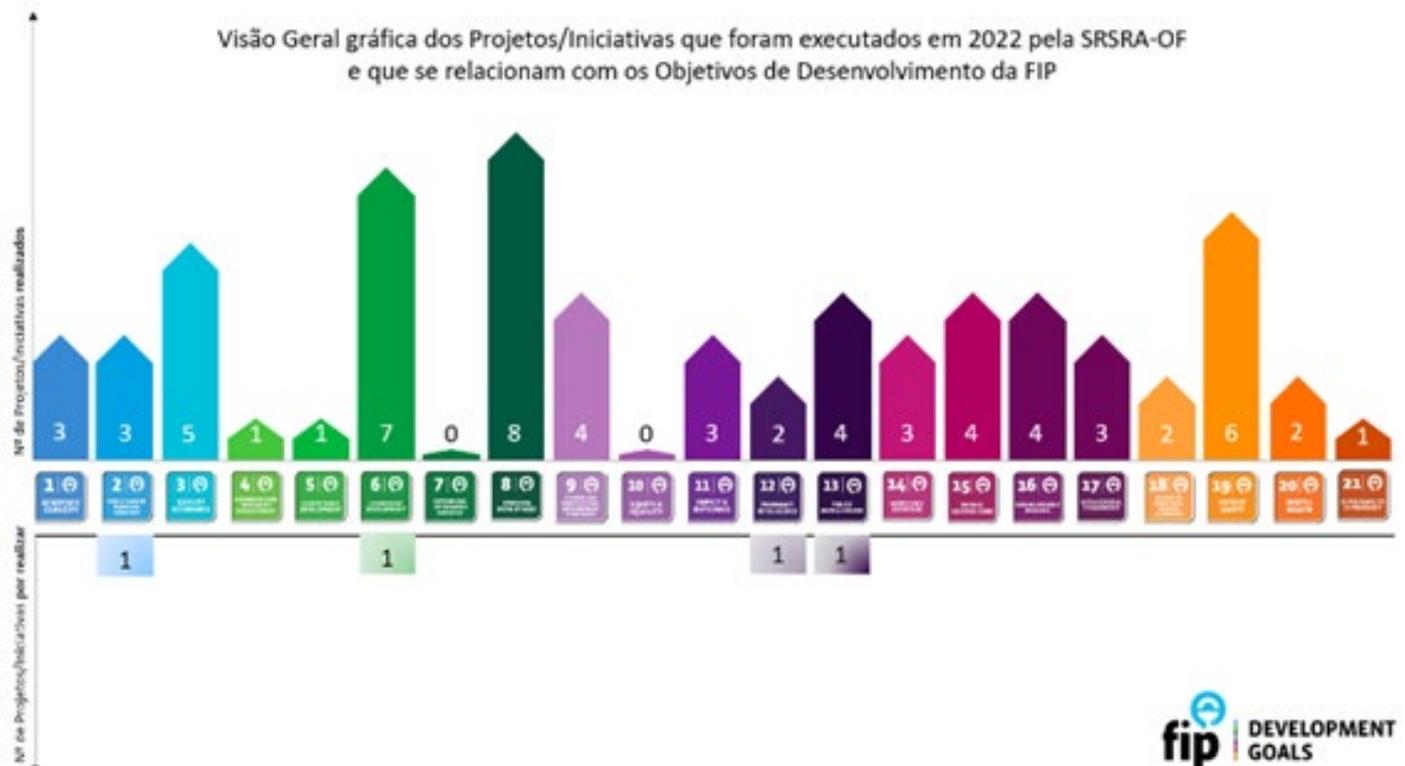
*Juliana Oliveira de Matos*

Juliana Matos



## FIP DEVELOPMENT GOALS

Após enquadramento das iniciativas e atividades realizadas pela SRSRA-OF, no decorrer do ano de 2022, nos objetivos de desenvolvimento estratégico da FIP, verificou-se que 19 dos objetivos foram cobertos por pelo menos 1 curso/atividade/iniciativa, tal como explanado no gráfico seguinte.





## MONITORIZAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

As Associações Públicas Profissionais, comumente designadas de Ordens Profissionais, são entidades públicas de estrutura associativa representativas de profissões que, por imperativo de tutela do interesse público prosseguido, devem, cumulativamente, ser sujeitas ao controlo do respetivo acesso e exercício, garantir a existência de normas técnicas e de princípios e regras deontológicos específicos e assegurar um regime disciplinar autónomo.

Neste pressuposto, de entre as suas competências e atribuições, destaca-se o exercício do poder disciplinar sobre os seus membros, objetivando a prevenção, identificação e resolução de incumprimentos técnicos e legais no âmbito do exercício profissional e, desta forma, concretizar a defesa dos destinatários dos serviços que, no caso da Ordem dos Farmacêuticos, são os doentes/utentes/cidadãos no geral e a prossecução do interesse público.

Na Ordem dos Farmacêuticos, o exercício do poder disciplinar está reservado aos conselhos jurisdicionais regionais e nacional, que exercem a sua atividade de forma autónoma e independente. O Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas (CJSRA) é atualmente constituído por uma presidente e três vogais (foram eleitos quatro vogais, uma das quais pediu suspensão das funções), que exercem a sua atividade profissional em áreas farmacêuticas distintas, apoiados por uma estrutura executiva constituída por dois juristas, um farmacêutico e uma administrativa.

Empossado em fevereiro 2022, o CJSRA assumiu a responsabilidade sobre 20 processos recebidos na vigência do mandato dos anteriores órgãos sociais, relativamente aos quais não havia sido possível a sua resolução, e recebeu ainda 21 novas denúncias, de um total de 22 recebidas no ano de 2022 (uma das quais recebida ainda no início do ano, na vigência do mandato anterior do Conselho Fiscal Regional).

Nas 9 reuniões realizadas em 2022, o CJSRA:

- » acompanhou a situação dos 7 processos que se encontram suspensos (a aguardar decisão judicial), analisou em fase de prossecução e inicial 36 processos num total de 43 processos.
- » deliberou em 32 processos (15 do mandato anterior + 17 do presente mandato), mantendo em curso 4 processos.

Das deliberações contam-se:

- » 23 processos arquivados sem sanção (1 processo referente a 2018, 1 processo referente a 2019, 2 processos referentes a 2020 e 2 processos referente a 2021 e 17 processos referentes a 2022)
- » 9 processos arquivados com sanção (1 processo referente a 2017, 2 processos referentes a 2019, 3 processos referentes a 2020 e 1 processo referente a 2021).

Das sanções aplicadas registam-se:

- » 2 sanções de repreensão registadas com pena suspensa por 2 anos (processos referentes a 2017 e 2019)
- » 4 sanções de repreensão registadas (2 processos referentes a 2018 e 2 referentes a 2020)
- » a aplicação de 4 multas (três de 500€ (referentes a 1 processo de 2019) e uma de 250€ (referente a 1 processo de 2020));
- » a aplicação de 1 sanção disciplinar de suspensão de exercício da profissão pelo período de um ano, com pena suspensa pelo período de três anos (processo de 2021).

Relativamente à proveniência das reclamações, denúncias ou exposições rececionadas em 2022, a maioria são apresentadas por utentes, secundariamente pelo Infarmed sendo os principais motivos relacionados com má conduta ou má prática farmacêutica, infração ética e/ou deontológica, desagrado com o atendimento, recusa de prestação de serviço e questões laborais ou funcionamento irregular da farmácia.

P'lo Conselho Jurisdicional Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos 2022-2024

A Presidente

Gabriela Plácido

# RELATÓRIO DE CONTAS

## PREÂMBULO

### Do enquadramento económico do ano 2022

O ano de 2022 foi fortemente marcado pelo conflito armado iniciado no mês de fevereiro com a invasão da Ucrânia pelo exército da Federação Russa. Esta nova realidade veio afetar marcadamente a evolução macroeconómica à escala global, europeia e nacional, criando um aumento do risco e da escassez de matérias-primas, nomeadamente: hidrocarbonetos, cereais e diversos outros bens primários.

Este contexto adverso acelerou e prolongou uma espiral inflacionária que já havia sido iniciada no período pós-pandémico. Em resposta ao ressurgimento de taxas de inflação elevadas, os Bancos Centrais aumentaram de forma significativa o nível das taxas de juro para tentar inverter o crescimento da inflação.

Como Portugal estava atrasado no processo de recuperação do nível da atividade económica, para o nível pré-pandémico (ano 2019), com exceção da inflação e das taxas de juro, o impacto nas outras variáveis macroeconómicas ainda não se fez sentir de forma significativa no ano 2022 (o que deverá acontecer nos anos subsequentes).

A variação real do PIB acelerou e foi positiva em 6,8% (5,5% no ano de 2021).

A Taxa de Desemprego do ano 2022 decresceu para 5,6% (6,6% em 2021), mas a taxa de desemprego do 4.º trimestre já foi de 6,5% e nos primeiros meses de 2023 continua numa trajetória ascendente).

O nível de emprego, em número de indivíduos, cresceu 1,9% no ano 2022.

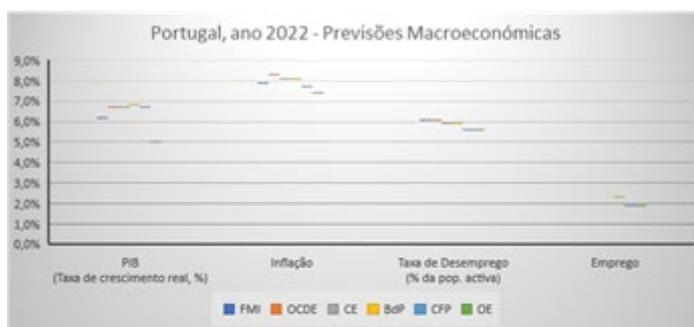
A Taxa de Inflação do ano 2022 divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística foi de 7,8% (1,27% no ano de 2021).

As últimas estimativas disponíveis apontam para que haja um equilíbrio orçamental no ano 2022 (Deficit de -3,0% no ano 2021) e que o Stock de Dívida Pública, em percentagem do PIB, atinja 113,8% (127,5% no ano 2021).

O Rating da Dívida da República manteve-se estável junto de todas as agências de rating, no nível *Investment Grade*.

Este enquadramento foi desfavorável para a economia, diminuiu o nível de expectativas dos agentes económicos e da confiança em geral, factos que também afetaram a maior par-

te dos sectores da economia, logo também algumas das atividades da OF e da SRSRA-OF.



Previsões Macroeconómicas para Portugal no ano 2022	FMI	OCDE	CE	BoP	CFP	OE
PIB (Taxa de crescimento real, %)	6,2%	6,7%	6,7%	6,8%	6,7%	5,0%
Inflação	7,9%	8,3%	8,1%	8,1%	7,7%	7,4%
Taxa de Desemprego (% da pop. activa)	6,1%	6,1%	5,9%	5,9%	5,6%	5,6%
Emprego			1,0%	2,3%	1,9%	1,9%
Dívida pública em % do PIB	114,7%	115,0%	115,9%	113,8%	116,6%	115,0%

### Da atividade no ano 2022

No que respeita aos principais indicadores económicos, a SRSRA-OF registou em geral uma execução orçamental favorável, mantendo assim uma boa situação económica e financeira no final do ano 2022.

O Resultado Líquido do período foi na quantia de 4 milhares de Euros, abaixo do planeado no orçamento do ano 2022, em menos 23 milhares de Euros.

O cash-flow da SRSRA-OF no ano de 2022 foi negativo, no valor de -569 milhares de Euros, devido ao investimento realizado na reabilitação da Sede em Lisboa, que ascendeu a 667 milhares de Euros.



## RENDIMENTOS NO ANO DE 2022

### Quotas e joias de inscrição

No ano de 2022, a SRSRA-OF registou uma boa execução de rendimentos de quotas e joias, na ordem dos 1.715 milhares de Euros, valor alinhado com o previsto no orçamento, com menos 7 milhares de Euros (-0,4%).

Inscreveram-se neste período 242 novos membros, menos 23 inscrições do que as planeadas no orçamento (-9%) e menos 98 inscrições que no período homólogo. As joias de inscrição ascenderam à quantia de 36 milhares de Euros.

As quotas dos Membros ativos emitidas no ano 2022 originaram rendimentos de 1.674 milhares de Euros na SRSRA-OF.

Em conjunto, estas duas importantes fontes de rendimentos representam 93% dos rendimentos do ano da SRSRA-OF.

Nesta sede, manteve-se a aplicação do princípio contabilístico do acréscimo e consequentemente, no momento da emissão da quota, é registado o rendimento para a SRSRA-OF, independentemente de estas serem efetivamente cobradas no ano de emissão.

### Outras prestações de serviços

No ano de 2022, as outras prestações de serviços, para além de quotas e joias, apresentaram-se com uma execução orçamental deficitária de menos 34 milhares de Euros do que o planeado no orçamento. Foram contabilizados rendimentos de 70 milhares de Euros, relacionados com as atividades abaixo listadas:

Centro de Responsabilidade	Valor
Formação Contínua de Desenvolvimento Profissional	54.855 €
Apoio institucional ao projeto da Geração Saudável	4.000 €
Simpósio científico	7.000 €
Outras atividades	4.234 €
<b>Total de Outras prestações de serviços no ano 2022</b>	<b>70.089 €</b>

As atividades da Formação originaram rendimentos de 55 milhares de Euros, menos 36 milhares de Euros que o planeado no orçamento do ano, mas salientamos que se conseguiram reduzir gastos operacionais com as atividades, graças a uma transição digital da atividade formativa, compensando a redução de receita.

O Simpósio Científico registou rendimentos no valor de 7 milhares de Euros, menos 5 milhares do que previsto no orçamento do ano 2022, mas também conseguiu reduzir gastos para compensar o desvio.

O projeto da Geração Saudável obteve apoios institucionais no valor de 4 milhares de Euros, acima do previsto em cerca de 2 milhares de Euros.

Houve ainda um conjunto de outras atividades que, no seu conjunto, deram origem a rendimentos no valor de 4 milhares de Euros, tendo estas ficado abaixo do planeado no ano 2022 em menos 5 milhares de Euros.

### Provisões Específicas

Registaram-se rendimentos de 54 milhares de Euros com a redução de provisões nas seguintes áreas:

- » 36 milhares de Euros, na reversão de parte da provisão para a ação de impugnação do pagamento do IMT à AT (redução de 50% para 25% valor da responsabilidade total da ação, tendo a DN os provisionado os remanescentes 75%);
- » 18 milhares de Euros, na reversão de parte da provisão criada para contencioso laboral (em 31 dez. 2022 estão provisionados 25 milhares de Euros); e

Nenhum dos valores acima referidos havias sido orçamentado no ano 2022.

### Outros Rendimentos

Registaram-se 39 milhares de Euros de rendimentos desta natureza, valor que não havia sido orçamentado no ano 2022.

Estes rendimentos foram obtidos com as seguintes origens:

- » Subaluguer da garagem ao empreiteiro ABB (14 milhares de Euros);
- » Faturação ao empreiteiro ABB das Taxas de ocupação da via pública paga à CML (23 milhares de Euros); e
- » Movimentos de regularizações de exercícios anteriores (2 milhares de Euros)

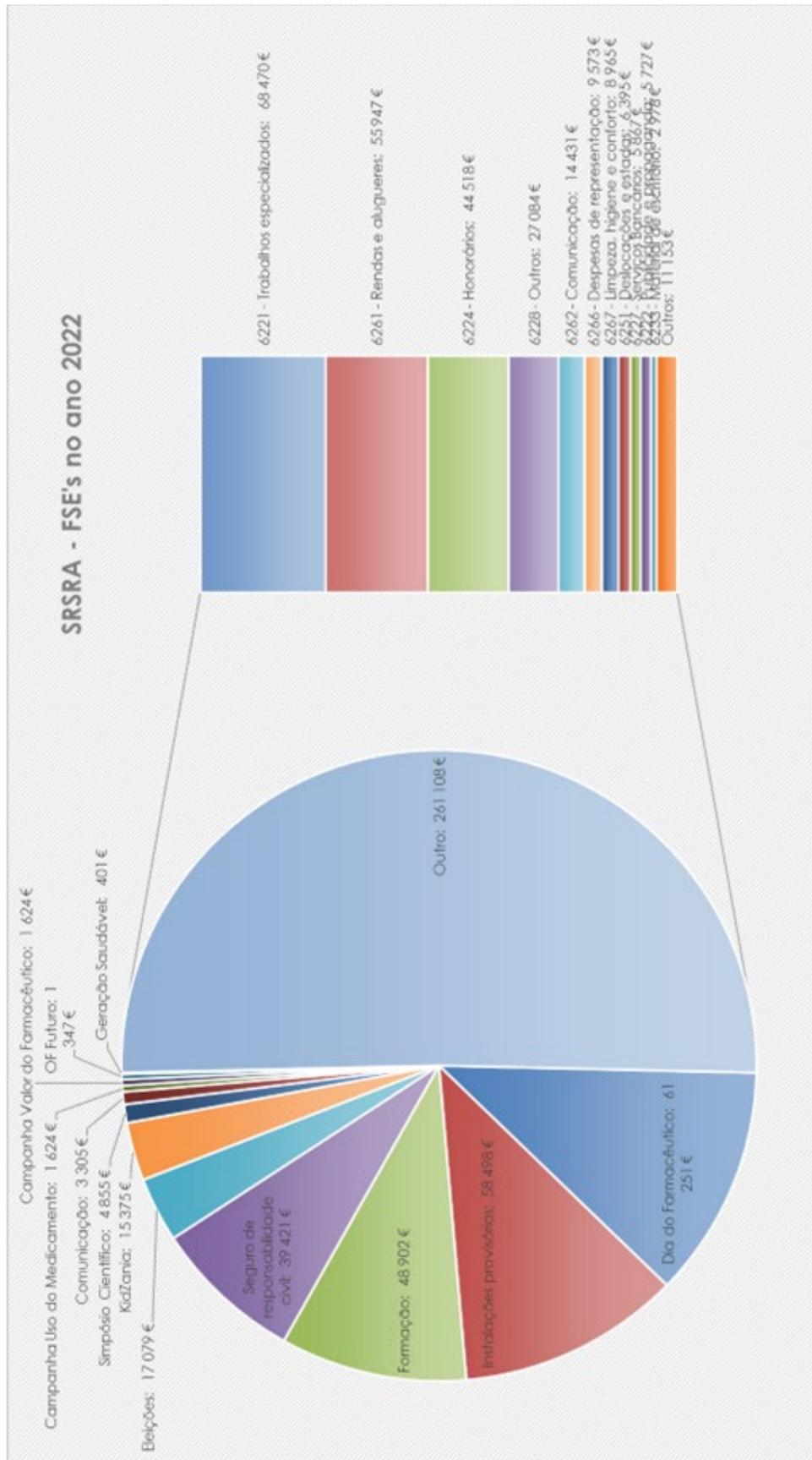
### Juros, Dividendos e outros rendimentos

Foram contabilizados 2 milhares de Euros de rendimentos de juros de aplicações financeiras de curto prazo dos excedentes de tesouraria da SRSRA. Este valor foi ligeiramente inferior ao planeado no orçamento, em menos meio milhar de Euros.

## GASTOS NO ANO DE 2022

### Gastos de fornecimentos e serviços externos

Os gastos desta rubrica ascenderam ao valor de 515 milhares de Euros, menos 26 milhares de Euros que o valor planeado no orçamento. No gráfico abaixo, encontra-se detalhada a contribuição relativa de cada atividade para esta importante rúbrica de gastos.





A rúbrica de FSE decompõem-se em três parcelas distintas, abaixo discriminadas:

» **Projetos dinamizados pela SRSRA-OF – 214.262 €**

Centro de Responsabilidade	Valor
Intervenção comunitária - Geração Saudável	401 €
Intervenção comunitária - KidZania	15 375 €
Formação Contínua de Desenvolvimento Profissional	48 902 €
Campanha de consciencialização "Uso do Medicamento"	1 624 €
Campanha de sensibilização "O Valor do Farmacêutico"	1 624 €
Dia do Farmacêutico	61 251 €
Eleições	17 079 €
Simpósio Científico	4 855 €
OF Futuro	1 347 €
Instalações provisórias	58 498 €
Comunicação	3 305 €
<b>TOTAL</b>	<b>214.262 €</b>

» **Seguro de Responsabilidade Civil dos Membros – 39.421 €**

» **Gastos Gerais da SRSRA-OF – 261.108 €**

Gastos Gerais por natureza de FSE	Valor
6221 - Trabalhos especializados	68 470 €
6261 - Rendas e alugueres	55 947 €
6224 - Honorários	44 518 €
6228 - Outros	27 084 €
6262 - Comunicação	14 431 €
6266 - Despesas de representação	9 573 €

6267 - Limpeza, higiene e conforto	8 965 €
6251 - Deslocações e estadas	6 395 €
6227 - Serviços Bancários	5 867 €
6222 - Publicidade e propaganda	5 727 €
6233 - Material de escritório	2 978 €
6268 - Outros serviços	2 772 €
6241 - Eletricidade	1 629 €
6234 - Artigos de oferta	1 623 €
6263 - Seguros	1 510 €
6242 - Combustíveis	1 372 €
6231 - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 159 €
6243 - Água	887 €
6226 - Conservação e reparação	116 €
6232 - Livros e documentação técnica	45 €
6265 - Contencioso e notariado	40 €
<b>Total de Gastos gerais FSE</b>	<b>261.108 €</b>

**Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal ascenderam a 397 milhares de Euros no período em análise, em linha com o previsto no orçamento do ano 2022.

No ano 2022, foi executada a atualização salarial de 0,9% e, no final do ano, foram provisionadas as verbas férias, subsídios de férias e prémios de avaliação de desempenho relativas ao ano de 2022, mas só a pagamento no ano 2023.

**Gastos com depreciações e amortizações**

Totalizaram 24 milhares de Euros no período em análise, em linha com o previsto no orçamento do ano 2022.



### Imparidades de dívidas e Provisões específicas

De forma prudencial, foram registados 122 milhares de Euros de gastos de quotas incobráveis (8% das quotas emitidas no ano 2022, acrescido de um ligeiro ajustamento de 12 milhares de Euros às imparidades de anos anteriores).

O nível de imparidades efetivamente reconhecidas foi assim muito ligeiramente inferior ao orçamentado, em menos 1 milhão de Euros.

Em acumulado, estão provisionados 652 milhares de Euros para acomodar quotas incobráveis, 8% do total de quotas emitidas nos últimos cinco anos.

### Outros gastos e perdas

Foram contabilizados 818 milhares de Euros de gastos desta natureza. Nestes gastos, a grande maioria respeita a transferências do percentual de quotas e joias efetivamente cobradas para a DN (707 milhares de Euros).

A execução desta rubrica registou um desvio positivo de mais 125 milhares de Euros, o qual se explica com:

- » O abate de itens do imobilizado dos edifícios da SRSRA-OF no âmbito da empreitada de reabilitação (84 milhares de Euros);
- » O excesso de transferências para a DN, situação devida a um nível de eficácia de cobrança superior ao planeado no orçamento do ano 2022 (22 milhares de Euros); e
- » Pagamento de Taxas de ocupação da via pública paga à CML (23 milhares de Euros) não orçamentadas, mas que foram posteriormente faturadas ao empreiteiro.

### Juros e gastos similares suportados

Estava planeado que o financiamento da reabilitação da sede em Lisboa se tivesse iniciado no ano 2022, mas, pese embora tivesse sido contratado no ano 2022, a utilização do financiamento só foi executada no ano 2023.

## DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO 2022

A SRSRA-OF detinha no seu património 1.715 milhares de Euros em Ativos fixos tangíveis, dos quais a maioria, 1.708 milhares de Euros, respeitava o valor líquido contabilístico dos imóveis.

Havia dívidas de Membros no valor de 812 milhares de Euros, para as quais haviam sido constituídas 652 milhares de Euros de imparidades, para a eventualidade de não virem a ser cobradas.

As dívidas de Clientes e Terceiros era no valor de 28 milhares de Euros.

No que respeita a Liquidez, a SRSRA-OF detinha 1.266 milhares de Euros em disponibilidades e depósitos de curto prazo sem risco, com uma cobertura de 40% do ativo total.

O Capital Próprio ascendia a 2.966 milhares de Euros, valor que representa uma taxa de cobertura de 93% do Ativo Total, o que atesta um excelente nível de solvabilidade.

Estavam registadas no Passivo responsabilidades de Provisões no valor de 67 milhares de Euros, para uma ação de contencioso fiscal (42 milhares Euros) e para uma ação de contencioso laboral (25 milhares de Euros)

A SRSRA-OF não tinha dívida remunerada a terceiros;

A dívida a Fornecedores fixava-se em 15 milhares de Euros;

A dívida ao Estado totalizava 17 milhares de Euros (impostos e retenções de rendimentos a entregar nos meses de janeiro e fevereiro de 2023);

A dívida a Terceiros ascendia a 128 milhares de Euros, dos quais: 71 milhares de Euros respeitavam o mês de férias e o subsídio de férias a pagar em 2023 aos trabalhadores da SRSRA-OF e 24 milhares Euros respeitavam uma dívida à DN.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício do ano 2022, no valor de 3.614 €, seja aplicado na conta de Resultados Transitados.



## » Demonstração de Resultados do ano de 2022

Demonstração individual dos resultados por naturezas (ESNL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021
		SRSRA	SRSRA
Vendas e serviços prestados	7	1 785 304	1 786 313
Subsídios, doações e legados à exploração	10.16	56	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-514 791	-367 925
Gastos com o pessoal	8	-397 287	-380 835
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.15	-121 632	-159 202
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.17	54 324	-43 000
Outros rendimentos	10.8	38 938	22 023
Outros gastos	10.9	-817 788	-765 158
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>27 124</b>	<b>92 216</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-24 404	-25 309
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 721</b>	<b>66 907</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	1 672	3 678
Juros e gastos similares suportados	10.10	-9	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 384</b>	<b>70 584</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-770	-1 182
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 614</b>	<b>69 402</b>

O Contabilista Certificado



## » Balanço em 31 de dezembro de 2022

Balanço Individual (ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
		SRSRA	SRSRA
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 714 702	1 150 784
Ativos intangíveis	6		362
Investimentos financeiros	10.11	1 776	1 560
		1 716 478	1 152 706
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Créditos a receber	10.1	27 903	46 882
Estado e outros entes públicos	10.5	82	209
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.14	160 210	141 898
Diferimentos	10.2	22 019	27 261
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	10.3	1 266 004	1 835 401
		1 476 218	2 051 651
<b>Total do ativo</b>		<b>3 192 696</b>	<b>3 204 357</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>	10.4		
Fundos		299 279	299 279
Reservas		986 659	986 659
Resultados transitados		1 506 051	1 430 905
Excedentes de revalorização		170 006	175 750
Outras variações nos fundos patrimoniais			0
Resultado líquido do período		3 614	69 402
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 965 609</b>	<b>2 961 995</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10.17	67 088	121 412
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		67 088	121 412
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10.15	14 952	21 121
Estado e outros entes públicos	10.5	17 091	14 640
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros	10.14		
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10.2		
Outros passivos correntes	10.6	127 955	85 188
		159 999	120 949
<b>Total do passivo</b>		<b>227 087</b>	<b>242 361</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 192 696</b>	<b>3 204 357</b>

O Contabilista Certificado



**ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa (ESNL)**  
**Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022**

Valores em euros

	2022	2021
	S.R.S.R.A.	S.R.S.R.A.
<b>Actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1 778 797	1 824 410
Pagamentos a fornecedores	(620 417)	(428 806)
Pagamentos ao pessoal	(225 700)	(230 385)
Caixa gerada pelas operações	932 681	1 165 219
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(832 897)	(1 042 601)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>99 784</b>	<b>122 617</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(671 704)	(133 240)
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	(1 432)	(1 383)
Outros activos	0	0
	<b>(673 137)</b>	<b>(134 622)</b>
<b>Recebimentos provenientes:</b>		
Activos fixos tangíveis	0	0
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	1 217	0
Outros activos	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Juros e rendimentos similares	2 739	5 058
Dividendos	0	0
	<b>3 956</b>	<b>5 058</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(669 181)</b>	<b>(129 564)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuizos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	0	0
Juros e gastos similares	0	0
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(569 397)</b>	<b>(6 947)</b>
Efeito das diferenças de cambio	0	0
Caixa e equivalentes no início do período	1 835 401	1 842 348
Caixa e equivalentes no fim do período	1 266 004	1 835 401

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**ORDEM DOS  
FARMACÊUTICOS**

**Secção Regional do Sul e  
Regiões Autónomas**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2022**



## Anexo às Demonstrações Financeiras

### *1. Identificação da Entidade*

A Ordem dos Farmacêuticos – Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede na Rua da Sociedade Farmacêutica 18, em Lisboa. Provisoriamente, devido à construção da sua nova sede, ocupa instalações à Avenida Casal Ribeiro 14 – 9º Andar. Exerce a atividade de organizações profissionais e formação profissional.

### *2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras*

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### *3. Principais Políticas Contabilísticas*

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 10.1 e 10.6) e "*Diferimentos*" (Nota 10.2)

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**



Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de



produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.



Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas



respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

#### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### **3.2.5. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.6. Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.



Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### **3.2.7. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinaores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outros ativos correntes



Os “*Clientes*” e os “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes



As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

Empréstimos obtidos



Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).



Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais,*



*até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

- a) As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### *4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:*

Não se verificaram quaisquer efeitos em resultados ou balanço, provenientes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### *5. Ativos Fixos Tangíveis*

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	<b>Saldo em</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reduções</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				



Terrenos e Recursos Naturais	296.092,74			296.092,74
Edifícios e outras	1.005.101,68			1.005.101,68
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	136.135,27	1.783,00	922,50	136.995,77
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
Ativos fixos tangíveis em	194.944,33	130.386,53		325.330,86
<b>Total</b>	<b>1.633.569,34</b>	<b>132.169,53</b>	<b>922,50</b>	<b>1.764.816,37</b>

#### Depreciações acumuladas

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras	461.548,94	20.102,02		481.650,96
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	125.781,34	5.304,82		131.086,16
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
<b>Total</b>	<b>588.625,60</b>	<b>25.406,84</b>		<b>614.032,44</b>

	Saldo em	Aumentos	Reduções	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativos fixos Tangíveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	296.092,74			296.092,74
Edifícios e outras	1.005.101,68		116.823,52	888.278,16
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	136.995,77	4.962,83	1.512,50	140.446,10
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
Ativos fixos tangíveis em	325.330,86	666.741,61		992.072,47
<b>Total</b>	<b>1.764.816,37</b>	<b>671.704,44</b>	<b>118.336,02</b>	<b>2.318.184,79</b>

#### Depreciações acumuladas

Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e outras	481.650,96	20.023,00	33.661,47	468.012,49
Equipamento transporte	0,00			0,00
Equipamento administrativo	131.086,16	4.018,83	930,18	134.174,81
Outros ativos fixos tangíveis	1.295,32			1.295,32
<b>Total</b>	<b>614.032,44</b>	<b>24.041,83</b>	<b>34.591,65</b>	<b>603.482,62</b>

## 6. Ativos Intangíveis



A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	<b>Software</b>	<b>Ativos em Curso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	37.040,75	-	<b>37.040,75</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	35.667,32	-	<b>35.667,32</b>
Amortizações do período	1.011,71	-	<b>1.011,71</b>
Perdas por imparidade	-	-	-
Abates	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de	<b>36.679,03</b>	-	<b>36.679,03</b>
Valor líquido	<b>361,72</b>	-	<b>361,72</b>
<hr/>			
	<b>Software</b>	<b>Ativos em Curso</b>	<b>Total</b>
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	37.040,75	-	<b>37.040,75</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Amortizações</b>			



Saldo em 1 de Janeiro de 2022	36.679,03	-	<b>36.679,03</b>
Amortizações do período	361,72	-	<b>361,72</b>
Perdas por imparidade	-	-	-
Abates	-	-	-
Outros	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de	<b>37.040,75</b>	-	<b>37.040,75</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>0,00</b>	-	<b>0,00</b>

## 7. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Quotas e Joias	1 715 195	1 633 683
Outros Rendimentos	70 109	152 630
	<b><u>1 785 304</u></b>	<b><u>1 786 313</u></b>

## 8. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 13 e em 31/12/2021 foi de 13. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do	319 679	284 951
Benefícios pós-emprego	-	-



Indemnizações	3 000	22 998
Encargos sobre remunerações	65 751	59 690
Seguros	2 016	6 106
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com	6 841	7 090
	<b>397 287</b>	<b>380 835</b>

### 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 10.1. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não	Corrente	Não	Corrente
Pessoal Adiantamentos	-	-	-	778
Pessoal outras operações	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de	-	717	-	13 055
Outros devedores	-	27 186	-	33 049
	-	<b>27 903</b>	-	<b>46 882</b>

#### 10.2. Diferimentos



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Gastos a reconhecer	-	-
Seguros e Rendas	7 946	7 915
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	14 073	19 346
	<u><b>22 019</b></u>	<u><b>27 261</b></u>

### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Caixa	651	592
Depósitos à ordem	563 049	679 505
Depósitos à prazo	702 304	1 155 304
	<u><b>1 266 004</b></u>	<u><b>1 835 401</b></u>

### 10.4. Fundos Patrimoniais

Os “*Fundos Patrimoniais*” decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Capital Realizado	299 279	299 279
Outras Reservas	986 659	986 659



Resultados Transitados	1 506 051	1 430 905
Excedentes de revalorização	170 006	175 750
Outras Variações do Capital Próprio	0	0
	<b>2 961 995</b>	<b>2 892</b>

## 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<b>31-Dez-22</b>	<b>31-Dez-21</b>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	82	209
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<b>82</b>	<b>209</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0	401
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3 902	2 605
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	5 984	4 271
Segurança Social	7 122	7 233
Outros impostos e taxas	83	130
	<b>17 091</b>	<b>14 640</b>

## 10.6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	<b>31-Dez-22</b>		<b>31-Dez-21</b>	
	<b>Não</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não</b>	
Fornecedores Investimentos	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Outras operações Pessoal (Sub. Férias, Férias)	-	70 950	-	57 873
Credores por acréscimos de gastos	-	1 582	-	1 261
Outros credores diversos	-	-	-	-
Outros passivos correntes	-	55 423	-	26 054
	-	<b>127 955</b>	-	<b>85 188</b>



## 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	<b>241 028</b>	<b>201 824</b>
Trabalhos especializados	128 483	127 445
Publicidade	23 404	3 994
Vigilância e Segurança	74	-
Honorários	44 518	52 070
Conservação e reparação	116	3 229
Serviços bancários	5 868	5 311
Outros	38 565	9 775
Materiais	<b>10 638</b>	<b>6 418</b>
Energia e fluídos	<b>12 320</b>	<b>3 746</b>
Deslocações, estadas e transportes	<b>8 654</b>	<b>5 294</b>
Serviços diversos	<b>242 151</b>	<b>150 643</b>
Rendas e alugueres	111 251	57 338
Comunicação	15 305	11 299
Seguros	54 181	57 257
Contencioso e notariado	40	83
Despesas de Representação	46 020	3 516
Limpeza higiene e conforto	9 188	9 021
Outros serviços	6 166	12 129
	<b>514 791</b>	<b>367 925</b>

## 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<u>31-Dez-22</u>	<u>31-Dez-21</u>
------------------	------------------



Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	570	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos	38 368	22 023
	<b>38 938</b>	<b>22 023</b>

## 10.9. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<b>31-Dez-22</b>	<b>31-Dez-21</b>
Impostos	22 951	11 905
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	83 744	-
Juros suportados – Juros de mora e compensatórios	-	-
Outros gastos	711 093	753 253
	<b>817 788</b>	<b>765 158</b>

## 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos com juros e similares:

	<b>31-Dez-22</b>	<b>31-Dez-21</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		



Juros obtidos	1 672	3 678
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<b>1 672</b>	<b>3 678</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	9	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<b>1 663</b>	<b>3 678</b>

### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:

	<b>31-Dez-22</b>	<b>31-Dez-21</b>
Títulos	-	-
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	1 776	1 560
	<b>1 776</b>	<b>1 560</b>

### 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresentou os seguintes valores:

	<b>31-Dez-22</b>			<b>31-Dez-21</b>		
	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>	<b>Gastos</b>	<b>Reversões</b>	<b>Total</b>
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	24 042	-	<b>24 042</b>	24 297	-	<b>24 297</b>
Ativos intangíveis	362	-	<b>362</b>	1 012	-	<b>1 012</b>
	<b>24 404</b>	-	<b>24 404</b>	<b>25 309</b>	-	<b>25 309</b>



### 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2022 e 2021 a rubrica referente aos associados repartia-se da seguinte forma:

	31-Dez-22		31-Dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não	Corrente
<b>Activo</b>				
Associados de 2022	-	294 116	-	253 394
Associados de 2021	-	127 878	-	131 811
Associados de 2020	-	110 303	-	116 594
Associados de 2019	-	104 656	-	103 510
Associados anteriores a 2019	-	175 393	-	158 927
Imparidades de Associados	-	(652 136)	-	(622 338)
	-	<b>160 210</b>	-	<b>141 898</b>
<b>Passivo</b>				
Associados de 2022	-	-	-	-
Associados de 2021	-	-	-	-
Associados de 2020	-	-	-	-
Associados de 2019	-	-	-	-
Associados anteriores a 2019	-	-	-	-
	-	-	-	-

### 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2022 e 2021 os “Fornecedores” apresentavam os seguintes saldos:

	31-Dez-22	31-Dez-21
Fornecedores conta corrente	14 952	21 121
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<b>14 952</b>	<b>21 121</b>

### 10.15. Imparidades de dívidas a receber



Nos anos de 2022 e 2021 as “Imparidades de dívidas a receber” apresentavam os seguintes movimentos:

<b>Imparidades de dívidas a</b>	<b>31-Dez-22</b>	<b>31-Dez-21</b>
Aumento	133 906	159 202
Reversão	(12 274)	-
Regularizações	-	-
	<b>121 632</b>	<b>159 202</b>

### **10.16. Subsídios à exploração**

No exercício de 2022 foi recebido pela SRSRA o montante de 56,00€ a título de subsídio de exploração relacionado com as medidas de apoio Covid-19.

### **10.17. Provisões específicas**

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano.

Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

- juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT -, no valor de 51.351,78€ – pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou
- juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2022.

Esta responsabilidade havia sido registada como sendo 50% atribuídos à Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas e 50% à Direção Nacional. No entanto, após



nova avaliação, verificou-se que apenas 25% cabem à SRSRA sendo os restantes 75% atribuídos à DN.

Com a finalidade de ajustar o valor da provisão constituída para o efeito, foi reconhecida uma reversão de provisão para impostos no valor de 36.324,48€, dos quais 29.250,00€ correspondem ao imposto e 7.074,48€ à estimativa de juros moratórios. Os montantes finais reconhecidos para esta provisão são de 29.250,00€ referentes ao imposto e 12.837,95€ aos juros moratórios.

A provisão referente ao processo judicial trabalhista que permanece em curso, no valor de 43.000,00€, sofreu uma reversão de 18.000,00€ e está reconhecida pelo montante de 25.000,00€, uma vez que este é o valor indicado para o acordo alcançado entre as partes, a ser pago ao autor do processo em 2023.

### **10.18. Acontecimentos após data de Balanço**

Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas.

Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, não se colocando em causa o pressuposto de continuidade das operações.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 17 de março de 2023

---

# PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

## PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS ÀS CONTAS DE 2022 DA SRSRA

O Conselho Fiscal Regional do Sul e Regiões Autónomas apreciou as Contas de 2022 apresentadas pela Direção da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos.

Após análise cuidada dos documentos, tendo em vista os objetivos propostos, este Conselho deliberou dar parecer favorável às Contas de 2022, apresentadas pela Direção da Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos Farmacêuticos, e, ainda, recomendar a sua aprovação em Assembleia Regional do Sul e Regiões Autónomas, convocada para o dia 30 de março de 2023.

O Conselho Fiscal Regional enaltece o esforço da Direção e dos seus colaboradores em responder aos requisitos da auditoria financeira. Esta situação motiva uma maior confiança do Conselho Fiscal Regional nas Contas de 2022 apresentadas e apreciadas.

O Conselho Fiscal Regional do Sul e Regiões Autónomas da Ordem dos  
Farmacêuticos,

  
Ana Margarida Martins

  
Duarte Santos

  
Diogo Marques



---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**ORDEM DOS  
FARMACÊUTICOS**



## » Demonstração de Resultados do ano de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano 2022					Ano 2021	
		S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	Ordem dos Farmacêuticos	Ordem dos Farmacêuticos
Vendas e serviços prestados	7	1 128 886	696 735	1 785 304	1 571 252	-1 383 502	3 738 025	3 772 030
Subsídios, doações e legados à exploração	10.15	249	0	56	58 206	0	58 511	56 423
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	10.7	-249 926	-115 014	-314 791	-864 382	0	-1 744 112	-1 410 439
Gastos com o pessoal	8	-167 602	-143 992	-397 287	-575 233	0	-1 284 114	-1 320 030
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10.17	-27 922	-15 148	-121 632	-20 187	0	-184 889	-189 322
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0	0	0	0	0
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.16	0	0	54 324	-47 851	0	6 473	-43 000
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10.8	2 264	922	38 938	20 173	0	62 297	58 005
Outros rendimentos	10.9	-499 233	-262 661	-817 788	-74 018	1 383 502	-270 198	-219 244
Outros gastos								
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		186 667	100 842	27 124	67 960	-0	382 593	704 423
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.12	-65 137	-24 542	-24 404	-12 917	0	-126 999	-154 904
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		121 530	76 300	2 721	55 044	-0	255 594	549 518
Juros e rendimentos similares obtidos	10.10	0	0	1 672	34	0	1 706	4 604
Juros e gastos similares suportados	10.10	-16 380	-3 226	-9	0	0	-19 615	-21 285
<b>Resultado antes de impostos</b>		105 150	73 074	4 384	55 078	-0	237 685	532 838
Imposto sobre o rendimento do período		0	-175	-770	-549	0	-1 493	-1 473
<b>Resultado líquido do período</b>		105 150	72 899	3 614	54 529	0	236 192	531 364

O Contabilista Certificado



» Balanço em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

Balanço Consolidado (ESMIL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	Ano 2022					Ano 2021							
		S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	Ordem dos Farmacêuticos	S.R.N.	S.R.C.	S.R.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	Ordem dos Farmacêuticos	
<b>ATIVO</b>														
Ativo não corrente														
Ativos fixos tangíveis	5	2 580 474	852 404	1 714 702	1 303 036	0	6 460 618	5 354 906						
Ativos intangíveis	6	0	0	0	0	0	0	1 115						
Investimentos financeiros	10.11	445	0	1 776	4 022	0	6 243	10 717						
		2 580 919	852 404	1 716 478	1 307 060	0	6 466 861	5 366 768						
Ativo corrente														
Inventários		0	0	0	0	0	0	0						
Créditos a receber	10.1	52 623	1 182	27 903	383 632	-259 268	206 072	252 788						
Estado e outros entes públicos	10.5	0	0	82	0	0	82	311						
Fundadores/Beneméritos/atrocinadores/associados/membros	10.15	401 617	102 120	160 210	0	0	663 948	577 640						
Diferimentos	10.2	2 265	8 141	22 019	19 713	0	52 137	72 466						
Outros ativos correntes		0	0	0	0	0	0	0						
Caixa e depósitos bancários	10.3	443 025	1 036 832	1 266 004	814 424	0	3 560 285	4 316 508						
		899 530	1 148 275	1 476 218	1 217 759	-259 268	4 482 524	5 219 712						
<b>Total do ativo</b>		<b>3 490 449</b>	<b>2 000 679</b>	<b>3 192 696</b>	<b>2 524 829</b>	<b>-259 268</b>	<b>10 949 385</b>	<b>10 586 480</b>						
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>														
Fundos Patrimoniais	10.4													
Fundos		468 957	70 829	299 279	328 806	0	1 187 872	1 187 872						
Reservas		310 694	211 741	986 659	1 101 414	0	2 610 509	2 425 393						
Resultados transitados		1 564 870	1 417 052	1 506 051	7 691	0	4 495 643	3 956 216						
Excedentes de revalorização		0	0	170 006	437 820	0	607 826	615 890						
Outras variações nos fundos patrimoniais		-72 962	0	0	59 793	0	-13 169	-13 169						
Resultado líquido do período		105 150	72 899	3 614	54 529	0	236 192	531 365						
		2 396 709	1 772 501	2 965 609	1 990 054	0	9 124 874	8 703 567						
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>														
Passivo														
Passivo não corrente														
Provisões	10.17	0	0	67 088	126 264	0	193 352	199 824						
Financiamentos obtidos	10.18	800 000	0	0	0	0	800 000	894 310						
Outras dívidas a pagar		0	0	0	0	0	0	0						
		800 000	0	67 088	126 264	0	993 352	1 094 135						
Passivo corrente														
Fornecedores	10.16	12 963	7 149	14 952	144 056	0	179 159	140 056						
Estado e outros entes públicos	10.5	6 439	5 405	17 091	21 880	0	50 815	56 191						
Fundadores/Beneméritos/atrocinadores/associados/membros	10.15	0	0	0	0	0	0	0						
Financiamentos obtidos	10.18	90 913	0	0	872	0	91 785	100 830						
Diferimentos	10.2	0	0	0	51 843	0	51 843	110 049						
Outros passivos correntes	10.6	183 425	215 624	127 955	189 820	-259 268	457 556	381 652						
		293 740	228 177	159 959	406 511	-259 268	831 160	788 779						
		1 063 740	228 177	227 087	534 775	-259 268	1 824 512	1 882 914						
<b>Total do passivo</b>		<b>3 490 449</b>	<b>2 000 679</b>	<b>3 192 696</b>	<b>2 524 829</b>	<b>-259 268</b>	<b>10 949 385</b>	<b>10 586 481</b>						
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do passivo</b>														



## » Demonstração de Fluxos de Caixa

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

Demonstração dos Fluxos de Caixa (ESNL)  
Para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022

	Valores em euros						
	S.R.N.	S.R.C.	S.B.S.R.A.	D. Nacional	Ajustamentos	2022 Ordem dos Farmacêuticos	2021 Ordem dos Farmacêuticos
<b>Actividades operacionais</b>							
Recebimentos de clientes	1 099 268	588 085	1 778 797	2 153 164		5 619 314	5 364 901
Pagamentos a fornecedores	(194 769)	(87 036)	(620 417)	(1 361 961)		(2 264 182)	(1 955 677)
Pagamentos ao pessoal	(180 580)	(142 865)	(225 700)	(347 584)		(896 728)	(909 332)
Caixa gerada pelas operações	723 920	358 185	932 681	443 620		2 458 404	2 499 892
<b>Pagamento Recolhimento do imposto sobre o rendimento</b>	0	(112)	0	0		(112)	76
<b>Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional</b>	(471 929)	(243 503)	(832 897)	(190 890)		(1 739 218)	(1 619 504)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	251 991	114 570	99 784	252 730		719 074	880 464
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>							
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>							
Activos fixos intangíveis	(7 922)	(371)	(671 704)	(684 921)		(1 364 919)	(267 084)
Activos intangíveis	0	0	0	0		0	(469)
Investimentos financeiros	(64)	0	(1 432)	(1 536)		(3 033)	(1 383)
Outros activos	0	0	0	0		0	(1 887)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>							
Activos fixos intangíveis	0	0	0	0		0	0
Activos intangíveis	0	0	0	0		0	0
Investimentos financeiros	0	0	1 217	6 274		7 491	0
Outros activos	0	0	0	0		0	0
Subsídios ao investimento	0	0	0	0		0	0
Juros e rendimentos similares	0	833	2 739	570		4 092	6 722
Dividendos	0	0	0	0		0	0
	0	833	3 956	6 794		0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	(7 986)	462	(669 881)	(679 663)		(1 356 369)	(264 101)
<b>Actividades de financiamento</b>							
<b>Recebimentos provenientes de:</b>							
Financiamentos obtidos	0	0	0	0		0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0		0	0
Cobertura de prejuízos	0	0	0	0		0	0
Doações	0	0	0	0		0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0		0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>							
Financiamentos obtidos	(98 784)	0	0	0		(98 784)	(94 159)
Juros e gastos similares	(16 919)	(3 226)	0	0		(20 145)	(21 285)
Dividendos	0	0	0	0		0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0	0	0		0	0
Outras operações de financiamento	0	0	0	0		0	0
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	(115 703)	(3 226)	0	0		(118 929)	(115 443)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	128 302	111 806	(569 397)	(426 934)		(756 224)	500 920
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>							
Caixa e equivalentes no início do período	314 723	925 026	1 835 401	1 241 358		4 316 508	3 815 589
Caixa e equivalentes no fim do período	443 025	1 036 832	1 266 004	814 424		3 560 285	4 316 508

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



## » Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais

Ordem dos Farmacêuticos - Demonstração Consolidada de Alterações nos Fundos Patrimoniais (ESNL)  
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do período 2021</b>		1 187 872	2 239 047	3 589 498	623 954	-138 006	483 489	7 985 855
<b>Alterações no período</b>								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de reavaliação								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			186 346	366 717	-8 064	124 837	-483 489	186 348
<b>Resultado Líquido do Período</b>							531 365	531 365
<b>Resultado Integral</b>							531 365	531 365
<b>Operações com instituidores no período</b>								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
<b>Posição no fim do período 2021</b>		1 187 872	2 425 393	3 956 216	615 890	-13 169	531 365	8 703 567

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do período 2022</b>		1 187 872	2 425 393	3 956 216	615 890	-13 169	531 365	8 703 567
<b>Alterações no período</b>								0
Alterações de políticas contabilísticas								0
Excedentes de reavaliação								0
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			185 116	539 428	-8 064		-531 365	185 115
<b>Resultado Líquido do Período</b>							236 192	236 192
<b>Resultado Integral</b>							236 192	236 192
<b>Operações com instituidores no período</b>								0
Fundos								0
Subsídios, doações e legados								0
Distribuições								0
Outras Operações								0
<b>Posição no fim do período 2022</b>		1 187 872	2 610 509	4 495 643	607 826	-13 169	236 192	9 124 874



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **ORDEM DOS FARMACÊUTICOS**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2022**



## Anexo às Demonstrações Financeiras

### *1. Identificação da Entidade*

---

A Ordem dos Farmacêuticos – é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, A Ordem dos Farmacêuticos é a associação pública que abrange e representa os licenciados em Farmácia ou em Ciências Farmacêuticas que exercem a profissão farmacêutica ou praticam atos próprios desta profissão em território nacional.

Estatutariamente, estão definidas as seguintes atribuições para a Ordem dos Farmacêuticos:

- i) Colaborar na definição e execução da política de saúde em cooperação com o Estado;
- ii) Defender a dignidade da profissão farmacêutica;
- iii) Fomentar e defender os interesses da profissão farmacêutica.

Neste Âmbito, Incumbe à Ordem dos Farmacêuticos intervenção em diversos campos da Sociedade, nomeadamente: o deontológico; o social; o científico e cultural e o profissional e económico.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e é constituída pelas Secções Regionais do Centro, do Norte e do Sul e Regiões Autónomas, bem como pelas Delegações Regionais dos Açores e da Madeira.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário

### *2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras*

---

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho e portaria 220/2015 de 24 de julho.



No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

### *3. Principais Políticas Contabilísticas*

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas



respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 10.1 e 10.6) e “*Diferimentos*” (Nota 10.2).

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- d) A natureza da reclassificação;
- e) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- f) Razão para a reclassificação.

## **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**



### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo



histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas



diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

#### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:



- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários



Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos aos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### **3.2.7. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros



As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outros ativos correntes

Os “*Cientes*” e as “*Outros ativos correntes*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários



A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos



Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).



Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- d) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- e) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- f) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- d) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- e) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- f) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 23% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

#### *4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:*

---

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, verifica-se uma grande variação nas rubricas de “Recebimentos” e de “Pagamentos referentes a atividades de investimento” quando comparados os exercícios de 2021 e 2020. Tal variação justifica-se com a opção de deixar de registar como fluxo de caixa os vencimentos e renovações de depósitos a prazo, uma vez que tais movimentos se refletem em contas de disponibilidades da própria entidade, não representando fluxos de entrada ou saída desta com terceiros.

Não se verificaram quaisquer efeitos em resultados ou balanço, provenientes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### *5. Ativos Fixos Tangíveis*

---

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

	Edifícios Construções	Outras Terrenos e Recursos Naturais	Equipamento Basico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Act Tangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	5 544 038	840 707	185 927	24 998	850 589	110 900	371 439	7 928 598
Aumentos	-	-	-	-	5 399	-	260 035	265 434
Transferências	-	-	-	-	(923)	-	-	(923)
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>5 544 038</b>	<b>840 707</b>	<b>185 927</b>	<b>24 998</b>	<b>855 066</b>	<b>110 900</b>	<b>631 474</b>	<b>8 193 110</b>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	1 569 433	24 444	157 678	12 916	833 497	88 250	-	2 686 218
Aumentos	107 066	-	23 937	5 000	9 488	6 467	-	151 958
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>1 676 498</b>	<b>24 444</b>	<b>181 615</b>	<b>17 915</b>	<b>842 986</b>	<b>94 718</b>	-	<b>2 838 176</b>
Valor líquido	<b>3 867 539</b>	<b>816 264</b>	<b>4 312</b>	<b>7 083</b>	<b>12 081</b>	<b>16 183</b>	<b>631 474</b>	<b>5 354 935</b>
<b>Valor Bruto</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	5 544 038	840 707	185 927	24 998	855 066	110 900	631 474	8 193 110
Aumentos	-	-	-	-	22 147	2 309	1 341 833	1 366 289
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(201 251)	-	-	-	(1 513)	-	-	(202 763)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>5 342 787</b>	<b>840 707</b>	<b>185 927</b>	<b>24 998</b>	<b>875 701</b>	<b>113 210</b>	<b>1 973 306</b>	<b>9 356 635</b>
<b>Depreciações</b>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	1 676 498	24 444	181 615	17 915	842 986	94 718	-	2 838 176
Aumentos	106 987	-	3 066	2 083	10 629	3 127	-	125 892
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(42 675)	(24 444)	-	-	(930)	-	-	(68 049)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>1 740 810</b>	<b>-</b>	<b>184 681</b>	<b>19 998</b>	<b>852 684</b>	<b>97 845</b>	-	<b>2 896 019</b>
Valor líquido	<b>3 601 976</b>	<b>840 707</b>	<b>1 246</b>	<b>5 000</b>	<b>23 016</b>	<b>15 365</b>	<b>1 973 306</b>	<b>6 460 618</b>

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



	Software	A Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	103 668	-	<b>103 668</b>
Aumentos	5 803	-	<b>5 803</b>
Transferências	0	-	-
Abates	0	-	-
Alienações	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>109 470</b>	-	<b>109 470</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	79 643	-	<b>79 643</b>
Amortizações do período	16 768	-	<b>16 768</b>
Perdas por imparidade	0	-	-
Abates	0	-	-
Outros	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<b>96 411</b>	-	<b>96 411</b>
Valor líquido	13 059	-	13 059

	Software	A Intangíveis em Curso	Total
<b>Valor Bruto</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	109 938	-	<b>109 938</b>
Aumentos	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>109 938</b>	-	<b>109 938</b>
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	108 823	-	<b>108 823</b>
Amortizações do período	1 115	-	<b>1 115</b>
Perdas por imparidade	0	-	-
Abates	0	-	-
Outros	0	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<b>109 939</b>	-	<b>109 939</b>
Valor líquido	(0)	-	(0)

## 7. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	31-dez-22	31-dez-21
Quotas e Joias	4 854 942	4 747 118
Outros Rendimentos	269 449	423 236
	<b>5 124 391</b>	<b>5 170 354</b>
Ajustamento balanço entre Orgãos	(1 398 325)	(1 361 020)
	<b>3 726 066</b>	<b>3 809 334</b>

## 8. Benefícios dos empregados



O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 48 e em 31/12/2021 foi de 43. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31-dez-22	31-dez-21
Remunerações ao Pessoal	1 041 761	1 031 717
Indemnizações	3 000	23 142
Encargo sobre as remunerações	213 796	215 349
Seguroa Ac. Trabalho	6 483	18 747
Outros Gastos com Pessoal	19 074	31 075
<b>Total</b>	<b>1 284 114</b>	<b>1 320 030</b>

### 9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 10.1. Créditos a Receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal Adiantamentos	-	158	-	1 246
Fornecedores Adiantamentos	-	-	-	-
Pessoal outras operações	-	-	-	123
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	17 346	-	34 057
Orgãos SRN, SRC e SRSRA	-	263 941	-	206 357
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Outros devedores	-	231 629	-	217 362
	-	<b>513 074</b>	-	<b>459 145</b>
Ajustamento balanço entre Orgãos		(206 357)		(378 556)
		<b>306 717</b>		<b>80 589</b>

#### 10.2. Diferimentos



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Gastos a reconhecer	5 055	18 714
Seguros e Rendas	18 492	27 341
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	28 591	26 411
	<u>52 138</u>	<u>72 467</u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer	51 843	110 049
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>51 843</u>	<u>110 049</u>

### 10.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Caixa	3 555	5 794
Depósitos à ordem	2 333 426	2 693 411
Depósitos à prazo	1 223 304	1 617 304
	<u>3 560 285</u>	<u>4 316 507</u>

### 10.4. Fundos Patrimoniais

Os “*Fundos Patrimoniais*”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Fundos	1 187 873	1 187 872
Reservas	2 610 509	2 425 393
Resultados Transitados	4 495 643	3 956 216
Excedentes de revalorização	607 826	639 180
Outras Variações do Capital Próprio	(13 169)	(13 169)
	<u>8 888 682</u>	<u>8 195 493</u>

### 10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectiva:	82	311
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>82</u>	<u>311</u>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectiva:	502	802
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	9 623	12 308
Imposto sobre o rend. das pessoas singulare	19 016	16 270
Segurança Social	21 459	26 505
Outros impostos e taxas	215	616
	<u>50 813</u>	<u>56 500</u>



## 10.6. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros passivos correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	1 887	-	518
Remunerações a pagar	-	27	-	7 401
Outras operações Pessoal (Sub. Férias, Féri	-	194 725	-	207 424
Credores por acréscimos de gastos	-	197 301	-	130 268
Orgãos SRC,SRN e SRSRA	-	-	-	4 734
Outras contas a pagar	-	322 884	-	237 665
Ajustamento balanço entre Orgãos	-	(206 357)	-	(378 556)
	-	<b>510 466</b>	-	<b>209 455</b>

## 10.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	31-dez-22	31-dez-21
<b>Subcontratos</b>	<b>2 657</b>	<b>5 665</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>841 951</b>	<b>817 643</b>
Trabalhos especializados	468 010	487 340
Publicidade e Propaganda	59 961	48 376
Vigilância e Segurança	991	829
Honorários	201 192	224 317
Conservação e reparação	2 325	7 695
Serviços Bancários	20 993	8 972
Outros	88 479	40 114
<b>Materiais</b>	<b>75 750</b>	<b>49 244</b>
<b>Energia e fluídos</b>	<b>53 615</b>	<b>34 812</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>42 466</b>	<b>98 248</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>727 675</b>	<b>404 827</b>
Rendas e alugueres	241 860	124 054
Comunicação	104 067	78 442
Seguros	80 861	93 994
Contencioso e notariado	10 510	2 175
Despesas de Representação	225 188	39 427
Limpeza higiene e conforto	31 307	27 817
Outros serviços	33 882	38 918
	<b>1 744 113</b>	<b>1 410 439</b>

## 10.8. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:



	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	670	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e as	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não	-	-
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos e ganhos	61 628	58 005
	<hr/>	<hr/>
Ajustamento balanço entre Orgãos	-	(29 044)
	<hr/> <b>62 298</b>	<hr/> <b>28 961</b>

### 10.9. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Impostos	33 925	70 559
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	9 245	-
Perdas em inventários	-	14 146
Gastos e perdas nos restantes ativos finance	-	-
Gastos e perdas em investimentos não finan	106 182	-
Juros suportados - Juros de mora e compens	-	-
Outros gastos e perdas	1 504 348	1 532 864
	<hr/>	<hr/>
Ajustamento balanço entre Orgãos	(1 398 325)	(1 390 064)
	<hr/> <b>255 375</b>	<hr/> <b>227 505</b>

### 10.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1 705	4 605
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<hr/> <b>1 705</b>	<hr/> <b>4 605</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	19 615	21 285
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamenti	-	-
	<hr/> <b>19 615</b>	<hr/> <b>21 285</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<hr/> <b>(17 910)</b>	<hr/> <b>(16 680)</b>

### 10.11. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes investimentos financeiros:



	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Títulos	-	-
FCT - Fundo de compensação do trabalho	<u>6 179</u>	<u>10 717</u>
	<u><b>6 179</b></u>	<u><b>10 717</b></u>

## 10.12. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresentou os seguintes valores:

	<u>31-dez-22</u>			<u>31-dez-21</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	125 885	-	125 885	150 847	-	150 847
Ativos intangíveis	1 116	-	1 116	4 057	-	4 057
	<u>127 001</u>	<u>-</u>	<u>127 001</u>	<u>154 904</u>	<u>-</u>	<u>154 904</u>

## 10.13. Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/associados/membros

Nos anos de 2022 e 2021 a rubrica referente aos associados repartia-se da seguinte forma:

	<u>31-dez-22</u>		<u>31-dez-21</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
Associados de 2021	-	416 315	-	290 364
Associados de 2020	-	127 878	-	131 811
Associados de 2019	-	110 303	-	116 594
Associados de 2018	-	104 656	-	103 510
Associados anteriores a 2018	-	532 973	-	479 537
Imparidades de Associados	-	(652 136)	-	(622 338)
	<u>-</u>	<u>639 989</u>	<u>-</u>	<u>499 478</u>
<b>Passivo</b>				
Associados de 2021	-	-	-	-
Associados de 2020	-	-	-	-
Associados de 2019	-	-	-	-
Associados de 2018	-	-	-	-
Associados anteriores a 2018	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 10.14. Fornecedores

Nos anos de 2022 e 2021 os “Fornecedores” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Fonecedores conta corrente	178 356	139 065
Fonecedores conta títulos a pagar	-	-
Fonecedores receção e conferência	-	-
Fonecedores outros	-	-
	<u>178 356</u>	<u>139 065</u>

## 10.15. Subsídios à exploração



O projeto BERC-Luso tem como propósito de contribuir para a Capacitação Ética e Regularizar no domínio da investigação biomédica, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A Ordem dos Farmacêuticos é a entidade líder do projeto e contabiliza os respetivos gastos, que posteriormente são reembolsados por fundos comunitários, por uso do adiantamento ou dos reembolsos submetidos.

Durante o ano 2022 foram incorridos gastos no valor total de 58.206€ com este projeto e, consequentemente, registou-se um rendimento de igual valor na rubrica de “Subsídios à exploração”.

Registam-se ainda nesta rubrica 305€ referentes ao valor recebido de apoio à família no âmbito da pandemia COVID-19.

#### **10.16. Provisões**

Para organizar a defesa neste processo, a OF contratou a Sociedade de Advogados Rui Pena & Arnaut, posteriormente o patrocínio desta ação foi transferido para Sociedade de Advogados PLMJ. Na opinião destas, é qualificada como possível o risco quanto à atribuição final de responsabilidades à Ordem dos Farmacêuticos, não obstante entenderem que, por um lado, os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados; e, por outro lado, a sociedade Viva Melhor não faz prova bastante dos danos que alega ter sofrido.

Sem prejuízo, para refutar os danos imputados, os Réus contrataram a PwC, a qual se encontra a analisar os prejuízos apresentadas pela Viva Melhor para efeito de elaboração futura de relatório pericial.

O relatório pericial veio confirmar que os factos alegados pela Viva Melhor não são aptos a provocar os danos peticionados. Em paralelo, considerando que há um seguro para cobrir parte do risco, até 1 milhão de Euros, a Ordem dos Farmacêuticos ainda não provisionou nenhum valor nas contas do ano 2022.

Sem prejuízo, para refutar os danos imputados, os Réus contrataram a PwC, a qual se encontra a analisar os prejuízos apresentadas pela Viva Melhor para efeito de elaboração futura de relatório pericial.

Considerando que o processo se encontra numa fase inicial, que os dados ainda estão a aguardar relatório de perícia e que há um seguro para cobrir parte do risco, a Ordem dos Farmacêuticos ainda não provisionou nenhum valor nas contas do ano 2022.

Na sequência da venda de um imóvel em Lisboa no início da década passada, a Autoridade Tributária reclama da OF liquidar os seguintes montantes: 117.000,00€, a



título de IMT (correspondente a 6,5% do valor da aquisição do imóvel (1.800.000,00€), acrescidos de juros compensatórios à taxa de 4% ao ano.

Ao nível dos juros compensatórios, a Autoridade Tributária poderá aplicar:

a) juros compensatórios desde a data da apresentação do pedido de manutenção da isenção de IMT (em fevereiro de 2012) - data em que deixaram de estar preenchidos os requisitos para a concessão da isenção de IMT -, no valor de 51.351,78€ – pior cenário para a Ordem dos Farmacêuticos; ou

b) juros compensatórios desde a data em que foi proferida a decisão de indeferimento do pedido de manutenção da isenção de IMT, em maio de 2019, no montante de 17.437,81€ no ano de 2022.

Esta responsabilidade é imputada em 75% para Direção Nacional e em 25% para Secção Regional do Sul e Regiões Autónomas. Em 31 de dezembro de 2022 está provisionado, para esta contingência, o valor total de 168.351,78€.

No exercício de 2022 foi revertida em 18.000,00€ a provisão, no valor de 43.000€, constituída no exercício de 2021 a fim de salvaguardar o resultado de um processo judicial em curso de contencioso laboral, por ter sido atingido um acordo no montante de 25.000,00€ a ser pago em 2023.

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Aumento	47 851	43 000
Reversão	(54 324)	-
Regularizações	-	-
	<u>(6 473)</u>	<u>43 000</u>

#### 10.17. Imparidades de dívidas a receber

Nos anos de 2022 e 2021 as “Perdas por imparidades” apresentavam os seguintes saldos:

	<u>31-dez-22</u>	<u>31-dez-21</u>
Aumento	198 815	200 013
Reversão	(12 274)	-
Regularizações	-	-
	<u>186 541</u>	<u>200 013</u>

Os valores registados nesta rubrica respeitam quotas emitidas no ano corrente que se preveem vir a ser incobráveis.

#### 10.18. Financiamentos obtidos

Nos anos de 2022 e 2021 os “Financiamentos obtidos” apresentavam os seguintes saldos:



	31-dez-22		31-dez-21	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Instituições de crédito	800 000	91 785	894 310	100 830
	<b>800 000</b>	<b>91 785</b>	<b>894 310</b>	<b>100 830</b>

Os valores registados nesta rubrica respeitam um financiamento de longo prazo relacionado com o investimento na Nova Sede da Secção Regional do Norte.

### 10.19. Acontecimentos após data de Balanço

Nesta data verifica-se um conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que afeta também as economias ocidentais, não sendo ainda possível prever o impacto que esta realidade terá na atividade da Ordem dos Farmacêuticos.

Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do conflito armado devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não se colocando em causa o pressuposto de continuidade das operações.

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 17 de março de 2023

# PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal Nacional elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Ordem dos Farmacêuticos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

De enfatizar que este Conselho Fiscal tomou posse já no decurso do exercício de 2022, pelo que apenas a partir dessa data pode proceder às verificações que considerou convenientes, apreciando as contas e os atos de gestão mais relevantes da Ordem dos Farmacêuticos. O Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitadas, tendo suportado a sua opinião através da monitorização das contas intercalares ao longo do ano e essencialmente na opinião expressa pelo Revisor Oficial de Contas.

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Ordem dos Farmacêuticos encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. No decurso do ano de 2022 existiram desenvolvimentos para a sua implementação na Ordem dos Farmacêuticos, situação que importa continuar a efetivar.

No encerramento do exercício, o Revisor Oficial de Contas apreciou o Relatório de Atividades e completou o exame das contas com vista à sua certificação.



## Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas e nos Relatórios e Pareceres dos Conselhos Fiscais Regionais, o Conselho Fiscal Nacional é de parecer unânime que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2022 da Ordem dos Farmacêuticos, tal como foram apresentados pela Direção Nacional;
- b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Direção Nacional.

Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e demais Órgãos Nacionais e Regionais, bem como aos Serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de março de 2023

Pelo Conselho Fiscal Nacional

Assinado por: **Carlos Manuel Freire Cavaleiro**  
Num. de Identificação: 06249728  
Data: 2023.03.29 23:20:06+01'00'

Carlos Manuel Cavaleiro  
Presidente do Conselho Fiscal  
Nacional

[Assinatura Qualificada] João  
Carlos Cruzeiro da Silva

Assinado de forma digital por  
[Assinatura Qualificada] João Carlos  
Cruzeiro da Silva  
Dados: 2023.03.29 18:25:10 +01'00'

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda,  
Representada por João Cruzeiro, ROC  
n.º 1363



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MARIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ORDEM DOS FARMACEUTICOS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 10.949.385 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.124.874 euros, incluindo um resultado líquido de 236.192 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ORDEM DOS FARMACEUTICOS** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

1 de 4

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

### **SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2, do artigo 42.º da Lei 2/2013 de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico, a organização e o funcionamento das associações públicas profissionais, a Entidade encontra-se inserida no âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos. Observámos que no decurso

do ano de 2022 existiram desenvolvimentos importantes na sua implementação na Ordem dos Farmacêuticos na Direção Nacional e nas restantes Regiões, situação que importa continuar a acompanhar.

Lisboa, 28 de março de 2023

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por



João Carlos Cruzeiro, ROC n° 1363,  
Registado na CMVM sob o n° 20160973



ORDEM DOS FARMACÊUTICOS

2023